

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IDENTIDADES, DIFERENÇAS E TENSÕES:
Um estudo sobre o campesinato em contextos
sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro

VILSON CESAR SCHENATO

CAMPINA GRANDE/PB

2014

Vilson Cesar Schenato

**IDENTIDADES, DIFERENÇAS E TENSÕES:
Um estudo sobre o campesinato em contextos
sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro**

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Mércia Rejane Rangel Batista

CAMPINA GRANDE/PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S119i Schenato, Vilson Cesar.
 Identities, differences and tensions : um estudo sobre o campesinato em contextos sociais rurais do Sul e do Nordeste brasileiro / Vilson Cesar Schenato. – Campina Grande, 2014.
 330 f.

 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

 "Orientação: Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista".
 Referências.

 1. Assentados. 2. Identities. 3. Resistências. 4. Campesinato.
 I. Batista, Mércia Rejane Rangel. II. Título.

CDU 316.334.55(043)

Vilson Cesar Schenato

BANCA EXAMINADORA

DRA. MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA
(Orientadora – UFCG/PPGCS)

DRA. RAMONILDES ALVES GOMES
(Examinadora – UFCG/PPGCS)

DR. LUÍS HENRIQUE CUNHA
(Examinador – UFCG/PPGCS)

DRA. NERIZE LAURENTINO RAMOS
(Examinadora – UEPB)

DR. ANIERES BARBOSA DA SILVA
(Examinador – UFPB)

AGRADECIMENTOS

Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas. Na caminhada para realização deste trabalho estiveram várias, que diretamente ou indiretamente deixaram sua contribuição, a estas prestarei, através de poucas palavras, os meus mais sinceros agradecimentos:

Em especial aos Colonos da Linha São Roque, aos assentados da Colônia Esperança em Cascavel (PR) e os assentados do Assentamento Bela Vista em Esperança (PB) por me receberem em suas casas, e dividirem suas experiências possibilitando as análises presentes nessa pesquisa.

À professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista, orientadora desta tese, pela amizade e pelas orientações de todos esses anos, acreditando no meu potencial apesar de minhas limitações, sua boa vontade, paciência e interlocução crítica e competente foram fundamentais na minha carreira acadêmica. Meu respeito e gratidão são eternos.

Aos meus pais Valter e Altiva, que sempre me apoiaram e que mesmo a distância não apaga os seus ensinamentos e nem a saudade do lar sempre acolhedor. Aos meus irmãos que sempre me apoiaram, e Avó Begair, tios, tias, primos, o meu muito obrigado, pois vocês também fazem parte desta conquista.

A Rose Maria da Silva, minha namorada, pelo amor, carinho e bons momentos compartilhados. Pela paciência nas ausências e turbulências.

Aos Amigos Francisco Fagundes, Thiago, Fabrício, Adriana, Pedro, Mery, Suely e Wendy, pela amizade.

A Jonatham Alves pela confecção do mapa do Bela Vista.

A Professora Dra. Marilda Menezes, que acompanhou o trabalho em várias etapas no decorrer desses anos, meu muito obrigado pelas valiosas contribuições.

Ao amigo e Professor Dr. Miguel Lazzaretti, por incentivar que eu cursasse a pós-graduação no PPGCS/UFCG.

Aos membros da Banca Examinadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes, Dr. Luís Henrique Cunha, Dra. Nerize Laurentino Ramos e Dr. Anieres Barbosa da Silva, por aceitarem o convite e pelas contribuições com este trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG pela generosidade dos conhecimentos compartilhados.

A Rinaldo pela prestatividade com que sempre me atendeu.

Aos Colegas e amigos do IFPB – Campus Patos.

Aos funcionários da Emater /ATER-PR pelas informações e documentos cedidos e aos funcionários da Emater de Esperança-PB.

RESUMO

Esta pesquisa ora apresentada tem como tema mais geral o estudo do campesinato em duas regiões distintas do Brasil. Buscou-se conhecer como se processam as relações sociais e identitárias entre os *assentados* do Assentamento Bela Vista, com seus vizinhos e demais agentes sociais não-*assentados* do município de Esperança, no Agreste da Paraíba, fazendo um paralelo com as relações sociais e identitárias envolvendo os *assentados* do Assentamento Colônia Esperança e os *colonos* da Linha São Roque, no município de Cascavel, no Oeste do Paraná. Para tanto, num primeiro momento, discutiu-se sobre campesinato e identidades, em seguida os processos sócio-históricos mais amplos, e em um segundo momento, buscou-se ressaltar a capacidade de agência e resistência dos que lutam pela terra e para continuar nela, ao operarem com a dialética entre a moral camponesa e as escolhas futuras, entre os iguais e os desiguais, entre coletivos e individuais, entre identidades e diferenças estabelecidas com os “outros” e entre eles mesmos. Em síntese, o estudo teve como objetivo principal compreender o processo de construção de identidades sociais e as relações que se estabelecem entre os *assentados*, com os seus diversos “outros”. As hipóteses iniciais deram conta de que as identidades de *colonos* e *assentados*, construídas historicamente, são as chaves para o entendimento das relações sociais e identitárias do presente no Sul do país. No Agreste paraibano a identidade sociopolítica dos *assentados*, está atrelada às relações de *patronagem* e dependência de um passado recente, com suas continuidades e rupturas no presente. Mesmo entre distintas regiões, existem aproximações entre os contextos sociais a que estão referidos os distintos camponeses, capazes de resistir e agir em meio a limites, possibilidades e nas relações com seus diversos “outros”. O caminho metodológico conjugou a observação participante, entrevistas orais e o diário de campo. Nos dois casos de assentamentos estudados, por meio do recurso à memória, foi possível analisar as identidades reconstruídas e (re) significadas de acordo com as “lutas” do presente. Os assentamentos rurais foram aqui entendidos enquanto espaços sociais e simbólicos que geram novas dinâmicas, alterando os territórios e suas teias de relações sociais. Entre os resultados obtidos, destacam-se o conhecimento das diferenças dos dois campesinatos específicos no tocante as suas lutas, conquistas, projetos, realizações diversas, nas formas de acessar e usar a terra, no acesso às políticas públicas, nas dificuldades enfrentadas para a reprodução social e na construção social das suas identidades e diferenças. Apesar de partilharem uma identidade camponesa mais geral, com referências aos valores morais e sociais (terra, trabalho, família e autonomia), esta se concretiza de maneira diversa e com referência às especificidades dos contextos locais de interação onde se desenrolam os jogos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidades. Resistências. Assentados. Campesinato.

ABSTRACT

The research presented here is the study of the peasantry into two distinct regions of Brazil. We attempted to understand how himself process social identity and relations between *assentados* Bela Vista settlement with its neighbors and other social agents non-*assentados* of the city of Esperança, in the Agreste of Paraíba, drawing a parallel with social identity and relationships involving *assentados* Settlement of the Colonia Esperança and *colonos* from Linha São Roque, of the city of Cascavel in western Paraná. For this, at first it was discussed peasantry and identities, then the wider socio-historical processes, and in a second time, we sought to highlight the capacity of the agency and resistance of those who fight for land and to keep her, to operate with the dialectic between the moral peasant and future choices between equal and unequal, between collective and individual, between identities and differences established with the "other" and among themselves. In summary, the study aimed to understand the process of constructing social identities and relationships that are established between the *assentados*, with their various "others". Initial hypotheses realized that the identities of *colonos* and *assentados*, historically constructed, are the keys to understanding the social relations and identity of the present in the South the contry. In Paraíba Agreste the sociopolitical identity of the *assentados*, is linked to the relations of patronage and dependence of the one recent past, with its continuities and ruptures in the present. Even among different regions, there are similarities between the social contexts to which they are referred to the various peasants, able to resist and act amid limits and possibilities and relations with their various "other". The methodological approach has combined participant observation, oral interviews and the field diary. In both cases the settlements studied, via resort to memory was analyzed the reconstructed identities and (re) signified according to the "struggles" of the present. The rural settlements were here understood as social and symbolic spaces that generate new dynamics by altering territories and their webs of social relations. Among the results, stands out the knowledge of the differences of the two specific peasantries regarding their struggles, achievements, projects, various achievements, ways to access and use land, access to public policy, the difficulties for reproduction social and the social construction of their identities and differences. Despite sharing a peasant identity more general with references to moral and social values (land, labor, family and autonomy), this is done in different ways and with reference to the specifics of local contexts of interaction where social games unfold.

KEYWORDS: Identities. Resistance. Assentados. Peasantry.

RÉSUMÉ

La recherche présentée ici est l'étude de la paysannerie en deux régions distinctes du Brésil. Nous avons essayé de comprendre comment traiter lui-même l'identité sociale et les relations entre Bela Vista *assentados* nifidication avec ses voisins et d'autres agents sociaux non-*assentados* de la ville de Esperança, dans la Agreste de Paraíba, établissant un parallèle avec l'identité sociale et les relations impliquant les *assentados* de Assentamento Colonia Esperança et les *colonos* de la Linha São Roque, de Cascavel, dans l'ouest du Paraná. Pour ce faire, dans un premier temps il a été discuté paysannerie et les identités, puis les processus socio-historique plus large, et dans un deuxième temps, nous avons cherché à mettre en évidence la capacité de l'agence et de la résistance de ceux qui luttent pour la terre et de la garder, pour fonctionner avec la dialectique entre le paysan moral et choix futurs entre égaux et inégaux, entre collectif et individuel, entre les identités et les différences établi avec «l'autre» et entre eux. En résumé, l'étude vise à comprendre le processus de construction des identités sociales et des relations qui sont établies entre les *assentados*, avec leurs divers «autres». Hypothèses initiales ont réalisé que les identités de *colonos* et *assentados*, historiquement construites, sont les clés pour comprendre les relations sociales et l'identité de la présente dans le Sud du contry. Dans Paraíba Agreste l'identité socio-politique des *assentados*, est liée aux relations de patronage et de la dépendance de l'un passé récent, avec ses continuités et les ruptures dans le présent. Même entre les différentes régions, il ya des similitudes entre les contextes sociaux auxquels ils sont appelés les différents paysans, capables de résister et agir au milieu limites et les possibilités et les relations avec leurs différents «autre». L'approche méthodologique a combiné l'observation participante, les entretiens oraux et le carnet de terrain. Dans les deux cas, les établissements ruraux étudiées, via le recours à la mémoire a été analysé les identités reconstruites et (re) signifié selon les «luttés» du présent. Les établissements ruraux ont été ici compris comme des espaces sociaux et symboliques qui génèrent de nouvelles dynamiques de territoires et de leurs nappes de modifier les relations sociales. Parmi les résultats, se distingue la connaissance des différences entre les deux paysanneries spécifiques concernant leurs luttes, les réalisations, les projets, les différentes réalisations, les moyens d'accès et d'utilisation des terres, l'accès à l'ordre public, les difficultés de la reproduction sociale et la construction sociale de leur identités et des différences. Malgré le partage d'une identité paysanne plus général avec des références à des valeurs morales et sociales (terre, travail, autonomie, et famille), cela se fait de différentes manières et en référence aux spécificités des contextes locaux d'interaction où se déroulent les jeux sociaux.

MOTS-CLÉS: Identités. Résistance. Assentados. Paysannerie.

LISTA DE ABREVIACÕES

AMOP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ

AS-PTA - ASSESORIA E SERVIÇOS A PROJETOS EM AGRICULTURA ALTERNATIVA

ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

CAGEPA – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CEBS – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

CARDAME – CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ETR - ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE

INTERPA – INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DA PARAÍBA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INCRA– INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MST– MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

MPL – MOVIMENTO PASSE LIVRE.

ONGs – ORGNIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PCB - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVILVIMENTO

PPGCS / UFCG – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFCG

PROALCOOL – PROGRAMA NACIONAL DO ALCÓOL

PROCERA – PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO PARA A REFORMA AGRÁRIA

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

STR – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

UFCG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

RÉSUMÉ

LISTA DE ABREVIÇÕES

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: DEBATE SOBRE CAMPESINATO E TEORIAS SOBRE IDENTIDADE.....	38
1.1 Abordagens teórico-políticas sobre o campesinato.....	38
1.1.1 Descontinuidades no campesinato?.....	49
1.1.2 Adaptação e resistência do campesinato.....	51
1.2 Continuidades e descontinuidades.....	53
1.3 O campesinato enquanto agente social do mundo moderno.....	59
1.4 Identidades sociais contrastivas e relacionais.....	63
1.5 Identidades sociais rurais e (re) territorializações.....	75
CAPÍTULO 2: CAMPESINATO E PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS NO NORDESTE E NA PARAÍBA.....	84
2.1 Campesinato e concentração fundiária no Brasil.....	84
2.1.1 Lei de terras de 1850: a terra como “mercadoria” e a legitimação da concentração fundiária.....	89
2.1.2 Algumas resistências ao bloqueio fundiário.....	93
2.2 A (re) ocupação do Nordeste: atividades agropecuárias e dominação político-territorial.....	96
2.3 Breve caracterização histórica da Paraíba.....	102
2.4 Herança autoritária do Nordeste rural.....	111
2.5 Sistema de morada.....	114
2.5.1 Transformação da morada e lutas sociais no campo.....	118
2.6 O município de Esperança.....	121
CAPÍTULO 3: IDENTIDADES, TENSÕES E RESISTÊNCIAS A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO EM ESPERANÇA-PB.....	123
3.1 Primeiras impressões e inserções em campo.....	126
3.1.1 De <i>posseiros-rendeiros</i> a <i>assentados</i> : a luta para continuar na Bela Vista.....	133
3.1.2 Características gerais do Assentamento Bela Vista.....	139
3.2 Resistência aos estigmas e conquista da terra.....	147
3.3 Da Bela Vista aos pontos de vistas: resistências, solidariedades e conflitos.....	152
3.3.1 O Roçado Comunitário e as disputas pela área coletiva.....	157
3.3.2 O <i>ninho de cobras</i> : a divisão entre os <i>assentados</i> e o surgimento de duas associações no Assentamento.....	161
3.4 Vendas dos lotes.....	167
3.5 <i>Reunificação</i> das associações.....	173
3.6 Conflitos sociais internos como sociação.....	175
3.6.1 Entre os interesses individuais e os coletivos.....	179
3.6.2 Circulação de solidariedades e conflitos.....	182

3.6.3 Relações vicinais: das dificuldades de cooperação às resistências aos <i>fortes</i>	185
3.7 Política local: os <i>agricultores</i> e os grupos políticos (<i>ratos</i> e <i>amuados</i>).....	188
3.8 A falta de água: estratégias e soluções para <i>escapar</i> da seca.....	193
CAPÍTULO 4: CAMPESINATO DO OESTE DO PARANÁ: PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	199
4.1 Processos socio-históricos e identidades rurais.....	199
4.2 Campesinato imigrante na colonização do Brasil meridional.....	204
4.2.1 Dificuldades de reprodução social nas colônias velhas e a migração para novas colônias.....	207
4.3 A “colonização” do Oeste paranaense e a produção social dos “outros” como “intrusos”.....	212
4.3.1 A (in) visibilidade do “outro” e do passado de conflitos sociais agrários no Oeste do Paraná.....	217
4.4 A recusa em migrar e a opção de lutar pela terra.....	225
4.5 O município de Cascavel.....	228
CAPÍTULO 5: OS COLONOS E OS ASSENTADOS NO OESTE DO PARANÁ	231
5.1 Os colonos que vivem na Linha São Roque.....	231
5.2 Classificações sociais, hierarquia e interconhecimento.....	238
5.2.1 Tensões internas entre os <i>colonos</i>	245
5.3 Os <i>colonos</i> e os <i>assentados</i> como seu “outro”.....	248
5.3.1 Posições e classificações sociais entre <i>colonos</i> e <i>assentados</i>	253
5.4 Assentamento Colônia Esperança: da luta à conquista da terra.....	258
5.5 Das lutas pela terra às lutas na terra.....	269
5.5.1 Resistência aos estigmas e a terra enquanto o lugar da esperança.....	276
5.6 Centralidade do familiar sobre o coletivo.....	280
5.7 Ascensão social, ser trabalhador e “saber trabalhar”.....	285
5.8 “Forma assentamento”: espaço social e de afirmação de identidades.....	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	316
ANEXOS	328

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema mais geral o estudo do campesinato em duas regiões distintas do Brasil, Sul (Oeste do Paraná) e Nordeste (Agreste da Paraíba). Parte das reflexões dos processos sócio-históricos mais amplos destas regiões, buscando entender algumas de suas continuidades e descontinuidades, as identidades e diferenças, a dinâmica das solidariedades e dos conflitos, e a capacidade de agência e resistência dos que lutam pela terra ou para continuar nela.

Concordamos com Max Weber (1982 [1904]; 2005 [1919]) quando este autor lembra que a realidade social é infinita, e, portanto, não é possível dar conta das multiplicidades de seus condicionantes, de modo que, o pesquisador social elege determinadas questões da realidade, por meio de um recorte que lhe possibilite melhor estudá-la. Na perspectiva weberiana, a ação do cientista social é seletiva, ele constrói o objeto de estudo orientado pelos seus próprios valores, incorporados de forma consciente à pesquisa para, num segundo momento, ter uma atitude de distanciamento dos mesmos em nome do rigor científico, elegendo um método e a melhor teoria para compreender a realidade social específica a ser estudada.

No processo de pesquisa social, o pesquisador precisa tomar consciência de sua posição e situação no campo científico e, ao mesmo tempo, explicitar os pressupostos inconscientes que, através de uma reflexão epistemológica apurada, rompe com elementos estranhos ao campo da ciência e o leva a um controle consciente de sua prática (BOURDIEU; PASSERON & CHAMBOREDON, 1999).

Se, para os positivistas, existia uma separação completa entre objeto e pesquisador, como se este estivesse estudando os fatos sociais tal como se fossem “coisas”, concordo com a perspectiva de relativizar esta postura, ao admitir a influência dos próprios valores, gostos, ou mesmo visões políticas para, num segundo momento, construir, através do controle teórico-metodológico da pesquisa social, a objetividade das análises nas ciências sociais. Por isto considero que para além de uma posição egóica, torna-se parte do exercício analítico narrar, brevemente, um pouco da minha trajetória, exposta aqui, enquanto um dado, que expõe muito, não apenas sobre a região de onde venho, mas a escolha por pesquisar esta temática, dentre tantas outras das Ciências Sociais, dando continuidade às reflexões no meu percurso acadêmico e nesta tese.

O estudo aqui empreendido tem uma afinidade eletiva¹ com minha história; aliás, foi procurando entender a minha realidade que me motivei a fazer as primeiras reflexões na área de Sociologia Rural, no início de minha carreira acadêmica, logo que entrei no Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em 1998.

Sou filho de pequenos agricultores, neto de *colonos* de descendência italiana por parte de pai e de mãe, sendo que a minha família do lado paterno morava num pequeno município do Rio Grande do Sul. Meu pai, ainda jovem, começou a fazer os seus primeiros “bicos”, pois já sabia que a terra e a casa onde moravam (meus avós, meu pai e mais seis irmãos) ficaria para o primogênito, restando aos demais o estudo em seminário, a migração para cidades ou para as regiões recém-colonizadas ao Oeste de Santa Catarina e Oeste do Paraná. Foi o que meu pai fez vindo, pela primeira vez, ao Paraná, ainda no final da década de 1960, com esperança de encontrar terra para trabalhar, o que, naquele momento, já se tornara escassa. A opção foi trabalhar como empregado em uma fazenda, cujos proprietários eram seus conterrâneos e tinham como atividade econômica principal a extração de madeiras.

Nas lembranças de quando começou a trabalhar em Cascavel-PR, no ano de 1974, meu pai recorda que ainda havia a presença de *jagunços* nas proximidades da fazenda e em toda a zona rural do município. A fazenda, que inicialmente se dedicava à criação de gado, foi sendo transformada em fazenda de agricultura monocultora (soja e milho) e, com o passar do tempo, foi vorazmente anexando pequenas propriedades do seu entorno e que resultavam da venda, pelos *colonos*, que migravam geralmente para área urbana ou ao Norte do país, em busca de terra. Um ciclo que já tinha sido experimentado no Extremo-Sul.

Lembro-me ainda dos trabalhadores chamados de “boias-frias”, que eram recrutados nas periferias da cidade e trazidos para capinarem as ervas daninhas no meio das leiras de soja. Minha mãe era quem preparava o lanche da tarde para cerca de cinquenta pessoas.

Diferentemente do meu pai, que recebia um salário e uma porcentagem irrisória sobre a produção bruta da fazenda, minha mãe não recebia nada pelo trabalho realizado nas atividades da fazenda, como ordenhar vacas, cultivar hortaliças e criar galinhas. Como se não bastasse, ainda deveria fornecer queijo, ovos e retirar as hortaliças para a

¹ Eu poderia ter escolhido me distanciar de minha origem social, elegendo temas que me confirmassem como membro de uma classe social em ascensão intelectual e econômica.

esposa do patrão, que vinha toda semana buscar. A única contrapartida disto era que minha mãe podia comercializar, para terceiros, os ovos das galinhas que criava e os queijos do leite de uma única vaca, dentre as demais, numa média de quinze, que eram ordenhadas manualmente, todos os fins de tarde, com as outras esposas dos demais empregados da fazenda.

Ainda na década de 1980, a escola rural, próxima à fazenda, tinha um ensino muito deficitário, com uma professora para as quatro primeiras séries. Tal fato fez meus pais decidirem que iríamos ficar com a minha avó, residente em um sítio próximo à área urbana de Irati (a 351 km de Cascavel - PR), o que nos proporcionaria um acesso a uma educação de melhor qualidade. Morei lá dos seis aos doze anos.

Com o tempo, meus pais conseguiram, com muita economia do salário de meu pai e, evidentemente, com as vendas de minha mãe equilibrando as contas em casa, em meados da década de 1980, adquirir uma propriedade de 20 hectares em Planaltina, nas proximidades de Brasília-DF. Com a venda desta terra, anos depois, conseguiram comprar seis alqueires em Cascavel, em 1990; ou seja, meu pai esperou mais de trinta anos para realizar o sonho de ter a sua pequena propriedade.

Quando eu e meus irmãos retornamos da casa de minha avó, em 1992, eu estava com doze anos de idade. Neste mesmo ano, os patrões de meu pai começaram a encontrar empecilhos para a continuidade do emprego dele, dizendo que precisavam de “sangue novo”. A demissão veio depois de 20 anos de trabalho honesto para aqueles patrões. Meu pai, com a intenção de acertar um valor indenizatório justo, acionou o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas este teria sido comprado pelo patrão nos bastidores, o que repercutiu em uma fajuta indenização, que mal deu para construir um aviário de criação de frango de corte, do qual os equipamentos para o seu funcionamento tiveram que ser comprados pelos meus pais, que se endividaram.

Eu trabalhei dos 13 aos 17 anos nessa terra que, para nós, era considerada um *sítio*², mas não via perspectiva em continuar ali, almejando residir e continuar os estudos na cidade, o que gerava conflitos e discussões por conta de minha rebeldia em ali continuar. Havia alguns de meus irmãos que já tinham saído para morar na cidade,

² *Sítio* é um dos termos localmente usados para expressar o conjunto da casa, pasto e roças enquanto um patrimônio familiar, podendo este mesmo termo ser intercambiado pelos equivalentes: *colônia* e *pequena propriedade*. Tais termos remetem à maneira como é usada a terra, ou seja, uma exploração por meio do trabalho familiar. O termo *colônia* vem da época da colonização, onde os lotes coloniais eram também chamados de *colônias de terra*. *Sítio* enquanto comunidade rural e *sítio* (minúsculo) enquanto o conjunto casa, roçado e pastagens também são termos usados na Paraíba para nominar os estabelecimentos rurais.

como eu era o quarto filho e o caçula ainda era muito novo, o trabalho realizado manualmente no trato das aves recaía sobre mim. Lembro-me que, mesmo sem frequentar academia, as moças no colégio da cidade me achavam musculoso, ainda que estes músculos fossem provenientes do trabalho na roça. No entanto, ao saberem que eu era do sítio, tendiam a se afastar, devido à roupa mais simples, aos calçados que, em dias de chuva, traziam lama para sala de aula ou, mesmo, pelas minhas mãos calejadas. Isto fazia, por vezes, me sentir inferiorizado e envergonhado de minha condição em tais situações, diante dos demais jovens da cidade que estudavam na mesma escola.

As coisas da cidade me atraíam; comecei, ainda aos 14 anos, a ouvir punk rock e, quando passei no vestibular, fui morar durante a semana na cidade e, nos fins de semana, retornava ao “sítio”. Durante o curso de Ciências Sociais, me identificava mais com uma sociologia “militante”, com ênfase nas lutas sociais. E, de fato, passei a militar no movimento estudantil por um tempo e depois, quando me tornei professor efetivo de Sociologia no Estado do Paraná, tive participação ativa no Movimento pelo Passe Livre (MPL) de Cascavel, ainda no seu início, além de participar ativamente do Sindicato dos Professores, sendo representante sindical no colégio em que eu lecionava.

O meu interesse pela questão agrária, pelo campesinato, se deu, portanto, ainda na graduação, ao perceber a minha realidade e a da minha família de forma mais crítica. Passei a questionar os meus pais, por concordarem com um programa de opinião na TV local, na hora do almoço, que atacava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST) e aos *sem-terras* em geral.

Argumentava, tentando os convencer do contrário, dizendo que nós éramos igualmente *sem-terras*, pelo fato de meu pai ter parado de trabalhar para o antigo patrão e passado a trabalhar para a “cooperativa” e o banco, pagando financiamentos.

No entanto, meus pais não conseguiam concordar com esta visão de se igualar aos *sem-terras*, pois tinham *batalhado*³ arduamente para comprar aquela terra, com anos e anos de economia e não queriam ser tachados de “invasores”, já que a forma com que acessaram a terra teria sido mediante a compra, tal como a maioria dos *colonos* que ali chegaram nas décadas anteriores.

Foi assim que resolvi, ainda na graduação, estudar a representação social que os pequenos agricultores tinham acerca do MST e, posteriormente, no Mestrado em Ciências Sociais, realizado na UFCG (2010) contando, inicialmente, com bolsa de

³ Categoria que indica trabalho legitimado.

estudos do convênio do PPGCS-UFCG com os Movimentos Sociais do Campo. Continuei a estudar uma realidade que, aparentemente, me parecia muito familiar, ao ver as construções identitárias entre os *colonos* e *assentados* de um distrito rural de Cascavel - PR.

Para compreender os processos de construção identitária dessas duas categorias sociais, fez-se necessário levar em consideração as relações que se estabelecem entre eles e o entorno, atentando-se para o processo histórico-social através do qual essas identidades foram e estão sendo construídas e negociadas em momentos distintos.

Na ocasião, o distanciamento e o estranhamento me foram possíveis não só pela distância geográfica do *estar lá e escrever aqui*, mas pela própria formação acadêmica, que me permitiu a vivência em dois quadros de significação diferentes, transformando o “familiar” em “exótico”, neste movimento de quem estuda o próprio grupo social, ou seja, nós mesmos (VELHO, 1978).

E agora, nesta tese de doutoramento no PPGCS-UFCG que apresento, continuo o exercício de observar o “familiar” e, ao mesmo tempo, exótico (VELHO, 1978; DA MATTA, 1978), ao buscar fazer um paralelo entre esta realidade que venho estudando durante minha trajetória acadêmica, com a realidade de Esperança- PB, cidade próxima de Campina Grande-PB, onde moro há seis anos devido à pós-graduação. Minha relação com a Paraíba não termina com a pós-graduação concluída, pois é neste Estado que atualmente escolhi morar e onde darei continuidade a minha trajetória profissional, motivada pelo recente vínculo com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, onde trabalho como professor efetivo de Sociologia na cidade de Patos/PB, localizada no sertão paraibano.

Ao pensarmos o contexto sócio-histórico em que foi produzida a região Oeste do Paraná e a sua história agrária recente, verificamos que está presente a construção das identidades sociais dos *colonos*⁴, com forte caráter étnico, afirmando-se em uma ética de trabalho árduo, “produtivo”, que se legitimaria em uma ideologia do “progresso” e desenvolvimento da região, tendo como base a pequena propriedade familiar. Este processo histórico tem implicações na forma como os *colonos* se reconhecem ainda hoje, bem como, percebem e se relacionam com os *assentados* vizinhos na atualidade.

⁴ O termo *colono* refere-se aos imigrantes que se estabelecem em pequenos lotes, de forma independente do grande proprietário (BRANDENBURG, 1998) Ou ainda, de acordo com Seyferth (1993, p. 46-47), a identidade social de *colono* provém da administração colonial, em que Estado atribuiu esta classificação aos imigrantes e seus descendentes participantes dos projetos de colonização. Tal classificação, ao ser apropriada pelos mesmos, vai ser definidora da identidade social básica dos agricultores de origem europeia na região Sul, possuindo forte caráter étnico.

Esta é uma realidade que se faz presente no Oeste do Paraná, pela sua recente colonização (décadas de 1940 a 1960) e pela construção de diferenciações étnicas que colocavam os *colonos* selecionados para re-ocuparem aquele território, enquanto “tipo humano superior” aos demais que ali se encontravam. Considero que se recupera e se reafirma um movimento, já instaurado em períodos históricos anteriores, na região Sul, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Neste espaço, o modelo de ocupação implicou a construção das colônias e das *linhas*. A *picada* ou *linha* na região Sul não foi apenas via de comunicação entre as comunidades rurais, mas foram elas próprias tidas como sinônimo de comunidade rural, pois foi através das *picadas*, *linhas* ou estradas abertas e ladeadas por lotes ocupados por imigrantes ou seus descendentes que se formaram os povoamentos, com certa regularidade na distribuição espacial dos lotes (SEYFERTH, 2004; 2009). As “picadas” ou “linhas” constituem um dos elementos da identidade do campesinato, no Sul do Brasil (WOORTMANN, 1995).

As companhias colonizadoras administravam os empreendimentos e garantiam, que assim, fosse ocupado o suposto “vazio espacial”. Gerava-se, desta forma, o fenômeno da invisibilidade do “outro” (indígenas e caboclos), enquanto constitutiva da legitimidade da ocupação e o direito à terra exclusivamente pelo cumprimento de um modelo moral, do trabalho e da contenção atribuídos aos *colonos*.

Tem-se a afirmação identitária, através das diferenças, construída nas relações dos *colonos* com os *assentados* que, em momentos anteriores na história, afirmaram-se diante dos indígenas e dos *caboclos*⁵, negando-lhes sua humanidade e a legitimidade das “posses” das terras. Esta dinâmica das identidades e diferenças é re-significada/re-elaborada para aqueles que, hoje, não detêm propriedade e nem posse da terra: os *sem-terra*, categoria que emerge em meados dos anos de 1980 conquistando, depois, os primeiros assentamentos na região e a condição social de *assentado*.

A expressão *sem-terra* é indicativa daqueles que não obtiveram êxito no acesso à terra, ou perderam, foram expulsos ou expropriados, mas ainda aí se realizam, a partir dos valores que lhes são constitutivos.

Possuem uma identidade negativa diante da falta da terra, pré-condição de uma existência com relativa autonomia para o campesinato, ao adotarem o termo *sem-terra* e

⁵ O *caboclo* e o indígena, pela forma de trabalho e ocupação da terra, que não valorizava a sua propriedade privada e cartorial, são deslegitimados no seu direito e acesso à mesma, tanto pelo Estado, quanto pelos *colonos*, que participaram dos projetos de colonização dirigida (ABRAMOVAY, 1981; (SCHREINER, 2002).

não se reduzirem a vítimas passivas, tentam positivar suas identidades por meio das lutas pela terra e na terra, visando atingir o que consideram moralmente correto. Tal assertiva é válida nos casos aqui estudados, que são de assentamentos antigos, com mais de 30 anos e que tiveram suas lutas impulsionadas em meados da década de 1980 tanto no Sul como no Nordeste.

Obviamente, não se ter terra não cria uma aliança identitária automática. Ao contrário, estamos diante de uma situação na qual ser *sem-terra* não é sinônimo de ser *colono* ou *agricultor*, pois se estabelecem diferenciações muitas vezes perpassadas por estigmas.

O estigma (GOFFMAN, 1988) funciona como um tipo de violência para encaixar, no modelo de sociedade que valoriza a propriedade privada da terra, enquanto mercadoria, silenciando-se o passado histórico de formação de certos latifúndios, por meio da prática de *grilagem*.

Sendo assim, o processo de estigmatização pode funcionar, parcialmente, para desmobilizar os movimentos sociais do campo e a luta pela Reforma Agrária, ao ser conjugada com outros tipos de violências simbólicas (BOURDIEU, 1998) e físicas, chegando-se ao extremo da eliminação existencial do “outro” *sem-terra*, que lutava e luta pela democratização do acesso à terra no Brasil.

Em pesquisa anterior (SCHENATO, 2011), percebi a predominância de auto-classificações positivas por parte dos *colonos*; isto significava a des-classificação, em termos negativos, dos *assentados*, quando referidos a aspectos definidores da identidade de *colono*. Ao classificar o outro enquanto *assentado*, estabelece-se uma negação e uma diferenciação com relação ao *colono*. Deste modo, nas relações entre estes dois grupos, os *sem-terras-assentados*⁶ são vistos como “inferiores”, pelos seguintes motivos: primeiro, não são tão trabalhadores como eles; segundo, não valorizam a terra, por isto vendem os lotes; terceiro, não detêm o título cartorial da propriedade, o que dificulta para os mesmos fazerem financiamentos e quarto, não sabem aproveitar os recursos de políticas públicas.

No entanto, é importante salientar que, naquela realidade, não se percebe unilinearidade, homogeneidade ou bipolaridade na relação entre estes dois grupos, mas uma realidade complexa, constituída por continuidades e descontinuidades, afirmações e negações que implicam processos dinâmicos, envolvendo fluxos e negociações entre

⁶ Trata-se dos *sem-terras* que se tornaram *assentados*, mas que ainda carregam a “mácula” do termo *sem-terra*.

as diferentes categorias de identificação. Embora *colonos* e *assentados* compartilhem de uma mesma “identidade coletiva mais geral, que apela à condição camponesa” (SEYFERTH, 2011), há distinções que podem ser entendidas a partir da hierarquia social local, de critérios socioeconômicos e do passado da colonização.

Assim, percebe-se que os estigmas em relação aos *assentados* diminuem quando os mesmos são originários de comunidades próximas aumentando, como consequência, a sua aceitação pela comunidade vizinha; quando conseguem acessar o lote após a compra dos primeiros titulares e quando as suas condições materiais são melhores, pois consideram que os mesmos se aproximam mais de sua “ética de trabalho”, caracterizada pelo “trabalho árduo”; e o “saber trabalhar” explicaria porque alguns são “bem sucedidos” material e socialmente, enquanto outros não. De acordo com esta ética, teria direito à terra aquele homem que se esforça e sabe fazê-la produtiva.

Diante dos limites históricos do Estado brasileiro na perspectiva de realizar uma ampla reforma agrária no país, que democratize efetivamente o acesso à terra, são as lutas sociais travadas pelos movimentos sociais rurais, na base da pressão e em meio a tensionamentos diversos, que conseguem desencadear a intervenção estatal para a efetivação dos assentamentos rurais. Estes, por sua vez, ocupam um espaço cada vez mais destacado, não só em termos de presença física, mas também simbólica e política, de tal modo que a identidade dos que a eles se associam, passa a ser discutida, confrontada, modificada e positivada.

Os assentamentos rurais não são lugares de pessoas totalmente desterritorializadas, nem muito menos daqueles que estão ali de forma efêmera e, por isto, não podem ser compreendidos enquanto incapazes de comportar identidades construídas historicamente e vinculadas ao contexto de relações sociais locais. Ao contrário, ao se constituírem em situações nas quais se defrontam, se confrontam, ou melhor, se relacionam com outras formações sociais, geram um cenário extremamente vivo para a pesquisa.

Neste sentido, a compreensão de categorias sociais que compõem o rural brasileiro e suas respectivas relações, crenças, valores, visões de mundo, identidades e diferenças, se constitui em grande área de interesse para as ciências sociais (WANDERLEY, 2000a).

O campesinato pode ser entendido enquanto categoria social e histórica, que varia de acordo com as diferentes situações e possibilidades objetivas. Na apresentação

elaborada pelo conselho editorial da Coleção História Social do Campesinato⁷, discute-se como não parece adequado pensar o campesinato por um único prisma como, por exemplo, apenas pelos aspectos econômicos. Mesmo as diferentes categorias de autoidentificação ou os termos gestados localmente, são elaborados de forma contextual, são particularidades que refletem a diversidade da condição camponesa.

Entendo, portanto, por categorias sociais rurais, estas formas de autoidentificação gestadas nos processos sócio-históricos e que servem de autoidentificação nas interações cotidianas do presente, na relação de coexistência com outros grupos e nas diferenças sociais relacionais. Assim, as práticas dos agentes sociais possuem múltiplas dimensões, incluindo aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais produzidos e reproduzidos pelo campesinato, no cotidiano vivido.

Academicamente, existe um esforço para construir categorias analíticas que abordem o campesinato em seus aspectos generalizáveis, ou seja, no que há de comum como, por exemplo, o trabalho familiar na terra, a moral camponesa, o balanço entre trabalho e consumo, as relações de reciprocidade locais e trocas mais amplas com o mercado, dentre outros aspectos. Embora seja necessária a reflexão teórica mais geral, o conhecimento das Ciências Sociais não descarta a possibilidade de pensarmos a diversidade da condição camponesa, nas suas particularidades.

O campesinato, ao coexistir com outros agentes sociais, pode ser entendido enquanto categoria política, “reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos” (GODOI, MENEZES & MARIN, 2009, p. 11).

Um dos aspectos que tem chamado a atenção de alguns pesquisadores do mundo rural, nos últimos trinta anos, são os processos de assentamento rural e a multiplicidade de fatores envolvidos, que ultrapassam em muito a realidade dos assentamentos em si, enquanto unidades de análise, envolvendo outros atores, como o Estado, ONGs, Movimentos Sociais e técnicos, além dos próprios pesquisadores e agricultores vizinhos.

Uma nova categoria social gestada no campo, resultante da luta política pela terra, são os *assentados* da Reforma Agrária, que são protagonistas dos processos sócio-históricos, engajados na tentativa de democratizar a terra, o que se concretiza no espaço social e simbólico do assentamento, coexistindo com outras categorias sociais do

⁷ Publicada pelo NEAD – Núcleo de Estudos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, em parceria com a Editora da Unesp, durante o ano de 2009.

campo, como outros produtores agrícolas circunvizinhos, trabalhadores rurais volantes e *fazendeiros*.

Deste modo, podemos dizer que os assentamentos causam “impactos” nas realidades regionais. Leite *et al* (2004) demonstra que tais “impactos” são, em sua maioria, positivos nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, tanto na vida dos *assentados* como na do seu entorno. Neste sentido, a viabilidade social da democratização da terra se dá, também, por meio de estudos acadêmicos, que questionem e investiguem para além de um “senso comum” pautado no desconhecimento sobre os agentes sociais presentes no rural brasileiro contemporâneo.

Existe, aí, um jogo que adentra a esfera política, onde a autoridade acadêmica reforça definições, prediz e também condiciona a atuação política, ao influenciar as políticas públicas por um lado e, por outro, encaminhar uma ação política. Assim, existe uma dupla hermenêutica (GIDDENS, 1989) entre a academia, influenciando políticas públicas e as práticas políticas e sociais, com a autoidentificação dos “agricultores familiares”, por conta do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, em alguma medida, altera os universos sociais pesquisados.

A emergência de novas categorias sociais, a partir da luta pela terra, faz parte dessas novas dinâmicas que alteram os territórios e geram novas teias de relações e de reciprocidade entre vizinhança. Isto implica a redefinição de alianças e solidariedades, como também tensionamentos, não somente no interior dos assentamentos, mas no entorno dos mesmos.

As comunidades circunvizinhas de agricultores são alteradas e há um conjunto de expectativas, que podem ser frustradas ou comprovadas, des-fazendo-se estereótipos. Enfim, pode haver limites e possibilidades na interação entre *assentados* e não *assentados*, gerando uma situação, em certa medida, nova para os estudiosos do rural. Anteriormente, os que eram definidos e interpretados se encontravam menos aptos a tomarem nas próprias mãos a capacidade de enunciação. Com as mudanças que vão sendo constituídas, passamos a ter os próprios atores/agentes se dizendo e reivindicando um lugar e um modelo de identidade, tanto individual como coletiva, a partir de lideranças, representantes e intelectuais com ligação orgânica com os grupos sociais rurais.

Estudiosos como Wanderley (2003a) percebem que, nos estudos sobre movimentos sociais, um aspecto pouco enfatizado é o de que “os atores que participam de atos como ocupações de terra sentem uma forte necessidade de justificá-los, de

forma a assegurar a legitimidade de suas ações” (WANDERLEY, 2003^a, p. 240). O próprio engajamento na luta não se faz sem considerar o que é socialmente aprovado, repercutindo no enfrentamento do que é considerado como ilegal, ilegítimo e não válido e ocasionando tensões internas, pois a legitimidade das ações de ocupações se choca, muitas vezes, com uma “ordem moral arraigada na cultura do trabalhador e pequeno agricultor do interior” (*ibidem*), que é compartilhada pelos que lutam pela terra.

Até onde a propriedade efetiva da terra pode significar a garantia da reprodução social da família na busca por condições dignas, com base em um determinado padrão considerado ideal para a realização do projeto familiar? A terra, que significa o ponto de chegada pode, em um momento distinto, ser o ponto de partida (SILVA, 2004; 2006). Deste modo, o rural pode ser o lugar dos encontros, das trocas, das reciprocidades e solidariedades, assim como pode ser o lugar dos desencontros, desilusões, disputas e conflitos. Pode se dizer que a terra faz parte de um projeto maior de realização da reprodução com base em um *ethos*⁸ camponês e de uma ordem moral (WOORTMANN, 1990) partilhada pelo grupo.

Logo, as questões que se colocam são: *quem são esses que sonham com a terra? Como se veem? Como são vistos e medidos?* Com toda a certeza, há um espaço no qual se confirmam e se deslocam certas compreensões sobre estes agentes sociais do mundo rural.

A formação de um dado território é perpassada por relações de poder, em que as identidades e as diferenças são processadas dialeticamente, em meio a processos de apropriação/expropriações materiais e simbólicas (HAESBART, 1997). Saliente-se que o território, para Haesbart (1997), é multidimensional, incluindo aspectos políticos, culturais e econômicos. Portanto, território, territorialização e desterritorialização se inserem num campo de poder que envolve apropriações físicas, materiais e, também, imateriais e simbólicas.

Considerando que toda identidade se processa relacionalmente, a inserção de novos agentes sociais em um território (HAESBAERT, 1997), a partir do acesso à terra repercute, também, na vida social dos grupos que ali constituíam o cenário local,

⁸ O *ethos*, geralmente, é traduzido como modo de vida, mas especificamente, aqui, tomamos o sentido dado por Bourdieu (1983) enquanto um dos componentes do *habitus* e que remete aos valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana. É um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos, ou seja, uma ética prática, um senso prático elaborado a partir de um “modo” ou “estilo” de vida específico.

estabelecendo novas relações sociais que repercutem na sociabilidade e na visão de mundo dos grupos envolvidos.

Sendo assim, ao analisarmos os processos históricos e as relações sociais do presente, em cada campesinato específico, tendo como *locus* privilegiado os assentamentos e suas relações e fluxos sociais, as influências mútuas resultantes das interações sociais, das relações recíprocas entre si e com os “outros”, podemos contribuir para o avanço do conhecimento a respeito do campesinato em geral, no entendimento de algumas de suas categorias sociais e de situações análogas às aqui analisadas.

Tanto nas lutas mais amplas pela terra, por recursos e políticas públicas, como nas lutas cotidianas para se reproduzir socialmente, uma via de interpretação possível é que tais lutas são travadas em meio a relações de alteridade que envolvem um *eu* e um *outro* (ou vários *outros*), produzidos numa relação de poder, como enfatizam Hall (2005) e Woodward (2007). A identidade, tal como a diferença, é uma relação social que envolve disputas entre os grupos sociais. Ainda de acordo com os autores, a disputa pela identidade envolve disputas mais amplas, em torno de recursos simbólicos e materiais da sociedade. O “outro”, assimetricamente situado e hierarquizado, pode sofrer um processo de desqualificação social, com o intuito de deslegitimá-lo ao acesso a terra, por exemplo.

A luta pela terra para o campesinato, no Sul e no Nordeste do país, sempre esteve presente na história dos diferentes grupos que a buscaram defrontando-se, por vezes, entre si, e com a alta concentração de terras garantida por meio da violência física e simbólica, fica explícito que a terra, enquanto uma mercadoria, impossibilita o seu acesso democrático por outros meios, a não ser pela compra.

Historicamente, o campesinato brasileiro teve participações efetivas na sociedade; observaram-se revoltas associadas a um senso de justiça e visão de mundo que se contrapunha ao Estado brasileiro, em momentos difíceis para os camponeses, que implicou grande violência, como é caso de Canudos (1896-1897), da Revolta do Contestado (1912-1916) e das Ligas Camponesas (1954-1964), dentre outras. Não somente expressou e tentou fazer valer seus interesses, por meio de revoltas coletivas como, também, a sua adaptação e resistência se deram através de lutas cotidianas.

O campesinato brasileiro lançou mão de algumas estratégias para manter-se na terra ou acessá-la precariamente, tais como a parceria estudada por Antonio Cândido (1998) em São Paulo e outras formas de acesso precário, geralmente na relação

assimétrica com a grande propriedade. Isto envolve desvantagens na produção e incertezas de continuidade na terra, tais como o *colono* deserdado da terra que busca trabalho, demonstrado na trajetória da minha própria família, assim como o *posseiro* e *arrendatário* no Sul e o *foreiro* e *morador* no Nordeste brasileiro⁹.

Então, podemos dizer que a condição camponesa, no Nordeste, é historicamente muito distinta daquela que condiciona os camponeses no Sul do país. A relação entre terra, trabalho e produção para a exportação, implicou um desenho muito peculiar. No litoral nordestino, é trabalho constituído a partir da agroindústria exportadora açucareira, onde a mão de obra se aproxima do modelo escravo ou a própria mão de obra é escravizada, fator que se dissemina nas relações de trabalho. No interior temos, então, outros modos pelos quais se cria a dependência, em parte gerada devido a não garantia do Estado ao acesso à terra e nem a titularidade da mesma, que era do patrão/dono da grande unidade de produção e que, geralmente, subordinava os *moradores*.

Ao fazer um estudo comparativo entre os *colonos* do Sul e os *sitiantes* do Nordeste, Woortmann (1995) identifica diferenças significativas, mas também semelhanças entre estes dois grupos rurais. Apesar das diferenças étnicas entre eles, há identidades de sistemas sociais rurais, tais como: instituições de casamento, herança e compadrio, nos diz a autora.

Atentando para o fato de que, entre os *colonos* do Sul, a condição de proprietários legais de terras estava implícita nos próprios projetos de colonização¹⁰, Ellen Woortmann (1995) demonstra que o mesmo não ocorreu no Nordeste e que, nesta realidade, os *sitiantes* se defrontaram com a fazenda pecuarista, por serem *posseiros* e não deterem a titulação das terras pelo Estado. Assim, terminaram enfrentando desafios que condicionaram a própria reprodução. Esta posse, sem base legal, se apoiava na apropriação familiar e era legitimada pelo trabalho, predominando as regras de parentesco na sucessão da posse e uso da terra. O acesso à terra, na área da Mata e do Litoral nordestino, desde o período colonial, se fez sob a égide da grande propriedade, seguindo o modelo latifundiário agroexportador. Com a situação do Agreste e do Sertão

⁹ Para algumas discussões a este respeito, o leitor pode consultar na coleção de livros História Social do Campesinato Brasileiro (NEAD/Editora Unesp), lançada em 2009, onde encontrará alguns estudos sobre estas categorias sociais.

¹⁰ A “dualidade” propriedade-posse vai estar presente em todo o processo de ocupação, nas áreas mais ao Oeste da Região Sul, sendo a propriedade ligada ao *colono* e, a posse, ao *caboclo* (TAVARES SANTOS, 1994).

se traçarm outras formas de dominação e subordinação, criando aí os *moradores*, dependentes do pacto moral do patrão.

Retomando, ainda, aspectos histórico-sociais dos processos de ocupação e posse da terra, Woortmann (1995) enfatiza que houve conflitos históricos entre *criadores* e *lavradores*, principalmente após a Lei de Terras de 1850, em que as posses dos *lavradores* se configuraram em terras devolutas, dando aval para os pecuaristas invadirem seus roçados.

Não apenas esta importante obra de Ellen Woortmann (1995), como também outras que abordaram o Nordeste (ANDRADE, 1986; HEREDIA, 1979; GARCIA JR. 1983, 1989; LANNA, 1995; MENEZES, 2002a) demonstram que existem peculiaridades nos processos de posse, ocupação e vivências na terra; as estratégias para manutenção do patrimônio familiar e aspectos socioculturais que compõem a diversidade camponesa da região Nordeste a diferenciam do Sul, mesmo mantendo-se importantes semelhanças.

Estes processos histórico-sociais, tanto no Sul como no Nordeste, discutidos aqui neste estudo, nos nortearam no entendimento e nas observações das relações sociais atuais entre as diferentes categorias sociais no rural, em cada região e com a sociedade mais ampla.

Diante desta percepção, parti da seguinte *problematização*: verificar como se processam as relações sociais e identitárias entre os *assentados*, com seus vizinhos e demais agentes sociais não-*assentados* do município de Esperança, no Agreste da Paraíba, ao mesmo tempo em que procurei indagar sobre proximidades e distanciamentos em termos de fatores históricos, sociais, econômicos e culturais, fazendo um paralelo com as relações sociais e identitárias que caracterizam *assentados* e *colonos* do município de Cascavel, no Oeste do Paraná.

Esta pesquisa, portanto, teve como *objetivo geral* verificar e compreender o processo de construção de identidades sociais e as relações que se estabelecem entre os *assentados* e seus diversos “outros”, em duas áreas rurais diferenciadas nos Estados da Paraíba e do Paraná.

Persegui, neste estudo, os seguintes *objetivos específicos*: 1) Analisar os processos sócio-históricos e sua relação com a formação dos assentamentos estudados nos dois Estados; 2) Verificar como se estabelecem as relações sociais entre os pertencentes aos assentamentos e seus diversos “outros” nos dois Estados, traçando um paralelo entre os dois casos estudados, 3) Discutir como, nessas relações, são

construídas as identidades sociais dos referidos grupos, com relação à diferença e por meio da memória dos grupos; 4) Perceber determinadas semelhanças e diferenças existentes entre os dois campesinatos, levando em conta os contextos específicos em que estão inseridos; 5) Pesquisar as possíveis alianças e conflitos sociais existentes.

Com o intuito de orientar as discussões e a pesquisa, levantei quatro hipóteses iniciais, que me guiaram e que, no desenrolar do trabalho, foram confrontadas.

Uma primeira hipótese foi a de que a identidade étnica e política de *colono* seria um elemento importante na relação entre os colonos e os *assentados* no Sul do País. Tal relação, no Nordeste, remeteria a uma identidade sócio-política ligada aos vínculos de *patronagem* e dependência, ao menos na região específica, em foco neste estudo.

Outra hipótese foi a de que os processos sócio-históricos mais amplos e os contextos onde estão inseridos *agricultores*¹¹ e *colonos* diferem entre si; não obstante, é possível ver aproximações entre as duas realidades (do Sul e do Nordeste), no que tange a relações familiares e de parentesco, de vizinhança, de gênero, de poder, do trabalho familiar com a terra, o que nos faz propor um diálogo com categorias de análises que enquadram as distintas formas camponesas.

Uma terceira hipótese foi a de que o Estado, enquanto fomentador de políticas públicas e sociais (inclusive na distribuição da própria terra), intervém diretamente nas condições sociais de existência dos *assentados* da Reforma Agrária, tornando-os “distintos” do campesinato do entorno do assentamento, tanto no Nordeste quanto no Sul. Ou seja, são distintos, são percebidos enquanto tal e se percebem enquanto distintos.

Por último, trago para as discussões a ideia de que as fronteiras sociais entre os grupos não são fixas, havendo afirmações e negações, alianças, conflitos e cooperações que denotam fluxos sociais não havendo, portanto, identidades essenciais, mas construções identitárias processadas relacionalmente, no interior dos próprios grupos e nas relações com os seus “outros”. Contudo, parece haver limites para a união e

¹¹ Na zona rural de Esperança – PB, o termo local recorrente para os seus habitantes se auto-denominarem é o de *agricultor*. Pode haver complementos ou ser trocado, como no caso do *agricultor-assentado*, ou do agricultor que está tradicionalmente na terra de sua família, condição frequente de se encontrar na comunidade rural de Lagoa Verde, vizinha ao Assentamento Bela Vista. Em Lagoa Verde, aqueles *agricultores* também são classificados como *herdeiros*, ou que trabalham na *terra de herdeiros*, diferenciando-se daqueles que trabalham de *alugado*, ou seja, para os outros, em troca de dinheiro. No entanto, o *herdeiro* geralmente está numa terra com muitos herdeiros; assim, muitos migram e, devido ao bloqueio fundiário que dificulta a reprodução social de todos da família, torna-se prática comum trabalharem de *alugado* para os outros *agricultores* ou, mesmo, na Usina de Lixo da Prefeitura (que fica na comunidade), através de um “contrato” que depende de relações clientelísticas.

solidariedade, pois se constrói um mundo social, na relação com o diferente, opondo e hierarquizando as distintas posições sociais.

Procurando superar os limites presentes em cada método e técnica de pesquisa, construí o caminho metodológico conjugando a observação participante, entrevistas orais e a manutenção diária de um caderno de campo, a partir das incursões nas comunidades estudadas, procurando compreender a especificidade da identidade de *colono e assentado* (no Sul), de *agricultor* (no Nordeste), suas construções sociais, suas várias classificações e relações internas naquela comunidade, assim como compreender as relações sociais e identitárias envolvidas na categoria social *assentado*.

O trabalho de campo, para Junker (1971), envolve um processo social complexo, no qual o pesquisador entra em um relacionamento com aqueles que observa e parte para a tomada de conhecimento da situação local. Durante este processo, é pertinente questionar o próprio trabalho de campo fornecendo, para si mesmo e para as pessoas em cada situação, respostas sobre sua própria identidade e sobre o motivo de estar ali (JUNKER, 1971).

Ainda de acordo com Buford H. Junker (1971), além de o pesquisador estar atento aos diferentes modos de se obter informações (voz, sentimentos, gestos sociais, ou por meio de objetos e documentos), as distinções efetuadas ao selecionar o que comunicar e para quem comunicar deve, igualmente, levar em consideração o processo de comunicação, indo do que é emitido para o público, passando pelo que é seguro falar e expor, para os confidentes em que se tem confiança, para quem se confia um segredo e se evita falar a um estranho e, chegando até mesmo ao falado, no privado ou pessoal de um indivíduo.

Durante o exercício da pesquisa, é importante exercer a faculdade de *olhar*, *ouvir* e *escrever*. De acordo com Oliveira (2000), estes são “atos cognitivos” que podem parecer muito familiares, mas não estão livres do questionamento acerca de si mesmos, pois nosso *olhar* e *ouvir* são influenciados por nossa formação acadêmica e é através de tais atos que conseguimos construir o conhecimento. Ao dialogar com Clifford Geertz na obra *Trabalhos e vidas: o antropólogo como autor*, Cardoso de Oliveira (2000) deixa claro que os atos de *Ouvir* e *olhar* estão inter-relacionados e são complementares, durante a etapa do trabalho de campo, ou seja, do *estando lá* (*being there*); já o *escrever* é onde se desenrola a construção final do trabalho e o conhecimento se torna mais crítico, sendo confrontado com o *estando aqui* (*being here*) e, a partir da interpretação de e no gabinete urbano, partilhando de outros quadros de significação. O material de

campo, assim, sofre uma espécie de refração, pois todo o processo de escrever e de inscrever um discurso é influenciado pelo *estar aqui* e, portanto, é relativizado pelo confronto intercultural entre pesquisador e pesquisado, que continua durante a escrita.

Na antropologia social, a observação participante é uma técnica etnográfica que pressupõe o diálogo entre o pesquisador de campo e os “seus” pesquisados. Geertz (1978) nos esclarece que, desta interação, tem-se um duplo movimento interpretativo e, a partir da interpretação que os pesquisados fazem do seu mundo, o pesquisador de campo pode construir interpretações de segunda ou terceira mãos, ou seja, constrói uma leitura das leituras primeiras realizadas pelos pesquisados, que compartilham significados no seu universo social e simbólico. Contudo, no meu caso, este universo não me era totalmente estranho.

Neste sentido, o etnógrafo escreve um texto a partir dos, por assim dizer, textos escritos pelas pessoas que, ao viver, tecem os seus significados e dão sentido as suas vidas, de acordo com os seus universos simbólicos.

A realidade humana pode ser apreendida como um texto que servirá de matéria prima para a confecção do texto etnográfico e acadêmico, a partir das observações, participações, vivências, posteriores descrições, transcrições e reflexões teóricas e interpretações do cientista social.

Além da *observação participante*, foi necessário utilizar da técnica da *entrevista aberta*, por meio de uma conversa informal, onde introduzi os temas e procurei manter um clima amigável, ouvindo mais do que intervindo, procurando não interromper no desenvolvimento das falas dos entrevistados, deixando-os livres para falarem. Foram abordadas questões referentes à história, trabalho, relações sociais, cooperações, conflitos, classificações sociais, dentre outras que apareceram “espontaneamente”, nas entrevistas e no trabalho de pesquisa de campo. Deste modo, com o passar dos dias e com o desenvolvimento do trabalho de campo, os roteiros das observações e entrevistas orais foram revistos e modificados.

A própria entrevista pode ser entendida como processo social, que envolve ações e interações sociais entre o pesquisador e os entrevistados. A entrevista, muito além de uma mera forma de obter dados, possui um caráter dialógico, onde não só é um encontro entre pessoas de distintas trajetórias e posições sociais, mas um encontro entre mundos diferentes e, por vezes, distantes. No meu caso, a distância da academia foi contrabalanceada pela familiaridade de minha origem social de filho de agricultores. Isto me era vantajoso em alguns aspectos, por fazer fluir a entrevista como se fosse uma

conversa, com trocas de informações aparentemente “espontâneas” embora, em outros momentos, houvesse abreviações de respostas, por entenderem que eu já sabia a respeito do assunto.

Assim, a entrevista, enquanto um processo social e dialógico, nos remete a pensarmos que os entrevistados possuem capacidade não só de refletirem sobre as narrativas construídas no momento em que são enunciadas e em dias posteriores. Mais do que isto, conseguem controlar suas impressões, manejando seus discursos conforme o que pensam sobre a finalidade da entrevista e sobre quais seriam as intenções do pesquisador.

O método da História Oral me auxiliou para resgatar a memória dos envolvidos nesta pesquisa e, deste modo, permitiu o entendimento do jogo das identidades e diferenças, socialmente construídas e referendadas nos padrões ideais dos grupos a que pertencem. Tal método me permitiu, ainda, visualizar as classificações internas e externas, as construções sociais, as relações de poder e as visões de mundo dos *colonos*, *agricultores* e *assentados* aqui estudados.

Foram realizadas no Paraná, em 2011, quatorze entrevistas, sendo 8 (oito) com os *assentados* do Assentamento Colônia Esperança e 6 (seis) com os seus vizinhos *colonos* da Linha São Roque, totalizando com 13 (treze) horas de entrevistas gravadas, transcritas e analisadas. Na Paraíba o trabalho de campo foi desenvolvido entre os anos de 2012 e 2013, com a observação participante e um total de 10 (dez) entrevistas com os assentados em 16 horas gravadas, transcritas e analisadas.

A escolha dos entrevistados foi conforme os campos de pesquisas iam sendo construídos e as redes de relações com o pesquisador eram constituídas, privilegiando inicialmente, os agricultores mais antigos do lugar, que participaram das lutas e que tinham afinidades com os meus interlocutores mais próximos, com o tempo, entrevistei, inclusive, aqueles que não me eram indicados pelos demais.

De acordo com Montenegro (2001), o trabalho da História Oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que, comumente, era conhecido através da versão produzida pelos meios oficiais. É necessário considerar que a representação do passado, que predomina na memória coletiva e individual, tem uma significativa participação no governo individual e social (MONTENEGRO, 2001). Assim, ao trazermos os relatos orais dos *colonos* e *assentados* do Sul e dos *agricultores* e *assentados* do Nordeste, estamos recriando uma realidade que, apesar de selecionada

da memória destes, diz respeito aos processos sociais e históricos do contexto social a que pertencem.

A memória coletiva não é apenas conquista; é, acima de tudo, um instrumento de poder através do qual é possível fazer a relação entre história, presente vivido e projeções futuras (LE GOFF, 1996). Mesmo os aspectos não lembrados, silenciados ou não trazidos nos relatos devem ser percebidos pelo pesquisador, pois fazem parte da construção das identidades e do grupo social. O silêncio indica, ainda, a presença-ausência, como são os casos de morte e de ameaça de violência física e/ou simbólica.

O trabalho da memória deixa transparecer a demarcação de identidades, sendo possível relacionar as lembranças individuais acionadas no presente, mas referidas aos grupos a que o indivíduo pertence e também aspectos que dizem muito sobre a sua identidade, como o gênero, a classe, a família, ao trabalho (MENEZES, 2005). A lembrança individual pode ser entendida enquanto resultado de interações sociais dos indivíduos que, como membros do grupo, sustentam, dão força e duração para a memória coletiva (HALBWACHS, 1990). A memória, para além do individual, é social. Menezes (2005), utilizando Halbwachs (1990), vai dizer que o recordar o passado se faz na reconstrução, a partir de representações, práticas sociais e interações com os outros no presente. O ato de lembrar inclui as transformações da história da pessoa e do grupo, bem como alterações no ambiente que repercutem na transformação da memória:

Assim, a memória “individual” sempre está relacionada à memória do grupo. Quando lembramos é porque os outros, a situação presente nos faz lembrar. Pois, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado (MENEZES, 2005 p. 32).

Existe um trabalho de construção da memória que é tanto individual como social e está ligado tanto à identidade pessoal quanto à identidade dos grupos que têm a ver com a coerência e continuidade dos mesmos no tempo e no espaço:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 205).

Além destes aspectos, é preciso considerar que existe uma seletividade da memória, pois, como bem coloca Michael Pollak (1992), ela seleciona o que guardar, não grava tudo, ela é herdada e sofre, ao mesmo tempo, com as circunstâncias do

momento em que está sendo expressa. Se a memória é individual e social, também pode ser herdada e, assim, está intimamente ligada à identidade, de como a pessoa ou o grupo percebe a si mesmo, de como representa e apresenta a imagem de si, do seu grupo para os outros, buscando o reconhecimento:

Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida, referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros [...]. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 205).

Tanto a identidade quanto a memória são relacionais, no sentido de que se referem aos outros e, portanto, não se fecham em si mesmas, são processuais e negociadas com os outros. Tanto a memória como as identidades podem fazer parte de disputas sociais intergrupais, no reconhecimento de suas interpretações sobre o passado como as mais legítimas. A memória coletiva aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo, profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994, p. 46).

A História Oral pode ser entendida como uma área de conhecimento, que tem como perspectiva incluir na História dos comumente excluídos das memórias oficiais. Ela é, também, uma metodologia de pesquisa que valoriza as fontes orais, ligando a perspectiva teórica e a prática, devendo ter todo o cuidado metodológico, desde a abordagem dos entrevistados até como transcrever e tratar os dados coletados.

Assim, a História Oral nos auxilia na construção de dados, a partir da utilização do gravador de som, ou seja, por meio de procedimentos técnicos que não estão isentos de uma perspectiva epistemológica e ideológica, ao focar a história “dos de baixo” e vista pelos próprios, dando visibilidade aos excluídos das versões oficiais e permitindo questionar as desigualdades sociais construídas e legitimadas historicamente.

Além disto, a História Oral, enquanto metodologia de pesquisa acadêmica, permite captar não só a identidade social e coletiva dos grupos estudados, mas também as subjetividades dos indivíduos envolvidos nas tramas de significados, nos seus dramas vividos, ritmos e múltiplos olhares entre “o dizível” e o “indizível” (QUEIROZ, 1988).

Se a memória do passado é seletiva (POLLAK, 1989; 1992), as narrativas são igualmente produções sociais e posicionadas de acordo com os diferentes atores. As

disputas pela memória, a seleção do que se coloca em evidência e do que se silencia, deixam transparecer as identidades, as fronteiras sociais e as respectivas (des) classificações dos “outros”, dentro e fora das comunidades rurais aqui estudadas.

Assim, a memória está vinculada à identidade e ambas estão imbricadas uma na outra, enquanto construções subjetivas e sociais. Se, para um cientista positivista, um “erro” da memória é entendido como uma afronta à “verdade dos fatos”, tal “erro” da memória, em fontes orais, bem como as mentiras, os mal entendidos ou, mesmo, dados desconexos, não devem ser desconsiderados pelo pesquisador que, a partir dos achados, pode tentar traçar os significados dos mesmos para aqueles que os enunciaram, relacionando com o contexto social em que foram produzidos (PORTELLI, 1997).

No decorrer do trabalho de campo, em 2011, entre *assentados* e *colonos* no Oeste do Paraná e, em 2012 e 2013, na Paraíba, além da observação participante, foi utilizada a metodologia da História Oral, através de entrevistas abertas e semi-estruturadas por um roteiro flexível, que podia ser alterado no decorrer da pesquisa. As entrevistas, aqui são entendidas, elas mesmas, enquanto processos sociais que envolvem interações entre o pesquisador e aqueles com os quais se estabelece relações, a partir do trabalho de campo (BOURDIEU, 1999; 2007). Durante o processo de entrevista, é preciso levar em conta que as narrativas são diferenciadas, de acordo com os posicionamentos e identidades dos entrevistados; por conseguinte, as entrevistas não são procedimentos engessados, pois “trata-se de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses” (MENEZES, 2005, p. 28).

Numa perspectiva teórica e prática, a História Oral, aliada a outras formas de conhecer a realidade social, contribui para o questionamento da “neutralidade” científica, tão necessário para o desenvolvimento de uma ciência social engajada (SILVA, 2006), conectada com as questões sociais do seu tempo.

O registro escrito dos grupos considerados “sem vez” e “sem voz” pode ser considerado uma postura política, por parte do pesquisador, que dá a condição àqueles grupos de entender o seu próprio passado, objetivando travar lutas futuras. No entanto, esta perspectiva militante precisa ser contrabalanceada por uma preocupação em não reproduzir e reafirmar estruturas de poder (MENEZES, 2005), correndo o risco de realizar uma história oficial, ao ocultar desigualdades e relações antidemocráticas entre os próprios pesquisados ocultando, igualmente, as relações de poder assimétricas, as

disputas e os conflitos sociais no interior dos próprios “dominados”, idealizando identidades fictícias em prol de propagandas militantes.

Entendemos que o pesquisador deve ter o compromisso ético-político de restituir o material de pesquisa para as comunidades pesquisadas, mas também o compromisso de não ocultar possíveis relações desiguais, e de poder, no interior dos “de baixo”. É fácil cair na tentação de ocultar aspectos diversos que desagradam, por vezes, os militantes, que querem passar uma imagem sempre de vencedores, bem-sucedidos, unidos e homogêneos, principalmente no que se refere aos assentamentos rurais.

Se, por um lado, devemos ter este cuidado de não fornecer munição para o “inimigo”, que pode servir de argumento para deslegitimar as lutas sociais no campo; por outro, na qualidade de pesquisador acadêmico, a melhor postura é a de fazer o debate com o intuito de contribuir para que os próprios agricultores reflitam sobre as suas realidades, sobre si mesmos, se olhem e busquem enfrentar os obstáculos para efetivação de relações mais democráticas, solidárias e para superar dificuldades de se manter enquanto produtores agrícolas autônomos.

Como possibilidade de interpretação teórica sobre as relações sociais e identitárias entre os grupos entre si e com “outros” agentes sociais, tracei alguns eixos de análise que estão inter-relacionados e serão desenvolvidos no decorrer da tese.

Em um primeiro momento, as discussões que se seguem neste trabalho versarão sobre a construção de identidades sociais na contemporaneidade, além de abordagens acadêmicas e políticas a respeito do campesinato. Num segundo momento, discuti as formações sócio-históricas das duas regiões e algumas das implicações para a formação específica dos campesinatos estudados. Num terceiro momento, discuti aspectos de suas identidades socioculturais e políticas, utilizando do recurso à memória e da observação participante, sobretudo no terceiro e quinto capítulos.

No primeiro capítulo, dialoguei com as interpretações teórico-acadêmicas e políticas a respeito do campesinato, recuperando o debate sobre a diferenciação social e a continuidade de vida dos camponeses, com o desenvolvimento do capitalismo. Por um lado, certas interpretações teórico-políticas de que os camponeses eram resquício do passado, não servem mais para interpretá-los, sendo mais coerente entender que há continuidades e descontinuidades nos processos sócio-históricos do campesinato. Por outro lado, as tentativas de conceituação do campesinato de forma generalizada não conseguem dar conta tanto da diversidade de situações camponesas negando, por isto, as teses de que seriam sujeitos passivos diante das transformações mais amplas e das

circunstâncias que os envolvem. Diante disto, propus-me o entendimento teórico de que o campesinato possui capacidade de agência (GIDDENS, 1989; PLOEG, 2008), sendo agentes sociais do mundo moderno.

A discussão sobre as identidades e diferenças corrobora com o entendimento dos camponeses enquanto agentes sociais que, ao participar do jogo das identidades, constroem a si mesmos na relação com os “outros”. Tais identidades rurais, embora não sejam fixas, não estão totalmente soltas dos contextos sócio-territoriais a que estão referidas.

No segundo capítulo, trago discussões sobre como o campesinato que, desde o início da história social agrária brasileira, teve sua vida dificultada por relações de poder sedimentadas no controle tanto da força de trabalho, como do espaço agrário, em favor do latifúndio agroexportador. Saliente-se que o endosso legal da concentração fundiária se deu pela Lei de Terras de 1850, inaugurando o mercado de terras enquanto propriedade privada e dificultando o acesso de parcelas significativas do campesinato, que ficaram oficialmente excluídas do direito à posse definitiva da terra. No mesmo capítulo, discuto os processos sócio-históricos relacionados ao Nordeste e à Paraíba, percebendo a predominância do poder familiar e privado, que se sobrepõe ao poder público desde o período colonial, visando sempre o controle territorial por meio de oligopólios de famílias. Este poder privado terá continuidade durante o coronelismo da República Velha.

Neste período histórico-social, a cidadania era praticamente inexistente, deixando como legado uma herança autoritária que chega até os dias de hoje, refletindo-se na confusão do público com o privado, na política local e nacional e nas trocas de favores, clientelismos e patrimonialismos e em outras atitudes antidemocráticas, que não se resumem ao mundo social rural, mas que são ainda muito presentes nas duas realidades aqui estudadas, tanto no Sul como no Nordeste.

O sistema de morada manteve o campesinato “livre”, mas não “liberto”, por continuar “sujeito” ao senhor da terra. As transformações nas relações de morada geraram expulsões e conseqüentes resistências coletivas, em prol da manutenção do acesso à terra. As lutas pela democratização do acesso à terra foram retomadas após a derrocada da ditadura militar e surgiram, desde então, os primeiros assentamentos rurais na Paraíba, a partir da década de 1980.

A luta pela terra não é feita por pessoas com identidades totalmente diaspóricas (HALL, 2003) nem totalmente desenraizadas; ela é feita por meio da resistência em se

efetivar um projeto orientado por uma economia moral camponesa. Isto fica claro no terceiro capítulo, onde os *posseiros-rendeiros*, organizados coletivamente através da mediação da Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB, se envolveram no processo de luta social, motivados por um senso de justiça e reivindicando o direito costumeiro sobre a terra de que estavam sendo “expulsos”.

Procurei mostrar como a capacidade de agência e de resistência dos camponeses mudam não só os seus destinos, mas também os fazem participar de diferentes jogos sociais, que os permitem agirem no coletivo, na defesa de seus direitos e interesses. Podem trabalhar no coletivo em um dado momento e, em outro, com o assentamento já em processo de consolidação, acionam micro resistências, associadas a conflitos sociais que dividiram o assentamento, culminando na disputa entre duas associações que aglutinavam as famílias e que se identificavam entre si. Em outra ocasião, aqueles *assentados* puderam voltar-se a se *unir* para acessar créditos fundiários, por exemplo.

As dinâmicas sociais que movimentam o Assentamento Bela Vista, atualmente, são resultantes de processos sócio-históricos anteriores, a nível micro e macro social. Tais condicionantes dão os limites e, ao mesmo tempo, orientam o agir e interagir daqueles agricultores que, no presente, demonstram ter capacidade de resistência e de agência, ao operarem com a dialética entre a moral camponesa e as escolhas futuras, entre os iguais e os desiguais, entre coletivos e individuais, entre identidades e diferenças estabelecidas com os “outros” e entre eles mesmos.

A memória do grupo é disputada por aqueles que recordam, sob ângulos diferentes, histórias sobre o passado da *luta*, ou acontecimentos mais recentes, que são sempre interpretados no sentido de favorecer a si mesmos, perante o pesquisador e, enquanto destaque, perante os demais *assentados*. Isto prova que a memória é ela mesma produzida socialmente, nas interações sociais diversas, mas que o conflito social marca profundamente a memória daqueles que a enunciam ou, mesmo, silenciam. Assim, procurei, no terceiro capítulo, compreender o universo social daquele campesinato que mudou suas identidades de *posseiros* para *assentados* e que, hoje, chegaram à propriedade privada e definitiva da terra, reconhecendo-se enquanto *agricultores*. Percebe-se que manejam uma economia moral camponesa, que lhes dá subsídio tanto para agirem socialmente, como para resistirem, lançando mão de estratégias várias para continuar na terra e para *escapar da seca*, ao passo que pleiteiam políticas públicas e participam dos jogos sociais e políticos locais que ultrapassam os limites do assentamento.

Nas discussões presentes no capítulo 4, procuro desconstruir a visão de um passado supostamente homogêneo e harmônico na região Oeste paranaense, identificando a presença de “outros” e recuperando os conflitos sociais agrários, a partir da década de 1940. Demonstro como o processo de colonização se fez a partir da apropriação da posse da terra dos indígenas e *caboclos*, tidos como “intrusos”; posteriormente, os próprios *colonos* sofrem com a ação de *grileiros*, que geraram inúmeras expropriações e, com a crise do modelo colonial sulino, surgem profundos problemas sociais na região. É a partir dos anos 1980 que novas identidades sociais e políticas são gestadas, como as de *sem-terra* e de *assentado*, que tornam o quadro histórico-social da região ainda mais heterogêneo. De um contingente de expropriados ou com pouca terra, entre eles *meeiros*, *posseiros*, *arrendatários*, *bóias-frias*, *ex-colonos* e *caboclos*, emergem ações coletivas em torno do direito à terra. Tais identidades, ali construídas, podem ser pensadas em termos de continuidades e rupturas com um passado recente, que foi marcado por conflitos, (des) apropriações materiais e simbólicas, que repercutem na dinâmica social e cultural do presente e no *locus* da pesquisa, onde os *sem-terras* se tornaram *assentados* em meio a (des)encontros com os seus *colonos* vizinhos.

No quinto capítulo, busquei abordar o tema das identidades e diferenças, tendo como local de investigação o distrito rural de São Salvador/Cascavel – PR. Procurei compreender as interações entre membros da comunidade Linha São Roque, entre si e destes com o vizinho Assentamento Colônia Esperança. Tendo por universo os *colonos* e *assentados*, percebe-se que tais agentes sociais, ao interagirem no presente, tal como com relação aos agricultores do Nordeste, estão vinculados a processos sócio-históricos anteriores, que formaram as duas comunidades e que conformam o jogo das identidades e diferenças na atualidade.

Existe uma economia moral (THOMPSON, 1998) camponesa, que também pode ser notada no Nordeste, onde se pautam por garantir uma segurança para a reprodução social, se pautam por relações de reciprocidades, com um senso de justiça/injustiça e se referendam em valores morais que lhes são centrais, tais como a terra, o trabalho, a família e a (busca por) autonomia. *Colonos* e *assentados* se orientam por tal economia moral para agirem socialmente e nas relações com os “outros”, sendo que o modelo ideal de pessoa do lugar é o de *colono forte*, que divide com o *fazendeiro* o topo da hierarquia social local. Existem tensões internas e resistências cotidianas nas relações entre *fortes* e *fracos*, tal como notado no estudo realizado em Esperança - PB.

É perceptível que, nas duas comunidades analisadas no Sul do país, existem divisões internas e conflitos sociais entre os grupos, ou seja, o “outro”, assim como no caso analisado no Nordeste, é o próximo e é a si mesmo, ao recordarem suas histórias do passado, dos vizinhos e da própria família.

A inserção social dos que lutam pela terra na região Oeste paranaense (tal como na Paraíba) envolve resistências coletivas e cotidianas, com intuito não só de lutar pela terra, mas de permanecer na mesma. Assim, a ascensão à condição social de *assentado* envolve o enfrentamento de inúmeros obstáculos, entre eles o estigma (GOFFMAN, 1988), os conflitos internos com os próprios companheiros, durante a luta e depois, quando chegam à terra, deparando-se com a falta de infraestrutura nos assentamentos, desistências e vendas de lotes e com a ausência de apoio, em relações de reciprocidade com a vizinhança do entorno, dentre outros problemas. Mas, para aqueles que resistem nos lotes, fica perceptível que querem ser reconhecidos socialmente e, se possível, enquanto *fortes*.

Assim como no caso analisado no Assentamento Bela Vista em Esperança - PB, os *assentados* da Colônia Esperança, em Cascavel-PR, não aceitaram o trabalho coletivo e as imposições de fora. Isto não quer dizer que são incapazes de agirem coletivamente, isto só prova que são agentes sociais nos termos de Giddens (1989) e que conseguem, inclusive, resistirem acionando a economia moral camponesa, da qual um dos princípios é o trabalho familiar na terra.

A “forma assentamento” pode ser entendida enquanto um espaço social de afirmação de identidades, que se insere não só nas lutas materiais, nas lutas por melhorias das condições de existência dos que eram *sem-terras*, mas em lutas simbólicas, expressivas de que os “de baixo” também “vencem”. Os assentamentos, nos espaços agrários onde se inserem, influenciam o entorno e são influenciados pelo mesmo, com o qual interagem socialmente, sendo (re)produzidas identidades e diferenças, cotidianamente. São espaços sociais que permitem a refiliação e a recriação de vínculos sociais, reciprocidades, solidariedades, bem como conflitos e tensões, tanto internas quanto externas, com outros agentes sociais.

Nas considerações finais, procurei fazer um breve balanço do que foi discutido no decorrer da tese, privilegiando alguns aspectos que aproximam e que distanciam as duas realidades estudadas e retomando algumas das questões iniciais do trabalho.

CAPÍTULO 1

DEBATE SOBRE CAMPESINATO E TEORIAS SOBRE IDENTIDADE

1.1 Abordagens teóricas-políticas sobre o campesinato

No que se refere aos estudos sobre o rural e de seus habitantes, vale destacar que, nem sempre se percebeu uma consistência e uma importância teórica e política. O que podemos afirmar é que o campesinato foi visto como parte de uma formação que evoluiria e que a parte social com potencialidade implicaria numa leitura teórica que nem sempre cabia.

Porém, a dinâmica social implicou em espantos e descobertas e, além disso, os que estavam no campo ou que com eles se alinhavam ideológica e politicamente, fizeram com que a identidade fosse (re) colocada e passou-se a falar em Sem-Terra e em Agricultura Familiar a partir das décadas de 1980 e 1990 respectivamente.

Os camponeses já foram vistos como “atrasados”, “pobres” ou como membros de uma sociedade à parte. Tais interpretações orientaram políticas agrícolas impositivas de padrões de desenvolvimento rural excludentes.

Alguns trabalhos ressaltavam a importância da participação social e política dos camponeses no Brasil, (FORMAN, 1979; MARTINS, [1981] 1995), com a redemocratização, a intensificação das lutas por terra e por políticas agrícolas, passaram a ser reconhecidos enquanto participantes das arenas políticas ao encaminharem suas demandas para o Estado e concorrerem pelos recursos públicos.

Com a implementação ainda na década de 1990 do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) houve um reconhecimento estatal daqueles que até então estavam relegados a um segundo plano.

São mudanças no rural brasileiro analisadas por Wanderley (2000a), afirmando que tanto a agricultura familiar, como os assentamentos de reforma agrária fazem parte de uma dinâmica mais ampla de “revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra” (WANDERLEY, 2000a).

O meio rural pode ser visto como um espaço de relações sociais específicas construídas enquanto um espaço singular de vida (WANDERLEY, 2000b). O que implica em atentar para o modo pelo qual no cotidiano se vai trançando os atos e os significados, que são socialmente compartilhados. Logo, nos deparamos com a importância dos elementos que sendo materiais e simbólicos vão dando suporte para um modo de vida (ligado a um *ethos* camponês) que é tomado como o modelo desejado e construído. Por essa razão, o nosso esforço de análise se volta de maneira mais significativa para os agricultores de pequeno e médio porte, em termos econômicos, enquanto que, tais relações não são construídas pelos donos de grandes propriedades, pois estes geralmente moram na cidade e se abstém em participar da vida social local¹².

A vitalidade social das coletividades rurais é animada internamente por relações sociais de parentesco, de vizinhança, constituídas a partir das interações no trabalho, na produção, no lazer e nas atividades religiosas realizadas pelo que podemos chamar de campesinato, o que incluiria aqui tanto pequenos agricultores, trabalhadores rurais assalariados, bem como, por aqueles que retornaram à terra, no caso, sem-terras que ao serem assentados refazem povoados rurais: “A eles corresponde uma ‘situação’ de reconstrução das bases de uma vida social local, através da retomada da experiência da coletividade local” (WANDERLEY, 2000a p. 12).

A maior parte da população rural no Brasil é composta por agricultores apoiados no patrimônio familiar, que podem ser entendidos na noção mais geral de campesinato. De acordo com a construção atual do conhecimento das ciências sociais sobre o rural, podemos perceber sua diversidade de formação social e histórica, no entanto, os

¹² No Sul a figura do “fazendeiro” ou do “grande” e no Nordeste a do “patrão” ou agora do “empresário” são expressões que indicam desigualdades sociais e relações de poder com base no domínio sob a terra. Os donos de grandes propriedades marcam sua distância não só física, mas simbólica ao não partilhar dos mesmos sentidos atribuídos a terra e as relações sociais locais, embora fiquem “ausentes” do cotidiano social local notei nas pesquisas de campo que são valorizados socialmente.

camponeses já foram entendidos como uma categoria residual e fadada ao desaparecimento por interpretações acadêmicas e políticas que veremos a seguir.

Neste sentido, cabe apresentar e discutir algumas análises clássicas e contemporâneas a respeito do camponês / agricultor familiar enquanto categorias teóricas e políticas, atentando para as explicações a respeito da sua racionalidade e do seu comportamento social.

Na tentativa de definir os camponeses, Eric Wolf (1970) defende que constituíam “um segmento da espécie humana que estava a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial,” (WOLF, 1970, p.9). O campesinato possui um *ethos* próprio que não se confunde com o de uma comunidade “primitiva”, nem possui características de uma sociedade urbano-industrial. Partindo da diferenciação entre as sociedades simples e complexas, Wolf afirma que os camponeses se inserem de forma subordinada nessas últimas, onde há a presença do Estado, e de um grupo dominante que governa e que necessita dos camponeses para produzir excedente a serem apropriados pelos mesmos.

Neste caso, os camponeses precisam guardar reservas provenientes dos excedentes comercializados, constituindo fundos com diferentes objetivos. O fundo de manutenção objetiva para reparar instrumentos de trabalho, habitação, utensílios e roupas. Já o fundo cerimonial estaria vinculado às relações sociais e simbólicas da vida social que é marcada por cerimônias que variam, de acordo com cada cultura¹³. O fundo de aluguel se insere nas relações políticas de dominação por parte dos “senhores” da terra, que cobram aluguel dos camponeses que são seus arrendatários¹⁴. Este último fundo denota também as relações assimétricas entre o camponês produtor de excedentes

¹³ Com relação ao fundo arrecadado por toda a comunidade para pagar o padre, no Assentamento Bela Vista (Esperança-PB) isso não se apresenta, pois frequentam as missas na cidade. Já no assentamento analisado no Sul, os *assentados* acham um valor abusivo cobrado pelo padre e se negaram a pagar, diferentemente dos *colonos* vizinhos que por meio de festas e outras promoções pagam os duzentos reais por cada missa mensalmente realizada. No caso de cerimônias como batismo e casamento, quem arca com os custos geralmente é a própria família, o restante da comunidade participa da festa e alguns membros com maior afinidade enquanto padrinhos, os pais da criança batizada ou os noivos esperam receber presentes dos padrinhos.

¹⁴ Nos dois assentamentos aqui estudados, a origem social dos assentados anterior à chegada na terra do assentamento é de *moradores-rendeiros* no Nordeste subordinados a um *patrão* e dono da terra. E de arrendatários no Sul que pagavam cerca de trinta por cento (30%) da produção colhida para o proprietário da terra. Interessante notar que essa uma realidade que se refere a assentamentos antigos com mais de vinte cinco anos de existência, num contexto em que cada vez mais no Sul o “cerco da terra” se fecha para aqueles arrendatários, com a substituição destes pelas plantações mecanizadas de soja e milho e no Nordeste as expulsões de *posseiros*, *rendeiros* e *moradores* com a expansão dos direitos de cidadania ao campo.

e o grupo dominante, tais relações o distinguem do cultivador “primitivo” (WOLF, 1970).

Henri Mendras (1978) constrói um tipo ideal de sociedade camponesa, que possui cinco traços característicos: 1- Relativa autonomia frente à sociedade mais ampla; 2- a relevância do grupo doméstico na organização socioeconômica da comunidade camponesa; 3- um sistema econômico de autarquia relativa; 4- relações de interconhecimento e 5- o papel determinante dos mediadores entre as coletividades locais e a sociedade mais ampla¹⁵ (MENDRAS, 1978).

Tal exercício de conceituação realizado por Mendras (1978) é no sentido do tipo ideal weberiano, pois, na realidade as diferentes sociedades camponesas, se distanciam ou se aproximam do modelo conceitual, conforme o contexto sócio-histórico a que se referem.

Fazendo um exame detalhado sobre o conceito de camponês, Shanin (1980) analisa a validação de tal conceituação, questionando a sua legitimidade para compreender a realidade social. O autor recupera o debate que perpassa os teóricos marxistas sobre o conceito de camponês e os não-marxistas que pedem a anulação do mesmo. Fazendo um exercício avaliativo de conceituação / desconceituação em que demonstra algumas críticas pertinentes ao modelo de análise marxista. De acordo com o autor, parte da teoria social marxista ou abordou os camponeses pela diferenciação social ou pela noção de modo de produção.

Tais abordagens eram caracterizadas por generalizações que não correspondiam à diversidade da realidade social camponesa, tanto a tese da diferenciação social, não se confirmou, bem como o conceito de modo de produção camponês, que apesar de

¹⁵ Alguns desses pontos hoje precisam ser revistos ou não se encaixam na realidade brasileira. O ponto 1: a questão da autonomia frente à sociedade mais ampla é complexa, pois cada vez mais existem políticas públicas e a participação com vendas de produtos e a compra de insumos diminuíram consideravelmente a autonomia. O ponto 2: existe uma continuidade da importância da família na unidade de produção, no entanto esta regra não necessariamente vale para a forma que as comunidades estão organizadas, podendo haver níveis diversos de participação, conflitos, solidariedades e até a não participação em redes de reciprocidades locais, como o leitor pode notar nas discussões feitas nos capítulos 3 e 5. Sobre o ponto 3: Notei que persiste uma produção para o auto-consumo convivendo com a produção para o mercado, no entanto a “autonomia” atualmente é uma busca que inclui a relação com o Estado e com o mercado. No ponto 4, as relações de interconhecimento ainda são as que predominam nas comunidades aqui estudadas, onde “tudo mundo se conhece” devido não só a proximidade geográfica, mas também pelo convívio que nem sempre é harmonioso. Com relação aos mediadores, sejam eles técnicos, extensionistas ou membros de organizações políticas, movimentos sociais, dentre outros, continuam tendo um importante papel para encaminhar as demandas dos agricultores, no entanto, isso é mais proeminente no início dos assentamentos, a medida que se aproximam da emancipação, são os próprios agricultores que pleiteiam políticas públicas, *tirar projetos* e melhorias para as comunidades dirigindo-se principalmente ao poder público local.

contribuir para interpretar as formas de organização social camponesa, este conceito possui como principal limitação a ideia de que as dinâmicas externas são determinantes.

José de Souza Martins ([1981]1995) nos esclarece que a terra no capitalismo é uma relação social que faz parte deste processo mais amplo de produção capitalista, ao se pensar assim, pode-se afirmar que não existe modo de produção camponês, pois um modo de produção é uma forma de exploração que contém categorias sociais antagônicas. “Nesse sentido a produção camponesa jamais poderia constituir um modo de produção, pois como todos sabemos ela se determina como produção familiar autônoma” (MARTINS, [1981] 1995 p. 172).

As diferentes realidades camponesas não se enquadram em nenhuma teoria geral, deste modo, toda teoria deve levar em conta o contexto sócio-histórico dos camponeses de que estão falando, não podendo fazer deduções de uma teoria ou conceito geral de camponês, sendo relevante notar as especificidades histórico-sociais, compreendendo os mesmos, enquanto agentes históricos que possuem uma autonomia relativa frente a pressões externas e que resistem, criam e, também se adaptam a sociedade mais ampla (SHANIN, 1980).

Por conseguinte, a realidade é complexa e variada, a ciência não pode ficar presa a generalizações que pretendam dar conta da totalidade do real. Os conceitos são instrumentos de aplicabilidade concreta e estão diretamente vinculados às perguntas feitas através da construção de uma problemática ligada a um esquema teórico mais geral.

Assim, o pesquisador deve levar em conta em sua investigação, as características da unidade camponesa e os fluxos sociais com os seus diversos “outros”. Ou seja, as especificidades nas reações, resistências, adaptações que se processam na interação com o contexto social local e mais amplo. Isso foi uma das questões negligenciadas por certos pensadores marxistas-estruturalistas, ao não se aperceberem da participação dos camponeses na transformação das sociedades nas quais estavam inseridos, de forma ativa. Algumas discussões marxistas a partir da década de 1960 giraram em torno de um debate estéril, ao classificar os camponeses enquanto um modo de produção (SHANIN, 1980), deixando escapar as especificidades das formas camponesas.

De acordo com Teodor Shanin (1980) o conceito de Modo de Produção em Marx é parcial, mutável e não tão sistematizado. É preciso relacionar as unidades de produção camponesa com seu contexto social, evitando-se deduções de uma teoria ou

conceito geral de camponês em que não se nota as especificidades, que são concretamente instituídas.

Na abordagem feita por Abramovay (1998), o autor traz para o debate Teipicht, colocando o paradoxo em que o conceito de modo de produção camponês, mesmo inspirando-se no materialismo histórico, é uma categoria sem história. O que nega a dialética marxista, pois, tal conceito permanece igual a si mesmo, sem mudar na sua trajetória secular. O que nos indica a importância do fenômeno camponês e a dificuldade enfrentada ao se tentar conceitualizá-lo. Por isso, consideramos que é importante, mesmo que de modo rápido, recuperar alguns dos principais teóricos que enfrentaram essa questão e as propostas conceituais construídas.

Outra abordagem descartada a respeito de produtores familiares é a tese leninista da diferenciação social. A tendência à polarização em duas classes da sociedade, as inúmeras expropriações violentas no campo com o desenvolvimento do capitalismo na Europa, e o desfecho de conjunturas políticas observadas por Karl Marx, fez com que autores marxistas como Kautsky e Lenin, compreendessem o campesinato de forma residual, em vias de desaparecimento, conforme o desenvolvimento do capitalismo.

Tal tese ao ser reapropriada por uma intelectualidade supostamente “crítica” da academia, cometeu na verdade análises injustas com relação ao campesinato através de leituras ligeiras e ortodoxas das obras marxianas (bem como as próprias obras de Lênin e Kautsky). Tais obras foram elaboradas, muito mais de acordo com o “calor” dos acontecimentos políticos, mesclando a análise científica com posturas político-partidárias com vistas a fazer avançar a “revolução proletária”.

Conforme este paradigma do capitalismo agrário¹⁶, o camponês iria desaparecer ao se integrar ao mercado, tornando-se capitalista ou proletário. Mas como constata Abramovay (1998), a agricultura familiar “integrada” ao mercado não se diferenciou nem desapareceu e, no entanto, não é a mesma.

Sobre esse assunto, tem-se o famoso termo “saco de batatas”, que faz referência aos camponeses em uma passagem do texto do *Dezoito Brumário* de Marx (1997 [1852]), ao analisar a situação política da França de meados do século XIX, com a subida ao poder do sobrinho de Napoleão Bonaparte. Marx naquela ocasião foi muito pessimista com relação à forma que os camponeses organizavam-se socialmente na

¹⁶ Para Thomas S. Khun paradigma é um conjunto de crenças e ideias compartilhadas pela comunidade dos cientistas que de tempos em tempos sofrem rupturas/revoluções científicas – mudanças de paradigma-de técnicas, métodos e objetos tidos como válidos em uma determinada época pelos cientistas (ABRAMOVAY, 1998 p.20 e 21).

França entre 1848 e 1851, ressaltando sua suposta “incapacidade” em participar da sociedade efetivamente e de lutar pelos seus próprios interesses:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo [...]. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. [...] Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família.” Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. [...] São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como um senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva (MARX, 1852, 1997 p. 115-116).

Este trecho de Marx alimenta um profundo ceticismo na continuidade dos camponeses enquanto atores do mundo moderno, não confiando a eles a capacidade de resistência, de agência e inventividade. Para Marx (1997 [1852]), naquele momento, os camponeses não podiam falar e agir por si mesmos, procurando um salvador que lhes defendesse.

Na visão de Abramovay (1998), conseguiu parar em pé através da integração ao capital, e passado por uma transmutação em agricultor familiar. Ao que tudo indica, Abramovay (1998) achou a salvação dos camponeses trocando o seu nome para agricultor familiar, apagando seu passado histórico de resistência e acreditando que tais agricultores seguem agora cegamente a “mão invisível” da economia de mercado capitalista. Seria essa “integração” com o mercado que lhes uniria em seu “atomismo”, dando lhes “identidade” ao favorecer o intercâmbio com a sociedade mais ampla, ao produzirem principalmente para o mercado com inovação tecnológica, nos países desenvolvidos analisados pelo autor.

Concordo com Teodor Shanin, ao afirmar que o camponês nem sumiu, nem permaneceu como antes e nem se proletarizou, mas a unidade de produção familiar camponesa passou por uma “metamorfose estrutural” (SHANIN, 1980 p. 52) que não

conduziu ao seu desaparecimento, demonstrando a sua capacidade de resistência e de adaptação às mudanças sociais de que sempre acompanharam e fizeram parte.

Nas análises feitas por Lênin (1981[1899]) e Kautsky (1986 [1899]) é pela tragédia da sua aniquilação que se forma uma teoria geral centrada no desenvolvimento do capitalismo agrário, nesta abordagem marxista não se tem a ideia de economia camponesa (CHAYANOV, 1985). Pois qualquer categoria que não esteja em nenhuma das classes básicas da sociedade capitalista, só pode existir com fragilidade, caminhando para a extinção. Para Lênin (1981[1899]), o camponês é visto como um resquício, que ao se integrar ao mercado se extinguirá:

Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente a extinção (ABRAMOVAY, 1998 P. 52).

Cabe ressaltar e não lembrado por Abramovay (1998) que no plano político Lênin sempre foi sensível e simpático a manter os camponeses enquanto participantes da revolução, percebendo seu potencial revolucionário, justificando a aliança com o proletariado, este por sua vez, deveria liderar o bloco revolucionário (MITRANY, 1957). Deste modo, a NEP (Nova Política Econômica), elaborada para a transição rumo à nova sociedade, tolerou a convivência entre propriedade privada camponesa e a propriedade socialista. Esta política foi a solução econômica encontrada para aumentar a produtividade no campo e o recurso político utilizado para a sustentação do apoio dos camponeses ao processo revolucionário.

Portanto, Lênin aceitou traços camponeses no socialismo pós-revolução, mas o que ficou e foi seguido como verdade absoluta foram suas teses anteriores da inevitável extinção do campesinato. Posteriormente Stálin através do exército soviético se encarregou de ditar um processo de socialização forçada do campo na URSS, utilizando-se de violência extremada, concebendo o campesinato como “inimigo” da revolução e do chamado “socialismo real”.

Abre-se aqui espaço para inquietações, tais como: Em que medida a tese da diferenciação social de Lênin é válida ainda hoje? Não devemos tomá-la como verdade absoluta e incontestável, mesmo podendo haver diferenciação social em alguma medida (SHANIN, 1980 p. 55 e 56), mas o fato é que os camponeses continuam, persistem, pois mesmo nas sociedades modernas (seja capitalista ou socialista) a presença dos mesmos

se faz necessária, e isto está cada vez mais evidente com o debate sobre soberania alimentar e a crise dos alimentos na atualidade.

Em um posicionamento teórico diferente encontramos as interpretações de Chayanov (1985), em que a economia camponesa existe, e não é ocasional e frágil, mas responde a uma necessidade social e pode ser vista como um conhecimento positivo e racional, ou seja, a partir da lógica interna da unidade camponesa e das escolhas feitas pela família consegue compreender os processos mais globais que os provocam.

Se para Kautsky (1986 [1899]) e Lenin (1981[1899]), o desenvolvimento tecnológico e a industrialização destrói a agricultura camponesa, para Chayanov (1985) se dá o contrário: a mesma integra estabelecimentos. Se para Lênin se dá diferenciação para Chayanov se dá identidade, enquanto categoria sob o mesmo comando da agroindústria. Deste modo, ou através da organização da produção em cooperativas o “saco de batatas para em pé”.

Para Chayanov, “não se pode compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem a suas formas de vida” (ABRAMOVAY, 1998 p. 58). As categorias da economia mais ampla não cabem para a análise da economia camponesa, pois, ao utilizá-las acabamos por concluir que a produção camponesa é inviável.

Questionando principalmente a tese de que o campesinato seria transitório e chegaria ao fim, defende que “mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1998 p. 59). O camponês é um criador de sua própria existência, sendo sua renda um todo indivisível direcionada para suprir as necessidades do grupo familiar. O comportamento e suas decisões se dão internamente, estabelecendo relações com o mercado depois de realizado um balanço entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1985). A chave explicativa estaria nos aspectos econômicos do comportamento dos camponeses.

Dúvidas conceituais de Shanin (1980) apontam para as seguintes reflexões: Quando é camponês e quando não é? Por um lado marginalização e pobreza como padrão de mudança e por outro uma unidade familiar rural com “investimento massivo de capital e lucros” pode ser considerada camponesa? Somente mantendo o trabalho familiar é condição para ser camponês? Reflexões como estas são muito presentes no debate intelectual que tenta precisar a definição do camponês / agricultor / trabalhador / proprietário familiar rural.

Numa visão marxista equivocada da ex União Soviética pós-revolução (Lenin, Kautsky e Stálin), o camponês parecia um onintorinco social (ABRAMOVAY, 1998), ou seja, um proletário que é seu próprio patrão, “prova” da inviabilidade dos pequenos estabelecimentos, contrários ao desenvolvimento tanto capitalista como socialista que teria como solução para a questão agrária a grande produção (capitalista ou coletiva).

O que se constatou é que em sua dinâmica de funcionamento, o planejamento da produção e o cálculo do desempenho diferem substancialmente dos de uma empresa capitalista. A lógica não é capitalista, é familiar: “pelos padrões de cálculos aceitos, muitos estabelecimentos rurais camponeses, que ‘trabalham com prejuízo’ e deveriam ‘ir à bancarrota’, continuam operando e inclusive investindo (SHANIN, 1980 P. 47).

Diferente do trabalhador assalariado, o camponês cria sua própria existência. Não é o estudo da inserção no mercado e na divisão social de trabalho que vão dizer como é o comportamento camponês, mas pelo estudo deste comportamento é que pode se explicar a maneira como este se insere socialmente, servindo-se dos fatores do mercado, tecnologia, disponíveis para atender a demanda da família, e se sobrar investir, mas tudo isto não explica a conduta do agricultor camponês. O balanço entre trabalho e consumo é a lei básica da existência camponesa na visão de Chayanov (1985).

Diferente de uma empresa, o uso do trabalho camponês têm o sentido de atender as necessidades da família¹⁷. A quantidade de trabalho será determinada pelo número de bocas (as necessidades de consumo) que se tem para alimentar, e não o número de trabalhadores. Se aumentar a família, aumenta-se o trabalho. Sendo que, o comportamento camponês é determinado pelas necessidades da família em conjunto¹⁸, e não dos indivíduos.

¹⁷ Isso não quer dizer, como o leitor verá nesta tese, que essa lógica do comportamento do camponês não jogue com outras éticas práticas, a saber, a de subsistência (SCOTT, 1976) quando se sente ameaçado. Isso não o impede de ficar atento ao mercado, recorrendo a créditos e fazendo investimentos produtivos em períodos promissores. Tais investimentos produtivos implementados através do acesso ao crédito foi notado nas comunidades aqui estudadas, no entanto notei que o medo das dívidas e da perda da posse da terra, faz com que não recorram aos bancos após passarem pela experiência amarga das ameaças de serem expropriados e retornarem a trabalhar para os “outros”. Discutiremos melhor esse tema nos capítulos 3 e 5 deste estudo.

¹⁸ Notei tanto no Sul como no Nordeste, as práticas que estimulam a socialização dos filhos para se tornarem agricultores, desde a enxadinha que se dá para a criança brincar, o animal que se doa ao filho de “nome” até o “roçadinho” no caso do Nordeste: “E toda época de inverno eu colocava meu roçadinho. Ele [pai] deixava eu colocar meu roçadinho, o que ganhava do roçadinho era meu mesmo. Pegava aquele meu dinheirinho do roçadinho e comprava minha roupa, minha camisa, comprava minha calça, meu chinelo, meu primeiro relógio. relógio, o calçadinho né, a manutençãozinha, já comecei a arrumar esse dinheirinho na agricultura, né. Me lembro como se fosse hoje, quando botei meu primeiro, foi um hectare, eu tava com doze pra treze anos, na mão. Foi na inchada mesmo, brutal. Não tinha esse negócio de boi, nem de corte de terra de trator não” (Assentado Antenor Brito, 56 anos). Essas “autonomias” aos filhos e os seus ganhos em caso de “necessidade” ou “precisão” podem ser captados em prol do grupo familiar.

Para Chayanov (1985), o camponês se autoexplora por que a intensidade de trabalho é determinada pela razão entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades. Esta determinação do comportamento econômico do camponês por meio de sua lógica interna, não quer dizer que ele se fecha em si mesmo; interagindo de forma mais ou menos intensa com o mercado, bancos, tecnologias, etc. (ABRAMOVAY, 1998 p. 62). Onde Lênin enxergava diferenciação do campesinato, Chayanov (1985) enxergava identidade social, ou seja, a sua continuidade por meio da integração com o mercado.

Sobre a base desta identidade se tinham as novas tendências do desenvolvimento capitalista de integração vertical, com as agroindústrias. E não horizontal. O camponês não existe para competir com a grande produção, mas é a “existência do campesinato que explicará a maneira como está moldada a estrutura social no campo” (ABRAMOVAY, 1998 p. 65). A economia é a esfera preponderante no comportamento camponês para Chayanov (1985), buscando na existência cotidiana do camponês as informações fundamentais para explicar a vida de uma categoria que não esta prestes a sumir da história.

No entanto, ao partirmos para a realidade empírica constata-se que existem outros que influem no comportamento social do camponês e que vão muito além do econômico e do balanço entre trabalho e consumo. Tal balanço é um dos aspectos, mas a continuidade na identidade no tempo e no espaço dos campesinatos analisados, nesta tese, revelaram que a resistência política, os processos socio-históricos, os jogos sociais de que participam, as referências aos valores morais e a busca por reconhecimento social influem na existência social dos mesmos.

Concordamos com a perspectiva de que a especificidade do *ser* camponês admite a interdependência de elementos históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos. Não se reduzindo a nenhuma dessas esferas, o comportamento do camponês parece ser determinado pela “dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social” (SHANIN, 1980 P. 51).

Diferente de Chayanov (1985) que valoriza mais a lógica interna do comportamento econômico do camponês, Shanin (1980) ressalta que o camponês deve ser entendido tanto internamente quanto externamente. “O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo”. (SHANIN, 1980 p. 52).

Se na perspectiva de Chayanov (1985), a unidade social é a família, e o comportamento desta só poderia ser explicado por fatores econômicos, Shanin (1980) dá ênfase nos aspectos sociais, sendo que é característico do campesinato as suas relações sociais ligadas a um território, onde se processam interações sociais e laços de interdependência próprias da “comunidade” a que pertencem. No entanto, o comportamento do camponês pode ser explicado, pela vida social local e pela influência de fatores sociais externos com que interage. A produção realizada com o trabalho da família é destinada tanto para o consumo próprio, como para o mercado, ou para pagamento de tributos.

Assim, a perspectiva de Shanin (1980) se encaixa mais na proposta de nossa tese ao entender que a organização social camponesa é multidimensional, o que inclui tanto aspectos econômicos como: a produção, consumo e exploração da propriedade; quanto aspectos sociais, tais como: formas de socialização, sociabilidade, regras morais, ajuda mútua e relações de cooperação. Acrescento aqui: as relações baseadas nos jogos sociais e em reciprocidades dos conflitos sociais.

1.1.1 Descontinuidades no campesinato?

Revisando os paradigmas que interpretavam o campesinato e o capitalismo agrário pode-se chegar ao menos a duas conclusões: A primeira de que as descontinuidades são enormes, não podendo mais se falar em camponês, pois esta seria uma categoria de um passado já superado e outra conclusão percebe rupturas na história, mas que esta não é completa, mas feita de continuidades e descontinuidades, sendo o agricultor moderno um herdeiro do campesinato tradicional.

Na interpretação de que não existem mais camponeses, mas sim, agricultores familiares modernos e altamente integrados ao mercado, temos Abramovay (1998). Logo na introdução de seu livro *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, menciona que, a produção familiar nos países capitalistas avançados, por ser familiar muitas vezes se pensa em empreendimentos precários e reduzidos. Segundo o autor, esta imagem é herdada de certas interpretações marxistas com base em noções como agricultura camponesa, pequenos produtores, ou produtores de baixa renda que conforme se processava o desenvolvimento do capitalismo no campo estes seriam solapados pela lógica da diferenciação social. Contestando o que tais conceituações

preconizavam, Abramovay (1998) procura demonstrar que a unidade de produção familiar é altamente integrada no mercado, funcionando como empresas familiares, utilizando-se de inovações tecnológicas e realizando volumes consideráveis de investimentos nos países capitalistas avançados¹⁹.

Ao contestar o paradigma marxista agrário, Abramovay coloca que não se pode explicar a agricultura familiar como herdeiros de uma história camponesa e nem interpretar essa nova situação como de uma pequena produção, pois se trata de “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1998 p. 22).

Este autor defende a tese de uma ruptura entre o campesinato e a moderna agricultura familiar, como dois paradigmas contrapostos um ao outro, sendo o camponês um passado superado do agricultor familiar moderno. Tão logo o camponês vai sendo incorporado no sistema de relações puramente mercantis, ou capitalistas, ele iria perdendo o “caráter camponês da organização social” (ABRAMOVAY, 1998 p. 117).

Sobre esta perspectiva são válidos alguns questionamentos: Será que esta incorporação ao mercado se dá por completo? Há um rompimento com o passado camponês de forma definitiva? Como fica isso no caso brasileiro?

Por um lado, a precariedade, miséria, baixo nível tecnológico e a consequente baixa qualidade de vida em algumas regiões no Brasil, contradizem as leituras feitas por Abramovay (1998), da não inferioridade técnica da pequena produção sobre a grande? Mas por outro lado, quando o camponês/agricultor familiar, independente da utilização dos avanços tecnológicos, consegue a partir do seu próprio saber tradicional, de relações de reciprocidades, construir alternativas de participação no mercado (como a agricultura orgânica, por exemplo), ele mesmo com uma inferioridade técnica não teria uma qualidade de vida equivalente?

¹⁹ Lembrando que isso talvez tenha validade para a realidade daqueles países, não podendo ser transplantada mecanicamente para a realidade brasileira. Nos casos aqui estudados, existe o uso de inovações tecnológicas, principalmente entre os *colonos* “fortes”, tais inovações são reapropriadas de acordo com a economia moral (THOMPSON, 1998) / ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990), no sentido de aumentar a autonomia do trabalho, liberando-o para outras atividades. No Sul é mais comum o uso de adubos químicos (no Nordeste: o uso do estrume) e agrotóxicos, além da mecanização. O investimento em tais inovações entre *colonos* “fracos” e *assentados* se dá, desde que não haja endividamentos que coloquem em risco o patrimônio familiar, da terra (já escassa) onde trabalham, mas que garantem a continuidade das identidades de *colono* e de *assentado*. Ou seja, pode-se inclusive recuar no tempo com relação à tecnologia, e aderir ao arado de boi, como forma de resistir na terra, tal como fazem os assentados da Colônia Esperança (Cascavel-PR) para não depender dos “outros”.

Para Abramovay (1998) é o Estado e o capital (comercial, financeiro e agroindustrial) que integra, une e dá identidade para os diferentes agricultores familiares espalhados e atomizados. Partindo de tal reflexão, a integração ao mercado eliminaria o balanço entre trabalho e consumo e as decisões econômicas ficam cada vez mais na agroindústria. Podemos perguntar, onde fica a autonomia destes agricultores familiares? Estes estariam sofrendo os mesmos riscos, de outros “empreendedores” altamente integrados ao mercado? E como fica a organização para defesa dos seus interesses, e de um estilo / modo de vida baseado em uma ordem moral camponesa? No caso brasileiro, onde fica a capacidade de agência e resistência contra as exclusões perpetradas pelo mesmo mercado capitalista, contra expropriações, presentes nas lutas pelo direito à terra e na busca por torarem-se produtores agrícolas autônomos?

1.1.2 Adaptação e resistência do campesinato

Hugues Lamarche, que coordenou uma pesquisa internacional sobre agricultura familiar, tenta mapear as lógicas / racionalidades dos estabelecimentos rurais, classificando-os de acordo com o grau de dependência com relação ao exterior e a unidade de produção. O autor coloca representações do universo camponês em contraposição a representações mais utilitaristas de empreendimentos que visam lucros. Como lógica intermediária, estaria a lógica familiar. Deste modo, os graus de integração ao mercado definiriam a organização da agricultura familiar (LAMARCHE, 1993). Mas não só o mercado, as representações sobre a terra, o trabalho, valores tradicionais e limites ambientais moldam as condições da reprodução familiar do agricultor familiar²⁰.

Concordando em partes com esta análise, Wanderley (2003), que também participou da mesma pesquisa, diz que os agricultores familiares possuem uma tradição (família, modo de vida, formas de produzir), mas devem se adequar à sociedade mais global e à economia de mercado, já que nenhum segmento social escapa dessa inserção.

Lamarche (1993) fala em adaptações, e não em resistências ao processo de integração com a economia de mercado capitalista. Sua análise parece colocar como

²⁰ Lamarche constrói quatro modelos-ideais de acordo com a capacidade de adaptação da unidade camponesa: 1- Modelo Empresa – pouco familiar, assalariamento externo e dependência maior de tecnologia, do mercado e de financiamentos. Visa lucro. 2- Modelo empresa familiar – há uma forte lógica familiar assim como o apego ao patrimônio familiar, mas também forte dependência do exterior. 3- Modelo Agricultura Camponesa e de subsistência – forte lógicas familiares e fraca dependência do exterior. Objetiva satisfação das necessidades familiares – técnicas tradicionais. 4- Modelo agricultura familiar moderna – concepção original – pouca lógica familiar e maior autonomia.

“superior” o modelo empresa e o da agricultura familiar moderna, deixando o modelo camponês e de subsistência como algo (que deve ser) ultrapassado. Apesar de levar em conta contextos específicos, o autor absolutizou²¹ as trajetórias em um único futuro eliminando as diferentes alternativas. Deste modo, o fim último de todos os estabelecimentos seria passar por um processo de desencantamento e racionalização, se integrando cada vez mais nas leis da economia de mercado capitalista.

A complexidade do camponês está também por ser detentor de uma dupla capacidade de resistência e adaptação, mesmo o agricultor moderno não se reduz a empresa capitalista clássica, pois a lógica familiar não foi exterminada e orienta suas escolhas num contexto de “integração” (WANDERLEY, 2003b p. 48). Quer nos parecer que é a lógica familiar herdada do camponês que persiste nesse agricultor moderno e o impede de se tornar um empresário capitalista.

Autores que defendem uma oposição entre as duas categorias sociais, colocam que a lógica camponesa tradicional não está pautada na racionalidade de maior cálculo e nem de um planejamento baseado numa linguagem contábil. Sendo que a primeira se enquadraria no passado e suas tradições enquanto que a agricultura moderna ao futuro com a noção de “progresso”. À luz interpretativa da antropologia contemporânea nota-se um evolucionismo-positivismo, classificando como inferior à tradição camponesa - como se a razão instrumental burguesa fosse superior e melhor a outras formas de viver, de produzir, de ser, de características de um estilo/modo de vida que ainda permanece.

Nesse aspecto, não proponho que exista um modo de ser em si, sem responder a outros conjuntos sociais com os quais se estabelece contatos de ordens diversas. Por outro lado, quer nos parecer que aquilo que se chama camponês ou campesinato foi construído sempre em diálogo com outros modos de existência e se não foi nunca capaz de se impor enquanto dominante, não significa que não seja capaz de se expressar, em diversos momentos de maneira complexa nas formas de ser. Aliás, é o que estamos perseguindo na pesquisa, justificando a discussão teórica aqui delineada.

Mesmo num contexto de alta integração ao mercado, de agricultores familiares altamente tecnificados, as escolhas dos agricultores não se reduzem a cálculos racionais e com planejamento prévio. As obrigações mútuas, as reciprocidades, as regras e valores morais, a subjetividade, as emoções e as tradições (re)inventadas (HOBSBAWM, 2008) e reinterpretadas estão muito presentes no comportamento social

²¹ Shanin (1980) fala com relação ao conceito de camponês e a generalização que sofreu, cabe aqui refletirmos se a mesma crítica em alguma medida não cabe ao conceito de Agricultura Familiar?

cotidiano daqueles agricultores, embora sobre um prisma desenvolvimentista tais aspectos possam ser tachados de “irracionalidades” frente ao empreendedorismo e ao “progresso”.

1.2 Continuidades e descontinuidades

Entre camponês “tradicional” e agricultor familiar “moderno”, há que se pensar as duas dimensões como não antagônicas, mas uma imbricada na outra. Novas tecnologias na agricultura modificaram profundamente essa “civilização camponesa”, o saber tradicional foi desafiado e agora o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais conhecimento técnico, esta é a visão defendida por Maria Nazareth Wanderley. O camponês que se baseava num modo de vida transformou-se com a modernização em um “profissional multidimensional” (WANDERLEY, 2003b p. 47 e 48).

Em situações concretas, vivencia-se tensionamentos entre o modelo baseado em uma lógica familiar (herança do camponês tradicional) e o da lógica empresarial: essa seria uma das características principais do *agricultor familiar moderno* ou do *camponês tentando ser moderno*? Caracterizando-se por comportamentos heterogêneos que não se enquadram em nenhum modelo abstrato pré-definido, mas na combinação desses modelos²², conforme o contexto socioeconômico e histórico, (re) elaborando estratégias de reprodução social que podem aumentar ou diminuir a autonomia relativa da unidade de produção com relação ao contexto social mais amplo.

Por esta perspectiva, percebe-se que não existe uma oposição entre as duas categorias, mas continuidades e descontinuidades se focarmos nosso olhar na dinâmica interna da unidade familiar levando em consideração os agentes externos.

É justamente essa situação de um agricultor familiar, que é um camponês “muito acordado” ao mesmo tempo, que os constituem enquanto protagonistas sociais: detentores e fazedores da história participando da defesa de um *projeto* societal. (WANDERLEY, 2003b p.47). Ou assim *deveria ser*?

Com referência a um contexto recente, Wanderley (2003) percebe uma valorização do espaço rural e dos seus moradores, como lugar de (qualidade) de vida numa oposição clara a um modelo excludente baseado no latifúndio:

Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura,

²² Dependendo do caso concreto, podemos refletir até onde o agricultor joga com diferentes estratégias que vão desde o seu saber camponês mais tradicional e uma lógica racional/calculada de empreendedor.

diferente e alternativa à *agricultura* latifundiária e patronal dominante no País (WANDERLEY, 2000b p.13).

Se o campesinato no Brasil ao longo da história ocupou um lugar não reconhecido enquanto participante do processo sociopolítico do país, isso se deve não só aos quadros de interpretações da academia, sejam eles paradigmas marxistas ou que valorizam o “progresso” e a “modernização” de acordo com os ditames do mercado capitalista, tal falta de reconhecimento deveu-se principalmente ao silenciamento dos “de baixo”. Isso em benefício dos que, historicamente, no meio rural, estiveram e estão em posições hegemônicas, dominantes, imprimindo suas visões do mundo social, procurando dominar um campo de forças por meio de visões do mundo tornadas legítimas, válidas e reconhecidas (BOURDIEU, 1990).

Apesar de ainda não ter saído completamente desta condição de subordinação perante a sociedade mais ampla, percebe-se que está havendo uma valorização e positividade da *agricultura familiar*, que na visão de Wanderley (2000b), ocupa um novo lugar social. Termos “depreciativos” para denominar essa categoria social não são mais utilizados pelas políticas públicas que se voltam agora para estes agentes sociais de uma agricultura familiar reivindicativa de um modelo de desenvolvimento sustentável e agroecológico, tomando posição na arena pública e estabelecendo negociações/diálogos com o Estado.

Só que, como alerta Neves (2001), esse processo não é tão simples, pois envolve relações complexas entre universos dos camponeses e um quadro institucional inseguro e precário que não considera as diversidades *in loco*, e não consegue garantir a entrada destes na modernidade. Não adianta mudar de nome, chamar de forma mais agradável nas políticas públicas o campesinato, escamoteando os velhos problemas tais como: a pobreza rural, a alta concentração de terras nas mãos de poucos, a ausência de cidadania no campo que ainda persistem.

No balanço entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1985), tradicionalmente o camponês trabalha para garantir a subsistência de sua família. Esta centralidade familiar permanece na atualidade, podendo em certos casos ampliar-se conforme o potencial de investimentos e maior integração ao mercado.

Para Chayanov (1985), a renda familiar é um todo indivisível, e depende de um organismo econômico único. Diferente de uma empresa (em termos clássicos), o trabalho despendido será para atender as necessidades da família (ABRAMOVAY, 1998). Nesta perspectiva, a renda familiar pode até ter destinos diferenciados, mas

internamente permanecem os resultados da produção global, estes por sua vez, são percebidos pela unidade familiar como um rendimento indivisível dentro de um projeto conjunto da família, o que não excluiria os conflitos internos na família (WANDERLEY, 2003b).

Sérgio Schneider (2008), em palestra proferida na UFCG, falando sobre a importância das diversificações agrícolas e não-agrícolas (multi-funcionalidade) para se criar novas “sinergias” que ultrapasse o modelo baseado na agricultura convencional, falou da possibilidade de um retorno a uma agricultura de tipo camponesa (recamponização) com menos custos de produção (autonomia), menos subordinação e ao mesmo tempo mais ligado à comunidade e mercados locais e globais.

Nessa situação moderna e atual, o “camponês moderno” se constitui em agente social que constrói redes socioeconômicas que podem desdobrar em novas formas de ação política que poderiam romper com o “individualismo camponês”, ao encarar a agricultura não como uma profissão, mas como um modo de vida (CARNEIRO, 1998).

No campo das possibilidades, a diversificação, multifuncionalidade, a defesa do meio ambiente, de um desenvolvimento sustentável e com a qualidade de vida parecem abrir caminhos para agricultor familiar moderno que vão ao reencontro com o seu passado camponês reelaborado em circunstâncias inteiramente novas, onde não se dispensa novas tecnologias e nem a profunda relação com o mercado mas não aceitando passivamente as condições que lhes são dadas surgem propostas de uma nova ecologia política questionadora do modelo produtivista baseado na monocultura da grande propriedade rural.

Não dá para fechar o camponês ou agricultor em categorias analíticas abstratas, em termos de “tipos ideais”, pois de acordo com Jollivet isso “é recusar a ele sua historicidade própria, uma vez que se trata sempre de um camponês em situação histórica – *paysan-em-histoire* – e que é para este camponês histórico que devemos olhar e compreender” (Jollivet *apud* Wanderley (2003 p. 49).

Indo nessa mesma linha de raciocínio, Teodor Shanin diz que não dá para sacrificar um conceito tornando menos complexo, ou seja, simplificando-o em nome de um conceito sem impurezas. Como se isso fosse melhor para entender a realidade igualmente complexa, pois “a realidade não é pura, tampouco pode sê-lo a análise relevante da realidade” (SHANIN 1980 p. 71).

Não se pode anular um conceito para se adequar em outro esquema de análise em nome de panelinhas acadêmicas (nós e eles) entre marxistas e não-marxistas, uns

devem reconhecer as preocupações e descobertas dos outros, pois é só através do debate que se dá o *fazer-se* da ciência.

O conceito de camponês carrega uma complexidade podendo ter diversos significados, somente uma problemática definida pode decidir conceitos e referenciais teóricos de análise legítimos, ou seja, é na confrontação com a realidade que os conceitos devem ser julgados, pois todo conceito em si mesmo é insuficiente ao ficar na abstração, sem aplicabilidade no real concreto.

Olhando por este viés nenhum paradigma, teoria ou conceitos estão imunes de críticas às suas limitações, o conceito de agricultura familiar foi construído pelo argumento da insuficiência da noção de camponês e de pequeno produtor enquanto categorias de análise teórica.

A recepção da noção de agricultura familiar nos países latino-americanos (língua espanhola) parece não ter sido muito boa, pois os trabalhos publicados em seus círculos acadêmicos utilizam muito mais os termos camponês ou campesino. No caso do Brasil, a noção também não foi adotada de forma unânime e negada sua validade enquanto categoria teórico-científica por parte da academia. Na contestação desta nova noção, surgida a partir dos anos 1990, temos como principais expoentes o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes e a Antropóloga Delma Pessanha Neves.

Neves (2001) reconhece a categoria agricultura familiar enquanto termo político e jurídico, mas não enquanto conceito teórico e analítico, pois o termo agricultura familiar cai numa generalização esterilizante que absolutiza a diversidade de ações dos camponeses.

Os programas e instituições nascem e somem do dia para noite sem formar uma base institucional sólida para o setor que perdure e atravesse governos. Não havendo muitas vezes o acúmulo de saberes e experiências entre os quadros institucionais e a rede de relações envolvidas.

Sob uma perspectiva crítica, a noção de agricultura familiar e o consenso formado em torno de tal noção, tanto na academia como entre representantes do estado e de certas entidades, mas que na verdade não passa de um *projeto idealizado* e distante da realidade brasileira (NEVES, 2001). De acordo com Neves (2001) não há ainda um contexto favorável e frutífero devido a um quadro institucional duvidoso, dependendo da vontade política de governos passageiros, somando-se a isso a burocracia estatal e o desrespeito dos saberes camponeses por parte dos mediadores externos.

Portanto, a agricultura familiar é uma categoria de ação política com um projeto modernizante de construção de novas identidades baseada na inserção social e na conquista de direitos para o campo, possibilitando a participação destes atores sociais enquanto protagonistas do processo, mas está ainda muito distante do ideal sintetizado em torno do termo *agricultura familiar* (NEVES, 2001).

No campo da ciência, as noções de camponês ou mesmo o de agricultor familiar (generalizados teoricamente) podem ser entendidos enquanto simplificações e formalizações seletivas, portanto, não faz sentido perguntar se os camponeses ou agricultores familiares existem? Mas perguntar o que o conceito em sua utilização para entendimento da realidade concreta, o que ele esclarece e o que ele obscurece? (SHANIN, 1980 p. 76).

Numa reelaboração do conceito de camponês, enquanto *camponês moderno*²³, poderíamos pensar o mesmo como sendo intercambiável com o de agricultor familiar para a explicação da realidade de *sitiantes, colonos, agricultores e assentados* no Sul e no Nordeste. Inclusive aqueles com alto grau de integração ao mercado, uma vez que, como vimos existem rupturas, mas também elos que os ligam ao seu passado camponês e que o impedem de se tornar simplesmente profissionais da agricultura, pois temos muito presente um modo/estilo de vida que não se limita na divisão social do trabalho de um profissional da agricultura, mas os aspectos culturais são relevantes para a apreensão do comportamento destes agentes que resistem e buscam autonomia para continuarem existindo socialmente enquanto camponeses da contemporaneidade.

Os “camponeses modernos” seriam tanto os *colonos e assentados* no Sul, como os *agricultores e assentados* do Nordeste brasileiro, por terem entre seus quadros de referências a orientação por uma economia moral, em que os valores da terra, trabalho, família e autonomia são centrais, e em uma ética mais pautada na segurança, em não se arriscar no mercado. Enquanto agentes sociais, interagem com as “diferenças” e com “outros” quadros de referência e significação, inclusive com um espírito capitalista que os impulsiona em tempos promissores a buscarem o lucro e a recuar em tempos difíceis.

Um exemplo disto é o plantio da monocultura da soja, cotada pela Bolsa de Chicago, e plantada pelos *barões* do agronegócio e que tem atingido um bom preço nos

²³ Usando a expressão “camponês moderno” de Carneiro (1998, p. 180) que coloca que o agricultor pluriativo resgata a agricultura enquanto modo de vida e assim como Neves (2001) analisa a agricultura familiar enquanto um projeto político. A Via Campesina e outras organizações sócio-políticas estariam engendrando um novo modelo alternativo ao modelo produtivista - atento para a qualidade de vida, meio ambiente e com a qualidade dos alimentos produzidos.

últimos anos chegando a R\$ 60,00 a saca. Tanto nas safras de 2003/2004 quanto em 2007/2008 houve preços recordes da soja, mas a oscilação dos preços devido às cotações das bolsas de valores, e as quedas em anos seguintes, fizeram com que muitos agricultores, inclusive *colonos* (do Sul) mais abastados que esperavam atingir um melhor preço para vendê-los, acabassem arruinados.

Os produtores agrícolas familiares sejam eles *colonos*, ou mesmo assentados, quando resolvem plantar soja, milho, feijão, dentre outros produtos, estão sujeitos à dialética entre o local e o extralocal ou mesmo global com relação aos seus preços.

Os agricultores têm reelaborado os seus saberes levando em consideração o cálculo custo-benefício e jogar com a flutuação dos preços é sempre um risco que pode diminuir a autonomia e os ganhos daqueles agricultores, fora isso, existe ainda a dependência das empresas que fornecem insumos para as plantações de tais monoculturas.

A partir da economia moral camponesa e de saberes práticos já existentes é que conseguem ler outras racionalidades, percebendo a exploração e o jogo das empresas que fornecem insumos e produtos agrícolas.

Por que se você for investir na agricultura hoje, você investir pesado olha lá que você não tem retorno, não tem retorno, hoje tem centena e centena de pessoas que tão endividada. O povo tá todo endividado, por esse motivo né? Veja naquela loucura da soja, não sei se naquela época você tava aqui, quando a soja chegou até a cinquenta conto? Foi oito, nove anos atrás disso, pegou um preço muito bom. Mas veja só, você pagava o adubo a preço de banana, o calcário não era caro, o defensivo você comprava muito baratinho, e você vendia a soja a quarenta, e naquela época chegou até a cinquenta, chegou até a cinquenta. Aí entra as empresas, então o que aconteceu começou aquela loucura, que de repente você tava colhendo sua soja ali, e seu irmão precisava vender, eu ia lá e comprava sua soja, comprava e deixava no depósito lá, pra mim vender o ano que vem, esse ano era quarenta e três, o ano que vem vendia a cinquenta e eu ganhava sem trabalhar, entende? Apostando que não ia diminuir o preço, mas foi exatamente o que aconteceu, aconteceu muito isso daí porque no outro ano o preço caiu e quem não vendeu se quebrou. Por que tinha que plantar de novo no outro ano, e aí as empresas aumentaram tudo, aumentou adubo, aumentou o veneno e muita gente quebrou nessa de querer ganhar (Colono Ananias Gomes, 68 anos).

Como podemos observar na fala deste *colono* descendente de portugueses, o mesmo percebe o jogo das empresas de insumos e a relação com o mercado como limitadora da autonomia, pois tal relação sempre se faz num terreno arriscado para quem se aventura apostando no “lucro” ou na “integração” cega ao jogo do mercado. Isto para o pequeno agricultor pode significar a sua ruína e o questionamento e perda de

sua identidade, com o comprometimento de sua existência e reprodução social camponesa.

1.3 O campesinato enquanto agente social do mundo moderno

A interpretação do campesinato enquanto agente social esclarece muito as realidades pesquisadas, nas classificações sociais, relações de poder, conflitos e cooperações entre os grupos e ainda na percepção do jogo entre identidades e diferenças.

A estrutura social informa e orienta os agentes, estes, por sua vez, sabem o que estão fazendo quando agem nos contextos locais de interação e de certa maneira reconstruem as estruturas sociais enquanto agem. Os agentes sociais criam sínteses, reinterpretam e reelaboram seus conhecimentos no fluxo social diário (GIDDENS, 1989). Os agentes sociais rurais criam sínteses entre modernidade e tradição, atravessam fronteiras entre “nós” e “eles” e participam dos jogos sociais, partindo de seu quadro de significações principal, que aqui chamarei de economia moral camponesa (THOMPSON, 1998; SCOTT, 1976), que serve de filtro para o encontro, entendimento e conhecimento mútuo com outras identidades referidas aos demais quadros de referência e significação.

Uma das negligências dos estudos sobre os camponeses é de que não reconhecem a condição de agente dos camponeses, vendo-os como vítimas passivas, subordinados, subjugados, submissos em termos políticos, culturais e econômicos (PLOEG, 2008). A condição de agente defendida por Ploeg (2008) consegue perceber que os camponeses possuem capacidade de agência, ou seja, conhecimento, reflexividade e são capazes de se integrar, adaptar e resistir às dinâmicas socioeconômicas mais amplas.

O campesinato sempre teve diversas expressões na história, que vai desde a subordinação até a liberdade, dependendo de cada contexto específico onde se encontrava:

De um ponto de vista sociopolítico, os campesinatos de hoje constituem várias “multiplicidades”, das quais emergem continuamente a resistência, a pressão da contraposição, as novidades, as alternativas e novos campos de ação (PLOEG, 2008 p. 8).

A teoria científica não só gerou conhecimento sobre o rural, bem como também ignorância. A respeito dos camponeses houve muito silêncio gerado a partir de um

paradigma de modernização, que valorizava o empresário agrícola. Aquele que está altamente integrado ao mercado visando obter o máximo de lucros através de suas escolhas calculadas e que sempre está atento às novas tecnologias.

Na perspectiva de Ploeg (2008) há uma falta de teorias que esclareçam a realidade destes grupos sociais agrários, o que reflete diretamente na forma que são elaboradas as políticas das quais são alvo, muitas vezes por este viés distorcido de uma diferenciação social polarizada, ou de perspectivas evolucionista-positivistas visando o “progresso” e não levando em conta a multiplicidade da condição camponesa.

Talvez não seja a falta de teorias, mas pelo contrário, um excesso das mesmas que não dão conta dessa multiplicidade camponesa. Um excesso de teoria que absolutiza certos conceitos num ‘imperialismo teórico’ que não tem contato com os universos empíricos, expulsando a agência humana, as singularidades e a experiência das construções conceituais (THOMPSON, 1981).

A crítica feita por Thompson (1981) ao que ele chamou de “termo ausente” no “planetário de erros” de Althusser pode ser direcionada para a Sociologia Rural, enquanto disciplina que não ouviu as populações rurais e prestou-lhes desserviços em nome da “modernização”, de inovações em si mesmas que geraram exclusões, desenraizamentos e migrações forçadas:

Quando assumiu o mundo rural como objeto, a Sociologia Rural o fez mais como “adversária” do que como ciência isenta e neutra; mais como ciência da modernização do que como ciência aberta à compreensão dos efeitos destrutivos e perversos que muitas vezes a modernização acarreta. A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato, para estas freqüentemente ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento (MARTINS, 2000 p. 6).

Assim a Sociologia Rural ainda está em débito com estas populações rurais, mas poderá vir a contribuir futuramente com a qualidade de vida daquelas, se conseguir criticar seus próprios pressupostos a partir de relações investigativas e, de aprendizagem com quem ela estuda abrindo “mão de suas certezas para assimilar as incertezas que ajudou a disseminar e fazer dessas incertezas uma mediação cognitiva essencial na relação entre a teoria e a prática” (MARTINS, 2000 p. 11).

Deste modo, as incertezas, as diferentes práticas sociais, as resistências e criações estão presentes na multiplicidade do agir humano, e podem ser mais bem compreendidas com a noção de “agente social”. Esta noção está presente em Pierre

Bourdieu, ligada mais aos jogos sociais e a noção de *habitus* e a *agency* entendida de forma mais aberta à imprevisibilidade e a capacidade criativa está presente em Anthony Giddens com a ideia de que os agentes agem conscientemente, sabem o que fazem quando fazem e refletem sobre isso podendo mudar suas ações sociais e as consequências (impremeditadas) que as mesmas acarretam. Cada um dos autores, ao seu modo, ressalta o ativismo na relação indivíduo-sociedade.

São agentes sociais que travam lutas materiais (pela terra, por exemplo) e simbólicas (HAESBART, 1997; BOURDIEU, 1990; 1998) e tentam avançar posições nos espaços sociais de que fazem parte. Buscam reconhecimento de seus pares e dos “outros”, nas interações sociais cotidianas e na tentativa de legitimação de suas identidades sociais e territoriais.

Os genericamente chamados de camponeses ou agricultores familiares, como demonstraremos nesta tese, são agentes sociais que “fazem a história” apesar dos limites e regras sociais que lhes condicionam, mas lhes orientam em como agir nos “mundos” de que participam²⁴.

Ao irmos para os contextos de pesquisa e trabalho de campo observa-se que, generalizações conceituais não dão conta de entender as diversas práticas dos agentes sociais, seus comportamentos sociais específicos, seus interesses, suas relações solidárias e conflituosas, datadas historicamente e atuais. Nos dois estudos de caso, percebi que os agentes participam dos jogos sociais entre: solidariedade e conflitos; da participação de relações mais autônomas com seus pares até às relações de dependência e clientelismos com “outros” agentes; da dialética da integração com o mercado mais amplo e de recuo para uma ética de subsistência e autoconsumo; do jogo dialético entre identidades e diferenças processadas cotidianamente.

A agência é um dos elementos da teoria da estruturação de Giddens (1989), referindo que os agentes na maioria dos casos mantêm um contínuo “entendimento teórico” da sua atividade, enquanto agentes competentes, que conseguem explicar o que fazem se indagados sobre suas razões e intenções. O mesmo não ocorre com relação a seus motivos (inconscientes). De tal modo que, por meio do método da observação participante e da história oral é possível acessar suas identidades e visões de mundo.

²⁴ As práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço podem ser entendidas enquanto práticas recursivas, que são recriadas pelos atores, implicando na reflexividade dos mesmos e garantindo a continuidade de tais práticas (GIDDENS, 1989).

Inspirada na ideia de *práxis* de Karl Marx, a agência indica que o indivíduo pode fazer diferente, ele é o interventor no processo contínuo, no fluxo social da ação que é monitorada reflexivamente no dia-a-dia. Na agência está subentendido o poder, a capacidade do agente de criar uma diferença, de fazer diferente e de transformar. De que um conjunto de consequências foi desencadeado devido à ação daquele agente em específico.

Por este viés teórico-metodológico, o poder está ligado à dualidade da estrutura uma vez que ele é veiculado não só a esfera da dominação, mas, além disso, a recursos, facilitações para agir em contextos de interação e não exclusivamente como causador de dependência e subordinação.

A estrutura é vista por Giddens (1989) enquanto uma ordem virtual, um conjunto de recursos e procedimentos a serem acionados pelos agentes em contextos de interação. Ela apresenta uma dualidade, no sentido de que tanto é constituída pelos agentes quanto é constituidora dos mesmos, tal dualidade é a base para continuidade da reprodução social no tempo e no espaço.

As identidades sociais dos camponeses são construídas pelas estruturas sociais ao passo que ao mesmo tempo estes mesmos agentes constroem o mundo social de que fazem parte, nos fluxos sociais da vida cotidiana. As identidades e as interpelações pelas diferenças, nas interações, nos conflitos e cooperações, enfim nos jogos sociais de que fazem parte e de que trataremos nesta tese, reiteram essa capacidade de agência.

Ao agir no mundo, agricultores camponeses constroem a si mesmos e o social de que fazem parte, combinando tradição com modernidade, continuidades e descontinuidades históricas, reciprocidades cooperativas e conflituais.

Entender os agricultores familiares/camponeses enquanto agentes sociais é uma das possibilidades de compreensão de como continuam e não desapareceram da história, de como participam dos jogos sociais, como classificam e são (des) classificados, de como se identificam ou se distinguem socialmente.

Para entender quem são estes agentes sociais, defendemos que suas identidades são construídas relacionalmente, ou seja, relacionadas à diferença com que se joga atravessando as fronteiras/limites dos grupos sociais, que participam deste jogo relacional.

É relacional não só pela sua dependência da diferença, mas, além disso, porque não pode ser entendida sem perceber a sua processualidade histórica, sua inserção em um contexto histórico-social mais amplo, que inclusive condicionou o espaço social em

que os agentes estão inseridos ao ocupar posições sociais distintas, resultantes de suas trajetórias.

O campesinato formado por *colonos* e *assentados* do Sul do País, tal como os *agricultores assentados* do Nordeste, são agentes sociais participantes dos jogos das identidades e diferenças nos contextos locais de interação e nas tramas sócio-históricas a que estão envolvidos.

1.4 Identidades sociais contrastivas e relacionais

A discussão sobre identidades e diferenças pode me ajudar a elucidar minha problemática, sabendo-se que entre as distintas categorias sociais do meio rural não há uma oposição, mas que há diferenças que são construídas socialmente e em contextos históricos específicos.

O conceito de identidade como sentimento de pertencimento é muito utilizado na antropologia para entender os grupos étnicos distanciando-os da ideia de raça ou origem. Nesta perspectiva, o estudo da identidade é a análise da constituição do ‘estar sendo’ dos indivíduos no mundo, dentro do qual constroem a representação do que ‘pensam e sentem ser’ em cada momento de suas vidas (BARTH, [1969]1998).

Dentro das discussões acerca da identidade, a partir de Frederik Barth, o sujeito se constitui em forma de auto-reconhecimento, sendo necessário uma perspectiva do grupo, antes de uma perspectiva de si, já que “ser” é se reconhecer em relação a um grupo que é reconhecido e se reconhece enquanto tal.

Refletindo-se a partir da concepção de Fredrik Barth ([1969]1998), é no contraste entre dois grupos que interagem que se afirmam as fronteiras e se definem as identidades. Nesse sentido, a alteridade afirma as fronteiras e estabelece as diferenças.

A fronteira na perspectiva de Barth ([1969]1998) se dá na interação entre grupos, que conservam suas identidades ao definirem a sua pertença e não pertença ao grupo em que os membros compartilham os mesmos critérios de avaliação e julgamento que se dicotomizam, com relação ao outro grupo, sendo aí que se mantêm as fronteiras e diferenças culturais, ao invés de uma congruência de códigos e valores.

No caso de relações intergrupos estáveis, o autor discorre que a interação se organiza por meio de um conjunto de regras que orientam as situações de contato articulando certos setores de atividade e também um conjunto de interdições que

impedem a interação, “isolando assim partes das culturas, protegendo-as de qualquer confronto ou modificação” (BARTH, [1969]1998 p. 197).

Ao considerar o outro como estranho, ou “de fora”, reconhece o seu limite para a compreensão de si, além das diferenças de valores e de comportamento, como também da dificuldade para o entendimento mútuo, com possíveis divergências de interesses. Os contatos sociais entre grupos não dissolvem as diferenças culturais entre eles, mas pelo contrário, tais diferenças persistem, existindo de acordo com Barth ([1969]1998) um conjunto de regras, códigos, valores e etiquetas que pode ser compartilhado, entre as partes, no momento que se encontram.

Percebe-se que essas fronteiras, sendo sociais, são construídas na relação de alteridade “nós” / “eles” em processos de inclusão e de exclusão, mantidas, produzidas e reproduzidas nas interações dos atores/agentes, dos diferentes grupos com identidades locais mais homogêneas. Essa identidade contrastiva, “implica, portanto, a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tal, o faz como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo que se defronta” (OLIVEIRA, 1976 p. 5). Sendo assim, esta identidade se solidifica por oposição e nunca de forma isolada, mas com relação a grupos.

Aqui poderíamos indicar que na virada da primeira para a segunda metade do século XX, fomos confrontados com manutenção do fenômeno étnico / identitário. E no final do século XX, assistimos a um reavivamento das identidades pensadas e reivindicadas enquanto originárias, gerando disputas e guerras étnicas onde não imaginávamos que tal pudesse se fazer. Logo, as identidades deixam de ser totais e fixas, contudo, a identidade ainda é uma retórica poderosa e duramente reivindicada.

Segundo diversas obras (HANNERZ, 1997; HALL, 2003, 2005) na atualidade, as discussões apontam uma crise da identidade. Não se pode falar de identidade nacional, local ou até mesmo identidade étnica pura. Não havendo, portanto, fronteiras definidas com uma fixidez rígida. Hannerz (1997) diz que, no mundo em que vivemos, estamos nos deparando com etnias construídas não pelo pertencimento a uma comunidade, a uma tradição ou a um conjunto de valores, mas a vários. Pertencemos ao mesmo tempo a várias etnias construídas a partir de posições do sujeito.

Segundo Hannerz (1997) a ideia de fluxo, hoje considerada dentro dos estudos culturais, não é nova. Fredrik Barth ao discutir a ideia de pertencimento, como algo que se conquista e não é essencializável, já estava considerando a ideia de fluxo, pois para

este a cultura é algo que se herda, usa, transforma, adiciona, transmite. Podendo assim, ser um resultado da influência dos mais fracos sobre os mais fortes.

De acordo com Hannerz (1997), Barth já estava percebendo a cultura como um *bricolage*, não dando grande importância a origem dos traços culturais, mas as interpretações locais e aos esquemas locais de interpretação.

Na perspectiva da identidade contrastiva de Barth ([1969]1998), a fronteira enquanto limite entre os grupos é considerada problemática para Hannerz, na atualidade. Talvez, porque hoje, dentro dessa linha de pensamento, elas sejam consideradas fluidas, ou até inexistentes devido aos processos de globalização que intensifica os fluxos entre pessoas, grupos e culturas diversas.

Não podemos, hoje, nos remeter a identidade sem discutir aqui a problemática da diferença, uma vez que falar de identidade é se remeter à diferença. De acordo com Silva (2007), na definição de identidades e diferenças se atribui classificações, que são centrais na vida social:

As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (SILVA, 2007 p. 82)

Essas classificações que denotam um exercício de ordenação do mundo social, não vão estabelecer limites ou fronteiras entre os grupos de maneira que seja uma oposição fixa com limites rígidos entre os mesmos, em termos de pertença e não pertença, na dicotomia que supostamente se estabeleceria entre os grupos no sentido de Barth ([1969]1998).

A noção de uma identidade contrastiva é construída por Barth ([1969]1998) numa discussão analisando uma sociedade poliétnica, na qual os grupos interagem reafirmando-se através das fronteiras, que são étnicas nesse sentido. Contudo, ao observar o fenômeno não se constrói um espaço que propicie um acompanhamento para os modos pelos quais os atores, em cenas específicas, vão negociando, atualizando e fragilizando a identidade. Para Barth, a identidade étnica é a determinante, em face de todas as outras e se caracteriza pela crença subjetiva numa origem comum, embasando-se na definição feita por Weber, 2004 [1922]. Tal crença numa origem comum serve de substrato para a construção de sentimentos de pertencimento ao grupo, formando assim a sua identidade social que se distingue face aos outros.

Procurando incorporar uma perspectiva mais interacionista e relacional, podemos agregar ao longo da discussão outros elementos para a nossa reflexão sobre a identidade.

A diferença faz parte da própria identidade e não é fixa ou homogênea, se constituindo como um processo onde há afirmações e des-afirmações, identificação e des-identificação dependendo das circunstâncias. Sendo assim, essas identidades não são afirmadas no sentido de Barth ([1969]1998), mas negociadas nas interações sociais com o “outro”, que pode ser mais próximo e familiar do que se imaginava, podendo inclusive estar localizado no interior do próprio grupo (GUPTA & FERGUSON, 1992).

Kathryn Woodward (2007) afirma que a identidade não é o oposto da diferença, mas que ela depende da diferença. Nesse sentido, uma identidade só é produzida em relação à outra. Evidentemente, nessa relação, não se pode deixar de considerar que existem relações de poder. O que nos parece trazer uma situação mais próxima daquela que analisei em 2009/2010 durante a pesquisa do mestrado e que nos guiou ao campo, durante o investimento de pesquisa do doutorado, na mesma área de estudo.

Nessa perspectiva, a identidade não pode ser vista como essência, nem como algo fixo, imutável ou se constituindo de um único referencial, podendo ser pensada como uma realidade híbrida, ao mesmo tempo que é constituída em processos socioculturais e históricos.

Stuart Hall (2005) defende como tese central que as identidades (pós) modernas estão sendo “descentradas”, deslocadas ou fragmentadas. São formulações abertas e provisórias, que podem ser contestadas. A comunidade sociológica está profundamente dividida quanto a esses assuntos. “O próprio conceito com o qual estamos lidando, “identidade”, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2005 p. 8).

A partir do final do século XX, as sociedades modernas passam por transformações, que mudam nossas identidades pessoais, havendo uma perda do sentido de si. Um duplo deslocamento (descentração) do indivíduo do seu lugar social e cultural como de si mesmos. Isso se traduz em uma crise de identidade, que aí se torna uma questão a ser pensada, já que deixa de ser fixa, coerente e estável, deslocando-se para a dúvida e a incerteza.

De acordo com Hall (2005), é possível fazer distinção entre três concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

No sujeito do Iluminismo o ser humano é compreendido enquanto totalmente centrado, unificado, com capacidade de pensar racionalmente, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia já no nascimento e com ele se desenvolvia, embora em “essência” seria o mesmo de forma contínua, idêntica, a ele mesmo, ao longo de sua vida. Já com o sujeito sociológico, compreende-se que o núcleo interior dos indivíduos não é autônomo e autossuficiente, mas é formado na relação com os outros, na interação entre o eu e a sociedade. Embora, o indivíduo tenha ainda um núcleo ou essência interior, o “eu real”, este se modifica no diálogo com o exterior (mundos culturais), tal como na perspectiva do interacionismo simbólico.

Além disto, a identidade seria a mediação entre o mundo interior e o exterior²⁵, nos projetamos, nós próprios, nesses mundos culturais e também internalizamos os mesmos. A identidade fixa o sujeito à estrutura, estabiliza e unifica assim os mundos culturais e os sujeitos. Por último, a concepção do sujeito pós-moderno, ou seja, aquele sujeito que tinha uma identidade unificada e estável, se fragmenta, e não é composto de uma única identidade, mas de várias, por vezes, contraditórias.

O processo de identificação que produz esse sujeito pós-moderno é mais provisório, variável e problemático. Não havendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Não há um “eu” coerente, o que há são identidades contraditórias, sendo nossas identidades continuamente deslocadas.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

A chamada pós-modernidade é caracterizada por processos permanentes de rupturas, fragmentações e deslocamentos. Ou seja, diferente das sociedades tradicionais, há mudanças constantes e rápidas, tendo a reflexividade da vida como ponto alto devido ao processo de globalização. O que resulta em identidades abertas, fragmentadas, inacabadas, contraditórias.

Diferentemente das sociedades tradicionais, as sociedades modernas estão mais propensas às transformações constantes, próprias da modernidade tardia. Com o processo mais amplo da globalização, modificam-se as relações espaços-temporais,

²⁵ Próximo da noção de *habitus* para Pierre Bourdieu (1998, 2004).

impactando principalmente na identidade cultural que sofre deslocamentos do seu centro.

O processo de globalização e seu sistema de desigualdades, longe de homogeneizar têm causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas. Para Hall (2005), está havendo uma proliferação subalterna da diferença que ele denomina como um paradoxo da globalização contemporânea onde, embora culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si, há, no entanto, a proliferação das diferenças.

As culturas localizadas resistem a esse ou aquele artefato cultural que se tornou hegemônico e pretende-se global. Na dialética entre universal e particular, local e global, processam-se resistências e adaptações, hibridizações e reelaborações culturais. Pois a globalização em processo faz com “as identidades reais e ilusórias baralham-se, afirmam-se ou recriam-se” (IANNI, 1999 P. 27). Deste modo, as identidades culturais são cotidianamente construídas com relação às diferenças locais e translocais.

Para Bauman (2003), a identidade nasce em um momento de crise e queda da comunidade local como interpretada pelo autor. Na comunidade a vida social está tão homogeneamente organizada, que, sendo ela, o mesmo – uma condição coletiva- não há que se questionar quem é o outro. O diferente, nesse caso, está “naturalmente” dado: todos os que estão fora da comunidade.

Assim, é só quando a comunidade entra em colapso que pode emergir a identidade. Sendo assim, é a necessidade de se definir em relação à diferença, que é, outra vez, reivindicada para se falar em identidade. De acordo com o supracitado autor, o desenvolvimento tecnológico, especialmente o advento da informática, foi responsável pela derrocada da comunidade (BAUMAN, 2003, p. 18).

A comunidade impede a emergência da identidade. Quando a segurança obtida pelo acordo tácito que traz unidade para a comunidade é substituída pela necessidade da construção de um acordo artificialmente produzido, é que se torna possível surgir a identidade. Assim, esta pressupõe a ideia de diferença, quando “toda homogeneidade deve ser pinçada de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão [...]” (BAUMAN, 2003, p. 19).

A categoria de identidade no Ocidente é atualmente problemática, sendo a sua historicidade questionada pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais, que apontam para a produção de novas identidades (HALL, 2005, p. 84). A globalização tem um efeito pluralizante, produzindo, de acordo com Hall (2005), uma

variedade de possibilidades e novas posições de identificação, tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas, mas ainda relacionadas a lugares, embora que, múltiplos.

Através do conceito de “tradução”, Hall (2005) reflete sobre as pessoas que pertencem a vários mundos culturais e que ao os assimilarem, passam a fazer parte de todos, sem, necessariamente, estarem diretamente ligados a nenhum deles. De acordo com o autor, esse tipo de identidade, diaspórica, formada pelas culturas híbridas, é um dos vários tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da “modernidade tardia”.

Estamos sempre em processo de formação cultural, sendo assim, a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. Nessa perspectiva, semelhança e diferença só existem como um jogo, onde um está inscrito no outro. Nesse sentido, segundo Hall (2003) não se pode apegar aos modelos fechados unitários e homogêneos de pertencimento cultural, mas abarcar os processos mais amplos – o jogo da semelhança e diferença que estão transformando a cultura no mundo inteiro.

Em síntese, Hall (2005) argumenta que a pós-modernidade descentra e desloca o sujeito universal do iluminismo, traz o mesmo para as relações sociais com a teoria marxiana, e sofre novos descentramentos a partir da perspectiva foucaultiana do poder disciplinar, que por sua vez, também sofre um novo descentramento com o feminismo e os “novos movimentos sociais”, que colocam em evidência questões que vão além da esfera do trabalho.

É neste último descentramento, que se insere os chamados “novos movimentos sociais”. Estes diferem dos movimentos sociais tradicionais em suas práticas e objetivos (GOHN, 1995). Ainda aí estamos diante do desafio em pensar de que modo os sujeitos envolvidos se afirmam enquanto coletividades. Logo, vinculados a uma identidade, que talvez se encaixe nos lugares que até então estavam disponíveis. Se para os movimentos tradicionais a sua prática era orientada pela identidade de classe social organizada em torno do movimento operário-sindical e ligada ao mundo do trabalho (GOHN, 1995), os “novos movimentos sociais” se fazem a partir da emergência e visibilidade de identidades que não estão diretamente vinculadas às relações sociais de produção.

Deste modo, a velha dicotomia entre capitalistas e trabalhadores, como duas identidades em oposição complementar e dialética, não serve para explicar tais dinâmicas. Não quer dizer que não exista mais classes sociais e nem tampouco luta de classes, mas que a realidade e os discursos sobre a mesma, e as lutas realizadas pelos

agentes são a partir de várias formas de identificação sociopolítica questionadoras das arenas formais e burocratizadas de se fazer a política²⁶.

As novas formas de conflitos sociais questionam inclusive os discursos clássicos da esquerda e toda a concepção de socialismo fundada na centralidade ontológica da classe trabalhadora, traduzindo-se em uma crise política que também é teórica.

Para o marxismo clássico, os camponeses e as classes médias iriam desaparecer, com o processo de diferenciação social que acarretaria na diluição da heterogeneidade na homogeneidade da massa proletária. O desafio atual para esquerda é de como recompor as identidades coletivas através da combinação entre o homogêneo e o heterogêneo, onde a articulação política contra-hegemonica seja capaz de constituir uma universalidade que coopere através da diversidade (LACLAU, 2006).

Os “novos movimentos sociais”, portanto, são caracterizados por lutas específicas, incluindo aqui o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), que trava a luta pela terra, embora esta não se reduza apenas a este aspecto, envolvendo outras reivindicações ligadas à saúde; educação; crédito fundiário e para habitação; melhorias de estradas, dentre outras.

O sujeito moderno foi definido a partir de uma essência universal iluminista, entendido como coerente, centrado e estável. Assistimos, desde então aos movimentos que implicam em descentramentos que irão produzir o sujeito pós-moderno. Este se abre para a emergência de múltiplas construções identitárias, em situações híbridas com múltiplas referências.

Ao considerar o mundo social rural como dinâmico, heterogêneo e multifacetado, a ideia de identidade híbrida pode ser importante para compreender as questões advindas da relação entre as diferentes categorias sociais. Mesmo considerando que não se pode falar de uma diáspora (Hall, 2003) nos universos rurais do Brasil, está se percebendo nos estudos sobre o mundo rural que os sujeitos podem vir a estar negociando suas identidades nos fluxos da vida social das comunidades rurais que são re-significadas, atualizadas em suas relações e interações sociais.

Nesses processos não há linearidade e homogeneização em direção a um modelo único de rural, mas de rurais referidos e significados em culturas que se hibridizam, se

²⁶ Essas novas identidades refletem o enfraquecimento da classe política e das organizações políticas de massa (estado, partidos, sindicatos, etc.) Fragmentação desses movimentos, conforme a identidade social de seus sustentadores (feministas, sem-terras, gays, negros, pacifistas, ambientalistas, etc.) (HALL, 2005).

fundem, se intercalam, são produtoras e produzidas por contextos sócio-históricos e culturais específicos, sem estarem desvinculadas de dinâmicas mais amplas.

Numa perspectiva diaspórica (HALL, 2003) da identidade, entende-se que a mesma não tem uma prática, ela também não está localizada, sendo assim, móvel. O que os estudos culturais mostram é que ao desfixar a identidade, ela mexe, portanto, com as relações de poder, uma vez, que dentro desta perspectiva não há uma identidade hegemônica, mas que se pretende dominante perante outras possibilidades identitárias (WOODWARD, 2007).

Em síntese, a noção de identidade da “pós-modernidade” é de que ela se constitui num ato performativo, é difusa e descentrada, estando alojada na contingência. Essas reflexões sobre a identidade questionam as velhas perspectivas dicotômicas a respeito da realidade social, inclusive no rural. Porém, ao mesmo tempo, vemos uma projeção por parte dos movimentos sociais, nos quais se postula uma identidade relativamente fixa. E, por outro lado, quando nos confrontamos com os agentes sociais no *locus* de pesquisa, percebemos que se aciona uma compreensão sobre uma identidade na relação com o “outro”, que é aprisionada em certos quadros de significação.

Deste modo, ao observarmos a realidade rural em um determinado contexto específico, podemos perceber que há certos limites para a fluidez das identidades, que não são tão móveis, como afirma Stuart Hall (2005). A identidade não é construída de forma tão solta, ou tão fluída, mas é possível falar na presença de um *ethos*²⁷ camponês.

Realçando o *ethos* camponês, Klaas Woortmann (1990) discute que há diferentes graus de campesinidade, conforme a trajetória social e o nível de integração a sociedade moderna capitalista. A campesinidade para este autor é organizada a partir de um ordenamento moral, que orienta as práticas sociais camponesas, em que o negócio se opõe ao espírito de reciprocidade. A ética camponesa é pautada em valores morais como terra, trabalho e família articulados com princípios de honra, de hierarquia e de reciprocidade, constitutivos da ordem moral, “como um modo de ser, não local, mas

²⁷ A noção de *ethos* herdada da filosofia, é utilizada por vários autores, remete a ideia de uma ética prática, um senso prático elaborado a partir de um “modo” ou “estilo” de vida específico. Para Bourdieu (1983), seria a moral do grupo interiorizada pelo indivíduo, traduzindo-se nos valores em estado prático, princípios práticos e não conscientes que regem a vida cotidiana. O *ethos* indica ainda, a relação entre o *habitus* e a posição particular de cada agente no campo, aproximando a experiência da socialização como a apropriação de referências culturais vivenciadas de formas diferenciadas, conforme a trajetória social do agente ou do grupo em determinado espaço social.

específico, distinto quando contrastado à ordem da modernidade” (WOORTMANN, 1990 P. 58).

Tal *ethos* camponês ligado a uma ordem moral (WOORTMANN, 1990) se aproxima da noção de economia moral (THOMPSON, 1998) que serve de quadro de significados que referenda os comportamentos dos agentes sociais nas suas interações cotidianas no meio rural. O camponês não é totalmente descentrado, nem está imerso em uma realidade diluída com múltiplas referências, que se descolariam do tempo e do espaço.

Partimos da concepção de que o rural não é único, estável e nem comporta uma essência a-histórica, mas ele é composto de múltiplas ruralidades, é diverso e em transformação. Neste sentido, os homens e mulheres que estão no rural não são conformados automaticamente, possuindo dimensões e nexos que agregam a diversidade de situações, ao passo que, o trabalho de pesquisa permite reconhecer as diferentes experiências específicas, e no que consiste cada uma delas.

As identidades que estamos estudando de agricultores e de sem-terras / assentados possuem certo enraizamento nos lugares que foram geradas, ao mesmo tempo estas são desencaixadas dos mesmos em diferentes situações e espaços que aqueles agentes sociais circulam. Mesmo em situações de sucessivos deslocamentos espaciais e de migrações rurais-rurais, ou até mesmo, rural-urbano com retorno ao rural, como é o caso de muitos sem-terras, não se pode afirmar que suas identidades são totalmente diaspóricas (HALL, 2003), mas que há sim múltiplas identidades, que não se deslocam de um *ethos* e nem de um *habitus*²⁸ camponês gerado em contextos histórico-sociais específicos.

Para entender o que são os camponeses (ou agricultores familiares) é preciso compreender ao menos três dimensões: 1) O caráter relacional das identidades dos grupos camponeses construídas nos encontros com os “outros”, com as diferenças ou outras identidades. 2) A identidade é histórica, devendo ser entendida nos contextos

²⁸ Na definição de Pierre Bourdieu o *habitus* é entendido como um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1994, p.61). O *habitus* se localiza no meio termo da estrutura social e dos comportamentos individuais adentrando e participando da constituição de ambos. É um conjunto de disposições, atitudes sistematizadas em esquemas que são retro-alimentados, pelas práticas e representações (um conhecimento prático) que ao mesmo tempo as condiciona e naturaliza-as.

histórico-sociais em que foram construídas e de acordo com a trajetória social dos camponeses, que ao acionarem a memória para evocar lembranças do passado, expressam quem eles são, em termos individuais e de pertencimento social. 3) A capacidade de agência dos camponeses permite que continuem sendo socialmente igual a si mesmos no mundo ao passo que podem “fazer a diferença”, aliar, se opor, adaptar-se ou resistir a diferença. O “outro” pode ser o fazendeiro ou “empresário capitalista” com projeto distinto para a terra, os agentes externos (ONGs, Estado, lideranças políticas) o agricultor vizinho, o habitante da cidade ou no interior dos próprios grupos sociais, os quais participa.

É própria das identidades sociais a re-atualização histórica sem perder o sentimento referendado a uma origem, ou de pertencimento a determinado lugar, enquanto experiência primária individual e social, tal como o *habitus* primário para Bourdieu, não descartando novas socializações secundárias, novas trajetórias sociais, saberes e narrativas que vem se acoplar no presente vivido e em um território retornado, porém, reconstruído social e subjetivamente.

Ao estudar a identidade camponesa de *colonos* que participaram de projetos oficiais de colonização no Vale do Itajaí em Santa Catarina, Giralda Seyferth (1993) considera que está é construída com um forte conteúdo étnico, se fazendo em confronto com outros agricultores, que no caso seriam os *caboclos*. Portanto, a população rural estudada, neste caso, comporta uma diversidade camponesa que contempla diferentes identidades sociais dentro da unidade de identificação “colono”, tal categoria é apropriada dos termos oficiais dos projetos de colonização.

A identidade social, portanto, se expressa através da categoria *colono*, que possui um duplo significado: aparece como indicativa, em algum grau de uma condição de uma condição camponesa e, neste caso, são os valores camponeses que presidem sua definição; ao mesmo tempo possui um conteúdo étnico irreduzível, que pressupõe uma distintividade cultural e, em certa medida, também racial, em relação àqueles brasileiros denominados *caboclos* (SEYFERTH, 1993 p. 38).

A identidade social referente à categoria *colono* expressa um duplo significado, de condição camponesa e de conteúdo étnico na distinção com os chamados *caboclos*.

Naquela realidade, não basta ser camponês para ser colono, no entanto, observa (SEYFERTH, 1993) que a condição camponesa é um pré-requisito de identificação em que há características que são específicas do campesinato, tais como, o trabalho

familiar, terras suficientes para realização do consumo doméstico e solidariedade vicinal e parentesco.

Ser colono implica em pertencer a uma história comum que remete à colonização, e ao pertencimento e compartilhamento de tradições que são articuladas em um “*ethos* camponês”: A dedicação à terra, o trabalho árduo, a produção de alimentos, o enraizamento (que se opõe à mobilidade atribuída aos caboclos), a liberdade, entre outras virtudes, constituem, tanto quanto a propriedade da terra, elementos de distinção do colono enquanto categoria social [...]. O “forte” é aquele que fundamentalmente possui recursos econômicos retirados da terra em atividades agropecuárias de tempo integral (SEYFERTH, 1993 p. 41).

Tanto no Vale do Itajaí-SC, como no Oeste do Paraná, nota-se que os colonos se distinguem dos demais produtores rurais denominados de “fazendeiros” em um extremo da hierarquia social local e na outra extremidade daqueles que são assalariados, ou denominados de “peão”, que possuem um *status social* inferior (SEYFERTH, 1993, SCHENATO, 2011).

No caso estudado por Seyferth (1993) no Vale do Itajaí, aqueles que estão excluídos da condição camponesa, como os assalariados “puros” são menos valorizados. A autora demonstra as diferenciações sociais internas entre os colonos, com diferentes identificações ligadas a critérios socioeconômicos, que diferencia aqueles colonos que são “trabalhadores-camponeses” com ocupações urbanas e ainda a divisão entre colonos “fortes” e “fracos” que tem como critério principal o tamanho da terra cultivada.

Nesse sentido, não é somente as relações sociais locais e imediatas que fundamentam as identidades de colonos (como de outras categorias sociais), estas devem ser compreendidas em acordo com os contextos históricos que foram geradas, com as experiências socialmente vivenciadas, com as relações de poder que estão envolvidas, com as diferenças construídas com o “outro”. Tudo isso, permite tanto a continuidade como a mudança das identidades em termos objetivos e subjetivos, perceptíveis nas trajetórias sociais de cada indivíduo pertencente à determinada categoria social.

No caso de *sem-terras/assentados*, ao analisarmos suas trajetórias sociais é possível perceber os processos de re-territorialização e de reconstrução da vida, onde *morar e trabalhar* (WANDERLEY, 2000b) com a família são características centrais no *ethos* camponês, envolvendo mais que a reivindicação específica da terra. Esta é a pré-

condição para a construção da identidade social de assentado e posteriormente como agricultor familiar “livre” da tutela do Estado.

Portanto, no meio rural por mim estudado há continuidades de categorias sociais processadas historicamente, com pertencimento local e ao mesmo tempo há rupturas das mesmas, o que indica certa fluidez das fronteiras internas e externas aos grupos sociais rurais.

Por mais que haja contrastes sociais entre os grupos, estes não devem ser entendidos somente por oposições, mesmo entre agricultores familiares e outras categorias sociais rurais pode haver influências recíprocas. Uma *dupla hermenêutica* (GIDDENS, 1989), ou mesmo podemos falar em várias hermenêuticas que são constitutivas das várias re-interpretações que os agricultores familiares tecem no seu cotidiano vivido sobre si mesmos e sobre os seus “outros”. Não se pode sair o “mesmo” ao se conhecer e ser conhecido pelo “diferente”.

A reflexão acadêmica e política sobre os agentes sociais do mundo rural podem ser entendidas nesse duplo movimento da hermenêutica. As interpretações que a academia elabora sobre os mesmos, reapropriadas pelos gestores do Estado e aplicadas via políticas públicas, influenciam de alguma maneira nas identidades rurais e o movimento contrário também ocorre, uma vez que aqueles que são pesquisados e alvo de políticas públicas são agentes reflexivos com capacidade de interferir, em alguma medida, nos resultados de tais projetos científicos e políticos.

Foi neste sentido, que coube aqui discutir, na primeira parte deste capítulo, algumas concepções políticas e acadêmicas sobre os agentes sociais do mundo rural e que influenciaram inclusive interpretações sociológicas que contribuíram para invisibilidade do campesinato enquanto protagonista social da contemporaneidade, muitas vezes em prol de um modelo de desenvolvimento que não procurou compreender a diversidade da condição camponesa no Brasil.

1.5 Identidades sociais rurais e (re) territorializações

Como discutido anteriormente, não posso afirmar que os agentes sociais do mundo rural brasileiro são totalmente desterritorializados, ou que são diaspóricos (HALL, 2003) como se fossem desenraizados socialmente. A própria reflexão acadêmica demonstra que há continuidades e descontinuidades, há a articulação entre moderno e tradicional, entre identidade e diferenças, entre local e o global, entre

situações que parecem dicotômicas, mas que estão relacionadas, próprias das relações sociais do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, não houve uma diluição completa da comunidade local, esta continua sendo uma referência de pertencimento social, fundamentando as identidades dos agentes sociais rurais. Mesmo que a comunidade possa ser reinterpretada em diferentes circunstâncias, denotando certa flexibilidade dos lugares por eles ocupados, enquanto sujeitos posicionados frente a “outros” na vizinhança ou no interior da própria família (GUPTA & FERGUSON, 1992). Ou mesmo, na relação com o mercado e outros agentes externos. Podemos afirmar que diferentes categorias sociais camponesas, falam e se posicionam a partir do lugar social que ocupam.

Talvez aqui possamos nos indagar sobre o modo pelo qual, ao se constituir a identidade de *sem-terra*, o local que se busca e que se obtém pela luta, passa a ser assim significado. Talvez, em termos de interação, se faça e constitua uma oposição aos que se fazem e se reproduzem de modo mais tradicional: uma memória e um afeto, além do sentido da pertença.

A identidade, ao passo que possui certa fixidez e enraizamento no local, desprende-se do mesmo em diferentes situações e espaços sociais nos quais aqueles agentes sociais interagem. Não fazendo sentido pensar numa perspectiva totalmente diaspórica, mas em múltiplas identidades que não se descolam automaticamente de um *ethos* camponês que orienta as suas escolhas no sentido de continuarem enquanto agricultores que trabalham e vivem da terra.

Em síntese, a noção de identidade, é de como “eu” ou o meu (sentimento de pertença) grupo se vê, na relação de dependência com a diferença, do que não é. Há um auto-reconhecimento elaborado socialmente. A identidade aqui é entendida enquanto processo (estar sendo) e ao mesmo tempo ela não é fixa, essencial ou enquanto uma oposição rígida com a diferença (o outro). Há entre os grupos, fluxos, trocas, disputas, enfim, interações sociais que atravessam as fronteiras, os limites entre os mesmos. Possuem certa fluidez, e são negociáveis conforme as circunstâncias, ao passo que são construídas a partir de um referencial-chave, ligado aos repertórios culturais onde os grupos estão inseridos.

A *economia moral* (THOMPSON, 1998) do grupo social referendado em tais repertórios culturais locais, são reelaborados permanentemente, através de um

“conhecimento mútuo”²⁹ (GIDDENS, 1989, 1996) que disponibiliza recursos para orientar as ações sociais, construir, reproduzir e manipular a visão de si e a visão do “outro” com quem se dialoga. Seja esse “outro”, um grupo ou pessoas do meio rural, o mercado capitalista, o Estado e suas políticas públicas, os técnicos e extensionistas ou ainda os consumidores dos seus produtos agropecuários na cidade.

Vale salientar que, nas relações dialéticas entre identidades e diferenças, os modos de ser, sentir e pensar dos agricultores com seus vários “outros”, são perpassados pelo diálogo entre *ethos* e um *habitus* próprios que lhes dão uma coerência para suas identidades. Ao menos uma sensação de estabilidade, coerência de si e do “meu” grupo no fluxo social da vida diária, permite certa naturalização do modo de ser, ao passo que ao ser interpelado pelo “outro” que demonstra uma maneira de ser, pensar, agir e sentir diferenciada, tende-se a acionar a afirmação identitária nos contextos interacionais.

Ao analisar o mundo rural contemporâneo Wanderley (2000b) afirma que este é multifacetário e multifuncional, portanto, não pode ser pensado a partir de uma única dimensão, tampouco afastado das relações sociais mais amplas, que vão além da sociabilidade local, incluindo “outros” grupos de vizinhança e o urbano. O rural é resultado de um processo histórico e de relações sociais específicas que o constituem enquanto espaço singular.

Segundo a mesma autora, o rural é uma categoria de pensamento do mundo social que é, ao mesmo tempo, uma categoria “político ideológica” e transacional. Por ela, é possível “compreender a sociedade”, classificar e distinguir as pessoas e as coisas e construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo. Representação social que, sem dúvida, gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de

²⁹ A noção de “conhecimento mútuo” foi cunhada por Giddens (1989, 1996) na crítica que realizou às sociologias interpretativas. Consiste em conhecimentos tidos como adquiridos, que os atores/agentes assumem que os outros possuem, enquanto considerados membros “capazes” da sociedade e dos quais se faz uso para manter a comunicação da interação. É aplicado na forma de esquemas interpretativos pelos quais os contextos de interação são criados e mantidos na interação. É adquirido, produzido e reproduzido continuamente. Constantemente atualizado, exibido e modificado nas interações, ou seja, no fluxo social diário. Os atores, na produção das interações diárias, antecipam as respostas dos outros e refletem revisando as ações passadas a luz de ações do presente. A vida social enquanto um círculo hermenêutico, em que se uma expressão é ou não adequada/apropriada, depende do contexto (das circunstâncias específicas) e da situação em que ela se insere. O conhecimento mútuo se divide em um “conhecimento de base” no sentido de que é tido como adquirido, (mas não é acabado, completo e pronto a ser usado no momento da interação), e um conhecimento constantemente atualizado, exibido e modificado no decorrer da interação. Tal conhecimento mútuo é produzido e reproduzido novamente pelos atores como parte da continuidade de suas vidas.

reivindicações específicas e re-significa a história da sociedade (WANDERLEY, 2000b p.114).

Sob essa perspectiva, o mundo rural seria caracterizado por três dimensões: 1. A vida em pequenos grupos; 2. As relações de interconhecimento; 3. A proximidade com a natureza. Estas características são particularmente construídas em contextos sócio-históricos específicos e são responsáveis por relações que resultam de práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc. sendo assim, o rural não se constitui como uma essência imutável, mas como uma categoria histórica que se transforma.

O sentimento de pertencimento é um dos elementos identitários do homem rural, o que faz com que se mantenha a heterogeneidade entre os que são (se sentem pertencentes) ao rural e aqueles que vivem no mesmo apenas para fugir dos transtornos da vida agitada da cidade. Assim, *morar e trabalhar* é o que caracteriza esse homem rural, que na sua relação com a vizinhança, com o trabalho e com a natureza, irá atribuir um significado específico ao mesmo, é um espaço que além de produtivo, em termos econômicos, se constitui em um lugar de vida (WANDERLEY, 2000 b). Assim, segundo essa autora, o rural é um espaço singular onde emergem questões, conflitos e rupturas, formadas por um ator coletivo, que compartilha sentidos e significados específicos. Compreendendo o mundo rural atual, como “um lugar de ‘encontro’ de pessoas de origens diferentes, em situação ora de confronto, ora de integração” (WANDERLEY, 2000 b p. 104).

Interpretações que dicotomizam o rural acabam por simplificar e não dar conta das complexidades que ultrapassam polarizações na contemporaneidade, tal como afirma Menezes (1996 p. 61), ao estudar fluxos migratórios de camponeses como estratégias de resistência e reprodução sociocultural, critica os estudos que tendem a perceber o mundo rural como essencialmente fechado em si. São mais fecundas interpretações com:

[...] referenciais teóricos que ultrapassem noções essencialistas e homogêneas de camponês ou proletário, de rural ou urbano. Neste sentido, entendo que a questão que se coloca não é propriamente se as práticas de reciprocidade entre parentes e vizinhos numa comunidade de camponeses se preserva ou se desintegra num contexto de intensa migração, mas antes é necessário entender práticas diferenciadas de solidariedade em diversos contextos sociais e históricos. (MENEZES, 1996 p. 61)

Deste modo, há de se considerar as múltiplas identidades, que se processam em contextos específicos, compreendendo diferentes práticas de reciprocidade entre parentes e vizinhos que são reelaboradas nas dinâmicas sociais rurais.

A vida social no meio rural brasileiro é animada justamente por essas interações sociais entre grupos de vizinhança e de relações sociais mais amplas, isso é o que faz com que o espaço rural, não se reduza ao espaço físico, mas um território onde se compartilha significados, experiências e vivências, enquanto lugar que permite recordar, esquecer e silenciar da memória, lugar que serve de referência para as construções identitárias.

A identidade é construída por um sentimento de pertencimento, orientado por uma rede de significados e de conteúdos vividos pelo grupo em um dado território. Para compreender tanto a dinâmica de constituição de um território, como a recriação de identidades sociais, é preciso considerar os processos históricos que lhes são peculiares e que o constituíram.

O território para Haesbart (1997) é entendido em múltiplas dimensões, entre elas estão: as relações políticas onde é possível visualizar as formas de exercício de poder, de domínio e controle político sobre o território; as relações culturais, estas relacionadas às apropriações simbólicas e subjetivas do território através do imaginário social; por último as relações econômicas, que são de ordem material se destacando as disputas por bens econômicos e pelo território, que resulta em des-territorializações e em luta de classes.

Para o autor, a des-territorialização nunca é completa, sempre é possível novas territorializações, pois o ser humano, além de ser um ser social é um ser territorial. Portanto, território e territorialização se inserem num campo de forças sociais e políticas, envolve não só a apropriação física e material mas também imaterial/simbólica, com repercussão direta nas identidades dos agentes sociais que o compõem.

Deste modo, o território não pode ser entendido somente no seu aspecto físico. Ele é uma construção social, e enquanto tal, não pode ser visto enquanto estático, mas sempre em processo de transformação. Ainda, as identidades e diferenças presentes em um determinado território, e ele próprio, contém processualidades históricas, continuidades e descontinuidades que não se reduzem na apreensão imediata de um “aqui e agora”.

As várias dimensões de um território incluem ser um espaço apropriado simbolicamente, com a construção de identidades socioculturais / territoriais, mas envolve, aliás, o controle político e o domínio do espaço, que está ligado a redes e fronteiras que se recompõem historicamente. Tanto os aspectos políticos, como os culturais não estão descolados, nem ganham autonomia sobre os processos econômicos (HAESBART, 1997) com relação ao território.

A apropriação de um território, seja ela simbólica ou material, faz com que se estabeleçam diferenças entre grupos de pessoas ou coletividades, pois a partir da área dominada, com seus limites ou fronteiras que se constroem relações sociais e identitárias com os “outros”. O território é feito de inclusões e exclusões, os que estão dentro e os que estão fora, o “meu” e o “teu” no sentido de apropriação material, mas também de pertencimento social. Portanto, é nessa relação de alteridade entre “nós e outros” que a territorialidade de determinada categoria social pode ser compreendida (HAESBART, 1997 p. 42).

Com a emergência de novos territórios conquistados na luta pela terra, temos a redefinição das teias de relações sociais que irão repercutir para além das fronteiras dos assentamentos.

Portanto, para estudar a dinâmica dos assentamentos, há que se considerar as particularidades dos processos que os constituíram, e nesse sentido, ter uma compreensão ampla dos processos que os envolvem.

Conforme Martins (2003), há nos diversos assentamentos de reforma agrária do Brasil uma diversidade de protagonistas. Tais diversidades refletem o processo histórico do mundo rural brasileiro, que se fez de forma peculiar nas diferentes regiões do país. Da relação de moradia ou do sistema de moradia no Nordeste aos núcleos coloniais no Sul e Sudeste com acesso à pequena propriedade legitimada pela Lei de Terras de 1850 (MARTINS, 2003).

Dependendo da forma que foi implantado o assentamento, as histórias de cada *assentado*, as tensões, disputas, solidariedades vão conformar no presente o cenário interno do assentamento. Na interação com o entorno é preciso observar tanto as especificidades dos processos históricos anteriores ao projeto do assentamento e a sua capacidade de se adaptar ou então resistir à realidade mais ampla do contexto local e regional onde estabelece trocas, participa da construção, ao passo que, é construído pela “trama relacional que só pode ser compreendida sob a singularidade histórica e espacial” (FERRANTE, BARONE & BERGAMASCO, 2005 p. 41).

Para Ferrante, Barone e Bergamasco (2005) os processos sociais de acomodação, conflito e resistência geram impasses, limites bem como abre possibilidades nas relações dos assentamentos com o entorno em seus aspectos econômicos, políticos e culturais dos contextos das localidades e regiões onde se inserem. Apesar da homogeneidade no encaminhamento das políticas públicas por parte do Estado em relação à implantação dos projetos de assentamento, a realidade se demonstra múltipla, multifacetada com singularidades de trajetórias sociais dos trabalhadores, as interações entre si e com os mediadores (técnicos, militantes, membros do poder público) são diversas. (FERRANTE, BARONE & BERGAMASCO, 2005).

Wanderley (2003a) ao realizar um estudo de caso no assentamento Pitanga, em Pernambuco, afirma que a luta pela terra se constitui uma alternativa social e politicamente viável, porém, extremamente dolorosa, não sendo apenas uma alternativa entre outras, mas mais do que isso, a terra é a pré-condição para ser agricultor. Para esta autora é o conhecimento anterior entre os *assentados* que fortalece o sentimento de unidade, que, no entanto, não deixa de ser perpassado por tensionamentos.

Também Maria Aparecida de Moraes Silva (2004) percebe a importância da terra como base para a identidade dos *assentados*, sendo considerada ponto de chegada para os que resistem e ficam no assentamento, para quem muitas dificuldades irão aparecer, mas acreditam em um projeto de vida ali; e ponto de partida em novas itinerâncias para os que desistem e abandonam os lotes.

Para essa autora, o assentamento é um processo de recriação de experiências, de ressocialização que envolve passado, presente e futuro. Portanto, “não se trata de uma realidade homogênea, não obstante, todos terem recebido a mesma quantidade de terras, percebendo também clivagens entre os assentados” (SILVA, 2004 p. 103).

O sujeito que luta pela terra, e pela reforma agrária, é diverso. São diferentes categorias que são classificadas abstratamente de “sem-terra” e que encobrem diferentes interesses, necessidades e propósitos destes trabalhadores (MARTINS, 2003 p.13). As diferenças entre os *assentados*, cada um com sua história de vida, os torna ainda mais singulares. As histórias pessoais diferenciadas aparecem mesmo nos grupos menores em assentamentos pequenos, onde aparentemente pode-se pensar que há homogeneidade, onde na verdade existem situações muito heterogêneas. São trajetórias sociais provindas de diferentes origens e que enfrentaram diferentes obstáculos em suas travessias na busca pela terra e para continuar na mesma.

Parto, portanto, da perspectiva de que o rural no Brasil é múltiplo, e que sendo atravessado por contextos distintos produz em seu interior identidades diversas. Assim, as relações e interações que se estabelecem nesse universo, dependem de contextos histórico-sociais específicos, onde se processaram a construção das identidades dos agentes que ali estão inseridos. Ao mesmo tempo me pergunto se não encontrarei situações ou modos que sejam assemelhados, apesar das distinções mais aparentes? Algo que se impõe no esforço da pesquisa e da indicação de um paralelo entre contextos sociais distintos do rural brasileiro.

O mérito dos novos movimentos sociais do campo está em demonstrar que por meio da ocupação e manifestações públicas é possível acessar a terra, reivindicando uma reforma agrária ampla, que possibilite uma efetiva cidadania no campo, inclusiva, de “outros”, permitindo a re-territorialização, com relações sociais menos assimétricas.

Dar visibilidade à resistência daqueles que foram negados e silenciados da história oficial, é reconhecer que ali foram construídos diferentes territórios, identidades e vivências a partir da terra, esta, por sua vez, possuindo diferentes significações a partir de determinadas posições sociais com suas respectivas racionalidades. Tal visibilidade, perpassa por políticas públicas específicas para os diferentes grupos sociais rurais que participam da sociedade brasileira, que vão desde a democratização do acesso à terra com uma reforma agrária efetiva, a assistência técnica, garantia de comercialização de produtos, incentivo à cooperação, acesso à crédito. Enfim, que possibilite assegurar muito mais do que os mínimos sociais e vitais (CANDIDO, 1998 [1964]) para uma vida digna no campo.

Deste modo, o Estado seria o ator capaz de fomentar políticas públicas que ultrapassem o imediatismo de disputas políticas e de governos transitórios. Enquanto isto acontece de forma tímida, os agricultores familiares / camponeses continuarão contando com suas próprias forças, estratégias e lógicas familiares, negociando suas identidades cotidianamente frente a outros grupos e a outras racionalidades da sociedade mais ampla.

As categorias analíticas e políticas de camponês ou de agricultor familiar, enquanto tentativa de definir àqueles que produzem para o sustento doméstico e para o mercado, enquanto categorias teóricas gerais, não dão conta da diversidade de situações sociais existentes. É fácil cairmos em homogeneizações da realidade rural, quando ficamos somente em uma leitura teórica e típica-ideal desses agentes sociais rurais. Esta tese pretende discutir essa diversidade e demonstrar como em duas diferentes regiões do

país é possível perceber e traçar características que são gerais, mas sem deixar de notar as peculiaridades que fazem com que estejamos falando de campesinatos distintos e inconfundíveis.

O que distingue o campesinato do Oeste paranense do formando no Agreste Paraibano são, principalmente, os contextos histórico-sociais distintos em que estão inseridos. Ao examinarmos como certas identidades foram geradas, mantidas e modificadas em diferentes territórios rurais, a análise que fazemos é de que há uma historicidade mais ampla que conforma tanto os processos de des-re-territorialização, os códigos morais que permeiam as relações sociais, bem como os processos de construção identitária dos diferentes agentes sociais estudados, ou seja, os *colonos* e *assentados* do Sul e os *agricultores* e *assentados* do Nordeste.

Sem pretensão de realizar uma história social destes campesinatos, elegi alguns aspectos que caracterizam historicamente as duas regiões e repercutem diretamente na constituição dos mesmos. É o que veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

CAMPESINATO E PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS NO NORDESTE E NA PARAÍBA

2.1 Campesinato e concentração fundiária no Brasil

Trarei, nesta parte da discussão, breves considerações históricas relacionadas às formas de ocupação e apropriação do solo, a regulação e o controle da terra dificultando a reprodução social do campesinato, em seguida, na parte mais extensa do capítulo discutirei os processos sócio-históricos referentes ao Nordeste e a Paraíba que subsidiam o entendimento das relações sociais e políticas da realidade agrária paraibana atual, onde se insere o Assentamento Bela Vista (Esperança – PB) um dos *lócus* desta pesquisa, para posteriormente avançar ao terceiro capítulo.

A sociedade que foi construída, no decorrer dos séculos após a chegada dos portugueses, se desenvolveu na relação com o “outro”, ou seja, aqueles que se encontravam com características próprias com relação aos hábitos, costumes, crenças, maneiras de ser, sentir e de pensar diferentes da dos colonizadores. Tais diferenças não impediram a comunicação neste “encontro” que muitas vezes foi codificado pela linguagem da violência, refletindo nas denominações de “índios”, “primitivos”, “selvagens” atribuídas para milhões de pessoas que já habitavam a imensidão de terras a serem “exploradas” pelo colonizador.

Os povos indígenas, como vasta historiografia nos mostra, sofreram com tentativas de escravizações, com doenças contraídas e muitos foram dizimados pela

violência do colonizador. Do lado do campesinato, as chances de se reproduzir socialmente dependiam da relação subordinada ao latifúndio agroexportador.

Como veremos, as heranças das desigualdades no acesso à terra, remetem a um passado colonial que chega até a contemporaneidade, com o monopólio da propriedade da terra enquanto modelo legitimado socialmente, relegando para segundo plano, a agricultura camponesa e familiar, que enfrentou, e de certa forma ainda enfrenta, vários obstáculos para o seu desenvolvimento enquanto forma produtiva autônoma (WANDERLEY, 1996).

Logo após a chegada dos colonizadores portugueses, a distribuição de terras se fez por meio das concessões de Sesmarias, que eram autorizadas pela Coroa Portuguesa, desde que o *sesmeiro* cumprisse com as suas obrigações de cultivo e delimitação do território a ser explorado.

Este dispositivo, regulador das terras em Portugal, foi transferido para o Brasil com a intenção de explorar madeira, especiarias e minérios por todo o território; além da intenção de repovoá-lo.

Entretanto, ocorreram conflitos entre as normas originárias de Portugal, com as relações societárias e costumeiras no Brasil, produzindo um regime de sesmarias, caracterizado pela indefinição dos limites em relação ao tamanho das áreas, o mínimo ou máximo de terras concedidas. Não havendo interesse por parte donos das glebas, em definir os limites de suas terras por conta da agricultura extensiva e predatória que praticavam, com o cultivo além da cana-de-açúcar, do café, do algodão, do fumo, e de áreas utilizadas para criação de gado (BENATTI, 2009). A agricultura monocultora voltada para exportação exigia que novas terras sempre fossem utilizadas, à medida que, as outras estivessem cansadas, o que tornava seus limites móveis e expansíveis.

Para os senhores de terras, além de avançar a fronteira agrícola em áreas de floresta, não lhes era “conveniente informar às autoridades os limites exatos de suas glebas, para facilitar a incorporação do patrimônio público ao domínio privado” (BENATTI, 2009 p. 221).

Logo no Século XVI, os portugueses destinaram grandes áreas de terras concedidas ao plantio da cana-de-açúcar, pois dominavam as técnicas de cultivo e produção do açúcar, ao explorarem outras colônias em uma economia de caráter mercantilista, em que o açúcar tinha um grande valor de troca.

As primeiras atividades econômicas do Brasil-Colônia, eram realizadas em grandes extensões de terras, monocultoras, também denominadas de *plantations*³⁰, que conjugavam várias etapas da produção artesanal, desde o cultivo da cana-de-açúcar ao beneficiamento com a utilização de mão de obra escravizada. A terra não tinha valor mercantil, o que possuía valor, na verdade, eram os trabalhadores escravizados, que eram tratados como mercadorias e aprisionados para a realização de trabalhos forçados. Existiam situações de relações sociais próximas entre a “casa-grande” e a “senzala” (FREYRE, [1933] 2004), não necessariamente prevalecendo relações democráticas, pois havia situações extremas de opressão e exploração.

As relações sociais, jurídicas e a lógica em que operava a economia eram mercantilistas, não existindo espaço ainda para a propriedade privada moderna, mas para doações de grandes extensões de terras para “homens de posse” que, no entendimento da Coroa Portuguesa, poderiam explorá-las, ao garantirem minimamente o domínio português sob o território.

No entanto, longe de pensarmos que o sistema escravista foi homogêneo, com dois polos somente, dos senhores e dos escravos dominados, havia pelo menos outra categoria social, como nos diz Ciro Flamarion Cardoso (1987), que nas “brechas” da *plantation* escravista, havia o que ele chama de um “protocampesinato” no Brasil colonial.

Na visão de Cardoso (1987), a escravidão não era a relação de trabalho exclusiva e absoluta durante o período colonial nas Américas. Uma mão-de-obra formada por escravos e pelo campesinato já estava presente em outras colônias de domínio português, antes do Brasil, como a colônia de São Tomé, onde o escravo acessava pequenas cotas de terras em que era permitido o cultivo em dias pré-estabelecidos, sendo possível, com o tempo, acumular dinheiro com a venda da produção, e assim comprar sua liberdade.

Portanto, no interior do próprio sistema escravista, tinha resistências ao modelo hegemônico implantado. Pois, ainda de acordo com Cardoso (1987), eram práticas camponesas, que alcançavam momentos e espaços de uma autonomia mínima para os escravos, que mesmo com toda a exploração e opressão sofridas, conseguiam “brechas” de resistência ao próprio sistema. Tais práticas camponesas não eram rarefeitas, mas

³⁰ As *plantations* eram caracterizadas pelo uso de grandes extensões de terras para cultivo monocultor, utilizando geralmente trabalho escravo, onde pelo menos parte do produto era beneficiado ali mesmo e destinado para exportação.

estiveram presentes em todo o período colonial. Além dos próprios escravos que produziam para o consumo próprio e para o mercado, havia o acesso de agricultores pobres a terras “livres”.

No entanto, cabe aqui pensar até onde tais práticas camponesas não serviam para fomentar a subsistência da população em situação de escravidão, por esse outro lado, não podendo ser pensadas como sinônimo de autonomia.

De qualquer forma, as reflexões de Cardoso (1987) colocam em questão uma tradição historiográfica brasileira, cujas interpretações defendiam que as formas de vidas camponesas se iniciaram com a chegada dos *colonos* de origem europeia (italianos, alemães, poloneses, ucranianos, etc.) a partir de meados do Século XIX. Como bem demonstrou o autor, a produção familiar camponesa foi uma realidade anterior à chegada daqueles imigrantes no Brasil.

Na mesma direção, Forman (1979) nos diz que, em paralelo a *plantation* com trabalho escravo, existia ainda homens “livres”, arrendatários, um setor camponês que fornecia alimentos que eram comercializados. De acordo com o autor, foi criada uma economia doméstica, um mercado interno realizado por camponeses livres. Pois, apesar das grandes extensões territoriais concedidas pela Coroa portuguesa, dos enormes latifúndios para produção do açúcar nos engenhos, estes não contavam somente com o trabalho escravo, mas também com “cultivadores menos afortunados, que compravam ou alugavam terras dos sesmeiros” (FORMAN, 1979 P. 51).

O avanço do campesinato naquela época estava na razão inversa dos senhores de engenho, nota-se que a partir do século XVIII, especificamente no Nordeste brasileiro, um campesinato aparece e se expande em um contexto de crise agrária entre 1710 e 1750, promovida pela queda do preço do açúcar no mercado mundial e com a ruína de muitos engenhos, com o alto custo da mão-de-obra escrava que era direcionada para a mineração de ouro (PALACIOS, 2004). De acordo com Palacios (2004), foi neste momento de crise que ocorreram mudanças bruscas no Brasil-Colônia: mesmo a Coroa tentando impedir a expansão e viabilidade do cultivo de tabaco, com a crise dos engenhos de cana-de-açúcar, sobrou terras para a expansão da agricultura camponesa.

Em fins do século XVIII, teve o *boom* da mineração, principalmente na região Sudeste. Nessa busca principalmente por ouro, intensificaram-se os deslocamentos internos de outras regiões do país (SANTILLI, 2009), principalmente da mão-de-obra escrava dos engenhos em crise do Nordeste Oriental (PALACIOS, 2004).

Ainda em fins do século XVIII, o complexo de exportação de produtos agrícolas dependia, de certa maneira, da agricultura praticada pelos “pobres e livres”, isso feria os interesses de setores dominantes da colônia, (tanto os governos, comerciantes, como os próprios senhores de terras). Em resposta, aos avanços do campesinato, inicia-se um processo de expropriação e subordinação das comunidades camponesas à grande plantação (PALACIOS, 2004).

A expansão da agricultura camponesa feria os interesses da Coroa Portuguesa e das plantações escravistas, visto que, era preciso imobilizar mão-de-obra, subordinando o avanço da autonomia dos camponeses, que podiam subsistir cada vez mais sem a dependência da *plantation*. Uma das formas de conter esse avanço era criar impedimentos ao acesso “livre” da terra.

Como vimos, desde a colonização se firmou em um processo de territorialização dos conquistadores que implicou na consequente deslegitimação, e na desterritorialização dos povos já existentes, com a tomada de suas terras. Tais processos foram centrais no período denominado por historiadores, de colonial, onde do século XVI ao XVIII deram as bases para a construção de uma sociedade e um Estado nacional e independente.

Logo após a independência (1822) surgem as preocupações com a unidade nacional e o fortalecimento do poder do Estado brasileiro. Com a instauração da monarquia foi formado um arcabouço jurídico-político fundamental: a Carta Constitucional do Império (1824), Código Penal (1830), A lei de Terras (1850), a interrupção do tráfico de escravos para o Brasil (1850) e a Lei Áurea, que proibia o trabalho escravo (1888), dentre outros.

Deste modo, destacamos aqui a Lei de Terras (1850), afinada com as modificações sociais e políticas, bem como, com o aumento populacional. Tal lei enfatizou a separação entre o público do privado, consonante com o aumento na demanda por terra no País, fortalecendo a preservação de um dos pilares da sociedade brasileira, que era o regime de terras extremamente concentrado.

As concessões através das sesmarias já não faziam tanto sentido, com os interesses ingleses, pós-revolução industrial de formar um mercado consumidor dos seus produtos na América Latina. Decorrente disto, cresce o incentivo à abolição dos escravos, ao mesmo tempo em que estes, travavam várias lutas de resistência no interior do próprio sistema escravocrata. Assim, o governo Imperial atendendo principalmente aos interesses das oligarquias rurais, que detinham grandes extensões de terras

devolutas, confeccionou a Lei de Terras de 1850, garantindo para um futuro distante a preservação dos interesses daquelas oligarquias.

O objetivo desta parte do texto, não foi de buscar as “origens” da atual concentração da terra, nem mesmo uma “longa história” envolvendo o campesinato, mas, o de trazer a discussão histórica para mostrar algumas das heranças do passado, que repercutem nas relações sociais e de poder do presente no mundo rural brasileiro, especificamente nas regiões em foco.

2.1.1 Lei de terras de 1850: a terra como “mercadoria” e a legitimação da concentração fundiária

Após a chegada de Dom João XVI e a família real no Brasil, foram notadas transformações nas correlações de forças políticas, sendo um momento decisivo para o entendimento das mudanças na história política brasileira.

As tensões existentes entre grupos diversos, naquele cenário, não eram capazes de por em xeque os interesses dos poderosos donos de terras, que concentravam poder econômico e político e garantiam leis que os favoreciam.

A Lei 601(de 18/09/1850), ou apelidada de Lei de Terras de 1850, deve ser entendida como o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que a produziu. Aquela regulamentação, não deve ser compreendida em si mesma, mas enquanto resultante do jogo de relações sociais e de poder, em um campo de forças (BOURDIEU, 1996; 1998) envolvendo grupos com interesses diferenciados, com lutas para conservar ou transformar o espaço social.

Logo após a Independência do Brasil (1822), o Império procurou restringir o acesso à terra, prevendo a abolição dos escravos que estava próxima. Naquele ínterim, o tráfico havia sido proibido, o que preocupava as elites econômicas rurais era como fazer com que os trabalhadores não acessassem a terra, dando continuidade à condição de trabalhadores, mas agora enquanto vendedores de sua força de trabalho.

Caio Prado Jr. (1987 [1979]) bem coloca que o Brasil desde o *descobrimento* se insere em uma economia mercantil, se não de caráter capitalista, nem mesmo pré-capitalista, mas por mais que houvesse concessões do rei, por meio das sesmarias, o nosso passado colonial, nunca possuiu resquícios feudais. Para o autor, mesmo em se tratando de um mercado de trabalho, cujo pagamento não é por dinheiro, existia a substituição por outras formas, que dão o caráter de um “mercado livre de trabalho” que não tem nada a ver com relações semi-feudais.

A economia política brasileira, desde o seu início, esteve vinculada ao capital internacional (PRADO JR [1979] 1987), característica das colônias de exploração com a produção de matérias-primas destinadas para a exportação.

Esse conjunto de transformações na apropriação e uso da terra, bem como da mão-de-obra, estão conectados com transformações mais amplas, ou aquilo que Karl Polanyi chamou de “a grande transformação”, quando terra e trabalho tornam-se mercadorias fictícias (2000 [1943]). No dizer do autor, a terra, o trabalho e o dinheiro não são literalmente mercadorias, mas entendidas enquanto uma ficção de mercadoria.

É de acordo com esse contexto de transformações históricas mais amplas, principalmente pós-Revolução Industrial na Europa que podemos entender a abolição do regime de sesmarias no Brasil. Não se acessava mais à terra por ser “amigo do rei”, mas continuava valendo o poder econômico, sendo preciso possuir dinheiro, pois com o surgimento da propriedade privada moderna, a compra obedeceria “a lei da oferta e da demanda”, valorizando as terras, seguindo a lógica de um mercado-auto-regulável de terras criado por iniciativa do Estado brasileiro.

Naquele período, estabeleceu-se que todas as áreas que haviam sido doadas como sesmarias e que não estivessem sendo cultivadas, ou utilizadas para algum fim produtivo (alusão a uma formulação primitiva da função social da propriedade), eram tidas como devolutas, ou seja, que deveriam ser devolvidas para o poder público. Aquelas, já comprovadamente ocupadas podiam requerer a titulação, tornando a posse do ocupante legítima perante o Estado, enquanto propriedade privada.

Deste modo, a Lei de Terras de 1850 proibiu a aquisição de terras devolutas gratuitamente, instituindo juridicamente a propriedade-mercadoria. Esta lei, além disso, permitia a concentração de milhares de hectares para um único proprietário e autorizava a legalidade dos empreendimentos públicos e privados de colonização. Se a terra antes concedida ou apossada tinha o sentido de bem ilimitado, tanto a Lei de 1850, como o “capital imobiliário privado fizeram da terra um “bem limitado”, uma mercadoria, mediada pelo dinheiro dependente do capital comercial” (WOORTMANN, 1995 p. 100).

Nesta mesma direção, José de Souza Martins (1973) aponta que, a Lei de Terras regulava a forma de ocupação das terras devolutas, proibindo a aquisição que não fosse por meio da compra e ainda “[...] alterava fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital” (MARTINS, 1973 p. 51-52).

Nota-se que, existiu uma relação entre a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz. Esta última promulgou a abolição dos escravos e teve a preocupação em formar um mercado de trabalho “livre”, com a vinda de imigrantes europeus. Em seus artigos incentivou a imigração de estrangeiros que comprassem terras no país, naturalizados após dois anos de fixação, tendo financiamento destes primeiros projetos de colonização com recurso do Tesouro do Império, os recursos provindos das vendas das terras seriam retornados para custear os próprios projetos de colonização.

No regime escravista, não existia tanta preocupação em delimitar e cercar as terras, já que o que se imobilizava eram os escravos, ao conquistarem a liberdade, tornaram-se trabalhadores *sem donos*, ao passo que, sujeitou a terra ao proprietário, tornando-a um “cativeiro” (MARTINS, [1979]1986).

Tanto para garantir a hegemonia dos grandes fazendeiros, como para que os projetos de repovoamento dessem certo, via imigração, foi necessário transformar o domínio régio da terra na moderna propriedade privada. O que permitiu a instauração de um comércio de terras para os imigrantes, e, impediu do mesmo modo que os trabalhadores nacionais pudessem acessá-las livremente.

A Lei nº 601 ou Lei de Terras, que pretendia distinguir entre público e privado, tentando regularizar as posses, acabou por regularizar grandes extensões de terras, não impôs limites para a expansão das propriedades, pois não instituiu o imposto territorial que poderia com o tempo desestimular a continuidade dos latifúndios. Legalizou-se assim a concentração da terra, perdendo a chance de em uma primeira legislação agrária democratizar o acesso à mesma.

As oligarquias rurais reforçaram o poder local, assim como, as suas articulações com Estado na manutenção do latifúndio monopolista-exportador, prevalecendo os interesses econômicos privados sobrepostos aos tensionamentos sociais e a crescente demanda por terra dos lavradores impedidos de acessar a terra através da compra, pois sem recursos para tal, “essa lei acabou restringindo a única via de acesso dos pequenos produtores rurais a terra (BENATTI, 2009 p. 230).

Longe de reestruturar de forma horizontal o acesso à terra, tal legislação teve o efeito de legitimar “[...] em proporção muito maior as grandes propriedades e considerou crime o ato possessório dali por diante” (BENATTI, 2009 p. 230). Assim, possibilitou a ação de *grileiros*, de coronéis e de seus jagunços na expulsão de pequenos lavradores, pois a denominada posse “mansa” e “pacífica” exigia tempo, em média de

20 (vinte) anos para ser considerada usucapião, o que era inviável para o lavrador “pobre” diante das constantes ameaças sofridas.

Por conseguinte, não se resolveu a questão fundiária do país, pelo contrário, permitiu a legalidade de áreas privadas sem demarcação definida, não impediu a expansão cada vez maior das fazendas, favorecendo a prática de *grilagens*, ou a tomada de terras dos *posseiros* “pobres”, considerados “ilegais” por não haver o papel que garantia sua propriedade, agravando ainda mais a questão agrária.

Com o advento da República (1889), a partir da Constituição Federal de 1891 as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados, o que ocasionou mais conflitos ainda. Nesse período, não houve alterações substanciais, até meados do século XX, dos dispositivos normativos que favoreceram o monopólio territorial da propriedade por parte dos grandes fazendeiros. O que houve foi a continuidade da exclusão do lavrador de exercer a sua cidadania e o seu direito à terra.

Apesar da Proclamação da República em 1889 ter sinalizado para mudanças políticas, acabou conservando “intactos os fundamentos sobre os quais se assentava a sociedade brasileira: o regime de terras altamente concentrado e o poder local de caráter oligárquico” (LINHARES, 2002 p. 146).

Historicamente assistiu-se ao aumento dos latifúndios improdutivos que se valiam da cláusula da lei que garantia as posses, aumentando os *grilos* na apropriação privada das terras devolutas sem a fiscalização do Estado, em uma época em que predominava o poder local dos coronéis da República Velha, dando continuidade à estrutura fundiária inalterada.

Deste modo, a República não alterou os fundamentos sociais e políticos da sociedade brasileira, assentada no monopólio do acesso à terra, característica de um regime fundiário implantado ainda no período colonial. Se na América do Norte, em sua fronteira Oeste, após a matança de indígenas, assentou camponeses com suas famílias, no Brasil, se operou com um padrão de concentração das terras (LINHARES, 2002). Este padrão não sofreu rupturas, sendo reproduzido tanto nas terras de fronteira e de colonização no Sul do país, assim como, no Nordeste de tradições autoritárias arraigadas, com concentração do poder político com bases locais oligárquicas.

2.1.2 Algumas resistências ao bloqueio fundiário

Como vimos anteriormente, essa regularização de enormes latifúndios, sofre questionamentos mais incisivos somente em meados do século XX, quando será discutida de forma mais profunda as primeiras formas de desapropriação de terras, depois das mobilizações sociais do campo, com destaque para as Ligas Camponesas, as lutas por Reforma Agrária e os debates daí decorrentes por todo o país (SILVA, 1997).

Em termos de legislação, os movimentos sociais do campo reivindicavam principalmente a alteração da Constituição Federal de 1946, que continha um dispositivo que impedia a desapropriação para fins de Reforma Agrária, a não ser que, fosse pago ao proprietário uma indenização monetária equivalente ao preço da terra no mercado (SILVA, 1997).

Não obstante, o golpe de 1964 colocou fim às expectativas de mudança da estrutura agrária em direção a democratização do acesso à terra. Em plena ditadura militar foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30/11/1964), que teve o intuito de desmobilizar os movimentos sociais do campo, sofrendo influência norte-americana, com base nos receios de revoluções camponesas na América Latina.

É quando aparece o dispositivo de que os grandes latifúndios improdutivos deveriam ser desapropriados para cumprir fins sociais, foi criado o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) que teria o papel de fazer as desapropriações e assentar pequenos proprietários (SILVA, 1997). Os militares entenderam que a solução agrária seria a colonização da Amazônia Legal, tentando desafogar os conflitos agrários em outras regiões, sem necessitar de desapropriações.

Com a redemocratização, os tensionamentos sociais do campo refletiram na Constituição de 1988, reafirmando o que já constava no Estatuto da Terra, com relação à função social da propriedade que volta a ser enfatizada (art. 5º, XXIII, art. 170, III, art. 182, § 2º, e art. 184, *caput*); no entanto deixou brechas, ambiguidades e imperfeições na lei que dificultaram a aplicação do texto em relação às desapropriações, emperrando o processo de assentamentos que já eram vagarosos (SILVA, 1997).

Assim, historicamente a legislação agrária desde o Brasil-Colônia, não incluiu os principais interessados na democratização da terra, sabe-se que a luta pela terra no país em anos mais recentes tem demonstrado que uma Reforma Agrária não se efetivará, de fato, sem a pressão política, por meio de ocupações de terras no campo e de tantas outras lutas na cidade, na mídia, com o Estado, no judiciário, dentre outros espaços.

O judiciário pode ser visto enquanto um campo que se modifica tanto na interação com outros espaços sociais como pelas suas tensões internas. Neste sentido, a pressão dos movimentos sociais na exigência que sejam atendidas e realizadas as suas concepções de direito, tem a sua influência no exercício de interpretação do Direito.

Do lado dos trabalhadores, suas representações sociais, valores morais, noções de justiça ligados aos costumes e a cultura (THOMPSON, 1998) dão substrato tanto para as suas vivências, como por tornar a luta pela terra legítima na esfera do Direito.

As legislações e os textos jurídicos são proveniente de lutas reais e simbólicas travadas em um campo de forças (BOURDIEU, 1996; 1998). Além das relações de poder envolvidas, as interpretações dos mediadores jurídicos serão sempre de segunda ou de terceira mãos (GEERTZ, 1978), tal como o trabalho do etnógrafo, só que no caso, estão em jogo representações conflitantes provenientes das visões, divisões e tensões do mundo rural que chegam à esfera do judiciário. As ambiguidades presentes na Lei revela o judiciário enquanto um campo de luta em torno da legitimação das representações acerca da realidade, ao admitir interpretações que favorecem grupos distintos e conflitantes.

O caráter ambíguo da lei permite interpretações que favoreçam interesses, por vezes contrários, a exemplo dos conflitos sociais agrários entre grandes fazendeiros em oposição a trabalhadores rurais *sem-terras*, transformando o judiciário num campo onde se manifesta a luta de classes, e a luta em torno da legitimação das representações acerca da realidade.

Os ataques aos trabalhadores não se fazem gratuitamente, mas sim, tentando deslegitimar a ação dos trabalhadores rurais na resistência e na luta. Este arcabouço ideológico pode ser percebido em outros lugares e tempos históricos, tais como analisou Margarida Moura (1988), no livro *Deserdados da Terra*, aonde a autora diz que os fazendeiros do Vale do Jequitinhonha classificavam os que estavam nas terras como “preguiçosos”, no intuito de deslegitimar a posse da terra para estes. Ao mesmo tempo, aqueles fazendeiros, buscavam a legitimação social e cartorial combinadas a estratégias de expulsão, tais como, envenenamento da água, ameaças de morte, humilhações, com o intuito de aumentar o seu domínio territorial e político (MOURA, 1988).

A estratégia de luta através das *ocupações* de terras em ações por parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) dentre outros movimentos sociais do campo, permite a indicação de terras improdutivas e que não cumprem sua função social, apontando os imóveis sujeitos à desapropriação por parte do Estado.

Parte da legitimidade de suas ações é embasada na mesma Carta Magna de 1988, que prevê a ocupação de terras como prática legítima no Estado de Direito³¹. Os trabalhadores *sem-terra* tem feito uso deste direito, tentando articular o que está na letra da lei com a sua interpretação do que vem a ser um direito: direito que vem dos costumes, de uma ordem moral (WOORTMANN, 1990) vinculada ao trabalho familiar dependente do acesso à terra.

Em diversos momentos históricos da luta pela terra no Brasil, tanto no Sul como no Nordeste, os camponeses tem se pautado em noções próprias de justiça e de direitos, e mais recentemente buscando brechas na lei para fazer valer seus interesses. Tal como, a interpretação seletiva das leis que favorecem a luta pela terra, como a concepção de que a propriedade deve cumprir sua função social e econômica.

Como vimos, o campesinato se defrontou com obstáculos para a sua reprodução social no decorrer de história agrária brasileira, tendo muitas vezes que, se subordinar ao poder dos grandes proprietários, subsistindo enquanto satélite das fazendas, ou mesmo tendo acesso precário a terra, estabelecendo trocas assimétricas com os seus donos.

Uma história agrária, não oficial, traz à superfície estas lutas diárias para acessar e continuar na terra, contra ameaças e expulsões por parte daqueles que emanavam o seu poder do monopólio territorial. Nesta luta entre “fortes” e “fracos”, estes últimos tem se valido de uma “economia moral” (THOMPSON, 1998; SCOTT, 2002), que são manejadas em resistências cotidianas e na construção de suas identidades camponesas, onde o elemento central é a terra.

Trouxe aqui uma discussão sobre o contexto de longa duração, que versou sobre o bloqueio fundiário em que foi relegado o campesinato. No entanto, ao observarmos as especificidades histórico-sociais e políticas locais, percebemos como se processam as relações assimétricas, os conflitos internos e relações de poder relacionados às hierarquias sociais, que podem envolver não só a resistência cotidiana, mas também a reprodução de certos valores dominantes por parte dos camponeses.

É nas relações de poder no cotidiano vivido, em que os camponeses encontram estratégias de resistência à dominação, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses, que perpassam muitas vezes reciprocidades, trocas comunitárias, obrigações mútuas, laços de dependência, deveres e direitos sociais bem

³¹ - BRASIL. **Constituição Federal**, art. 5º, XXIII, art. 170, III, art. 182, § 2º, e art. 184, *caput*.

como uma compreensão de mundo que inclui uma ética de subsistência. Estão envolvidos não só com ações coletivas, enfrentamentos expressos em conflitos abertos com os poderosos, contam ainda, com estratégias de resistências cotidianas, referenciadas moralmente, visando fazer valer as suas concepções de direitos.

2.2 A (re) ocupação do Nordeste: atividades agropecuárias e dominação político-territorial

Recorrendo a história, é possível entender algumas formações socioeconômicas atuais e que podem colaborar na compreensão das construções identitárias rurais do presente, ou seja, principalmente daqueles que vivem da terra.

A região do Nordeste brasileiro, a partir do século XVI, começou a ser (re)ocupada, num processo de distribuição de vultosas extensões de terras aos *sesmeiros* pela coroa portuguesa. Este processo envolveu conflitos, para se constituir o monopólio da terra, que deslegitimaram seus primeiros ocupantes. As terras, anteriormente ocupadas por diversas tribos indígenas, foram re-ocupadas e nelas instalados empreendimentos produtivos ligados a grandes plantações de cana-de-açúcar baseadas no trabalho escravo. Diferentemente do Litoral, o Sertão foi re-ocupado através das atividades pecuaristas e fornecia carne bovina para o Litoral.

São três as formas de organização socioeconômica a partir da exploração do solo e das atividades agropecuárias, que coexistem desde a formação colonial: a agricultura monocultora para exportação; a pecuária extensiva e a pequena produção camponesa (LANNA, 1995).

A colonização do Sertão e do Agreste se processou por meio das Sesmarias, sendo que uma delas coube a sucessivas gerações pertencentes à família dos Dias d'Ávila, que mantiveram e ampliaram seu domínio político-territorial e econômico em torno de 400 léguas da Bahia ao Piauí (ANDRADE, 1986; BANDEIRA, 2000). Ou seja, foi a constituição de um enorme latifúndio que perdurou gerações após gerações. Isso nos ajuda a compreender como se organizou o sistema fundiário herdado da colonização. Sendo que a ocupação dos sertões se processou de forma diferente do que ocorreu no Centro-Sul do País, pois os bandeirantes eram mais aventureiros, e não organizavam o espaço conquistado social e politicamente.

O papel desempenhado pela Casa da Torre³², não se limitava a explorar economicamente as terras conquistadas, conseguia estabelecer importantes alianças políticas, inclusive com a própria Coroa Portuguesa, além de possuir um poder militar próprio, mantendo honrarias e servidões, que de acordo com Bandeira (2000), lembravam muito as relações feudais europeias, embora as relações no Brasil, ou Nordeste aqui fossem outras. *Colonos e foreiros* tornavam seus dependentes, não por meio de contrato, mas por meio do poder privado baseado em milícias armadas e na exigência do pagamento do foro.

Como veremos adiante, as discussões de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2000), trazem relevantes estudos para se pensar historicamente a colonização do Nordeste.

Desde o patriarca Garcia d'Ávila, que já havia participado de outras expedições no continente americano em busca de ouro, e que detinha riqueza provinda dos currais, fora chamado por Tomé de Souza, ainda no Século XVI, para construir uma torre junto aos engenhos de cana-de-açúcar para lhes prestar segurança, meses depois, formou uma tropa com portugueses e indígenas de tribos conquistadas e partira com autorização da Coroa Portuguesa para expedições em regiões desconhecidas pelos colonizadores. Dali entrou em combates com os Tupinambás, que foram escravizados e mortos, como parte das recompensas pelos “serviços sujos” prestados à Coroa, que foi além de mercadorias e gado, por exemplo, também recebeu a concessão de sesmarias, por ele conquistadas, dando início a formação do seu morgado³³.

As conquistas foram em direção ao norte do sertão da Bahia às margens do Rio São Francisco, chegando a Sergipe, com o rebanho de gado cada vez maior, contavam com o apoio dos Jesuítas para catequizar (doutrinar) e “amansar” as tribos indígenas com quem se defrontavam, ao passo que o exército privado de Garcia D'Ávila era cada vez mais reforçado. Este mesmo exército em vários momentos da história auxiliou, ou mesmo liderou guerras em favor da Coroa Portuguesa, inclusive nas tentativas de “invasões” estrangeiras, como a dos Franceses em Sergipe e a dos Holandeses em Pernambuco.

³² A Casa da Torre era uma construção com perfil de castelo fortificado, com aspectos militares e, pertencente à família dos Dias D'Ávila, no meio da região dos engenhos de açúcar da Bahia.

³³ *Morgado* ou *morgadio* é uma forma de estruturação familiar cuja referência principal é a linhagem, e um conjunto de regras sociais que determinam os sucessores. O regime do morgadio era baseado na perpetuação do poder econômico da família atravessando várias gerações, por meio da transmissão dos domínios senhoriais ao primogênito homem.

De modo que, Garcia d'Ávila, ainda muito jovem, era um dos homens mais ricos da Bahia e quando morreu deixou o morgado, para o único herdeiro ainda vivo, um neto, que se encarregou de dar continuidade na expansão do latifúndio do avô, este por sua vez, já em meados do Século XVII, faleceu, assumindo o seu filho o morgado. Com o regime fundiário das Sesmarias, no Nordeste, a extensão territorial concedida era maior do que no Sul, mas explorada por meio de escravos e agregados.

O arrendamento era também uma das práticas recorrentes, já que o latifundiário não conseguia dar conta de controlar toda a extensão de que possuía, passando então tal encargo para “leais” procuradores.

Com relação à Paraíba, adentrou pelos sertões de Pernambuco, em batalhas contra os Tapuias e contra os Cariris, muitos destes últimos, compuseram o exército de Francisco Dias d'Ávila 2º (filho primogênito de Garcia d'Ávila 2º) já na segunda metade do Século XVII, o que lhe valeu mais currais e mais sesmarias para o domínio territorial da Casa da Torre.

Assim, analisando ainda no início do Século XVII, Bandeira (2000), ao refletir os escritos de Capistrano de Abreu, diz que a propriedade fundiária no Nordeste do Brasil, foi um oligopólio de famílias herdeiras da Casa da Torre:

Enquanto o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito possuía cerca de 160 léguas, desde o morro do Chapéu até a nasença do rio das Velhas, a Casa da Torre, que sempre funcionara como bastião militar, possuía 28 propriedades arrendadas, só no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe, na Paraíba, além de dominar uma extensão de 260 léguas de testada da capitania de Pernambuco, à margem do rio S. Francisco, entre o qual e o Parnaíba apossou-se de 80 léguas (BANDEIRA, 2000 p. 197).

Quase um terço do Sertão Paraibano era de domínio da Casa da Torre, como *sesmeira* em Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe e no final do século XVII, “ela estava de posse de quase todas as terras do sertão da capitania” (BANDEIRA, 2000, p. 198), adentrando inclusive dois terços do Agreste e da parte ocidental do Cariri, que foi arrendado para a família de Teodoro de Oliveira Ledo já no Século XVIII, rendeiro de longa data da Casa da Torre, fazendo aliança com seus herdeiros.

A dissolução do domínio da Casa da Torre na Paraíba deu-se entre 1739 e 1776 quando 27 pessoas, entre *posseiros* e *foreiros*, requereram ao governo datas de terras, com argumentos de que as teriam comprado e que lhes pertenciam também por serem consideradas devolutas. Além disso, havia dificuldades que a Coroa, na época, colocava para limitar os latifúndios, mas sempre sem êxito, pois a Casa da Torre já não conseguia

sustentar os seus latifúndios, vendendo alguns a terceiros. Apesar das dificuldades “que levaram a Casa da Torre a perder a maior parte de suas terras na Paraíba, no Piauí e em outras capitanias, o território sobre o qual seu domínio se estendera continuou ainda imenso” (BANDEIRA, 2000 p. 358).

A Lei nº 57, de 6 de outubro de 1835 extinguiu o estabelecimento de morgados, de capelas e de outros vínculos, abolindo os já existentes. Assim a Casa da Torre fragmentou-se em partilhas e desapareceu, junto com dívidas contraídas da crise da cana-de-açúcar que tinha se tornado atividade principal da Casa da Torre. Neste ínterim, o eixo econômico deslocava-se do Nordeste para o Sudeste, com o enriquecimento dos produtores de café.

Como vimos a Casa da Torre, começou com o domínio de currais na Bahia e foi adentrando os sertões, passando por Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte até o Piauí. A família dos Garcia d’Ávila detinham habilidades políticas, tanto para negociar com a Coroa as concessões das terras, quanto para arregimentar subordinados, estendendo seu domínio privado a uma vasta extensão do Nordeste.

Pela história desta família, podemos entender alguns aspectos da cultura política daquela região, que ainda hoje são tradições que perduram, de alguma forma nas classes dominantes: mandonismos, autoritarismos, clientelismos, patrimonialismos e apropriações do público pelo privado. Tais heranças e tradições, (retraduzidas) principalmente na política, têm raízes nesta formação histórica, que de certo modo atrapalham a participação cidadã e democrática.

O imenso domínio territorial da Casa da Torre, que atravessou séculos, podia parecer uma espécie de feudo da “idade média” com estabelecimento de honrarias e subordinação de *colonos*, *foreiros* e de outros trabalhadores em regime de servidão.

No entanto, este suposto feudalismo, trazido por Bandeira (2000), é questionável, mesmo porque já foi um debate superado entre Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Junior, ainda na década de 1960. Concordo com Pessoa (2003), quando destaca que houve sim um predomínio de interesses privados, mas as relações não poderiam ser feudais, porque as sesmarias concedidas à Casa da Torre eram concessões que em última instância poderiam voltar ao domínio do poder centralizador.

De fato, o poder familiar e privado da Casa da Torre se sobrepôs ao poder público, e esta é uma das marcas da formação social e política brasileira. Onde proprietários de terras, coronéis ainda no início do século XX agiam por meio de desmandos, reflexo do afastamento ou mesmo ausência do poder público, onde as

regras eram ditadas pelos senhores de terras. Mas, se aquele poder privado, não se confundia com relações capitalistas, nem mesmo se pode afirmar que eram relações feudais.

Pessoa (2003) faz ainda uma crítica à historiografia brasileira que coloca os Garcia d'Ávila como “pioneiros”, como verdadeiros “bandeirantes” do Nordeste, que por meio dos seus currais de gado, teriam “desbravado” os sertões, dominando terras e gentes. É preciso considerar, sim, o polo dominante, ou seja, as classes dominantes que colonizaram a região Nordeste, mas ter o devido cuidado para não se fazer apologia à dominação. Pessoa (2003) lembra acertadamente que estas conquistas foram feitas em cima do sofrimento, escravizações e do extermínio de indígenas, sem cair na vitimização passiva destes, já que houve resistências dos mesmos.

Com o fim das sesmarias, as fazendas fragmentadas por meio das partilhas entre herdeiros devido à extinção do morgado, surgiram minifúndios ainda no século XIX. Com a Lei de Terras de 1850 e as terras devolutas passando para os domínios dos Estados, as oligarquias rurais no Nordeste continuaram controlando as terras, por meio do “coronelismo”. Isto será discutido mais adiante.

Com relação à agricultura camponesa nordestina que é praticada no presente, esta possui raízes históricas refletidas na herança de técnicas agrícolas, conhecimentos e espécies cultivadas. De acordo com Sabourin (2009), existem três origens sociais da agricultura camponesa praticada atualmente no Nordeste brasileiro: a agricultura indígena; a agricultura colonial (monocultora) e os pequenos produtores livres.

Assim, a agricultura indígena era praticada às margens dos rios com características nômades, da agricultura de roça realizada através de queimadas onde se cultivavam principalmente milho, mandioca, feijão, favas, dentre outros. O consorciamento destes cultivos está dentre os conhecimentos agrícolas indígenas, herdados pela agricultura camponesa.

Já a agricultura denominada por Sabourin (2009) de colonial, foi aquela praticada em grandes extensões de terras para cultivo da cana-de-açúcar, pecuária, cacau ou café, que teve como característica principal de sua organização social, a subordinação do trabalho, seja de escravos, parceiros ou moradores. Alguns escravos que conseguiram resistir constituíram quilombos longe dos engenhos e dos domínios dos colonizadores. De acordo com o autor no Século XVIII com a atividade de mineração, e as decisões políticas centralizadas no Sudeste, o fluxo de mão-de-obra, bem como o crescimento do mercado consumidor de produtos alimentícios, fez com que

as fazendas pecuaristas do Sertão e Agreste entrassem em crise, favorecendo a parceria entre vaqueiros e fazendeiros³⁴.

Reiterando a tese de Cardoso (1987) de que havia produtores livres durante o regime da escravidão, ou seja, uma “brecha camponesa”, Sabourin (2009) diz que se desenvolveu um *campesinato* “livre” nos espaços não dominados pela *agricultura colonial*, aí estaria a matriz originária da agricultura camponesa praticada no Nordeste, constituída outrora por “escravos libertados dos quilombos, os meeiros e os vaqueiros que ocuparam terras isoladas ou disponíveis nos interstícios das grandes fazendas” (2009, p. 6). Na passagem abaixo o autor discorre sobre a influência histórica dessas diversas categorias sociais, para a prática da agricultura camponesa recente e atual na região:

Os escravos africanos trouxeram consigo algumas espécies cultivadas (abóboras, melancias, feijões do gênero *vigna*: feijão de corda e feijão guandu). Os produtores livres, colonos ou mestiços se instalaram essencialmente nas áreas do Agreste ou do Sertão para produzir culturas alimentares ou criar animais destinados a abastecer as grandes fazendas. No Nordeste, eles se inseriram também posteriormente, em ciclos sucessivos de culturas de exportação (tabaco, café, algodão, mamona, sisal, etc.). (SABOURIN, 2009 p. 7).

A contribuição dos três tipos de agricultura acima delineados é inegável, mas há de ressaltar que historicamente se constitui de forma precária após a chegada dos colonizadores, que subordinavam os “cultivos familiares” à agricultura colonial, que funcionou aliada à sede por terra e domínio territorial de famílias poderosas, como vimos acima.

O Agreste paraibano além das criações de gado e os ciclos de monoculturas (cana, algodão, café, sisal), se caracterizou pela produção de gêneros alimentícios diversificados, sendo policultor por excelência. De acordo com Emília Moreira, “o litoral especializou-se na produção do açúcar enquanto a pecuária e a lavoura de alimentos passaram a ser produzidos no Agreste e no Sertão (MOREIRA, 1990 p. 12).

O algodão a partir de 1780 será o principal produto do Agreste paraibano, impactando não só sobre o espaço agrário que se transformava, assim como sobre a estrutura social e econômica com o aumento da urbanização e a substituição do trabalho

³⁴ Os vaqueiros eram responsáveis pelas fazendas de gado, também plantavam “roçados” próprios juntamente com outros agregados das fazendas. Um quarto da produção da fazenda lhes pertencia, ou seja, a cada quatro animais nascidos um era do vaqueiro, que podia constituir poupança inclusive para compra de terras próprias (ANDRADE, [1963] 1986).

de pessoas escravizadas pelo sistema de trabalho baseado na relação de morada (MOREIRA & TARGINO, 1997).

A partir da década de 1940 o Agreste paraibano começou a produzir além de produtos alimentícios e o algodão, passou a cultivar a agave do sisal, para a utilização da fibra como matéria-prima da fabricação de cordas. Na década de 1970 a fibra sintética já havia substituído a fibra do sisal, nesta mesma década houve um estímulo a pecuarização da região, com incentivos dados pela SUDENE (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE), o espaço agrário estava dividido entre as culturas do algodão, policultura de alimentos e pecuária (MOREIRA & TARGINO, 1997). Em meados da década de 1980 a crise do algodão na região, justificada por muitos como consequência da “praga” do bicudo, se deu, na verdade devido à concorrência com mercados mais baratos do produto no país.

Assim, em anos mais recentes, a produção agrícola da região do Agreste da Paraíba concentrou-se na pecuária para produção de carne bovina e na policultura alimentar destinada ao auto-consumo e vendas dos excedentes no mercado local.

A reflexão histórica nos dá pistas para entender a constituição do campesinato nordestino, suas estratégias de reprodução, bem como as origens das desigualdades sociais no meio rural do Agreste paraibano. Pois o acesso desigual a terra e as relações assimétricas gestadas entre grandes fazendeiros e os camponeses em dificuldades de reprodução social, limita a continuidade da relação com a terra, que é elemento fundamental da identidade camponesa. Ao voltarmos para o passado, visualizamos a cultura da violência (física e simbólica) gestada social e historicamente, que repercute nos conflitos sociais agrários mais recentes da região.

2.3 Breve caracterização histórica da Paraíba

A história oficial da Paraíba é narrada a partir final Século XVI, com uma luta entre povos para a conquista do seu território que o caracterizou dentre os demais territórios ocupados naquele período. As narrativas contam dos primeiros povos que se envolveram em disputas, dentre os quais estavam os espanhóis, os portugueses e os franceses combatentes rivais com objetivos iguais, ou seja, era a corrida territorial em busca de acúmulos econômicos tanto da terra quanto da criação de gado, fatores que influenciaram na formação das cidades paraibanas.

Nas disputas territoriais, não se pode deixar de mencionar a participação dos grupos indígenas. Os quais se dividiram ao fazerem alianças com os novos ocupantes, os portugueses. No litoral se encontravam algumas tribos tais como os *tabajaras*, as quais eram aliadas aos portugueses, colaboraram na luta contra os *potiguaras*. Estes eram considerados os nativos e não concordavam com a colonização. Havia entre os dois grupos, *tabajaras* e *potiguaras*, diferenças. Tal rivalidade favoreceu a aliança dos colonizadores com outros indígenas. A aliança entre portugueses e *tabajaras* marcou a ocupação das terras paraibanas. Embora tenha sido realizadas alianças, isso não impediu a dizimação dos diversos povos indígenas que ocupavam o Nordeste.

A organização social dos *potiguaras* fundamentava-se na propriedade comunal da terra, da qual retirava o alimento para subsistência. Aceitavam a autoridade dos mais velhos da tribo. Ao serem submetidos à outra cultura, a dos colonizadores, através da imposição dos portugueses, foram confinados em aldeias e constantemente fiscalizados, esta imposição colaborou para que aos poucos fossem reconstruindo a sua identidade cultural.

De acordo com Celso Mariz (1980), em 1685 foi organizado na Paraíba a forte bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo³⁵, considerado pela história oficial como o principal “herói” da “conquista” e do povoamento do Sertão deste Estado, onde os bandeirantes desconsideraram os povos já existentes nestes espaços.

A Paraíba desde sua formação teve uma relação marcante com o seu estado vizinho, Pernambuco. Desde o início a relação entre estes dois estados foi baseada na subordinação econômica da Paraíba, a qual teve início com a ocupação de seu território, momento em que teria perdido algumas das possibilidades de desenvolvimento do seu comércio, um dos fatores para esta perda teria sido a facilidade de comunicação entre o Sertão paraibano com Pernambuco e com bastante facilidade com sua capital, Recife, mais com esta e menos com a capital paraibana, João Pessoa. A estes fatores somaram-se os de ordem política a qual deve ser levada em consideração, principalmente com o processo de separação da historiografia dos dois estados. No que se refere à valorização das características de uma identidade do povo paraibano na metade do Século XVII concentra apenas na cidade Nossa Senhora das Neves a atual capital do estado João Pessoa.

³⁵ A família Oliveira Ledo foram arrendatários da Casa da Torre e ainda no século XIX adquiriram algumas sesmarias.

Mas, adentrar o Sertão naquele momento da história da Paraíba se fazia necessário para os colonizadores, o litoral já não era mais suficiente para “homens de grandeza”, “desbravar” este território seria a possibilidade de riquezas com a expansão do gado e formação de fazendas, espaços onde as relações seriam diferentes da época da ocupação promovida pelos Garcia d’Ávila.

De acordo com José Octávio Arruda Mello (1994) o caminho estava se desenhando para o “desbravamento” do interior do Estado, este período teria sido importante para definir o perfil da capital, perfil este que se delineava com a formação do Sertão formado por Catolé do Rocha, Patos, Sousa e Cajazeiras. Desta época também data a ocupação de Cuité, Bananeiras e fora do Sertão, a Serra da Borborema. Estes municípios já estavam na formação econômica do estado, porém, de acordo com este autor a integração geoeconômica do território paraibano completou-se com a colonização de outros municípios tais como: Monteiro, no Cariri, Princesa Isabel e Serra de Teixeira.

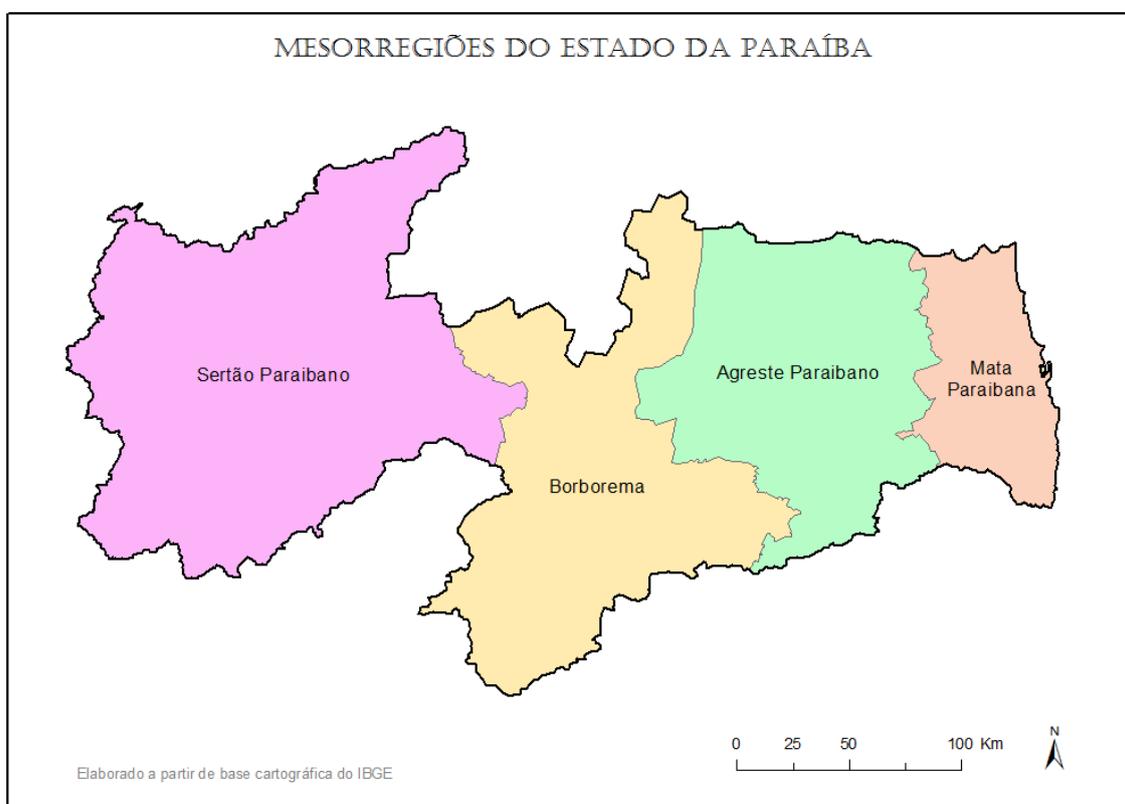
As fazendas de gado propiciaram a (re) ocupação do Sertão paraibano. Os colonos anônimos apossaram-se de terras pertencentes aos indígenas Cariris e Tarairiú. “A economia sertaneja, organizada com base na sequencia bandeira-curral-fazenda-arraial, também valorizou as comunidades das proximidades da Serra da Borborema” (MELLO, 1994, p. 256).

Outro autor que traz parte desta história é José Leal (1989), afirmando que a posse da terra no interior paraibano, teria dependido também de alguns aspectos geoclimáticos, a exemplo da serra verdejante de Cuité, a qual teria determinado os sucessivos pedidos de doação de terras, ao mesmo tempo em que “abriu” à colonização.

O impulso colonizador acentuou-se consideravelmente no começo do século XVIII, sucedendo-se os pedidos de sesmarias, sobretudo na região sertaneja, que, desbravada a princípio pelos aventureiros vindos da Bahia rapidamente se povoou de currais de criação de gado, dos quais se originou todas as cidades que atualmente emprestam àquela zona uma nota de progresso e constitui um atestado das admiráveis faculdade de adaptação do homem às condições climáticas mais rigorosas (LEAL, 1989, p. 70).

Como visto neste trecho a (re) ocupação do interior paraibano tem relação muito forte com a terra e a criação de gado, principalmente a região sertaneja a qual teve o seu povoamento marcado pelas fazendas, nestes lugares como pudemos perceber, foram iniciadas as primeiras re-ocupações, com o gado enquanto atividade econômica e instrumento de domínio sobre os territórios que antes eram dos indígenas.

Com relação ao clima, na parte litorânea é mais úmido e, historicamente teve a cana de açúcar como principal produto, esta região é a mais urbanizada e povoada do Estado. Entre a Zona da Mata e o Sertão está o Agreste Paraibano, seu clima é semiárido, a economia principal girou em torno da cana-de-açúcar, algodão, sisal e pecuária. Após esta região tem-se a Borborema, entre o Sertão e o Agreste as chuvas nesta parte do Estado são mais escassas, a economia é baseada na extração mineral, sisal, algodão, pecuária de caprinos. O Sertão, região da vegetação da caatinga, de clima mais seco, os rios nesta região são temporários, o principal produto cultivado é a pecuária extensiva de corte e o cultivo do algodão.



Reiterando uma história oficial em que coloca o colonizador no topo de uma hierarquia social e a pecuária como atividade superior, José Leal (1989) parece reforçar o discurso de superioridade do colonizador aventureiro que consegue se “adaptar” e “desbravar” as terras mesmo em condições climáticas adversas e ainda fazer frente aos nativos.

De acordo com Leal (1989), a característica do povoamento do estado facilitou o acúmulo de riquezas provindas da pecuária, esta forma de organização teria se “sobreposto” a organização indígena, a qual “cedia lugar” à dinâmica dos

colonizadores, desta forma, restava aos indígenas se adequarem às imposições vindas dos “vencedores”, silenciando e desconsiderando a resistência dos indígenas, como podemos perceber na passagem a seguir:

O povoamento se expandia, a riqueza ia se acumulando com o prosperar da pecuária favorecida pelas imensas pastagens naturais, enquanto o indígena ia se aquietando, convencido, enfim, da inutilidade dos atos de revolta contra os homens que cegavam de longe, armados de instrumentos de destruição muito superiores aos seus e que agiam impiedosamente sempre que eram contrariados nos seus intentos (LEAL, 1989, p. 70).

A dominação político-territorial do interior do estado se fortaleceu com a expansão do gado para o Sertão, diferenciando-se do Litoral cujos engenhos fortaleciam a sua organização social, econômica e cultural. No Sertão estas características foram acentuadas e fortalecidas com a formação de fazendas pecuaristas e o aumento das posses e do poderio dos latifundiários.

Mas, nem sempre a prosperidade deste território foi tão promissora como se esperava. Na primeira metade do século XVIII o Nordeste e também a Paraíba foram afetados por uma grande seca, causando prejuízos em sua economia, deixando de ampliar a capacidade econômica baseada, tanto na criação de gado, quanto na lavoura, isso ampliou a miséria ainda mais, e a fome atingiu a população, outros estados do Nordeste, a exemplo da Bahia, foram acionados para conter este momento da seca.

Mas, não era apenas a seca que aumentava a miséria da população, neste mesmo século, dois anos após a seca, veio o inverno, considerado violento. As cheias dos rios colaboravam também para o não aproveitamento da lavoura, causando outros prejuízos na economia, acentuando cada vez mais a situação de miséria da região (LEAL, 1989).

Para além das causas ambientais, é preciso ficar registrado que a miséria era perpetuada principalmente pelas relações políticas baseadas no poder das oligarquias rurais paraibanas que concentravam terras e exerciam uma forte dominação sobre a população massivamente rural, principalmente durante o período da República Velha.

No livro *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, a brasilianista Linda Lewin (1993) traz reflexões de como a política paraibana durante a República Velha foi dominada pelas oligarquias de base familiar, ou da política da parentela que se fazia por meio de laços de sangue, alianças de casamento, amizades e através dos nepotismos, cabides de empregos, clientelismos e da formação de “panelinhas” ou grupos fechados.

Historicamente na Paraíba, a esfera privada e a pública se misturam com a influência de associações baseadas na família (não necessariamente familiar) dos laços de parentescos, casamentos, inclusive as amizades políticas, próprias das organizações oligárquicas, que faziam interagir interesses privados e pessoais (e por vezes se confundiam) com os interesses institucionais e públicos, na vida política não só paraibana, mas também brasileira (LEWIN, 1993).

O coronelismo e o atraso não provêm do período colonial, mas de uma estrutura econômico e social inapropriada para o respectivo sistema político representativo que tentava se instaurar nas primeiras décadas do Século XX no Brasil. Os interesses oligárquicos não estavam em consonância com os ideais liberais e republicanos europeus. Pois a oligarquia fazia com que o governo ou a autoridade pertencesse a poucas pessoas, que no caso brasileiro, a organização oligárquica da República Velha foi baseada no poder familiar, dependendo da política das relações de parentesco e de clientelismos, onde todos têm um patrão, um protetor ou um líder.

Existem continuidades de tais práticas oligárquicas, ainda com relação à política local, como no caso de Esperança (PB), dos dias de hoje, onde a oposição reclama de quem está na situação por muitos anos seguidos, cometendo fraudes, nepotismos e fazendo valer seus interesses privados. Lembra muito as disputas entre as oligarquias paraibanas no início da República Velha, onde quem estava no poder não se via enquanto oligarquia, mas eram acusados de sê-los pelos seus opositores.

Era a rede de base familiar que “interligava facções individuais e coalizões faccionais. Ela derivava dos laços de parentesco que cimentavam vários grupos de base familiar para produzir uma coalização faccional dominante” (LEWIN, 1993 p. 23). Uma das diferenças da “rede de base familiar” com os grupos de base familiar é que se os últimos se restringiam mais ao próprio estado, as redes se articulavam nos níveis local, estadual e federal.

Todas as oligarquias dos estados brasileiros apresentaram uma dependência de redes ou de grupos com base familiar. Mas nos estados do Ceará, Amazonas, Alagoas e Paraíba foi essencial os vínculos familiares como fundamento de suas organizações políticas. No entanto o “modelo de organização política da Paraíba foi bastante típico dos outros dezessete estados e, portanto, merece ser examinado, apesar de se tratar de um estado pequeno” (LEWIN, 1993 p. 29). Uma das especificidades da política paraibana da época era de que os chefes políticos na Paraíba fundem o poder público com a sua pessoa, com sua liderança.

Durante aquele período, a subordinação do trabalhador aos senhores de terras era essencial para o controle político, colocando o “morador” na condição de cliente dos grandes proprietários de terras:

Ao longo de toda a República Velha, o impressionante controle vertical exercido em toda parte pelas oligarquias agrárias assentou-se fundamentalmente nas relações que elas mantiveram com os moradores, que representavam a maioria da população do país. Fortes ligações de clientelismo, frequentemente reforçadas por laços quase-familiares, permitiam que as oligarquias resistissem às ameaças vindas de baixo em áreas rurais (LEWIN, 1993 p. 68).

As crises da economia agrária na Paraíba foram concomitantes com as crises das oligarquias rurais principalmente pós décadas de 1950 e 1960 com as revoltas camponesas e com a expansão dos direitos trabalhistas para o campo. Apesar das resistências dos “de baixo”, permaneceu o legado da política de base familiar (LEWIN, 1993).

Além da organização político administrativa, algumas situações favoreceram o surgimento das Ligas Camponesas no estado da Paraíba. Esta discussão nos leva a um período bem recente da história deste estado, das décadas de 1950 e 1960. Estas teriam iniciado uma década antes no estado vizinho, Pernambuco. O período foi analisado na perspectiva de Miguel Ângelo Lazzaretti (2007), marca as mobilizações por direitos de cidadania e pela Reforma Agrária, esta mobilização teve o apoio dos trabalhadores que se fortaleceram contra as repressões dos donos das terras, esta característica teria dado às Ligas Camponesas uma projeção nacional e colaborado na discussão da Reforma Agrária.

Ainda de acordo com este autor, na Paraíba o movimento teria se expandido para algumas cidades tais como, Mamanguape, Rio Tinto, Santa Rita e Sapé. Nesta cidade a Liga teria se fortalecido tendo a frente João Pedro Teixeira um dos fundadores da maior Liga Camponesa do Brasil com a participação de dez mil filiados, este líder foi assassinado por um fazendeiro nos anos de 1962, fato que teve repercussão tanto nacional quanto internacional, e intensificação dos conflitos, chegando ao ponto de atingir até mesmo os filhos deste líder e outros trabalhadores inseridos nesta luta.

No que se refere às relações de trabalho no campo, a década de 1970 apresentou modificações significativas:

As relações de trabalho no campo sofreram grandes modificações com a adoção do modelo de acumulação adotado pela Paraíba a partir da década de 1970. A expansão do trabalho assalariado foi acompanhada pelo processo de expulsão/expropriação de milhares de produtores

diretos. O que vale dizer que o assalariamento do campo se deu em detrimento de algumas formas tradicionais de trabalho (LAZZARETTI, 2007, p. 210).

Estas mudanças estão presentes na atual organização do território paraibano, cujo modelo de acumulação e de desenvolvimento no meio rural não favorece a agricultura camponesa, devido à falta de incentivos por parte das políticas públicas, que não corrigem o acesso precário a terra.

No Brasil, a posse da terra é privilégio de poucos. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006, p. 107) enquanto os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentram mais de 43% da área total. No Brasil o índice de Gini que mede os contrastes na distribuição do uso do solo tem a média de 0,854.

A estrutura fundiária concentrada ainda hoje no Nordeste deve-se ao histórico de como o solo foi re-ocupado (ou invadido) desde o período colonial, com a implantação da economia escravista e o predomínio dos grandes criadores de gado do Sertão. A concentração fundiária em estados como o Alagoas com índice de 0,871 são um dos mais altos do país, seguido do Mato Grosso com 0,865 na região Centro-Oeste, onde desde a década de 1970 a “fome” por terras pelo agronegócio, para plantio de *commodities* como a soja, levou a violentas invasões de vastos territórios indígenas, de *posseiros*, *caboclos* e de *colonos*. O índice de Gini na Paraíba fica em 0,822 superdo no Nordeste apenas por Sergipe que possui o índice menor da região com 0,821 e ficando acima do Paraná que é de 0,770 (IBGE, 2006 p. 109).

O alto grau de concentração fundiária manteve-se inalterado nas últimas décadas, conservando praticamente a mesma medida de 1975³⁶. Contribuem para esse cenário desigual, o avanço da fronteira do agronegócio cada vez mais na região Norte do país, abrindo novos estabelecimentos rurais em regiões de floresta, de terras indígenas, de *posseiros*.

Nas demais regiões a sempre tensa relação entre pequenos proprietários, *posseiros* e *sem-terras* ou com acesso precário à terra de um lado e os grandes proprietários rurais procurando expandir seus domínios sob o território para exploração agropecuária subordinada à busca do lucro. Resultando por todo país em violentos

³⁶ Uma boa análise sobre a não alteração da estrutura fundiária brasileira nas últimas décadas está presente no seguinte endereço eletrônico: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/i-estrutura-fundi%C3%A1ria>> Acesso em 08 dez. 2013. No mesmo site desenvolvido pela UNB, o leitor pode encontrar vastas informações e bibliografias sobre a questão agrária brasileira.

conflitos fundiários em prol da luta histórica por democratização do acesso à terra por parte do campesinato brasileiro.

De acordo com Moreira e Targino (1997 p. 296), na Paraíba de 1970 a 1996 foram registrados mais de 200 conflitos agrários, envolvendo a posse da terra, reivindicada por cerca de oito mil famílias, em cem mil hectares. Estas lutas se concentraram mais no Litoral e no Agreste paraibano.

Os conflitos ocorreram, na maioria das vezes, devido aos processos de expulsão de moradores, com a morte do antigo proprietário, a terra era partilhada entre herdeiros ou então vendida para terceiros. Se os antigos donos mantinham o pacto moral estabelecido, já os novos não se sentiam na obrigação de renová-los. É o caso do Assentamento Bela Vista, em Esperança - PB, tratado no terceiro capítulo.

Ao entendermos que a dissolução do sistema de morada intensificou-se após as extensões das leis trabalhistas para o campo, generalizou-se as expulsões de moradores, arrendatários e *posseiros* por toda a Paraíba. Moreira & Targino (1997) ao estudarem a dinâmica dos conflitos agrários paraibanos afirmam que na grande maioria as tensões se dão a partir da mudança do uso dos solos e conseqüentemente das relações sociais de produção que excluíram os parceiros e arrendatários. As expulsões, tal como a que ocorreu na Fazenda Bela Vista em Esperança - PB, que analisarei no próximo capítulo, não foi exceção, mas a regra que valeu para todo o Estado:

O processo de expulsão, em grande número dos casos, se inicia seja com a morte do antigo dono, quando a terra é subdividida entre os herdeiros, seja por ocasião da venda da propriedade. Durante a administração dos antigos donos, apesar de “sujeitos” os moradores tinham garantidos os direitos adquiridos através dos contratos verbais com eles feitos (sítio, água, lenha e moradia, em troca de serviço gratuito). O acesso à terra aos foreiros, parceiros e posseiros, mesmo que precário, também era permitido. [...] À transferência de titularidade e ao subsequente parcelamento do imóvel segue-se, via de regra, um processo de venda. Na maioria dos casos, os trabalhadores não são notificados, nem lhes é concedido o direito de preferência, garantido pelo Estatuto da Terra. Esse descumprimento da lei abre uma brecha para que eles recorram à justiça, dando início à luta contra expulsão-expropriação (MOREIRA & TARGINO, 1997 p. 299).

Vender a terra sem dar aviso prévio aos moradores que estavam há mais de dez anos vivendo da mesma, sendo que pelo Estatuto da Terra (1964) estes teriam a preferência da compra, gerou, em muitos casos, reivindicações de direitos de posse.

Os compradores de terras, munidos de dinheiro, de regra, querem a terra limpa, sem moradores. Não desejam o conjunto de relações sociais e obrigações mútuas que

eram estabelecidas entre “patrão” e moradores. Assim, os novos patrões se utilizam de diversas formas de ameaças e violência para conseguirem a expulsão, como por exemplo, plantando capim, plantando cana-de-açúcar ou soltando o gado nos roçados dos moradores (MOREIRA & TARGINO, 1997).

A resistência à expulsão-expropriação se dá arrancando a cana ou o pasto plantado, e o replantio dos roçados, além de outras formas de pressão como o acampamento e a ocupação da terra e de espaços públicos.

Um dos principais mediadores da luta pela terra na Paraíba, desde o regime militar, foi a Igreja Católica, com a atuação da CPT, que com militantes progressistas davam suporte e acompanhavam os conflitos agrários. A partir de 1989 o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais) começa a atuar e se constitui também em um dos mais importantes movimentos sociais de luta pela terra na região.

Ainda na Paraíba, os espaços agrícolas tradicionais, onde predomina a pequena agricultura familiar de subsistência, não possuem um caráter de organização e mobilização coletiva idealizado por muitos mediadores políticos, tais como os líderes do MST (LAZZARETTI, 2007), mas de solidariedades baseadas na vizinhança, no parentesco e em reciprocidades que tem como centralidade a família, mesmo em assentamentos rurais da “Reforma Agrária”.

Nas próprias regiões onde a posse da terra é direcionada às famílias que praticam esta agricultura, não há um sentimento de pertencimento da terra, enquanto um bem coletivo, mas pelo contrário, há divisões dos lotes entre os *assentados*, que procuram reproduzir o padrão dos agricultores familiares vizinhos. A importância da posse da terra está em garantir uma autonomia mínima com relação ao trabalho e as relações sociais locais, como pude observar durante a pesquisa de campo.

2.4 Herança autoritária do Nordeste rural

No caminho da cidadania dos dias atuais, tem-se em nosso país, como obstáculo, o legado histórico do autoritarismo. O Brasil de maneira geral, e a região Nordeste em específico, possuem uma herança autoritária de uma sociedade escravocrata do período colonial que foi aqui brevemente discutido; da República Velha e a política coronelista, com “voto de cabresto”, a cultura da dádiva, da troca de favores com uma cidadania de concessões. Depois do Estado Novo tem-se uma cidadania “regulada” que chega até a

Ditadura Militar período caracterizado pela ausência de cidadania, por inexistências de direito políticos, direitos civis e pouco avanço nos direitos sociais.

O que os cientistas políticos convencionaram chamar de “coronelismo”, foi uma complexa estrutura de poder que se manteve durante o período da República Velha principalmente no Nordeste. Tal estrutura de poder, conforme Leal (1976) tem início no plano local (municipal), exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como características secundárias o mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos, abrangendo todo o sistema político do país, durante a República Velha.

O coronel era o chefe político local, geralmente grande fazendeiro, que mantinha seu poder através de currais eleitorais, na compra de votos, ou pelo clientelismo com pequenos comerciantes sob sua influência. Baseava-se num sistema de troca de favores políticos entre o poder local, estadual e federal.

Nesse período, a expressão “voto de cabresto” traduzia o comportamento compulsório da população em obedecer os (des) mandos dos coronéis, que mediavam os interesses privados das oligarquias políticas por meio da influência que detinham nas clientelas rurais empobrecidas e amarradas a laços de proteção e dependência. O fenômeno do coronelismo só é compreendido se visualizarmos a estrutura agrária brasileira que dava suporte para o poder privado se fortalecer frente ao público (LEAL, 1976) principalmente nos pequenos municípios.

Portanto, o poder político local na chamada República Velha era exercido pelos grandes proprietários de terras, coronéis que mandavam e desmandavam em seus currais eleitorais, através do voto de cabresto. Controlavam além do voto, os cargos e recursos públicos existentes, desta forma elegiam seus afilhados, os governadores e até a presidência da República. Salienta-se que neste período nem mulheres e nem analfabetos (que eram a esmagadora maioria da população) votavam.

Pode-se dizer que existia muito mais não-cidadãos do que cidadãos neste período. Os direitos eram vistos como “favores”, ou privilégios concedidos pelas elites, ou pelo Estado. O que havia era uma “cidadania concedida” (SALES, 1994), vinculada a não-cidadania do homem livre e pobre que dependia dos favores dos grandes proprietários rurais.

A partir da Constituição de 1946 e com o fortalecimento do poder público, o poder privado dos coronéis foi enfraquecido, não significa afirmar que o rural se tornou

um espaço democrático, pois continuou se operando com a lógica dos privilégios concedidos e não dos direitos conquistados.

Os poucos direitos que tinham os trabalhadores rurais eram tidos como dádivas. O rompimento com esse tipo de cidadania dar-se-ia apenas na década de 1960 com a expulsão dos trabalhadores do campo e a intensificação da urbanização, mas que também, não pôde avançar, por se tratar de um período que antecedia ao Golpe de 1964.

Além de uma situação de “sub-cidadania” a que foi relegado historicamente os camponeses, um dos direitos fundamentais para manutenção de suas identidades seria a terra, a falta da mesma, devido à histórica concentração fundiária, desde a colonização desta região, se constitui em cerceamento do direito à terra, ao direito à vida a partir da terra e negação de demais direitos a partir da conquista do pedaço de chão (ascensão social, moradia, saúde, educação, crédito, reconhecimento).

Como bem coloca ainda na década de 1960, Manuel Correia de Andrade (1986) a concentração fundiária na região Nordeste é consequência do:

[...] caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina, caráter este que se manifestou desde o início da colonização e que ainda hoje, apesar do crescimento sensível da classe média e do mercado interno, consequência da industrialização, é predominante. Seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistência ou “lavouras de pobre”, como se diz frequentemente no Nordeste (ANDRADE, [1963] 1986 p. 51).

Historicamente, as classes dominantes no Nordeste controlaram a terra e a força de trabalho, através de uma política de repressão que vem desde os tempos coloniais, conjugando trabalho escravo nos engenhos de açúcar com o de “homens livres” que plantavam “lavouras de pobre”.

A política de terras que se desenvolveu no Nordeste, se diferenciou do Sul e Sudeste que tiveram como solução acordada entre as elites agrárias com o Estado brasileiro a atração de *colonos* estrangeiros para substituir a força de trabalho de pessoas escravizadas.

No caso nordestino, a economia baseada na cana-de-açúcar entrou em crise antes mesmo da abolição da escravidão (1888), muitos trabalhadores escravizados foram vendidos para a labuta nas lavouras de café que prosperavam no Sudeste, assim como, para o trabalho na mineração em Minas Gerais. De modo que, no Nordeste não houve a colonização de imigrantes para substituir o trabalho escravizado, segundo Martins

([1981] 1995) a substituição foi por antigos *moradores* que já se dedicavam a produção de alimentos.

As assimetrias de poder estavam presentes entre os donos das terras e os *moradores*: em troca de morada e da formação de um *sítio* enquanto lugar para cultivo e criação de pequenos animais, os *moradores* teriam que oferecer ao dono da terra, a quantidade de trabalho que este último estipulava como necessária ao cultivo de monoculturas como a cana-de-açúcar, por exemplo.

Uma relação de dependência entre a concessão da terra para garantir a subsistência familiar e o trabalho nos canaviais do *patrão*. Deste modo, “no Nordeste o antigo camponês mestiço tornou-se essencial na cultura da cana, enquanto que no Sul continuou marginal” (MARTINS, [1981] 1995 p. 44). É neste contexto que a relação de morada se torna proeminente no Nordeste, inclusive para o trabalho no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar nos engenhos.

2.5 Sistema de morada

Trago aqui uma discussão sobre o sistema de morada, porque no histórico do Agreste e do lugar desta pesquisa no Nordeste, muitas fazendas funcionaram neste sistema³⁷, cujos *moradores* tentavam negociar suas permanências, mesmo com a venda da propriedade para outro dono. É numa dessas situações que se insere a luta pela terra do Assentamento Bela Vista em Esperança -PB.

Longe de pensarmos em oposição rígida entre fazendeiros e o campesinato, considero que entre os mesmos existem relações que nem sempre são de “luta de contrários”, podendo ser de alianças assimétricas, mas permeadas por um código moral que orienta os comportamentos de ambos.

É nesse sentido, que cabe pensar que a relação de morada, não é exclusiva do Nordeste brasileiro, tanto o colonato do Sudeste quanto a parceria que foi estudada por Antonio Candido ([1964] 1998), assim como a *meia* em outras regiões brasileiras, podem ser entendidas como relações de morada diferenciadas (LANNA, 1995).

³⁷ Existem ainda propriedades que admitem moradores “clandestinos”, que apesar de conhecer seus direitos, submetem-se a precariedade do trabalho para não ficarem desempregados e pagando aluguel de moradia na cidade. Apesar de serem poucos casos, notei a existência de tais relações em *sítios* e fazendas vizinhas ao Assentamento Bela Vista. Estes moradores não são os mesmos do passado, pois esta clandestinidade está vinculada as contradições do capitalismo atual, que permite a convivência de relações modernas de produção, com a informalidade e precariedade das relações de trabalho.

Os *moradores* eram de famílias que não detinham terra própria para manter sua subsistência, recorrendo a um patrão que lhes autorizava ocupar uma moradia em sua fazenda. Tal permissão de morada constituía o começo de uma dívida moral, que era permanentemente alimentada por uma relação desigual e assimétrica estabelecida por um pacto moral entre as partes.

Para garantirem sua própria subsistência, tinham que estabelecer trocas desiguais com seus patrões, através do pagamento em produtos, dias trabalhados ou até mesmo dinheiro para o dono da terra. Eram trabalhadores que formalmente após a abolição estavam “livres”, mas não estavam “libertos”, porque “sujeitos” ao *senhor* da terra que lhes impunha condições em troca do acesso precário à terra. O significado simbólico de morar não se resumia em residir, mas em morar e trabalhar regidos por uma economia moral que favorecia ao dono da terra. Assim, sintetiza Afrânio Garcia Jr:

Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*, à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (GARCIA JR. 1988 p. 10).

Os pequenos proprietários ainda tinham um “pedaço de chão” para chamar de seu, já os *moradores* eram destituídos da mesma autonomia, mesmo que relativa. Não tinham escolhas melhores por não possuir a propriedade da terra, no entanto, eram “libertos” para se tornarem “sujeitos” de outro patrão, ou seja, podiam seguir na busca de um “bom” patrão como bem colocou Ligya Sigaud (2004).

A relação de morada naquele contexto, para os *senhores* de engenho e de terras, reforçava o seu poderio social, por meio de uma clientela formada, baseada em laços de dependência. Detinha *status* social e visível poder o *senhor* que conseguisse “acolher” o maior número de *moradores*, geralmente com famílias numerosas, que significava materialmente maior número de braços para o trabalho, ao passo que significava simbolicamente um maior reconhecimento do “patrão”, enquanto *senhor* na hierarquia social local.

No livro *A Dívida Divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro*, de Marcos Lanna (1995), o autor parte de uma perspectiva comparativa entre a Litoral e o Sertão nordestino, que não se limita na dimensão político-econômica. A *morada*, por exemplo, não deve ser vista como puramente econômica, há aspectos que indicam maior ou menor respeito e separação entre patrão e empregado. A *morada* deve ser vista como um “fato social total”. Há relações jocosas na relação patrão – empregado, pois onde há alianças, haveria também, a possibilidade da malandragem.

Apesar dessa possibilidade da malandragem e das “microrresistências”, sabe-se que havia situações de opressão em que os *moradores*, por exemplo, endividados não poderiam sair da terra.

De acordo com Moreira e Targino (1997), sem acesso pleno à terra, sob as ordens do *patrão* ficavam ainda sujeitos ao *barracão* e ao *vale* que lhes deixavam em situação de eternos devedores, aproximando estas relações de trabalho ao caráter de semiescavidão.

Os *moradores* além da dívida eterna para com o senhor, pela permissão da morada, deveriam cumprir obrigações, tais como: os dias de trabalhos gratuitos durante a semana, que era denominado *cambão* e a classificação social era *moradores de condição* ou *cambãozeiros*; havia também aqueles que pagavam a renda da terra ou o foro, ou os chamados *foreiros*, por vezes conjugavam os dois tipos de obrigações (cambão e foro) (MOREIRA & TARGINO, 1997 p. 44).

Morador, *foreiro* e *condição* eram variantes do *morador* na relação com o proprietário, tanto na Zona da Mata como no Agreste. O *foreiro*, geralmente possuía uma autonomia e valorização social maior do que o *morador de condição*. Na perspectiva de Lanna (1995) apesar do *cambão* e a *condição* terem sido extintos ainda na década de 1960, eles permanecem no nível inconsciente, para o autor são categorias estruturais que orientam práticas sociais.

Ao analisar as práticas sociais atuais a partir da realidade do Assentamento Bela Vista na Paraíba, percebi que tais obrigações e relações de dependência são muito presentes na comunidade vizinha de Lagoa Verde, onde alguns *agricultores* mantêm um *contrato* com a Prefeitura para trabalharem na Usina de Lixo daquela comunidade, sendo vistos enquanto *obrigados* inclusive pelos *assentados* do Bela Vista, que através da luta pela terra, conquistaram ao menos uma autonomia mínima, que lhes permite, ter um poder maior de barganha com os que estão em posições sociais distintas. Talvez os *assentados* se aproximem muito mais dos *foreiros* do passado, os *agricultores* com

pouca terra para muitos herdeiros e os trabalhadores de *aluguel* se equiparam ao do *morador de condição* do passado, em termos de valorização social dos dias atuais.

A partir da década 1950, com os direitos garantidos na legislação para o trabalhador rural, a morada transformou-se, não sendo mais retribuída com trabalho gratuito (LANNA, 1995 p. 70). O que acarretou no aumento do *foro* ou o aluguel, generalizando-se práticas ilegais com o abuso da violência, por parte dos *patrões*, para retomada das terras, o que culminou na resistência coletiva dos *moradores* organizados em torno das Ligas Camponesas e contra as expulsões.

Houve quem pensasse que este conjunto de transformações no campo brasileiro, nesta época, faria com que o camponês se transformasse em um pequeno capitalista, visando a “maximização do lucro ao invés de o consumo familiar”, (FORMAN, 1979 p. 88) reduzindo aqueles agentes a empreendedores capitalistas, ou pelo contrário, como na visão de Caio Prado Jr. ([1979] 1989) em que entende tais relações de morada como formas de assalariamento disfarçado, ou como “proletariados rurais”, vendedores de trabalho, devido à quebra dos “laços personalísticos” (FORMAN, 1979 p. 250). Tais interpretações são reducionistas da realidade brasileira e nordestina principalmente, pois as trocas de dádivas, em termos culturais, as reciprocidades e a economia moral com base nos valores sociais da terra, trabalho, família e a tensão entre autonomia / dependência ainda são princípios organizadores do comportamento social dos *agricultores* do Nordeste.

Tanto no Litoral como no Sertão, as relações com trocas assimétricas perduram. No caso da relação entre patrões e empregados, os primeiros agem com relação aos trabalhadores como se estes estivessem sempre endividados, neste sentido, quem comanda as relações são os patrões por meio de trocas assimétricas:

A análise destas dívidas deve ser relacionada com o fato de o patrão ter, em toda parte, como um rei a prerrogativa, mas não o dever, de iniciar quaisquer contatos sociais. Ele age então como se tivesse o monopólio destes, permitindo um alto grau de manipulação das trocas (LANNA, 1995 p. 49).

A hierarquia, violência e arbitrariedade ocorrem nos dois contextos, de maior ou menor distância social, entre patrões e empregados, seja com maior ou menor (im) pessoalidade. Cabe aqui ressaltar que tais relações assimétricas são comuns ainda entre fazendeiros, *sitiantes* e trabalhadores *alugados* nordestinos.

É interessante destacar as categorizações tradicionais, tais como a relação de moradia, no Nordeste brasileiro, para entender as continuidades históricas (bem como as transformações) que repercutem nas construções identitárias do presente no meio rural nordestino, percebendo as especificidades histórico-sociais da região de Esperança na Paraíba.

2.5.1 Transformação da moradia e lutas sociais no campo

Após o Estado Novo, enquanto no Centro-Sul os colonos imigrantes trabalhavam nas fazendas de café, como pequenos proprietários ou mesmo no trabalho urbano, o Nordeste, contava com seus próprios “braços” para a continuidade da indústria açucareira, aliada a um Estado protetor e financiador. A centralização do Estado, aliada a criação de meios institucionais para o controle da produção açucareira, possibilitou a sobrevivência canavieira no Nordeste e a manutenção da exploração em grande escala (SCOTT, 2009 p. 248).

Nesse mesmo período o Centro-Sul aumentava a sua produção no setor açucareiro, o que fez com que as classes dominantes nordestinas intensificassem a exploração de seus trabalhadores / *moradores*, restringindo acentuadamente o acesso a terra. A imigração estrangeira para o Centro-Sul vai diminuir consideravelmente entre as duas grandes guerras, passando o Nordeste a fornecer mão-de-obra para aquela região, resultando no aumento da exploração dos trabalhadores migrantes.

A terra monopolizada acaba cerceando o desenvolvimento de relações sociais horizontais, acarretando em bloqueios para o exercício pleno da cidadania por parte dos camponeses, devido às estruturas hierárquicas de poder e dominação.

Nos anos de 1950 ocorreram fortes mobilizações políticas através das Ligas Camponesas, com a luta por justiça social liderada por Francisco Julião e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STRs, que reivindicavam além de terra, a garantia de direitos da legislação trabalhista. Tais lutas objetivavam o fim do “cambão”, sendo esta uma luta dos *foreiros*, já os outros *moradores* se identificaram mais com a luta em favor das leis trabalhistas.

Após uma greve geral em 1963, acarretará no aumento de salários e na extensão da CLT para o campo. Um ano antes do golpe de 1964, com o medo das mobilizações camponesas, o Congresso Nacional aprovou o ETR (Lei nº 4.214 de 02/03/1963) o qual objetivava garantir melhorias nas condições de trabalho, estendendo a CLT para os

trabalhadores rurais, mas sem realizar a Reforma Agrária desejada pelas Ligas Camponesas.

A partir do golpe militar de 1964 e durante todo o regime militar, houve repressão tanto às organizações sindicais, aos camponeses e trabalhadores organizados, fazendo retroceder a luta pela reforma agrária.

A ideia de desenvolvimento agrário dos militares, na prática, se limitou a uma política de colonização de novas terras na região Norte do país conjugada com os incentivos a uma modernização tecnológica do campo, sem democratizar a posse da terra.

Enquanto isso, os *patrões*, donos de fazendas e engenhos se utilizavam da política de expulsão dos *moradores*, pois a formalização da carteira assinada implicava para eles em *despesas*, que não estavam dispostos a pagar.

Tais mudanças repercutiram na cultura política local baseada no mandonismo e no pacto moral de dependência, causando o aumento das expulsões dos *moradores* das terras.

No caso dos *foreiros*, muitos se tornaram “pequenos patrões”. Já para os *moradores* foi uma mudança quantitativa, no número de *moradores* diminuídos pelo engenho e a diminuição do tamanho dos lotes, ou mesmo a expulsão. Tal mudança resultou da recusa do *morador* em trabalhar gratuitamente dois dias da semana, deste modo, como punição, os donos das terras (*patrões*) “diminuíram os sítios” (LANNA, 1995 P. 74).

Na década de 1970, assiste-se a um movimento de pessoas saindo do campo para morar nas periferias urbanas, aumentando também o número de trabalhadores informais e *clandestinos*, nas atividades agrícolas. Eram *moradores* de *ponta de rua* que saídos da situação de *morada*, agora eram *livres*, mas empobrecidos, viviam de *trabalho alugado* para os grandes proprietários, inclusive na produção açucareira.

Na primeira metade da década de 1980 houve um aumento do acesso a terra por parte dos produtores familiares, devido a luta pela terra e suas conquistas via desapropriações e assentamentos daqueles que estavam excluídos do acesso à terra na Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997). No entanto, a concentração fundiária continuou alta, não se resumindo o problema à distribuição desigual da terra, mas sim, devido ao “grande número de trabalhadores sem acesso a terra” (MOREIRA e TARGINO, 1997 pp. 188, 189). A reforma agrária é uma reivindicação antiga do campesinato paraibano e ao mesmo tempo uma questão atual e não resolvida.

Apesar da atuação de diversos mediadores políticos no campo, como os STRs, CPT e Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, em alguns Estados nordestinos os pequenos produtores tiveram que contar com estratégias próprias para manter a propriedade e reproduzirem socialmente, tal como a migração, por não haver políticas agrícolas que os favorecessem (ANDRADE, 1997).

A condição dos camponeses se agravava com os vários problemas agrários na década de 1980, com relação ao acesso terra e à água, já que o Estado, em períodos de secas, atuava salvaguardando primeiramente as grandes propriedades. Além disso, o esgotamento dos solos, a ausência de assistência técnica e de crédito para custeio das atividades agrícolas, descontentava os camponeses nordestinos diante das dificuldades enfrentadas (ANDRADE, 1997). Neste período, se articulam novos movimentos sociais, não contentes com as práticas institucionais dos sindicatos e questionadores das políticas agrícolas para o campo.

A luta pela terra no Nordeste, muitas vezes, se fez na contramão dos processos de expropriação e expulsão dos produtores diretos, envolvendo violência, com diversos conflitos agrários entre os donos de grandes extensões de terras e os trabalhadores.

Em vários municípios da região Nordeste organizaram-se protestos com ocupações de terras, participando desde trabalhadores volantes, assalariados, pequenos agricultores, arrendatários e *posseiros* que buscando alterar suas condições de vida. Tais manifestações, muitas vezes são, ainda hoje, violentamente reprimidas por proprietários de terras, com auxílio de pistoleiros ou até mesmo da Polícia Militar.

Não só no Nordeste, mas em todo o Brasil, a questão agrária constitui uma questão não resolvida, que não se limita aos aspectos econômicos, mas envolve processos sociais e políticos de uma estrutura de poder baseada na concentração fundiária. A chamada modernização do campo das décadas de 1960 e 1970 favoreceram ainda mais as expulsões e expropriações, aumentando consideravelmente os conflitos agrários com a derrocada da ditadura militar e a “redemocratização” do país.

Neste cenário social, surgiram ao lado de fazendas e de camponeses já proprietários, os *sem-terras* que, por meio das lutas, chegaram à condição de *assentados*, alterando o sentido dos diversos espaços agrários e dinamizando a vida social dos locais onde estão inseridos.

2.6 O município de Esperança

Dentre os municípios da Paraíba que possuem famílias assentadas, escolhi para fazer um paralelo com a pesquisa realizada na região Sul, o município de Esperança. A escolha desta cidade teve como motivação principal a grande presença de minifúndios e de ao menos três assentamentos rurais.

O *lócus* da pesquisa foi no Assentamento Bela Vista, localizado nas proximidades da área urbana, cujo bairro tem o mesmo nome, resultado de mobilização sociopolítica por meio da luta pela terra ainda em meados da década de 1980. Serão discutidas no terceiro capítulo, o conflito fundiário, a formação do referido assentamento, as tramas sociais ali tecidas, as construções identitárias e as relações sociais do assentamento e que o ultrapassam. Faço agora breves considerações sobre aspectos gerais do município de Esperança, onde se localiza o referido Assentamento.

De acordo com um historiador local, um juiz de direito aposentado que me foi indicado para contar a história de Esperança - PB, este me disse que os primeiros habitantes a chegar à região foram os índios Cariris da tribo Banabuyê.

Com a chegada dos colonos, que passaram a dividir o espaço utilizando tanto as terras quanto as reservas, inclusive de água potável do depósito, cujo nome ficou conhecido por Tanque do Araçá. Os índios tiveram que abrir mãos de suas terras e migrarem para outros espaços do Estado. Próximo àquele reservatório foi construída a primeira residência, de propriedade do marinheiro português Barbosa que mais tarde abandonou suas terras, atualmente, este local é uma rua denominada "Beleza dos Campos", localizada no bairro Bela Vista, que é também um espaço onde estão algumas famílias assentadas.

Estas terras, anos depois, foram possivelmente abandonadas e posteriormente chegaram três irmãos, também portugueses: Antônio, Laureano e Francisco Diniz, cujas casas ficavam onde atualmente é a Avenida Manoel Rodrigues, a principal da cidade. Nesta região chegou o missionário Frei Venâncio, o primeiro missionário a chegar e rezar a primeira missa. Este senhor teria influenciado na construção da capela e que a mesma fosse erguida em homenagem a Nossa Senhora do Bom Conselho. Sua construção data do ano de 1860, ao redor desta capela ergueram-se várias residências dando origem a cidade de Esperança. Esta capela é a atual igreja matriz.

O primeiro nome do município foi Banabuiê, mas, por conta da sesmaria datada em 1713, bem como o nome de uma fazenda existente desde 1860, o padre Ibiapina

tomou a iniciativa de mudar para Boa Esperança. Anos posteriores o nome foi mudado para Esperança.

Em 1º de dezembro de 1925 foi desmembrada de Alagoa Nova e emancipada politicamente. Os dois municípios que pertenciam a Esperança foram desmembrados e emancipados politicamente anos depois: Areal (1961) e Montadas (1963). Atualmente, além da sede, Esperança é composta pelos distritos de Massabielle, São Miguel e Pintado, sendo o último elevado a esta categoria através da Lei Municipal nº 1.271/2008, de 20 de maio de 2008.

O município de Esperança localiza-se na Mesorregião do Agreste Paraibano, e na Região metropolitana de Campina Grande. De acordo com o Censo Brasileiro de 2010 sua população é de 31.095 habitantes. Sua extensão territorial é de 165, 189 km², representando 0,2927% do Estado, 0,0101 % da região Nordeste e 0,0019% de todo o território brasileiro. A sua densidade demográfica é de 188,24 hab/km², considerada alta em relação a média Brasileira que é de 22,40 habitantes por km² (IBGE, 2010).

A cidade de Esperança tem no comércio sua principal atividade econômica, destacando-se na região do compartimento da Borborema, composto por lojas de diversos setores da economia formal do Estado; empresas de ônibus, grupos empresariais do ramo da construção civil, redes de supermercados, comércio informal, uma das maiores feiras livres da região e extração de minérios. Além destas principais atividades que se inserem no desenvolvimento econômico do município, há também a agricultura familiar que também coloca produtos para comercialização no mercado local.

São os pequenos produtores rurais, *assentados* ou que as vezes são apenas arrendatários, por meio da *ajuda* da mão de obra familiar comercializam os excedentes dos seus produtos. Dentre estes, os do assentamento Bela Vista, a partir do qual, pretendo discutir identidades, diferenças, solidariedades, conflitos e a capacidade de agência e de resistência deste campesinato específico no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

IDENTIDADES, TENSÕES E RESISTÊNCIAS A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO EM ESPERANÇA-PB

Quando buscamos entender determinada coletividade humana, é preciso considerar que ela possui variações, tanto no tempo, como no espaço. No tempo, porque as pessoas fazem história e influem no processo social do qual são partes; no espaço, porque ela vai ser diversa, considerando o contexto histórico-social e territorial mais amplo em que os agentes sociais estão inseridos.

No caso dos assentamentos rurais, sabe-se que seus participantes não são de pessoas desenraizadas totalmente, ou que ficavam perambulando até serem assentadas. Suas trajetórias sociais são compostas por experiências como a de migrações em busca de terra para trabalhar, de trabalhos rurais ou urbanos, ou seja, mais do que a possibilidade de ocupação, dentre outras questões, valorizam o trabalho familiar na terra.

A partir da pesquisa no Assentamento Bela Vista, localizado na cidade de Esperança, na Paraíba, posso dizer que a narrativa que hoje compõe a história demarca bem a percepção de que a luta de *posseiros* foi impulsionada por injustiças cometidas com relação ao direito costumeiro sobre a terra. Por mais que não tivessem a titulação da terra emitida pelo Estado, dando respaldo aos mesmos enquanto donos dos “chãos” cultivados, tradicionalmente ocupavam e usavam aqueles solos, que eram acessados por intermédio de relações sociais desiguais e assimétricas com o “patrão” e dono da fazenda.

A legitimidade de apropriação daquele território se dava pelos costumes, com a referência a uma economia moral (THOMPSON, 1998) que regia as relações de

dependência entre os *moradores*, *posseiros-rendeiros* e o dono da então Fazenda Bela Vista. Portanto, o costume de cultivar aquelas terras e pagar renda para o proprietário era assegurado por relações baseadas em um contrato moral entre as partes (*idem*, 1998).

As mudanças sociais impulsionadas pelo capitalismo na Inglaterra fizeram com que Thompson, ao estudar as classes “de baixo”, percebesse como estas reagiam aos processos violentos de destituição dos direitos costumeiros. Um dos casos analisados por Thompson (1998) foi o dos cercamentos, que dificultou a vida dos camponeses, aumentando os aluguéis das terras e diminuindo a disponibilidade das mesmas para lavrarem. Os cercamentos foram um longo processo, iniciado no século XVI e intensificado no século XVIII, com a constituição de um mercado de terras em detrimento dos direitos de uso tradicional da terra.

Como vimos, no Brasil, a partir da Lei de Terras de 1850, que transformou a terra em propriedade privada, várias revoltas coletivas foram desencadeadas em torno da posse da terra e contra algumas medidas governamentais que afetavam diretamente o campesinato.

Dentre estas rebeliões, podemos destacar: a Revolta do Ronco da Abelha (1851-1852), envolvendo vilas de cidades da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe; a Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875, iniciada nas feiras “livres”, em municípios da Paraíba, propagando-se para as províncias do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas; Canudos (1896 - 1897) na Bahia; Revolta de Pau de Colher (1937 – 1938) na divisa entre os estados da Bahia e Piauí e as Ligas Camponesas, principalmente na Paraíba e em Pernambuco (1957 – 1964), na defesa dos direitos dos *moradores* e luta pela Reforma Agrária.

Do mesmo modo, no Centro-Sul do país, destacaram-se: a Revolta do Contestado (1912 – 1916) na fronteira entre Paraná e Santa Catarina e a Revolta de Trombas e Formoso (1950 – 1957), no Norte de Goiás. No Paraná, podemos ainda destacar a Revolta dos *colonos* de Porecatu (1947 – 1951) e a Revolta de *posseiros* e *colonos* no Sudoeste do Paraná (1957).

Portanto, as mudanças sob a dominação capitalista nem sempre foram aceitas de forma pacífica e cômoda, pelos camponeses. As revoltas em torno da posse da terra indicam, de forma mais pública e expressa, a resistência ao avanço de concepções e práticas orientadas pela racionalidade do mercado capitalista, pelo *dinheiro* e pelo *poder*. Trago, aqui, o caso daqueles que resistiram abertamente à expulsão das terras

que cultivavam há anos e até mesmo décadas³⁸ e que, ao serem bem-sucedidos, numa conjuntura favorável, contassem esta história com ênfase distinta.

No entanto, após o inimigo *vencido* e com a chegada à terra conquistada, houve a tentativa de manutenção de um espírito coletivo, construído na *luta*. A expectativa dos mediadores da CPT era a de que, por meio do roçado comunitário, isto seria possível. O trabalho coletivo, neste sentido, era compreendido, por algumas das famílias, como limitador da autonomia, como se houvesse, simbolicamente, um novo “patrão”. Posteriormente, se explicitam as micro resistências que se darão, a princípio, no trabalho do roçado comunitário e, posteriormente, como parte das tensões entre as famílias, culminando na divisão do assentamento e no surgimento de duas associações.

Tais divisões internas, entre os próprios *assentados* dificultaram, inclusive, as mediações com “agentes externos” à comunidade, no sentido discutido por Neves (1999), em que o processo de assentamento rural participa de uma arena, onde os interesses dos grupos estão em jogo e conseguem se fazer ouvir aqueles que estão organizados, com maiores chances de encaminhar suas reivindicações, pré-condição para mudarem de posição social através do acesso à terra e para produzirem de forma autônoma (NEVES, 1999).

Mesmo depois da *reunificação* das associações, através da extinção de uma delas, as desconfianças e rivalidades perduram hoje. Além disto, alguns que tiveram uma ascensão social considerável, no decorrer da trajetória, romperam com uma situação de equilíbrio, em que todos eram tidos como “iguais” e se tornaram “outro” devido ao distanciamento produzido, através do orgulho de si e do desprezo por aqueles que não alteraram consideravelmente suas condições sociais de existência ou que passaram a avaliar negativamente quem assim o fez.

Nas comunidades camponesas abertas, assim denominadas por Eric Wolf (2003), o comportamento social tende a ter uma preocupação com o *status* e a demonstração de mercadorias compradas pelo dinheiro, desafiando as relações de ajuda recíproca e de hospitalidade dos laços sociais entre parentes e vizinhos. Na redefinição do *status* se expressa hostilidade com relação àquele que não tem as mesmas posses exibidas, ao passo que gera invejas e tensões entre as pessoas (WOLF, 2003).

Além disto, outro aspecto que se destaca no cotidiano vivido daqueles agricultores é a política partidária local, a qual possui uma forte repercussão entre os

³⁸Existiam famílias que eram *posseiros* na Fazenda Bela Vista há, aproximadamente, três décadas.

agricultores de Esperança PB. Isto corrobora para que debatam entre si e se posicionem com relação aos acontecimentos político-partidários do presente, bem como recordem de histórias de vereadores, prefeitos, deputados, governadores e presidentes da República, usando da memória como demarcador de marcos que alimentem diferenças que se projetam entre eles, anteriormente e nos dias de hoje.

As dinâmicas sociais do presente, naquele lugar, são resultado de processos sócio-históricos anteriores a nível micro e macro social. Tais condicionantes dão os limites e ao mesmo tempo orientam o agir e interagir daqueles agricultores no presente, na dialética entre a moral camponesa e as escolhas futuras, entre os iguais e os desiguais, entre coletivos e individuais, entre o local e o de “fora”, entre “nós” e “eles”, revelando que existem fronteiras socialmente construídas e permanentemente atravessadas por trocas, influências recíprocas e fluxos sociais cotidianos.

Foi desta maneira que procurei compreender o universo social pesquisado, desde a luta enquanto *posseiros*, passando pela condição de *assentados*, até chegar à propriedade privada e definitiva da terra.

As versões sobre o passado, de como foi no “tempo da luta”, deixa transparecer as relações de poder construídas naquele território. Há os que se sentem mais autorizados a falar sobre os acontecimentos que marcaram a memória do grupo, tais como os períodos de luta pela terra.

Neste capítulo, enfoquei quem encena e consegue se expressar melhor e com mais detalhes, quem consegue lembrar detalhes esquecidos pelos outros, na tentativa de tornar mais autorizada a sua versão sobre os acontecimentos, lembrando que tais versões são sempre enviesadas por pontos de vistas relacionados com a posição social ocupada e pela forma que experienciaram as situações vividas com os “outros”. Estas são algumas das discussões deste capítulo.

3.1 Primeiras impressões e inserções em campo

Depois de concluídos os créditos do doutorado e atualizadas as pesquisas, em 2011, na região Sul, voltei para o Nordeste com o intuito de realizar a pesquisa de campo. Um primeiro desafio foi o da escolha da localidade para efetivar a pesquisa; consultei alguns pesquisadores mais experientes e minhas opções estavam entre os municípios paraibanos de Sapé, Mari, Remígio e Esperança.

Tais municípios justificavam-se pela co-presença de assentamentos rurais com um campesinato que os antecedia, diferentemente de algumas áreas rurais onde predominam grandes propriedades. Deste modo, visitei os municípios citados e tentei os primeiros contatos para efetivar a pesquisa em Remígio (PB), visitei pessoalmente uma liderança de um assentamento que também era presidente do STR de Remígio (PB), entrei em contato por diversas vezes tentando marcar um retorno para começar o trabalho de campo, mas não obtive sucesso. De tal modo que resolvi me voltar para Esperança (PB).

Ao chegar a Esperança – PB, fui ao STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), lá me indicaram o Sítio Bela Vista para pesquisar. No mesmo dia, fui para a Secretaria de Agricultura e o representante daquela pasta indicou o assentamento Carrasco para meus estudos, desqualificando o Bela Vista. Entendi, mais tarde, que tais observações, depreciando uma comunidade e valorizando outra, estavam vinculadas às disputas políticas locais, em acordo com o apoio diverso às duas facções que dominam a política partidária em Esperança PB.

Como sempre tive afinidade com as lutas dos trabalhadores, resolvi seguir a sugestão do STR de Esperança e me dirigi para o Sítio/Assentamento Bela Vista tido, nos meios sindicais daquela região, como um dos primeiros assentamentos rurais, fruto das lutas sociais pela terra e Reforma Agrária na Paraíba, pós-ditadura militar.

Ao me informar a respeito do Bela Vista na internet, vi algumas notícias sobre assaltos e aumento da violência no meio rural de Esperança; tal imagem foi reforçada pela conversa com uma colega que, na época, era mestranda em Desenvolvimento Regional pela UEPB e que realizou pesquisas na região, me alertando que eu deveria ir com um taxista fretado, para que não houvesse maiores problemas, devido à suposta insegurança generalizada na zona rural daquele município.

Depois de obter tais informações, mesmo assim, resolvi aventurar-me. Imagine você, leitor, com seu próprio carro seguindo para uma área desconhecida sobre a qual as informações que você possui até então são as de que ocorrem assaltos ali frequentemente. Pois foi o que fiz e a sensação que tive, no momento inicial, foi de certo medo e ansiedade, pois apenas havia feito um contato telefônico em que marquei o dia da primeira visita ao *sítio*³⁹ de Antenor⁴⁰.

³⁹ A expressão local *sítio* (no minúsculo) já foi refletida por Woortmann (1995) e pode ser apreendida, aqui, como a propriedade agrícola familiar que compreende os espaços da casa-roçado-pastagem. Diferencia-se de *Sítio* no maiúsculo, que seria a comunidade rural como um todo, ou o conjunto dos

Cheguei de carro no bairro Beleza dos Campos, próximo das 14 horas, em uma tarde ensolarada de maio de 2012, sol quente em mais um dia de estiagem. Segui pela rua com calçamento, a principal daquele bairro, onde tem lugares que ficam estreitos, devido aos carros estacionados e pelo fluxo de caminhões, sejam carregados com materiais de construção⁴¹ ou, mesmo, com lixo, que vai para a “Usina” situada em Lagoa Verde, comunidade depois do Assentamento/Sítio Bela Vista, como o leitor pode visualizar mais adiante, no mapa da página 130.

Segui em frente passando por dois quebra-molas, onde a rua por 30 (trinta) metros se transforma em uma avenida, logo em frente ao mercado “O Baratão”, que é a referência de lugar no bairro. A partir daquele mercado, começa o bairro Bela Vista, onde podemos avistar as casas geminadas e as pessoas conversando na frente das mesmas. Próximo ao canteiro central da avenida, durante o dia, quase sempre se encontrava presente um grupo de mototaxistas, que conversavam e riam de, provavelmente, alguma história engraçada que algum deles contava, protegidos pelas sombras das castanholas⁴² e esperando as “corridas”. Além dos mototaxistas que moram na zona urbana, é comum encontrarmos, em Esperança (PB), os que residem nos sítios e alternam as atividades de agricultores com a de mototaxistas.

Avistei, naquele ponto da rua, algumas pessoas idosas: eram mulheres sentadas em cadeiras de balanço ou de plástico, de onde observavam o movimento da rua e homens conversando, entre si ou com os mototaxistas.

Moças e também crianças circulam a pé ou de bicicleta por esta rua que, à medida em que vai se aproximando do começo do assentamento, depois de passar pelo terceiro quebra mola, avista-se ao lado direito casas bem construídas, inclusive, sobrados com muros altos e cercas elétricas, ao lado de casas mais “humildes”. Já do lado esquerdo da rua, após este quebra mola, tem outro ponto de mototaxistas que ficam

sítios. Tal distinção é semelhante às categorias utilizadas pelos colonos no Sul, quando o termo colônia pode ser utilizado tanto para se referir a comunidade quanto a uma “colônia de terra”, ou seja, uma quantia de terra recebida, durante a colonização ou comprada posteriormente, onde os colonos, com suas famílias, se fixavam para viver.

⁴⁰ Todos os nomes e sobrenomes são fictícios, objetivando preservar ao máximo a identidade dos participantes da pesquisa, com o intuito de cumprir o compromisso ético que assumi com os mesmos, em não publicar seus verdadeiros nomes evitando, assim, possíveis constrangimentos futuros.

⁴¹ Uma das atividades econômicas que se destacam em Esperança (PB) é o comércio de materiais de construção. O grupo Aires (da família do ex-prefeito, líder do grupo político dos *gatos-amuados*) é um dos que lideram na distribuição de materiais de construção para a Paraíba e outros Estados, seguido de empreendimentos menores, que se limitam à comercialização local.

⁴² *Terminalia Catappa*, também chamada popularmente de amendoeira e chapéu de sol. É uma árvore ornamental originária da Índia e Malásia, sendo muito difundida no Nordeste brasileiro, com o objetivo de proporcionar sombra.

ali, por vezes, três ou quatro, na sombra do muro da última casa; logo em seguida tem-se uma estrada de terra que dá acesso ao bairro do Britador e a terrenos baldios, com alguns campos de futebol onde, no avançar do entardecer, alguns jovens disputam a famosa “pelada”.

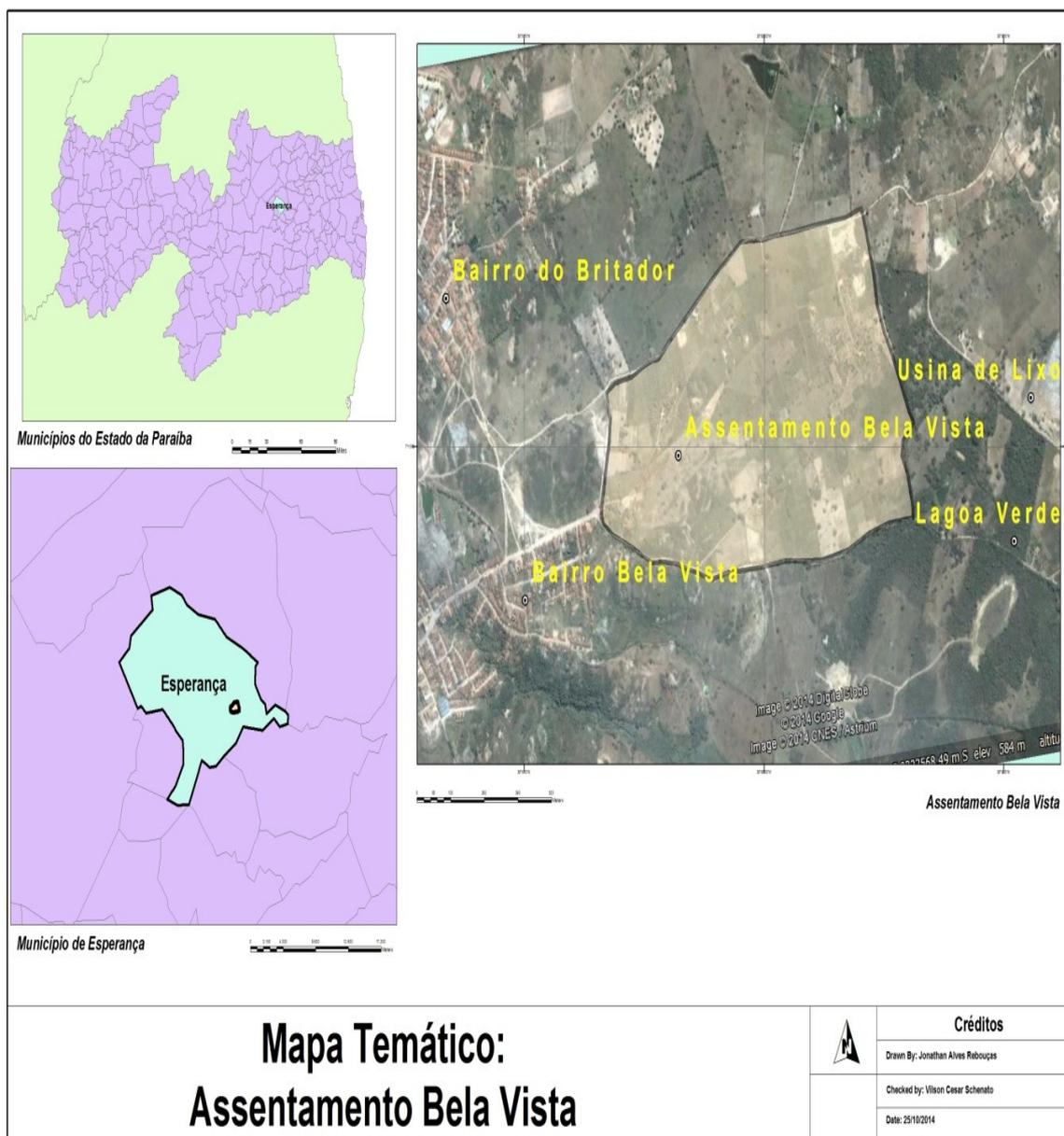
Naquela altura, pedi informações na rua principal, que estava sendo calçada por pedras irregulares; por coincidência, quem me informou foi Dimas, irmão de seu Antenor, que ali trabalhava e com quem conversei brevemente.

Os lotes baldios, segundo a percepção de Dimas Brito devem, provavelmente, pertencer a algum *bacana* da cidade, a um deputado, tal como Floro Bartolomeu, ou um Aires; no entanto, não especulei sobre isto naquele momento. Vim a saber, em outro dia, que aqueles lotes vazios pertenciam à cunhada do ex-prefeito, que é dos Aires, família proprietária da maior empresa de material de construção de Esperança (PB).

Ao término da rua, que hoje tem calçamento, finda o bairro urbano do Bela Vista e começa o Assentamento/Sítio Bela Vista, com a parte da antiga área comunitária. Nesta parte, podemos visualizar, dentre as casas da família Soares Silva, a *casa grande*, moradia do antigo dono, Valdemar Cavalcante e também do poeta esperancense Silvino Olavo (1897 – 1969).⁴³ A *casa grande* ainda teria sido palco e meio de expressão das disputas simbólicas durante a luta e conquista da terra. Apropriar-se dela tinha o mesmo significado de fincar uma bandeira, indicando o (s) dono (s) daquele território.

Seguindo em frente, observei que o vazio de edificações é preenchido, apenas, pela Escola Municipal Manoel Pereira, que fica em frente à Praça Bela Vista. Esta praça foi inaugurada em meados de 2012, juntamente com o calçamento da Rua Barão do Rio Branco, com verbas federais, constante em uma placa no bairro. Embora a inauguração tenha sido feita pelo ex-prefeito, que afirmou publicamente, naquele momento, ser um feito apenas dele, sabe-se que os recursos foram provenientes do governo federal. Tal prática, de distorcer as origens dos recursos e das políticas públicas, é recorrente em diversos municípios da Paraíba. Inclusive os agricultores não estão livres de clientelismos. Em Esperança (PB) é trivial os direitos serem convertidos em “favores” e em compra de votos por parte de quem está no governo do poder público local.

⁴³ Silvino Olavo (1897 – 1969) era tido como um ilustre intelectual esperancense que viveu seus últimos dias de vida na Fazenda Bela Vista, que era de propriedade de seu cunhado Valdemar Cavalcante. Silvino Olavo era de opinião política conservadora, inclusive se posicionando contra a Coluna Prestes, nos idos de 1926.



Mapa Temático: Assentamento Bela Vista

Ao chegar à frente da escola parei e logo avistei, à minha direita, as “duas porteiras”, uma de cor preta e outra de cor laranja. Depois vim a saber que as mesmas significavam a divisão socioterritorial desenhada, historicamente, no interior do Assentamento Bela Vista, com dois caminhos, que dividem o lado da família dos Soares Silva, à direita, e o lado dos Brito, à esquerda. Naquelas duas porteiras, estavam materializadas as relações de poder, processadas em meio às disputas entre os *assentados*, após a chegada na terra.

Conforme as orientações de Dimas, prossegui por uma estrada de chão até chegar à segunda porteira à minha direita; tive que descer do carro para abri-la e dali

não avistei nenhuma construção, andei mais uns trinta metros e consegui ver, do alto, uma casa na parte mais baixa do terreno.

Após os contatos iniciais, as impressões sobre a minha identidade variaram conforme o trabalho de campo avançava. Era comum me associarem a outros pesquisadores que ali estiveram e alguns, inclusive estrangeiros, que fizeram um documentário sobre a luta pela terra na Paraíba, no final da década de 1980, objetivando reconstituir o conflito agrário do Bela Vista. Segundo Antenor, o documentário teria sido feito pela BBC de Londres⁴⁴.

Em alguns momentos iniciais, agricultores com quem conversei pareciam “mandar recados” para o governo e para os órgãos públicos responsáveis pela Reforma Agrária, a exemplo desta fala: “a vida aqui é sofrida, falta terra, falta água” e, ainda, aproveitavam para dizer que “o governo deveria dar uma atenção especial ao Nordeste, porque não é como lá no Sul, onde o inverno é bom, aqui esse ano [2012] foram dez meses de seca, lá o povo tem dinheiro e não é que nem aqui, que é muita dificuldade”. (Hamilton, 66 anos, agricultor e aposentado). O mesmo agricultor complementou a conversa com uma notícia vista na televisão, no dia anterior, sobre os povos indígenas. Destacou a origem indígena de sua família e de que se fosse considerado indígena teria direito a mais terras do que aquela em que foi *assentado*:

Ainda ontem, vi na TV que lá no Sul [Mato Grosso do Sul]⁴⁵ os índios vão ganhar quase cinquenta mil hectares de terra, eu sou índio também, eu sou neto de índio e tô aqui em cima de três hectares, isso não é reforma agrária (Hamilton, 66 anos, agricultor e aposentado).

Em geral, no trabalho de campo junto aos agricultores, percebi certa cordialidade nas interações ali construídas. Com o passar do tempo, eles sentiram-se mais à vontade para falar sobre si mesmos, sobre suas vidas e suas histórias.

Outros tentavam, no diálogo, impressionar-me com sua sabedoria, apesar do pouco estudo formal. Faziam questão de narrar, com detalhes, episódios que marcaram suas memórias, em que foram os protagonistas principais e vencedores de situações adversas que enfrentaram. Notei, entre eles, certa disputa pela versão “melhor” sobre o

⁴⁴ Um segundo documentário foi realizado pela Diocese de Guarabira (PB), gravado em VHS e, hoje, regravado em DVD que circula entre alguns dos *assentados*.

⁴⁵ A notícia se refere a um estudo antropológico realizado pela FUNAI, que indicou uma área de 41,5 mil hectares para demarcação no Sul do estado do Mato Grosso do Sul.

passado e pude acessar, por meio da observação e da História Oral, aspectos sobre seus trabalhos e suas estratégias cotidianas para continuarem agricultores.

Obviamente, enfrentei dificuldades para encontrá-los disponíveis para nossas “conversas compridas”, devido ao trabalho, tanto no próprio sítio quanto fora dele mesmo. As dificuldades foram ficando menores, após ter sido apresentado à comunidade em uma reunião na Associação, quando compus a mesa, ao lado dos diretores e, tive a oportunidade de falar sobre minha pesquisa.

Algumas vezes cheguei sem avisar em suas casas e pude observar parte de suas vivências cotidianas: as visitas dos vizinhos, as relações de poder no interior da família e com os *de fora*, as conversas informais que, quase sempre, passavam pelo tema da política partidária local, em época de processo decisório eleitoral, sobre o dilema da seca e a respeito dos vizinhos amigos e rivais, dentre outros assuntos.

Uma atitude de imparcialidade e neutralidade durkheimiana diante dos fatos sociais estudados, em um trabalho de pesquisa qualitativa, soa como uma falácia. Na pesquisa de campo, tive minhas impressões e impressionei, classifiquei e fui classificado, construí amizades e talvez distanciamentos, transformei e fui transformado pelas interações ali construídas e que não se limitaram à pesquisa em si.

Fui intimado a me posicionar e convidado, inclusive, para falar sobre a pesquisa na rádio local. Este foi um dos momentos em que percebi a intenção de demonstrarem que a minha presença, pesquisando o Bela Vista, significaria maior importância àquela comunidade e, conseqüentemente, ao grupo político vinculado ao STR de Esperança, naquele momento.

Antenor, liderança do Assentamento, foi a pessoa com quem tive maior aproximação e que, durante a pesquisa de campo, foi meu principal interlocutor. Pessoas do centro da cidade e do bairro urbano do Bela Vista viam-me, muitas vezes, acompanhado do mesmo, pelo centro da cidade ou visitando outras comunidades rurais no município.

As impressões que tinham de mim, em uma ocasião ou outra, eram testadas, para saber de que lado político-partidário me posicionaria. Por mais que eu tentasse evitar ser relacionado a um dos grupos políticos, com relação à política local, meus interlocutores em campo queriam saber o que eu pensava e com qual grupo político eu me identificava em Campina Grande, para então me relacionarem com os aliados dos políticos profissionais locais. Talvez tenha facilitado estar em Campina Grande, mas ser do Sul (Paraná).

3.1.1 De *posseiros-rendeiros* a *assentados*: a luta para continuar na Bela Vista.

A área de 70 (setenta) hectares, onde hoje é o Assentamento Rural Bela Vista, era uma fazenda com o mesmo nome, localizada no município de Esperança - PB, ficando aproximadamente três quilômetros da região central da cidade.

A antiga Fazenda Bela Vista tinha como dono Valdemar Cavalcante, fiscal da Receita Estadual da Paraíba que, de acordo com os próprios *assentados*, arrendava suas terras para mais de trinta *rendeiros botarem roçado* pagando a *terça*⁴⁶, onde produziam para o seu próprio sustento ao plantarem feijão, milho, macaxeira, mandioca, fava, batata-doce, batatinha, dentre outros cultivos.

Alguns *posseiros-rendeiros* estavam há quase três décadas trabalhando naquela terra, reconhecidos como futuros donos até mesmo pelo “patrão”, que zelava pelos laços de confiança e lealdade ali construídos. Seu Valdemar Cavalcante era tido como uma pessoa “muito boa”, um “bom patrão”, nos termos estudados por Lygia Sigaud (2004), que não explorava os arrendatários, tal como os demais *patrões* da região, cobrando em torno de, no máximo, quinze por cento da produção. Seu Valdemar prometia, para aqueles, que aquelas terras ficariam para eles e os acordos que tinham eram somente verbais; todos o respeitavam e tinham muita consideração pelo mesmo.

Aqui tinha um velho que era dono da propriedade, ele era um caba velho bem paciente, era até crente. Ele era uma boa pessoa. O nome dele era Valdemar Cavalcante. Aí o caba olhando pra ele, ele era amigo deles, mas era uma pessoa boa. Aí ele dizia: olhe, vocês se preparem, que eu vou vender aquilo ali pra vocês. Era mesmo que nem um [Assentamento do Crédito Fundiário] Carrasco hoje, fazer aquelas áreas tudinho e vender pelo banco, pra gente ficar pagando. A gente tinha que comprar. Eu vendo aquelas áreas pra vocês, a propriedade[...] Avisou, pra ajeitar de comprar, aí aparece esse Zé Oi de Boi, e passou a perna em nós tudinho (Raymundo Ferreira, agricultor, 56 anos).

No final do ano de 1986, o referido proprietário, Valdemar Cavalcante, que nunca havia se indisposto com os arrendatários, ficou adoentado e faleceu. A viúva e os filhos herdeiros resolveram vender a propriedade sem nem mesmo comunicar aos

⁴⁶ Ou 1/3 do que colhiam, para o dono da fazenda.

arrendatários sobre a venda; estes, por sua vez, tinham interesse em ficar naquelas terras, nem que fosse mediante a compra parcelada.

A fazenda foi comprada por José Monteiro Jr.⁴⁷, que também era chamado de Zé Oi de Boi, que saiu ainda jovem de Esperança - PB, mas era conhecido de todos. Retornou à cidade já com meia-idade, mas com dinheiro para ostentar aos seus conterrâneos e para comprar o imóvel colocado à venda pelos herdeiros de Valdemar, sem considerar o pacto moral ali tradicionalmente estabelecido.

O significado do apelido “oi de boi” ou olho de boi é o mesmo daquele que tem “olho grande”, ou seja, que é movido por um sentimento intenso de inveja com relação ao que os outros possuem materialmente ou, mesmo, a vida que levam e até a felicidade demonstrada. É o mesmo que “olho ruim” e “mau olhado” e a pessoa que o possui, por meio da inveja, está em ligação direta com o mal, emanando uma “energia negativa” a quem ela dirige o seu “olhar”. Para tanto, existem alguns adereços que se coloca na frente da casa, uma planta como a arruda, ou alho pendurado na sala de visitas, ou ainda uma “ponta” (chifre) de vaca na cerca.

No Nordeste brasileiro, os apelidos podem ser elogiosos, para aqueles com quem se tem proximidade e respeito e para um “igual” realçando, por vezes, alguma característica que sobressai na pessoa. Há aqueles apelidos que demarcam as diferenças e podem ser atribuídos para realçar uma característica negativa da pessoa. No caso de Zé Oi de Boi, serviu como um apelido que circulava entre os *posseiros-rendeiros*, somando-se a outras situações humorísticas, como imitações, piadas com os que estão em situação de dominação, servindo de sedimentação e de “mística” entre os dominados, com base na resistência presente nos discursos ocultos dos mais *fracos* que podem, em determinadas situações, vir à tona (SCOTT, 1990).

A terra, ocupada pelos *moradores* e *rendeiros*, ficou abaixo do preço de mercado. O comprador via, ali, um negócio lucrativo já que, seguindo o seu histórico

⁴⁷ José Monteiro Júnior, conhecido também por Zé Oi de Boi, era nascido e criado naquelas redondezas e resolveu, ainda na sua juventude, se aventurar pela Bahia. Lá, segundo versões sobre a sua vida ouvidas entre os pesquisados, o mesmo “ficou rico na mão grande, tomando terra dos outros”. Se, para alguns empresários de Esperança-PB, ele era um *empreendedor*, para os *assentados* o seu enriquecimento rápido teria sido fruto ações por meios ilícitos. O seu retorno seria explicado, pelos *assentados*, não como de quem *venceu na vida* e volta para sua terra natal com dignidade, mas, devido a certos problemas com a lei, ele teria migrado para o estado de Rondônia, onde continuou e intensificou a prática de *grilagem* de terras, que já vinha praticando na Bahia, com o auxílio de pistoleiros. Em Rondônia, de acordo com os *assentados* pesquisados, Zé Oi de Boi vai sofrer ameaças de morte, devido a suas ações violentas, *tomando terra dos outros* e isto motivaria o seu retorno, para comprar a Fazenda Bela Vista.

anterior de ações violentas, expulsaria, com facilidade, aquelas famílias, não fosse a resistência das mesmas.

Os *moradores* e *rendeiros* ficaram sabendo que a fazenda havia sido vendida no momento em que o novo proprietário resolveu reuni-los, para comunicá-los que queria a terra *limpa*, sem ninguém em cima, pois sua intenção não era de que se continuassem “terras de trabalho”, mas sim “terras de gado” (GARCIA JR., 1983)⁴⁸.

O novo proprietário, via advogado e através do STR de Esperança, acertou um acordo com os *moradores* e *rendeiros* que receberiam indenização pelas plantações no valor de mil cruzeiros por cada hectare plantado, e teriam até setembro de 1988 para colher suas lavouras e, em seguida, deveriam deixar a fazenda.

Numa época em que estava sendo elaborada a Constituição de 1988, mas em que ainda era válido o Estatuto da Terra (1964), apesar de seu viés conservador, neste Estatuto constava a respeito da posse da terra como usucapião ou, mesmo, de que a preferência para a compra seria dos arrendatários interessados⁴⁹. No entanto, os *posseiros-rendeiros*, não sabendo de seus direitos, acataram o Acordo, na expectativa de que o que foi *botado no papel* e registrado em cartório fosse honrado.

O *acordo de boca*, reforçado pelo *papel escrito*, não evitou a violência da expulsão praticada pelo novo proprietário da área, José Monteiro Junior que, no mês seguinte, queria a terra desocupada, utilizando-se de práticas que impossibilitassem a continuidade da vida cotidiana das famílias naquelas terras. O próprio advogado que o defendia e era conhecido entre os *rendeiros*, classificou-o como *louco*, abandonando a sua defesa, já que este retirou o conflito da esfera jurídica e assumiu a sua maneira de resolver, por meio do código da violência.

Este código foi partilhado, ainda, por senhores de terras da região, em um mundo social em transformação, quando a dominação tradicional dos *donos* em relação aos *moradores* entrou em declínio, com a chegada de um novo quadro legal, garantidor de direitos aos trabalhadores rurais, através da expansão das organizações camponesas (GARCIA JR. 1989). De acordo com o autor, depois do ETR - Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estende os direitos dos trabalhadores urbanos aos rurais e do Estatuto

⁴⁸ Atualmente, a terra para criar gado gera certa aversão nos *assentados*, uma vez que o gado escapa e “invade” os outros pequenos lotes (com aproximadamente 3,5 ha cada), destruindo plantações. Isto se explica porque o gado foi utilizado como uma arma violenta contra os arrendatários, tanto para destruir os roçados, como para não deixar formar novos roçados.

⁴⁹ No Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964), ver: Art. 15 - “A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social”; Arts. 17 e 18, sobre a desapropriação por interesse social e Art. 92, que fala da preferência de compra do parceiro ou do arrendatário, em caso de venda do imóvel.

da Terra (1964), que permite desapropriações e regula as relações de parceria, arrendamento e de *posseiros*, foi possível acalmar os conflitos sociais no campo.

Decorrente disto, se instaura um novo quadro jurídico e institucional, que dá abertura para aplicar a lei nas relações *morador-senhor*, permitindo aos *moradores* buscar a alternativa jurídica como forma de melhorar o padrão de vida ou, mesmo, de manter o já existente, em termos materiais. A busca da lei, além disto, aparece no horizonte dos moradores como:

[...] meio de resposta a um relacionamento desfavorável com um patrão: tornava-se possível ir à justiça para impedir um patrão de expulsar os moradores sem indenizações, ou obter compensações monetárias no momento das dispensas (GARCIA JR. 1989, p. 82).

Zé Oi de Boi tentou evitar o acesso aos roçados cercando-os e, posteriormente, destruindo-os, com o gado nas plantações. Ele destruiu algumas das habitações provisórias, que os *rendeiros* construía no período de plantio dos roçados e, além disto, teria feito ameaças de morte e um dos *pistoleiros* de Zé Oi de Boi teria ferido, à bala de espingarda calibre 12, um dos arrendatários. Ainda hoje, os *assentados* enunciam tais fatos como um diferencial daquele assentamento em relação aos demais da região. A violência com arma de fogo sofrida e o seu enfrentamento faz com que se sintam, ainda hoje, como participantes de uma épica heroica, narrando e valorizando o fato de os *fracos* terem vencido os *fortes*.

A luta pela terra da Fazenda Bela Vista teve, como seu estopim desencadeador, a morte de um dos arrendatários, cujas plantações eram cuidadas com todo zelo e simbolizavam o sustento seu e de toda a sua família, para um ano todo. Ao tomar conhecimento de que foram destruídas pelo trator da prefeitura, a mando do “novo” proprietário, com o intuito de fazer cercas para o seu gado; o referido *rendeiro* teve um ataque cardíaco e veio a óbito. Este episódio teve um efeito simbólico, pois a leitura foi de que esta morte foi fruto da violência praticada, ou seja, um assassinato.

Assim, a morte de um dos “seus” foi o que incendiou os demais, que ainda continuaram a resistir e lutar. Ali viviam 32 famílias, mas, devido às ameaças e violências cometidas pelo proprietário, só restaram 17.

Depois desta morte, a revolta contra Zé Oi de Boi foi ainda maior, levando os arrendatários a decidir lutar pela continuidade naquele território, mesmo cientes do comportamento violento do novo proprietário que, no entanto, não foi suficiente para dispersá-los.

Foram as mesmas 17 famílias que resolveram acampar e que enfrentaram, inclusive, o despejo efetuado pela polícia, depois de o novo “proprietário” pedir liminar de reintegração de posse.

O despejo da polícia chamou a atenção de parte da população urbana de Esperança, que foi até o local para assistir àquele “drama” da vida real, ao passo em que reforçavam as opiniões negativas a respeito daquela mobilização social.

Contudo, essas famílias continuaram a resistir, contando com o apoio da CPT-PB, através de Padre Anacleto Cruz, que auxiliava, com outras lideranças, as organizações camponesas em outras cidades paraibanas. Interessante destacar que, na luta da Bela Vista, alguns *rendeiros* eram seus parentes.

São várias as versões, inclusive, a respeito de quem entrou em contato com a CPT-PB, de quem teve maior participação e de quem foi “essencial” na luta. Cada *assentado-sitiante* que participou da luta se vê como agente principal, imprescindível para que o desenrolar dos fatos culminasse na compra da terra pelo Estado.

Se as organizações camponesas nos anos anteriores à ditadura militar (1950/1960) tiveram apoio do PCB (Partido Comunista do Brasil) e da esquerda comunista, esta não conseguiu monopolizar sua influência, que entrou em concorrência com a Igreja Católica que, desde o começo da década de 1960, interveio para que os trabalhadores rurais não fossem representados pelos comunistas, ao passo que, estimulou a criação de sindicatos rurais a partir de então. Católicos e comunistas tentavam colocar em prática os dispositivos da legislação trabalhista, criando sindicatos de trabalhadores rurais e expandindo “[...] uma oferta múltipla e diversificada de instrumentos de representação de camponeses e trabalhadores rurais, [instaurando-se] um novo terreno de concorrência entre as diversas instituições políticas e ideológicas” (GARCIA JR., 1989, p. 81).

É neste contexto que devemos entender a atuação da Igreja Católica junto aos camponeses paraibanos, ressaltando-se que, a partir de fins da década de 1970, ganha força a ala progressista, através das CEBs e da CPT, seguindo os preceitos da Teologia da Libertação. O apoio da Igreja Católica aos *rendeiros*, no caso da Bela Vista, foi imprescindível para continuarem resistindo e organizados coletivamente. Eles contavam até, com o apoio de padres e de seminaristas vindos da diocese de Guarabira (PB). Estes ajudavam a organizar e promoviam cânticos, poesias e discussões políticas, a fim de motivar os *posseiros-rendeiros* a continuarem lutando. O *assentado* Ezequiel Ferreira lembra que um dos gritos nos protestos que incentivava mais ainda a ação coletiva era

“enquanto os latifundiários querem guerra, nós queremos terra!”. Ezequiel ainda tem gravados, em sua memória, os versos e músicas que os incentivavam a seguir resistindo:

Só tenho enxada e título de eleitor / Para votar em Seu Fulano educado / Que nada faz pelo pobre agricultor / Que não tem terra pra fazer o seu roçado / Este país é do tamanho de um continente / E não tem terra para o homem da mão grossa / De Norte a Sul, de nascente à poente / Ele vai à procura de um lugar pra fazer roça (Ezequiel Ferreira, agricultor, 47 anos).

A classe roceira e a classe operária / Ansiosas esperam a Reforma Agrária / Sabendo que ela dará a solução / Da situação que está precária / E que na miséria ninguém viveria / A produção já aumentaria / Quinhentos por cento até na pecuária (Ezequiel Ferreira, agricultor, 47 anos).

Após o despejo, os *posseiros-rendeiros*, retirados pela polícia, acamparam na beira da estrada, próximo à Fazenda Bela Vista. Ali ouviam muitos insultos de transeuntes, que eram pessoas providas da cidade ou, mesmo, agricultores que por ali passavam, sendo que apenas alguns poucos compreendiam a situação e concordavam com a atitude dos *posseiros-rendeiros*.

O acampamento próximo à Fazenda demandada não surtiu o efeito esperado. Sentiram necessidade de partir para uma ação mais pública, que tornasse expressiva a reivindicação dos seus direitos e, deste modo, foram buscar justiça em frente ao Fórum de Esperança - PB⁵⁰.

Entretanto, na narração da história que é feita, se diz que a cidade de Esperança - PB havia lhes “dado às costas”, referindo-se a empresários, políticos e ao poder judiciário. Com relação ao judiciário, podemos vê-lo enquanto um espaço de tensões, mas que pode pender em favor dos interesses dos donos de terras e não colaborar para o encaminhamento de reivindicações democráticas.

⁵⁰ No artigo “Formação, Espacialização e Territorialização do MST”, de Bernardo Mançano Fernandes (1997), o autor fala de espaços de socialização política que se desenvolveram no MST, tanto no momento da sua formação como no presente, mas que servem para pensar movimentos sociais de luta pela terra como os organizados pela CPT. Tais espaços possuem três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo, espaço de luta e resistência. “O espaço comunicativo é o espaço do conhecer e apreender. É o primeiro momento desse processo de construção da cidadania. É o princípio de uma experiência original para cada grupo. É o início da construção de uma nova práxis. O conteúdo do espaço interativo é a reflexão feita por esse sujeito coletivo, em movimento, sobre sua história. É a reflexão sobre as experiências no processo de construção de sua práxis, através do diálogo e da elaboração de propostas. Nesse processo são elaborados e desenvolvidos os determinantes subjetivos relacionados com o interesse, a vontade e a cultura” (MANÇANO FERNANDES, 1997, p. 137). A terceira dimensão é a de luta e resistência. Este espaço se dá “quando os trabalhadores partem para o enfrentamento com o Estado e os latifundiários. É a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos” (*Idem*, p. 142).

Após discussões, rituais lúdicos, entonações de cânticos político-religiosos e outras socializações políticas coordenadas por membros da CPT-PB decidiram, coletivamente, partir para o STR, que não havia tomado posição frente ao conflito, com receio do comprador da Bela Vista. Cabe destacar que aquele STR nunca foi *combativo* e atuante em questões que envolvessem conflitos fundiários.

Ao recorrerem ao STR de Esperança, lhes foi negado auxílio de antemão. Recorreram então à Igreja e o padre Ribamar lhes atendeu, passando os contatos da CPT da Paraíba⁵¹. A Igreja, em toda a Paraíba, tem um papel importante na socialização política, na organização e no apoio logístico à luta pela terra.

A luta pela conquista da terra na fazenda Bela Vista, de certo modo, reflete outros casos semelhantes na história social do campesinato, presente em diferentes regiões do país, atualmente. Aquele que detém o poder econômico se configura como proprietário, desconsiderando as famílias que ali estavam, há décadas. Seu intuito é de expulsá-las da terra, tentando deslegitimá-las de seus direitos, estigmatizando-as e utilizando de violência simbólica e física, visando garantir seus interesses e desacreditando os interesses das famílias que viviam daquela terra.

Tanto da população urbana como da rural, de Esperança, era comum ouvir opiniões, nos bares que frequentavam, de que eram “ladrões de terras”. O estigma (GOFFMAN, 1988) era evidente, inclusive entre agricultores vizinhos e, até mesmo, em trabalhadores *alugados*, que achavam que as famílias não tinham direito, pois estavam ferindo o direito de propriedade e, portanto, eram *ladrões de terras* alheias.

A marca deixada pela estigmatização, embora enfraquecida, não se apagou ao longo dos anos. Após três anos *assentados*, ainda se ouvia, nos bares, comentários parecidos, o que dificultou a solidariedade externa ao assentamento, com os agricultores vizinhos. Alguns, que eram muito “patronais, não entendiam a nossa luta aqui” (Antenor Brito, agricultor-assentado, 56 anos).

3.1.2 Características gerais do Assentamento Bela Vista

Na memória de algumas pessoas da cidade, com quem conversei, a Fazenda Bela Vista é lembrada como a última morada do poeta esperancense Silvino Olavo

⁵¹ Outra versão é a de que o contato foi direto com a CPT e com Padre Anacleto Cruz, que lhes orientavam que tinham direito à terra. Segundo um dos *assentados*, uma das *rendeiras* (Família dos Cruz) da fazenda era parente de Padre Anacleto Cruz e ela foi o elo entre eles e a CPT, que organizava importantes lutas, em toda a Paraíba, em prol da Reforma Agrária naquele momento.

(1897 – 1969) e, também, como o lugar onde “começou” a cidade de Esperança PB. Dali avista-se a comunidade rural do Zé Lopes, próxima aos bairros urbanos do Bela Vista e do Britador; tal comunidade já sofre um processo de urbanização, com alguns lotes sendo comprados para a construção de moradias.

O bairro urbano do Britador leva este nome porque, no passado, retiravam-se pedras para o asfalto da BR 104 e foi por muito tempo considerado um bairro *perigoso*, inclusive pelos *assentados*.

A insegurança na zona rural de Esperança fez com que alguns agricultores optassem por morar na cidade e apenas irem visitar seus lotes, o que, por outro lado, acarretou o aumento de pequenos roubos de animais e de produtos do roçado.

A separação entre o local de moradia e o local de trabalho começou a ser maior após o título provisório da terra em mãos. Não é correto afirmar que aqueles que foram morar na “rua” romperam com um modo de vida tradicional, pois entre os da geração de *posseiros*, que plantavam nas terras de Valdemar Cavalcante, não eram todos que moravam na terra, mas mesmo assim *botavam roçado*. A maioria morava na *rua* e arrendava as terras daquele funcionário público, considerado um *bom patrão*, frente a muitos *carrascos* que havia na região.

“Morar e trabalhar” (WANDERLEY, 2003a) são características centrais no comportamento social dos camponeses brasileiros. No caso daqueles *posseiros*, apesar da bondade do patrão, ele não fornecia a *morada* para todos, o que permitia, para os que moravam na *rua*, certa relação de autonomia em meio à dependência ao dono da terra. No assentamento Pitanga, estudado por Wanderley (2003a), mesmo sendo próximo à área urbana, as moradias eram nos próprios lotes e não na *rua*.

Pode-se dizer que a opção da moradia na *rua* se torna mais clara no horizonte dos *assentados* com a proximidade da titulação definitiva da terra. Isto se dá pelo menos por dois motivos: primeiro, devido às notícias de assaltos e de outros tipos de violência a moradores dos sítios das redondezas, gerando a sensação de insegurança na zona rural e, segundo, por não sentirem a necessidade de justificar a posse do lote estando em cima do mesmo.

A segurança dada pelo título definitivo de propriedade privada da terra faz com que os próprios *assentados* tenham outro tipo de relação com a terra. Muitas vezes, a chegada do título coincide com a aposentadoria rural, que permite novas escolhas, inclusive a de vender a terra ou, conforme o caso, subutilizá-la apenas como complemento da renda familiar. Sobre isto, algumas perguntas para pesquisas futuras

podem ser colocadas: Quais as mudanças na vida daqueles que recebem o título definitivo? Quais as mudanças na sua relação com a terra, o trabalho, a família, a autonomia, com os “outros” e em suas identidades?

O que impulsionou a reivindicação da terra e sua conseqüente resistência organizada foram as tentativas de interrupção do trabalho na terra. O trabalho era legitimador do uso do solo arrendado, sustentando suas famílias e pagando a renda da terra para o dono. Portanto, o trabalho na terra permitiria a continuidade da reprodução social camponesa, mesmo que esta tivesse que ser complementada por outras atividades não agrícolas.

A destituição entre o morar e a terra já foi estudada por José de Souza Martins (1973), quando este autor se refere à realidade paulista, em que as fazendas e seus donos residiam na *casa grande*; esta “burguesia” agrária”, no início do Século XX, passa a residir em casas da cidade, muito mais por questão de *status*. Tal mudança reflete, além disto, a dominação da cidade sob o campo ou, ao menos, a ideia de que a vida citadina era, no imaginário social da época, sinônimo de progresso, lugar de pessoas “evoluídas”.

O rural, no imaginário social brasileiro, foi construído como se fosse o lugar do “atraso”, tal ideologia nos chega até os dias de hoje e influencia fortemente as políticas públicas para o meio rural, refletindo a ausência de cidadania no campo, ou seja, os direitos para além do acesso à terra, trabalho e moradia. É comum, não só nos assentamentos rurais da Paraíba, bem como nas outras comunidades, a precariedade ou completa ausência de serviços essenciais para a qualidade de vida das populações que ali vivem.

Ao chegarmos ao Assentamento Bela Vista, podemos descrever que o relevo é um pouco acidentado, o solo é arenoso e de cor que lembra areia. Encontrei pouca vegetação, devido ao desmatamento, com exceção de poucas árvores nativas e de outras frutíferas que foram plantadas.

Se as pessoas de fora da cidade chamam aquela comunidade rural de *Sítio* Bela Vista, os que ali vivem usam o termo *assentamento* e, alternativamente, *sítio*. Isto se explica porque têm a titulação definitiva há pelo menos cinco anos. Ao recordarem que ali é um assentamento, lembram também que aquela terra foi conquistada na luta. Ao utilizarem o termo “sítio”, lembram que já detêm o título de propriedade privada da terra e que a mesma é legitimada tradicionalmente, pois famílias de *posseiros-rendeiros* de longa data usavam aquelas terras.

Nas entradas dos *sítios* que visitei, é comum avistar uma porteira, próxima à estrada, indicando que ali existe um *sítio*. Os lotes ou *sítios* possuem divisas que, geralmente, são separadas por cercas de arame farpado ou, mesmo, por *caminhos*.

Nas casas visitadas é comum ter uma cisterna que capta a água da chuva, através do telhado e por meio de calhas de alumínio; esta tecnologia permitiu que muitas famílias deixassem de lado os deslocamentos em busca de água, em período de estiagem prolongada.

Ao chegar à sua residência, Antenor me recebeu prontamente. Disse que estava ansioso pela minha visita, aparentemente animado com minha presença, notável na sua empolgação, especialmente ao falar sobre suas recordações da história da comunidade. Naquela tarde ensolarada, depois de apresentar seu *sítio*, resolvemos conversar embaixo de um pé de manga, onde falou da luta dos *posseiros*, da formação do assentamento e de alguns episódios de seus últimos quinze anos frente à presidência da ASPROBVI⁵².

Observei que, no terreiro, além da cisterna, havia pés de frutas que indicavam a fixação no lugar e o desejo de continuidade na terra, sendo que os frutos colhidos servem de complemento na alimentação. Alguns pés de frutas são referências de tempo naquele lugar, a exemplo de uma jabuticabeira que tem a idade da chegada à terra como *assentados*: “esse pé faz mais de 20 anos que tenho plantado, foi quando virou assentamento” (Antenor Brito, 56 anos, agricultor-assentado e presidente da associação).

Notei que na casa de Antenor havia duas mulheres, mais seu genro (do Rio de Janeiro) e sua neta, filha do casal⁵³. Era uma *casa de tijolo*, rebocada com cimento e pintada na cor branca.

Após passar as instruções para o trabalhador *alugado*, para o qual paga R\$ 20,00 por dia mais almoço (valores referentes ao ano de 2012), sentou-se na outra cadeira, colocada embaixo do pé de manga e lá começou a falar sobre sua pessoa. Sobre sua “luta” à frente da associação de moradores, ao passo que me perguntava e queria saber mais sobre quem eu era.

⁵² ASPROBVI é a sigla que designa a Associação dos Produtores da “Fazenda Bela Vista”, assim designada nas atas de fundação; já na casa onde acontecem as reuniões leva a inscrição de Associação dos Trabalhadores Rurais do (Assentamento) Bela Vista, indicando a aproximação com o sindicato e que ali era um assentamento. Ouvi também o termo “associação de moradores”, fazendo referência às associações em geral, incluindo os bairros urbanos e rurais.

⁵³ Antenor que, antes do assentamento, já havia migrado ao Rio de Janeiro, onde conheceu a sua esposa Joana, retornou três anos após se tornar *assentado*. Deixou a terra aos cuidados do irmão e do seu pai, pois sentiu necessidade de migrar, devido às dificuldades que enfrentavam nos idos de 1990.

Disse-me: “você parece que não é daqui, parece estrangeiro” e foi dizendo que tem um sobrinho estudado que só conseguiu emprego, também como professor, quando foi estudar na França; foi com o *papel* de lá que conseguiu emprego aqui. Tentou me localizar na referência mais próxima, que era seu sobrinho professor.

No interior da casa de Antenor e de outras que visitei, pude notar que a televisão (com DVD) ocupa um lugar central na sala de estar; nas paredes, é comum quadros de santos católicos, Jesus Cristo ou mesmo do papa João Paulo II, com exceção de uma das casas em que, nas paredes, avistei apenas os quadros de formaturas das filhas.

Notei um *roçadinho* próximo ao seu *barreiro*⁵⁴, que cedeu para um primo que mora na *rua* e que vem, diariamente, trabalhar com a terra, pois embora esteja residindo na cidade, não perdeu a ligação com a terra, tornando tal atividade um *hobby* para seu primo, que já é aposentado.

O biodigestor, presente no lote do presidente, é demonstrado para as visitas que ali chegam e sua esposa Joana conta, com orgulho, que não precisa mais comprar gás de cozinha; logo me fez o convite para experimentar o bolo de trigo que havia assado no forno, com o novo gás produzido ali mesmo, no *sítio*.

Pude notar outras partes que compõem o espaço do *sítio*, tais como: cocheira, curral e cercado. A cocheira, geralmente, é coberta e fica conectada ao quartinho e ao curral. O curral é um espaço menor que o cercado, servindo para guardar o gado durante a noite. A cerca do curral pode ser construída com estacas e arame farpado ou, ainda, ser feita com estacas de árvores nativas, alinhadas, sem espaçamento entre elas.

É no cercado que se tem as pastagens para o gado, principalmente no período de inverno; as cercas, feitas com arame farpado, ajudam a conter quem tem algumas cabeças de gado leiteiro.

Ao procurar entender a visão de mundo daqueles agricultores, me deparei com algumas oposições classificatórias, com representações sociais e valores sobre o trabalho e sobre como se portar e cuidar do *sítio*, além de noções morais do que é considerado decente, no mundo daqueles agricultores.

Há, ainda, as oposições presentes no comportamento cotidiano que remetem ao vestuário, entre a *roupa de sair* contra a *roupa para trabalhar*: geralmente as *roupas de sair* são as melhores, mais novas e as *para trabalhar* são as mais desgastadas pelo tempo e, muitas vezes, perfuradas, usadas por um tempo maior, até serem lavadas.

⁵⁴ *Barreiro* é uma escavação feita na terra, para acúmulo de água no período chuvoso.

Muitas vezes a representação do próprio trabalho era retratada enquanto trabalho *sujo e pesado*, em oposição ao trabalho *leve e limpo* que se faz na cidade. O presidente da Associação, por exemplo, conjuga os dois: o trabalho *leve e limpo* da política com o trabalho do *sítio (pesado e sujo)*.

A *terra de gado* se opõe ao *roçado* ou, mesmo, à *terra de planta*. Para criar o gado, não é necessário muitos braços e apenas soltá-los atrás de pasto; no entanto, o gado pode destruir as outras formas de uso da terra. A “terra de trabalho” é uma categoria nativa notada em pesquisa realizada, na década de 1970, na região canavieira da Zona da Mata pernambucana, por Garcia Jr. (1983), onde o autor notou que as “terras de trabalho”, presentes nas falas dos seus entrevistados, são ameaçadas, constantemente, pela grande exploração agrícola canavieira.

Não só a quantidade de terras das terras de quem é *patrão* é maior, como a quantidade de gado para a venda é símbolo dos *fortes*, dos donos de *terras de gado* no brejo e semi-árido paraibano.

O significado da terra, portanto, para os agricultores que vivem e trabalham na terra, tanto no Sul como no Nordeste do Brasil, tem a ver com a possibilidade de reprodução social da família, ou seja, uma parte produzida é para o auto-consumo e, a outra parte, comercializada e convertida na manutenção da subsistência familiar e do suprimento de necessidades diversas.

Os agentes sociais camponeses estão envolvidos em lutas simbólicas e classificatórias, que demarcam as fronteiras das regras sociais e dos valores partilhados naquele contexto sócio-histórico. Tal como notei no Oeste do Paraná, existe uma ética do trabalho disciplinado, como característica central no *dever ser* do *agricultor paraibano*⁵⁵.

Existem (des)classificações de trabalhador *organizado* em relação àqueles que são tidos como *desmantelados*; ao menos foi assim que ouvi os demais *assentados* se referirem à família de Joacir Soares Silva. Seus membros foram assim chamados, nas definições locais e ouvidas durante a pesquisa de campo, por não serem vistos como muito trabalhadores e por terem *preguiça*, inclusive, de limpar o terreiro e cuidar da frente da casa, de *criar* os filhos todos *soltos*, de forma despreocupada com a educação

⁵⁵ Este ideal tem como parâmetro os *fortes* em termos econômicos, pois assim é que se consegue ser *homem* e não *cabra*, pois são as *cabras* que possuem *donos*. Portanto, não depender dos “outros” é um ideal que deve ser conquistado mediante o trabalho honrado e honesto do pai de família, que traz o *cuzcuz de cada dia* para casa, mesmo que, para isto, tenha que abrir mão da autonomia, tornando-se *obrigado* e leal a um *patrão*.

dos mesmos. O termo *desmantelado* se refere, também, àqueles que são *barraqueiros* ou *confusioneiros*⁵⁶ na própria família e não têm a preocupação de esconder os conflitos ou, se tentam ocultá-los, não obtêm sucesso, pois as partes em conflito deixam transparecê-lo, mesmo em frente a estranhos.

Estive *in loco* tomando notas no diário de campo e o que pude observar foi que, realmente, na família de Joacir Soares Silva, existem algumas das diferenças destacadas pelos outros vizinhos. Já na entrada, tem muito lixo e entulhos próximos à cerca e algumas varas de cerca estão espalhadas pelo quintal. As crianças brincam no terreiro e a mais velha (10 anos) é quem as repreende, cumprindo o papel de educadora das mais novas; é ainda ela quem lava a roupa das demais. A mãe das crianças não me cumprimentou e parecia não gostar muito da minha presença ali. Neste tempo que fiz a visita a Joacir Soares Silva, os parentes de sua mulher entraram e saíram de motocicleta, mas nem sequer me cumprimentaram.

Antenor, depois, me disse que, enquanto estava com condições de saúde, Joacir era muito trabalhador, mas o problema foi que casou com uma mulher e tem também as noras que, *não ajudam* e são muito *desmanteladas*. Seus filhos e filhas moram em três casas geminadas, em um lote que, antes, era roçado comunitário, e na parte comprada de sua filha com a venda de seu lote, de quatro hectares, após se aposentar. Os filhos de Joacir, portanto, vivem muito mais na *rua*, onde trabalham, do que propriamente no *sítio*. Muitas vezes adoentado, Joacir tem subtraído dinheiro de sua aposentadoria para pagar, eventualmente, algum trabalhador *alugado*, pois os filhos não querem saber de *trabalho* na agricultura.

Embora o secretário de agricultura (2012), tenha dito que o Bela Vista já estava *descaracterizado* enquanto assentamento, devido às vendas e à maioria ter saído dos lotes indo morar na *rua*⁵⁷, Antenor, que se autodefine como um *cabra de luta*, foi enfático em afirmar que tal visão não é por ele partilhada, pois é politicamente adversário do ex-secretário e, frequentemente, desfere críticas a quem é daquele grupo político⁵⁸.

⁵⁶ Tais termos são usados por diferentes famílias, para se referirem às demais, que iniciam conflitos e intrigas.

⁵⁷ O termo *rua* é utilizado em oposição à *Sítio*. A *rua* pode ser de um aglomerado de casas de um pequeno povoado ou toda a zona urbana do município.

⁵⁸ Antenor Brito tem uma personalidade expansiva, gosta de falar e gesticular ao mesmo tempo, de encenar o que está narrando com expressões corporais, com entonação da voz bem marcada, podendo ir do choro aos gritos, conforme as lembranças narradas e revivenciadas ao 'buscar' na memória. Ele mesmo se auto-refere como um *cabra de luta*. A expressão *luta* é recorrente, pois a utiliza tanto nas lembranças do passado, como nas atividades à frente da associação e no sol a sol do trabalho, no seu

Com Antenor, fiquei sabendo que, das dezessete famílias participantes da *luta* e assentadas na terra, somente quatro estão desde o início do assentamento, sendo que dois dos membros da família Ferreira, que fizeram parte da *luta*, compraram lotes. Um deles foi Raymundo Ferreira, que morava de favor no sítio do sogro em Lagoa Verde e comprou o direito de um lote de uma cunhada sua que, com o marido falecido, resolveu não mais continuar na terra, decidindo repassar o direito para um parente porque, segundo ela mesma, o Padre Anacleto Cruz não queria que estranhos entrassem.

O outro da família Ferreira foi Ezequiel, que migrou para São Paulo logo após ser contemplado com um lote em 1987, repassando o direito para seu cunhado Tino (casado com sua irmã). Após treze anos em São Paulo trabalhando como ambulante, retornou para a Paraíba, ficando em João Pessoa oito anos, trabalhando como mecânico de motos e, recentemente, há quatro anos, retornou e comprou um pequeno lote, onde antes era a área comunitária.

Ezequiel guarda ressentimento, por ter sido um dos que participaram da *luta* mas, ao retornar para o Bela Vista, conseguiu comprar apenas um hectare, sendo que a média dos demais é de 3,4 hectares e, ainda mais, ao saber que alguns lotes foram vendidos a quem pode ser classificado como *inimigo da luta*.

Outros dois não moram no lote, mas na *rua*, no bairro próximo ao Bela Vista. Dos dezessete lotes, somente quatro famílias, portanto, residem ali. É comum acumularem, além da atividade agrícola, outra atividade como a de pedreiro, negociante nas feiras, ou como trabalhador alugado para os mais *fracos* e que não têm profissão.

Tais atividades são realizadas, principalmente, nos períodos em que a lavoura não exige dedicação exclusiva, que é o momento de preparo do solo, *limpa* e cuidado durante o *inverno*, tal qual a lavoura de feijão.

pedaço de chão. Reflexões parecidas, em outros locais do Brasil, podem ser encontradas em Comeford (1999), ao analisar o termo *luta* usado entre pequenos agricultores do Oeste baiano. Lá, a *luta* contém significados simbólicos, relevantes para a identidade de agricultor ser positivada, expressão do seu valor, de não ter vergonha da sua condição, de afirmação de sua dignidade para além do sofrimento do trabalho rural, incluindo o pertencimento a determinadas organizações sociais, a construção cotidiana de um projeto político, a diversidade de situações sociais e categorias que nem sempre estão em conflito aberto, mas que estão em luta, num fazer-se processual, enquanto formação social e cultural (THOMPSON, 1981; 1998). A *luta* é expressão igualmente utilizada na região Sul do país, possuindo sentido parecido ao atribuído acima e significando, além disto, o cotidiano do trabalho familiar dos colonos (TEDESCO, 1999). E o que isto tem a ver com a identidade política dos *assentados*? *Ser de luta* legítima estar na terra, diferentemente de comprar ou financiar, como foi feito no Assentamento Carrasco, na divisa entre Esperança-PB e Alagoa Nova-PB, em que, apesar do apoio inicial do STR de Esperança para acesso ao Crédito Fundiário resolveram, posteriormente, apoiar o grupo político contrário ao referido sindicato.

Os que recebem aposentadoria se dedicam mais à pecuária. Utilizam parte da aposentadoria na compra de ração para alimentar o gado em período de seca, mantendo-o vivo até chegarem as chuvas de *inverno*.

3.2 Resistência aos estigmas e conquista da terra

Em uma das minhas visitas à casa de Raymundo Ferreira, a família estava assistindo ao filme da luta dos *rendeiros* da fazenda Bela Vista. Trata-se de um vídeo intitulado *Nós, os Posseiros do Bela Vista*, feito com filmagens de um Centro de Documentação e Pesquisa de João Pessoa, com colaboração da Arquidiocese de Guarabira (PB), no estilo documentário. Nele, estão presentes imagens da época (1987/1988), com entrevistas e falas dos próprios *rendeiros*, narrando as experiências vividas na luta pela terra.

Na ocasião, comentavam sobre as pessoas presentes nas imagens e o que havia acontecido com cada uma delas, quem era quem nas imagens, Padre Anacleto Cruz, Zé Oi de Boi, o governador e os companheiros da luta. Como estão hoje? Os já falecidos, os que migraram... Pude vivenciar este momento ímpar, através de uma feliz coincidência, de visitá-los no momento que estavam assistindo àquele vídeo.

Uma das cenas comentadas foi a de um mecânico que era casado com uma das rendeiras, apelidada de Neca. Curioso notar que era, portanto, *conhecido* deles. Mas o referido mecânico argumentou que eles estavam errados, criticando-os duramente e defendendo que não teriam direito àquelas terras. Na filmagem, eles *dão uma carreira* no mecânico, após ele esbravejar que ali era propriedade privada e que não podiam estar ali *invadindo*.

Os tensionamentos existiam mesmo entre pessoas próximas; por isto a luta até a chegada à terra pode ser considerada uma "travessia" (MARTINS, 2003), em que muitos se chocam com os próprios valores, uma vez que eram chamados de *ladrões de terras*. Sabiam que estavam transgredindo regras, desafiando a propriedade privada e as regras excludentes, autoritárias, de uma sociedade que valoriza quem possui poder econômico e político.

Se fossem dar ouvidos às opiniões contrárias, a atitudes preconceituosas e a xingamentos, teriam desistido certamente. Porque muitos daqueles que lutavam se consideravam honestos e respeitadores das "coisas alheias". Eram agricultores que tinham, na religião católica, uma forma cristã de ler e conhecer o mundo. Um padre

como Anacleto Cruz⁵⁹ é reconhecido, até hoje, como um “grande herói” da Reforma Agrária que, através da linguagem da Teologia da Libertação, conseguiu convencê-los a lutar e ajudou a esclarecer os direitos que teriam.

No entanto, não foi nada fácil ocuparem a terra que já cultivavam, pois mesmo assim sentiam-se, por vezes, fora da legalidade. E, se tivessem desistido da luta, estavam desistindo de uma vida minimamente digna. Esta é a situação da professora Solange Soares Silva: a terra que herdou de seu pai possibilita uma segurança, uma garantia mínima de sobrevivência para sua família, frente ao desemprego e à vida incerta na cidade.

Se não tivessem resistido às *esculhambações* que ouviam, teriam desistido, como tantos outros que desistem de lutar por seus direitos de cidadãos. Não ligar para o que falavam servia para se manterem motivados a resistirem:

Se a gente fosse dar ouvido pra o que falavam, meu filho, hoje, não tinha onde morar, não tinha uma terra onde a gente possa trabalhar, apesar de tudo, essa falta de estrutura para a gente poder trabalhar na roça, mas ainda é uma forma de você sobreviver, uma forma de sobrevivência (Solange, 42 anos, professora e agricultora).

Muitas pessoas que *esculhambavam* eram das *Ruas*. Tais pessoas, depois que o governo comprou a terra, mudaram para uma posição favorável e vieram, na “cara de pau”, participar da festa de comemoração. Outros preferiram continuar numa posição contrária e questionaram se eles seriam legítimos *donos* da terra, sob o argumento de que, se aquelas terras foram compradas pelo governo, então seriam de *todo mundo* tentando, logicamente, deturpar a finalidade daquela política social redistributiva. Algumas pessoas “da rua” iam até o Assentamento para querer *botar roçado* ou, mesmo, para “mexer” no que estava plantado, sob esse argumento.

É deste modo que a população de Esperança PB ficou, em sua maioria, do lado do proprietário. Mesmo porque, inclusive o Sindicato, que deveria estar do lado dos *posseiros-rendeiros*, se ausentou do conflito e apoiou Zé Oi de Boi. O poder público

⁵⁹ Seu passado de *agricultor* em Lagoa Verde, comunidade rural vizinha ao Bela Vista, é lembrado por alguns, como é o caso de um cunhado seu que, hoje, possui um lote no Bela Vista: “Anacleto Cruz era agricultor. Anacleto teve uma época que a família era grande, as coisas difíceis, mais difíceis de que hoje, essa história de emprego, trabalho, não sabia, né, como era. Aí, Anacleto saía, vendendo ovo de galinha e lá vai, vendendo pinto em Galante, para ajudar em casa. Aí terminou o estudo, parou em ser padre, começou organizar o povo pra reforma agrária e, daí, passou pra deputado” (Raymundo Ferreira, agricultor, 56 anos).

municipal, na época, também ficou do lado do novo *dono*. Apesar de vários obstáculos e falta de apoio, eles seguiram resistindo na *luta*.

Devido à violência sofrida e sob diversas ameaças, todos os *posseiros-rendeiros* resolveram acampar próximo à fazenda; ou seja, a expulsão completa não havia se efetivado. Segundo contam os *assentados*, a violência continuou, com o acampamento sendo aterrorizado, à noite, por fogos e tiros dos *pistoleiros*, em um verdadeiro clima de guerra para aquelas famílias, que queriam somente um *pedaço de chão*.

Até mesmo o padre Ribamar disponibilizou o espaço da igreja, para ficarem temporariamente alojados; por conta disto, sofreu ameaças de morte, acusado de ajudar os *sem-terra*. Foi quando entrou em cena o STR de Esperança que, embora relutante, em apoiá-los, depois abriu espaço para todos acamparem na sede do mesmo.

Acampar se constitui em uma estratégia de luta, utilizada na gênese do MST no Sul do País e trazida para o Nordeste, posteriormente, por militantes que as adaptaram às realidades locais. Esta estratégia foi disseminada mesmo em lugares onde não houve atuação do MST, como no caso aqui estudado.

O acampamento se constitui em uma forma de organização espacial que, por meio de barracas, regras de convivência, divisão do trabalho e linguagem própria, se configura em uma forma social: a “forma acampamento”, noção cunhada por Sigaud (2000, 2009), expressando um forte simbolismo que comunica, para os seus interlocutores, os objetivos do acampamento, ou seja, lembrar para o Estado que existe uma questão agrária a ser resolvida, que existem demandantes por terra, expressando resistência e interlocução com os proprietários de terras. O acampamento, para estes, se configura em ameaça ao direito de propriedade. Eles se comunicam com o entorno e com a sociedade mais ampla, denunciando a situação que se encontram as famílias, expressando que estão organizados daquela maneira e o porquê de pleitearem aquelas terras.

Depois de vários acampamentos e sem obterem resultados efetivos com relação à mudança do quadro em que se encontravam, enquanto arrendatários e, naquele momento, sem terras para o trabalho familiar, resolveram levar suas demandas para o centro do poder político do Estado da Paraíba, a capital João Pessoa. Lá resolveram, novamente, acampar na sede dos Três Poderes, na tentativa de pressionar o Estado para que tomasse iniciativa na resolução da situação, ao mesmo tempo em que buscavam a compreensão das suas causas pela população local.

Se, em Esperança, a população local não os apoiou, em João Pessoa receberam auxílio, inclusive com mantimentos, remédios, roupas. Por intermédio da CPT e de Padre Anacleto Cruz, outros sem-terra da Paraíba, demais agricultores e lideranças políticas ligados a partidos de esquerda e a sindicatos se deslocaram até o acampamento, para apoiá-los na realização de manifestações públicas, expressando seus interesses.

Com aquelas manifestações, organizadas pela CPT, conseguiram audiência com o governador Tarcísio Burity, que estava no seu segundo mandato (1987 – 1991), juntamente com o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire (Junho à Setembro de 1987). Ambos eram filiados ao PMDB do então presidente da República, José Sarney (1985 – 1990).

Os *rendeiros/sem-terras*, ao conseguirem audiência com os referidos ministro e governador, abriram um canal de negociação, no intuito de reverter o cenário em favor de fazer valer seus interesses, por meio da intervenção federal naquele conflito social agrário. Após o debate coletivo, a decisão do governo foi a de enviar um ultimato para José Monteiro Jr. (Zé Oi de Boi): ou aceitava a oferta de venda, ou então, o imóvel seria desapropriado para a Reforma Agrária.

Posteriormente às negociações, o governo do Estado comprou a fazenda Bela Vista, em agosto de 1987, pagando a quantia de Cz\$ 8.000.000,00 (oito) milhões de cruzados, o que equivale, em termos atuais, à aproximadamente R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), sendo que, deste montante, foram divididos cerca de 60 % para pagamento das benfeitorias e os outros 40% pela terra nua. Os recursos para a compra vieram do Fundo de Investimento Social, provindos do PDSFN⁶⁰ (Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional) e do PAPP⁶¹ (Programa de apoio ao Pequeno Produtor Rural), os recursos foram transferidos à FUNDAP⁶² (Fundação de Desenvolvimento Agrário da Paraíba) por meio do MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário).

⁶⁰ O PDSFN era um programa imposto de cima para baixo, sem discussão com os interessados. Estava vinculado às políticas de desenvolvimento do governo Sarney para a região Nordeste – Projeto Nordeste. Visava reduzir a pobreza rural na região semi-árida. Entretanto, muitos de seus recursos não foram no sentido de uma intervenção fundiária que visasse transformar a estrutura agrária, mas foram utilizados para o aparelhamento dos órgãos de terras e para a regularização fundiária de grandes propriedades, através da medição por fotografias aéreas (MONTE, 2006).

⁶¹ Programa criado por decreto do governo federal em 1985, (Governo Sarney), no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste – Projeto Nordeste.

⁶² Em 1991, a FUNDAP se funde com a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) e, então, é criado o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (ITERPA); tal órgão, atualmente, é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, no governo Estado da Paraíba.

Cabe ressaltar que a compra de terras, por parte do Estado, ao invés de desapropriação sem indenização alguma, faz com que aumentasse mais ainda o poder daqueles que detêm o monopólio da terra, pois as indenizações supervalorizadas, muito acima dos preços do mercado, reforçam novas concentrações de terras e renda.

O retorno das dezessete famílias à terra ocorreu em dezoito de agosto de 1987 e, no mês seguinte, os então *assentados* promoveram uma festa comemorativa pela conquista, contando com a presença de mais de mil pessoas. O assentamento foi dividido em dezoito lotes, entre três a quatro hectares cada, sendo que um dos lotes, de aproximadamente oito hectares, foi deixado para uso comunitário⁶³.

A divisão dos lotes foi realizada pelos próprios *assentados* e, então, acatada pelo INTERPA (Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba). Eles concordaram em, primeiramente, respeitar aqueles que eram os arrendatários mais antigos; estes não seriam retirados de onde já plantavam, há vários anos. Com os demais, seguiu-se a mesma lógica; no entanto, como houve um lote comunitário, mais próximo da zona urbana de Esperança, ali se estabeleceu, sob orientação e influência da CPT, um roçado comunitário.

De fins de 1987, quando foram instalados definitivamente na Bela Vista até 1997, os *assentados* não acessaram nenhum recurso público destinado aos assentamentos rurais de Reforma Agrária. Isto porque o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) não reconhecia aquele assentamento enquanto tal, devido ao tamanho ser menor que o mínimo que aquele órgão exigia. A única forma de auxílio que tiveram foi a doação de cestas básicas, pelo governo estadual.

A Associação dos Moradores, no referido período acima conseguiu, através do STR, ferramentas para o plantio de batatinha, que era cultivada com a utilização massiva de agrotóxicos, o que acabou intoxicando alguns dos *assentados*.

Em 1997, os *assentados* puderam acessar o PRONAF B pelo Banco Nordeste, que era de até 7.000 reais, o que deu para comprar vacas e alguns implementos. No entanto, os juros altos e a não quitação da dívida no tempo estipulado pelo Banco, fizeram com que a dívida aumentasse chegando, em certos casos, até 20 mil reais.

Em 2000, a “área comunitária” foi dividida entre seis herdeiros de *assentados* diferentes, que não tinham espaço suficiente para construir as casas nos lotes dos seus pais; assim, as fizeram onde era o lote comunitário, que foi re-dividido para aqueles

⁶³ Após dois anos de *assentados*, os conflitos internos no assentamento resultaram na criação de duas Associações e na divisão ao meio do lote comunitário, que serão discutidas ainda neste capítulo.

herdeiros. Houve, além disto, uma disputa pela área comunitária entre as famílias dos Soares Silva e a família dos Brito.

Ainda em 2000, devido às dívidas acumuladas de alguns dos *assentados*, o Banco do Brasil negou crédito bancário para custeio e investimentos, alegando não haver recursos para as áreas de assentamentos. Alguns venderam os seus direitos de concessão de uso dos lotes com o comprador, assumindo as dívidas.

Ainda com os títulos provisórios da terra, os *assentados* sofreram ameaças do Banco, de hipoteca e leilão da terra. Perderam noites de sono, pensando em como iriam quitar a dívida, o que faz, hoje, terem uma forte aversão aos créditos disponíveis e aos financiamentos que lhes são oferecidos. Em 2003, no governo Lula, os *assentados* puderam renegociar suas dívidas e quitá-las. Em 2009, receberam a titulação definitiva dos lotes.

3.3 Da Bela Vista aos pontos de vista: resistências, solidariedades e conflitos

O cientista político James Scott, em alguns de seus trabalhos (SCOTT, 1990; 2002), nos fala que a resistência cotidiana não se opõe à resistência coletiva, muitas vezes as “armas dos fracos” podem estar em consonância com a resistência organizada por meio de ações coletivas, de movimentos sociais dos trabalhadores.

O fato é que tanto a CPT, no Estado da Paraíba, como o MST em todo o Brasil e, mais recentemente, com atuação em território paraibano, levam a pensar que a resistência, nos casos por mim estudados está, principalmente, em não aceitar a migração para o “Sul” ou para a cidade, visto que as alternativas, geralmente, são para trabalhar em empregos precários, devido ao movimento tão discutido da globalização, geradora de desigualdades sociais, desempregos em massa e precarização do trabalho, dentre outras mazelas sociais.

Na Paraíba, em muitos casos, a manutenção da posse da terra se dá de forma subordinada à grande propriedade e envolve diversas resistências cotidianas e de negociação com o “dono/patrão”; dentre elas, destaca-se a deferência teatralizada. O caso aqui estudado nos diz muito de como a resistência cotidiana e a resistência coletiva se referendam em um senso de justiça ligado a uma economia moral camponesa.

Pode-se dizer que os *posseiros* do Bela Vista resistiram muito mais ao resolverem ficar onde já viviam do que muitos outros *agricultores*-trabalhadores rurais, que batem em retirada. Alguns, inclusive participantes do MST, que precisaram sair dos

lugares em que se identificavam, onde moravam e trabalhavam e construíram redes de relações sociais, migraram para outros locais, no intuito de obterem acesso à terra.

A luta daqueles *posseiros* foi para ficarem não só na região onde nasceram e se criaram, ou seja, onde são “filhos da terra”; foi, fundamentalmente, de resistência para ficarem na mesma terra em que trabalhavam e cujos significados e sentidos a ela atribuídos estão ligados ao sentimento de pertencimento, que denota não só o processo de identificação camponesa, mas também territorial.

A identificação enquanto *posseiros* sinaliza a resistência, reforçada pela legitimidade moral, devido à precedência de trabalharem na terra antes da chegada do comprador com seus jagunços. A respeito disto, Martins (1980) vai falar que os produtores familiares têm uma relação com a terra que é justificada através do trabalho, é uma “terra de trabalho” para sustentar a família, que se opõe à “terra de negócio”, que é utilizada para especulação, para explorar o trabalho dos *outros*, ou seja, entendida enquanto um território do capitalista.

São regimes diferentes de propriedade, a terra legitimada pelo trabalho entra em constante conflito com a “terra de negócio”, pois o capitalista visa o lucro ou visa a valorização da terra, através da especulação imobiliária. De acordo, ainda, com Martins (1980), a terra é entendida, pelos produtores familiares, como um “bem comum”; no entanto, para os capitalistas, a terra é uma mercadoria monopolizada pela classe dos que podem pagar por ela. No entendimento dos produtores familiares (entre estes os *posseiros*), a terra é um bem divino, que pertence a todos, sendo que, na concepção do campesinato, a validade da posse da terra se dá pelo trabalho: “só é legítima a posse porque baseada no seu trabalho. É o trabalho que legitima a posse da terra; é nele que reside o direito de propriedade. Este direito está em conflito com os pressupostos da propriedade capitalista” (MARTINS, 1980, p. 61).

A não aceitação de “bater em retirada”⁶⁴ ou as propostas diversas que lhes eram feitas para outros lugares, mesmo que próximos do município, faziam com que perdessem não só o território material, mas o simbólico, construído ao longo dos anos.

⁶⁴ Ao todo, a fazenda Bela Vista, no início da luta, tinha 34 *posseiros-rendeiros*; 17 destes desistiram e, após a conquista da terra pelos que lutaram, os que desistiram tentaram, via STR de Esperança, adentrar na terra conquistada. A tentativa de pegar “carona” na luta foi fortemente rechaçada por aqueles que ficaram e lutaram, chamando quem abandonou a luta de *posseiros-covardes*; por parte destes últimos, houve ameaças de adentrar no Assentamento, o que se constitui numa afronta aos que tiveram coragem de lutar. O impasse foi resolvido com a aceitação da oferta de terras no distrito rural de Massabiéle; eram terras secas, sem água e distantes do centro urbano de Esperança-PB, o que fez com que todos, com o tempo, vendessem seus lotes. O fato do STR – Esperança ter sido omissivo inicialmente na luta e, posteriormente, buscar gerar tensões entre os que continuaram e os que desistiram, foi lembrado por

Seriam, portanto, desterritorializados (HAESBART, 1997) da terra e das relações sociais ali construídas, além de perder o acesso à cidade e os benefícios que tal proximidade lhes trazia. Perderiam, além disto, o vínculo social com o lugar que ficaria, no máximo, na memória, nas recordações de um lugar onde, além de reproduzirem socialmente ao *botarem roçados*, eram lugares de sociabilidades várias, como os jogos de futebol; os momentos de lazer no jogo de cartas aos domingos e as caçadas pelas matas; as idas aos sábados, até mesmo a pé, para fazer a feira e conversar com os amigos da cidade; as buscas de *lavagens*⁶⁵ e as vendas de produtos para os comerciantes intermediários e comerciantes da cidade. Do mesmo modo, aqueles que, além de agricultores, possuem “profissão”⁶⁶ seriam impossibilitados de realizarem suas atividades fora do lote.

Se, por um lado, os *posseiros-rendeiros* buscaram o apoio da Igreja, Zé Oi de Boi, por outro, fazia questão de atormentá-los, espalhando que teria parte com o demônio e fixando uma placa com o escrito “Recanto do Inferno”, na casa grande da Fazenda Bela Vista. Para aqueles agricultores, que tinham como aliados a Igreja, talvez isto significasse uma luta do “bem contra o mal” mas, para o comprador, era mais uma forma de tentar amedrontá-los, na tentativa de fazer desistirem da terra. Se Zé Oi de Boi foi relacionado ao diabo, os *posseiros* estavam do lado de Deus ao lutarem com o apoio dos padres da CPT, numa luta com o entendimento de que a terra é um bem divino, que deveria ser para sustentar as famílias, negando a terra de especulação e de criação de gado, numa luta entre o direito à vida digna contra o “cativeiro” (VELHO, 1995) promovido pela expropriação e exploração capitalista.

A relação entre as crenças, de um lado, é ter um que assume a identidade do mal, dizendo pertencer ao diabo e, do outro lado, os que acreditam na “força” do bem, se dizendo estar com Deus. Conquistar a terra não é, apenas, nesta situação descrita, uma

alguns e, embora sejam outros dirigentes, serviu para a generalização de que o sindicato não cumpre seu papel de defesa dos interesses dos trabalhadores. Um dos interlocutores da família Soares Silva chegou a afirmar que o sindicato seria contra os trabalhadores e a favor dos patrões.

⁶⁵ A *lavagem* é composta de restos de comida humana, materiais orgânicos coletados nas casas da *rua*, que iriam para o lixo, mas que são separados pelos moradores e coletados pelos *assentados*, para servirem de alimento para os porcos.

⁶⁶ Interessante notar que, para os mesmos, devido talvez à falta de reconhecimento social da identidade de agricultor, por ser um trabalho e atividade pesada é, muitas vezes, desqualificada no imaginário social brasileiro, como lugar do atraso, do trabalho braçal, de sol a sol, fazendo com que tal identidade não seja vista como profissão. Possuir profissão é, além de ser agricultor, ser, por exemplo, pedreiro, mototaxista, professora ou mesmo comerciante. Trabalhar *alugado* para os outros também não é considerado profissão, mas sim um *bico* para se conseguir dinheiro para se *fazer feira* nos sábados.

questão de necessidade, mas, acima de tudo, uma questão de justiça e merecimento, por meio do trabalho.

A luta dos *posseiros-rendeiros* mexeu com o brio do *grileiro* José Monteiro Jr. (Zé Oi de Boi), fazendo com que colocasse uma placa dizendo que ali era o “Recanto do Inferno”, com o intuito de deixar receosos os ocupantes, que tinham, então, o apoio da Igreja Católica. Com a vitória dos *posseiros*, a placa foi substituída por “Recanto da Esperança”, designando um lugar em que a terra tão sonhada poderia trazer a esperança de melhores condições de vida para o futuro daquelas famílias.

De fato, esta terra era um território de esperança (MOREIRA & TARGINO, 2007), onde a agricultura familiar camponesa venceu, frente à atividade pecuarista que seria ali desenvolvida, se o comprador tivesse êxito na expulsão dos *moradores e rendeiros*. Até hoje, os *posseiros-rendeiros* interpretam que Zé Oi de Boi não era pertencente a Deus e muitos acreditam que ele tinha parte com o diabo:

Pertencente a Deus que ele não era, era muito perverso e carrasco. Fez muita ruindade com o povo (Ezequiel Ferreira, 47 anos, agricultor e trabalhador alugado).

Aí ele botou na casa grande, recanto do inferno (risos) e botou um capeta com capa. Pra aquele homem Deus não existe, o que valia era o poder e o dinheiro e pronto, tá entendendo? Foi para provocar e pra fazer medo. Mas ninguém ficou com medo, porque você tá com Deus, você não tem medo do cão. Sabe porque? Por que Deus é maior do que o cão. Nem assusta (Ênio Soares Silva, 62 anos, agricultor e pedreiro).

O perfil de *grileiro*⁶⁷, que andava com pistoleiros, não podia ser relacionado a Deus, na visão dos *posseiros* do Bela Vista. No caso, Deus e o “bem” estariam do lado deles e tinham a esperança de que, se a “justiça dos homens” falhasse, a “justiça divina” seria feita.

O mal está relacionado com a categoria do “cativeiro”, ou a volta do mesmo, na excelente análise, feita por Otávio Velho (1995) sobre estes temas, entre as comunidades camponesas da Amazônia, onde muitos daqueles camponeses têm origem social nordestina. A *besta-fera*⁶⁸ da Amazônia era a forma que representava o avanço do

⁶⁷ *Grileiro* é um termo, no Brasil, que designa quem falsifica documentos para, de forma ilegal, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

⁶⁸ O termo *besta-fera*, ou *satanás dos infernos*, pode ser usado para fazer alusão às práticas da classe dominante, dos bancos, da economia capitalista, dos que são “de fora” e o predomínio do dinheiro mediando as relações sociais (VELHO, 1995). No caso do Bela Vista, é comum o *satanás dos inferno* ser substituído por outro xingamento, como *filho da puta*, traduzindo um sentimento de raiva e apontando a frieza com que, por exemplo, os funcionários dos bancos tratam quem está endividado. Assim, o

capitalismo sobre as terras dos *posseiros*, a chegada do cativo, a perda da autonomia e a imposição de ter que trabalhar para os “outros” para sobreviver.

Um dos valores importantes, que consta na economia moral local, entre os camponeses, é o valor da autonomia. Este valor serve para pensar a condição humana enquanto busca da liberdade, que está diretamente relacionada a uma vida digna e, também, enquanto um direito humano universal. A ausência de autonomia e liberdade no seu extremo significa o “cativo”, tornando-se sujeito a um senhor ou um *ser obrigado* a um patrão, precondição para uma vida infeliz, aproximada daquela que os escravos levavam.

Uma vida de inferno, causada por patrões carrascos, que podem ser comparados a soldados da besta-fera. A crença no retorno da besta-fera pode ser vivida como algo real e o medo do seu retorno (VELHO, 1995) se sobrepõe ao receio de perder a terra (e, conseqüentemente, a identidade), a autonomia e de ter que enfrentar uma vida de incertezas, inclusive com relação à sobrevivência da família.

Em certos episódios de enfrentamento com os pistoleiros, buscava entender o insucesso dos mesmos, como o fato, inclusive, de animais se assustarem. Isto era explicado como a “mão de Deus”, o que denota a identificação religiosa e as crenças que servem para ordenar eventos extra-cotidianos ocorridos na luta⁶⁹:

Certa vez eu escapei de ser morto pelos pistoleiros de Zé Oi de Boi, da Banha e a mula que tava meu irmão deu uma carreira, na verdade não foi isso, foi Deus que colocou a mão naquela mula e salvou meu irmão dos tiros de doze [espingarda calibre 12] dos pistoleiros (Raymundo Ferreira, 56 anos).

xingamento é feito para alguém “de fora” da comunidade, mas não só isto; é feito, também, para aquele que não é capaz de entender a realidade dura de quem enfrenta a seca e não faz questão nenhuma de ajudar, usando da burocracia. É a ameaça de voltar ao “cativo” e perder a terra para o banco, que diz que “o banco não quer terra, o banco quer dinheiro e vai leiloar a sua terra” (Assentado Antenor Brito, 56 anos). Isto é um tormento para as suas almas, lhes tirando o sono para saber como quitar os débitos. Se o medo se tornasse realidade, isto seria o retorno para uma situação de subordinação a um patrão, tornando-se “obrigados” e dependentes do mesmo, seria a perda de suas identidades e de suas almas.

⁶⁹ A explicação do mundo através do conhecimento religioso ainda é muito forte, nos dias de hoje, entre aqueles agricultores camponeses. Dona Joana contou-me a respeito de sua filha, que estava em tratamento de saúde, mas os médicos não conseguiram diagnosticar qual era a sua rara doença. Ficaram desconfiados da má vontade dos médicos do SUS, que não fazem o diagnóstico correto. Alternativamente, explicou que a situação que passa a filha é devido a um *catimbó* que teria sido lançado sobre seu Antenor há muitos anos atrás, pois ele teria ficado mal de saúde sem uma explicação plausível. Foram até uma rezadeira, em Campina Grande, a qual disse que teria sido *trabalho feito*, ela desmanchou o trabalho, mas disse que não ia sair totalmente, iria pegar em outra pessoa próxima, da família. Desta maneira, dona Joana explica a doença atual da filha, foi o *catimbó* jogado sobre seu Antenor, que recaiu sobre sua filha.

Os próprios pistoleiros eram “religiosos” e, mesmo depois da compra da terra ser efetivada, Zé Oi de Boi ainda rondava, o que fez com que os *posseiros-rendeiros assentados* ficassem ainda apreensivos, demorando a ocuparem a *casa grande*. Na época, a mãe de Zé Oi de Boi, que era comadre da mãe de Antenor e tem, hoje, 88 anos de idade, mandou recado que os próprios pistoleiros de Zé Oi de Boi se negavam a agir contra luta em que houvesse padre, por respeitarem a mesma religião católica, apesar de matadores.

Narrar partes das lutas, mesmo para aqueles que não se envolveram diretamente nelas, é uma forma de se legitimar, naquele espaço, por ser da família dos que lutaram, distinguindo-se de *compradores* que vieram posteriormente.

3.3.1 O roçado comunitário e as disputas pela área coletiva

O roçado comunitário foi, ainda, a continuidade da resistência coletiva. Uma das justificativas para continuarem plantando coletivamente era produzir para a associação *tirar projeto*⁷⁰ e continuar as negociações em prol de políticas públicas viabilizadoras do assentamento. Mas, além disto, havia o receio de que, uma vez Zé Oi de Boi tendo perdido a batalha final, ele e seus pistoleiros podiam querer retornar. Trabalhar coletivamente era uma maneira de se protegerem de possíveis ataques, fossem eles imaginários ou reais.

O roçado comunitário foi uma ideia amadurecida pelos *posseiros-rendeiros* junto com a CPT. Serviu, num primeiro momento, de *locus* da resistência coletiva pois, unidos e trabalhando em apenas um local, davam a entender que eram um “corpo coletivo”, que podia se levantar contra as ameaças do inimigo.

Protegiam-se desta maneira, facilitando as comunicações entre si e cimentando a solidariedade entre eles, que teria sido essencial nos outros momentos da luta. Após a chegada à terra, o mesmo local que foi o roçado comunitário no momento em que lutavam foi escolhido, simbolicamente, como área comunitária.

A escolha daquele local foi simbólica, por lembrar as tensões e enfrentamentos que ali vivenciaram e, também, por ser o “cartão de visitas” do Assentamento Bela

⁷⁰ *Tirar projetos* é um termo local, muito usado entre os *agricultores*, quando se referem à capacidade da liderança política da Associação de conseguir projetos que auxiliem na viabilidade produtiva e sustentável do assentamento. Os projetos são *tirados* por intermédio dos agentes externos: Estado, Ongs, Sindicato Rural. O termo *tirar* é utilizado em atividades cotidianas do *sítio*, tal como *tirar ração* para os bichos, *tirar leite*, *tirar pasto*.

Vista, para quem vem da Zona Urbana de Esperança. Mantinha-se a impressão, para os “de fora”, de que continuavam organizados coletivamente, caso fosse preciso defender-se.

O roçado comunitário tinha suas regras, para que todos trabalhassem por meio do cultivo coletivo e o rendimento obtido com os resultados da produção fosse destinado para a Associação. A ideia inicial era funcionar como uma cooperativa, em que os resultados da produção seriam apropriados pela Associação, que retornaria em benefícios para a coletividade das famílias do assentamento. No entanto, tão logo o trabalho coletivo na terra se iniciou começaram, igualmente, os desentendimentos e as desavenças.

Isto se deveu, principalmente, à valorização de uma lógica familiar de trabalho na terra e, ainda, ao fato de que não existiam, entre os mesmos, pessoas preparadas para coordenar democraticamente as diferentes famílias que buscavam terra mas, acima de tudo, autonomia. Hoje, refletindo sobre o passado, Antenor reconhece a ausência de alguém que soubesse administrar os conflitos.

O saber-fazer anterior ao roçado comunitário era o do trabalho familiar na terra. Assim, a tentativa de cooperação cumpriu seu papel enquanto solidificação de uma aliança temporária, até a chegada de cada família em seu lote.

Um dos fatores que levaram ao insucesso da cooperação foi a falta de um acompanhamento técnico e de articulação político-administrativa entre os diferentes membros, que conseguisse promover uma socialização política que despertasse para as possíveis vantagens da solidariedade. Os efeitos práticos da cooperação deveriam ser o retorno em termos produtivos, que auxiliariam a melhorar a vida no assentamento.

O *habitus* (BOURDIEU, 1998) é arraigado e seu fazer-se está entre as socializações e espaços sociais de que participou o agente, em sua trajetória. Pode haver uma reatualização do *habitus* e uma readequação a novos espaços sociais, mas o que houve, na situação aqui analisada, foi um conflito entre um *habitus* do trabalho familiar na terra e a tentativa de cooperação, liberando um membro, enquanto força de trabalho da família, para trabalhar na proposta coletiva do assentamento.

Durante os primeiros anos, a divisão do trabalho se dava entre os roçados familiares e o roçado comunitário. Com o passar dos anos, alguns foram “se escorando”, ou seja, participando menos daquela ação coletiva. Isto fez muitos agirem reciprocamente, diminuindo a frequência dos dias trabalhados no roçado coletivo.

A tendência, após vencer o inimigo, é de que a solidariedade com os “companheiros” não tenha mesmo conteúdo de antes, pois todos se amainam e procuram cuidar dos interesses de suas famílias.

Qualquer processo de mudança social provoca novas definições da realidade, gerando novas expectativas inerentes à identidade social, construída a partir da nova posição social assumida pelos *assentados*, que os coloca em relação com diferentes “outros”, inclusive consigo mesmos, ao olharem o passado. Com a ascensão social há um conjunto de expectativas, direitos e deveres para com outros agentes, sejam eles os próprios vizinhos do assentamento, as ONGS, os agentes do Estado, a Igreja e o poder local, dentre outros.

É neste sentido que podemos compreender as mudanças de atitudes com relação à solidariedade do grupo, enfraquecida mediante os conflitos internos, surgidos posteriormente. A mudança de posição social da condição de *posseiro-rendeiro* para a condição de *assentado* alterou um conjunto de expectativas sociais pois, com o acesso pleno à terra, não pagavam mais a renda e não estavam mais dependentes de um patrão, ou de patrões (muitos colocavam um roçado ali e em outras fazendas).

A concretização do sonho de ser “liberto” e não mais “obrigado” a um patrão, mais do que alterar as relações de poder, permite-os sair da condição de agricultor *fraco* para a de agricultor dono das suas decisões, do seu tempo e do seu ritmo de trabalho. Não são sujeitos a um patrão, pois como bem demonstrou Garcia Jr. (1989) em sua pesquisa no Brejo e Agreste paraibanos: “a condição de agricultor surge sempre ligada à condição de liberto” (GARCIA JR., 1989 p. 52).

A posição social mudou de *posseiro-rendeiro* para a de *agricultor-assentado*, de *obrigado* para *liberto* e a terra foi ressignificada. *Botar roçado* era sempre realizado de forma subordinada, sob a autorização e dependência de um *dono/patrão*, para quem deveria satisfação, respeito, lealdade e *baixar a cabeça* para os mandos e desmandos próprios daquelas relações verticais. Com a conquista da terra, esta é ressignificada e se torna um território em que “ao pisar nela, não precisa mais abaixar a cabeça para ninguém”, nem ficar só ouvindo em silêncio. Eles se tornaram donos das suas próprias falas e donos de si mesmos.

Após o insucesso da área comunitária foi decidido, em reunião, que houvesse a liberação para construir casas, mas sem dividir com exatidão os lotes daquela área. Isto causou outro conflito, pois a família dos Soares Silva, quando da “primeira associação”, haviam construído “casas de moradia” próximo aonde hoje é a Associação de

Moradores. Todos os *assentados* tinham direito, na época, de construir uma casa no lote comunitário, e foi o que fizeram, já que dispunham de recursos para a compra dos materiais de construção que as outras famílias não dispunham.

No entanto, suas casas ficaram próximas das terras dos Brito, fazendo com que o conflito entre a família Soares Silva e a família Brito se acirrasse, dando continuidade às intrigas. Os Soares Silva foram proibidos de adentrarem na *casa grande*, que era a sede da Associação. Foi depois da dissolução do roçado comunitário e a expulsão da associação da família dos Soares Silva que:

uma guerra começou, você fez a sua casa, mas seus meninos que era pra ter feito, aí começou uma encrenca e nessas alturas uma intriga assim... a casa grande era só pra entrar eles, nós não tinha direito à luz, não tinha direito de pegar água, não tinha direito a nada, a gente foi perdendo os direitos, aí uns ficou do lado da gente, foi quando entrou outros padres, começou a conversar com meu pai, e viram a humilhação que ele sofria, meu pai era irmão santíssimo de dentro da igreja, pra mim ele era uma pessoa de Deus. E assim começou, aí, novo acompanhamento com advogado, com padre, que viram nosso sofrimento e a esculhambação. O padre mesmo, que tava na igreja na época, teve deles que queria bater nele e ele era da altura dessa casa, aí chegou uma baixinha e foi esculhambar com ele, aí ele disse: Baixinha! A minha mão é maior do que você [risos]. Aí eu não lembro o nome dos santos, deixa pra lá, graças a Deus já passou...e hoje somo tudo amigo, uma coisa boa é essa... amigos assim, cada um no seu canto. [...] Foi quando esse padre mesmo, não queria que meu pai abrisse mão de uma casa boa que tinha acabado de fazer, tava terminando de aprontá-la, para ficar com uma casa velha, [*casa grande*] caindo os pedaços. (Luiza Soares Silva, aposentada, 59 anos).

O termo *guerra* traduz o quanto este conflito pesou na vida daqueles *assentados*, pois os próprios companheiros de *luta* emperravam a satisfação de necessidades básicas, com o impedimento do acesso à luz, à água e de adentrar na *casa grande*. Pelo senso de justiça e pela moral do grupo, entenderam que foi uma grande humilhação, pois todos que lutaram teriam direitos iguais, até que as casas fossem construídas, definitivamente, nos lotes.

Esta situação gerou decepções, mágoas e frustrações de expectativas, diante dos companheiros que lutaram lado a lado por terra e autonomia de suas famílias num momento anterior, mas que, agora, tentavam impor uma hierarquia daqueles que seriam os mais legítimos a acessarem certos recursos que, moralmente, seriam de todos. Apesar de a narrativa Luiza fazer uma projeção de um discurso amistoso, de que esses assuntos ficaram no passado e de que hoje são todos amigos, não é isto que ocorre inclusive, nas reuniões atuais da Associação de Moradores.

Como Luiza mesma disse, são amigos desde que cada um esteja no seu canto, desde que não exista um convívio próximo entre eles. O que existe, ainda, muito vívido, são as lembranças de conflitos que geraram marcas profundas não só na memória daqueles *assentados*, mas em seus corações, pois as humilhações sofridas são tidas como imperdoáveis.

Após o insucesso do roçado coletivo, teria ficado acertado, coletivamente, que a área comunitária seria dividida para os herdeiros fazerem casas. Contudo, no entendimento de Glauber Soares Silva, ele, enquanto pai de família, poderia construir uma casa para seus filhos lá. Logo, a família dos Brito se posicionou contra e, após discussões, as casas já em construção foram destruídas. Posteriormente, decidiram, por consenso, que Glauber Soares ficaria com a *casa grande* onde, até então, funcionava a Associação. Isto se deu como forma de indenização:

Nessa divisa, nessa segunda divisa que aconteceu, como a gente teve que destruir a casa que a gente construiu lá, aí meu pai ficou com essa aqui, uma forma de [troca], de reparação. Porque na Associação todos tinham direito de construir uma casa dentro do lote comunitário, então nós construímos. Resultado: aquelas questões que eu falei para você anteriormente, a gente teve que sair de lá... aí, pra que a gente não ficasse sem moradia porque, no caso, a única casa que tinha ficado na terra do meu pai, outros dois irmãos [Ênio e Joacir] também tinha, só que as deles não estavam totalmente pronta, aí meu pai ficou com essa casa grande, eu falo meu pai, mas ele não era sozinho, morava com todos nós. Isso foi na época da separação [divisão das Associações], quando o finado Hugo era presidente e Ênio do nosso lado. E foi Hugo que fez essa divisão, já pra gente ficar eles pra lá e nós pra cá, para a construção das casas no lote principal (Solange, 42 anos, professora e agricultora).

Entre a *casa grande* e a atual associação havia, somente, um caminho. Lá onde é a sede da Associação atual, a família dos Soares Silva começou a construir suas casas; no entanto, depois dos conflitos e da destruição do que havia sido construído, se dividiu, inclusive, os caminhos e as porteiras.

3.3.2 O *ninho de cobras*: a divisão entre os *assentados* e o surgimento de duas Associações no Assentamento

De início, havia uma única Associação, com todos os *assentados/produtores/moradores* tentando ações coletivas, tal como o roçado comunitário, com o objetivo de gerar recursos para a continuidade nas negociações com o Estado. A continuidade do apoio da CPT foi essencial não só na luta mas, neste

segundo momento, na organização coletiva em cima da terra, de como se “entenderem” dentro do assentamento, o que não conseguiu evitar conflitos entre as famílias.

Em conversa que tive com a professora Solange, filha do falecido Glauber Soares Silva, ficou clara, em sua explicação, dois momentos distintos: 1) de quando eram *posseiros* e *botavam roçados* com suas famílias, pagando a renda da terra ao dono e ficando subordinados à autoridade do mesmo; 2) da chegada à terra e das dificuldades de gestão coletiva do assentamento, momento em que criam suas próprias regras de convívio, visando o entendimento mútuo. Dizia-me ela:

Uma coisa é você estar numa terra que era alugada, com um dono geral e outra foi quando chegamos aos lotes do assentamento, como dividir, como cada qual respeitar seu lote e essa coisa toda, aí faz uma Associação. Gente que não tá acostumado a conviver numa sociedade, numa Associação em que todos têm seus direitos, mas também têm seus deveres, aí foi que complicou (Solange, 42 anos, professora e agricultora).

Como vimos, ainda, no roçado comunitário, o que era para ser idealmente baseado em um sentimento de solidariedade, compartilhado como espaço de todos, com esforços do trabalho dosado democraticamente foi, na verdade, sentido enquanto exploração de uma família sobre outra. Principalmente a família dos Soares Silva, que era a que mais questionava, pois não via o “dinheiro crescer” e retornar em benefícios para os *assentados*. Isto que gerou desconfianças sobre a forma como estavam sendo geridos os recursos financeiros provindos do trabalho coletivo e os créditos governamentais que vinham para a Associação⁷¹.

Geralmente, nas famílias de agricultores que moram, trabalham e vivem da terra, conforme a socialização efetivada, existe uma violência simbólica, responsável pela naturalização de relações desiguais, que não fazem nem a mulher e nem os filhos se sentirem “explorados” durante o trabalho familiar agrícola. A socialização por meio do trabalho é internalizada e tomada como normal. Há obediência às relações hierárquicas centradas na autoridade paterna e os demais membros se sentem parte de uma mesma família, que se ajuda e, de fato, contribui para o projeto familiar, a partir do trabalho na terra. Cabe destacar que, mesmo nas famílias em que predomina uma suposta harmonia social, os conflitos internos ocorrem, ainda que velados perante um público *de fora*.

A situação agrava-se quando envolve a família de “terceiros”. Por mais companheiros que tenham sido no momento da luta e conquista da terra, num segundo

⁷¹ Como, por exemplo, crédito para compra de estrume e de equipamentos agrícolas.

momento, os interesses são outros. Voltam-se aos “seus” e a cooperação é difícil de ser administrada sem conflitos, que resultam na dissolução deste tipo de relação associativa.

As dificuldades em relações associativas não são específicas de poucos casos, mas são enfrentadas em diversos assentamentos rurais brasileiros, tal como demonstrou Brenneisen (2002), salientando a existência de relações de poder e resistência entre lideranças e aqueles que ocupam cargos de gestão coletiva e suas *bases*, os *assentados* do Assentamento Vitória, no Oeste do Paraná. Situação semelhante foi notada por Lazzaretti (2007), em dois assentamentos rurais da Paraíba.

Um episódio simbólico, que foi narrado por Antenor, mas silenciado e negado pela família dos Soares Silva, é elucidativo de como a memória sobre fatos do passado é lembrada, reinterpretada ou mesmo esquecida, conforme as relações de poder que ali se processaram e que continuam no presente. De acordo com Antenor, tudo teria começado quando Hamilton Soares Silva “jogou a enxada”⁷², dizendo que não iria mais trabalhar no lote comunitário. Jogar a enxada não significava negar o trabalho agrícola, mas aquele tipo de trabalho coletivo, cujo resultado era apropriado pela Associação, que era administrada sem as devidas prestações de contas, ou seja, com a devida transparência que se requer em espaços sociais efetivamente democráticos.

A acusação dos Soares Silva era a de que os Brito queriam ser *donos* do assentamento, em se tratando de famílias que saíram de uma situação de subordinação para cair em outra, em que o presidente da Associação lembra a figura de um patrão sob o disfarce do trabalho cooperado, voltando a ser *obrigado* na sua própria terra.

As desconfianças se transformam em rixa, principalmente entre as famílias Soares Silva e Brito. Para preservar a honra da família, Glauber Soares, que já estava em idade avançada, não se opôs à outra família. Por ser alguém muito religioso e crente nas determinações de Padre Anacleto Cruz, Glauber achava que o roçado deveria continuar e, mesmo contra a vontade de seus próprios filhos, continuou participando do roçado comunitário.

O filho mais velho de Glauber Soares pensava de forma diferente. Cada vez mais, a autoridade do pai era passada para ele e, embora Hamilton Soares Silva fosse sempre muito calado, nas reuniões da Associação, revelou-se como uma pessoa ativa e

⁷² Os desentendimentos entre Antenor e Hamilton continuam até os dias de hoje. Antenor disse-me que Hamilton sempre *queimava* os Brito no passado e havia me recomendado para não ir visitá-lo, pois ele iria “queimar” ele e os demais *assentados*.

participativa, ao tomar atitudes e liderar a família de Glauber Soares na criação de outra Associação.

O enriquecimento de Neca teria sido por causa do dinheiro da Associação, que o presidente teria lhe emprestado. Em defesa de sua família e de seu irmão, que estava à frente da Associação, Antenor me disse que Neca *enricou* por que seus filhos eram *bons negociantes*.

As versões da família Soares Silva (ou de Glauber Soares) eram de que estavam desviando dinheiro da Associação administrada pela família Brito. O presidente Hugo Chaves Brito, antes de falecer de C.A.⁷³, era tido como uma pessoa muito *difícil de se lidar*, com caráter autoritário e que manteve uma relação tensa com os outros *assentados*, pois não conseguia agregar posicionamentos e articular as diferenças entre os mesmos.

Com o passar dos anos, a desigualdade social entre os próprios assentados é perceptível no interior do próprio assentamento; com a desigualdade, surgem pontos de vista diferenciados para explicá-la, reforçando um regime de acusações recíprocas. Assim, cada família tem suas versões do passado; na interpretação dos Soares Silva, o presidente Hugo C. Brito desviara dinheiro para Neca (irmã de Padre Anacleto Cruz) que, desde então, começou a *enricar*. Na visão de Antenor (pertencente à família Brito) a família de Neca começou a *crescer na vida* porque eram muito trabalhadores e, mais do que isto, eram exímios negociantes. Compravam e vendiam galinha, cabra e gado e foram crescendo. Nem Padre Anacleto Cruz teria, para Antenor, influenciado na riqueza deles, pois teria se tornado deputado bem mais recentemente.

Os Soares Silva resolvem criar outra Associação⁷⁴. As famílias Brito, Cruz e Ferreira continuaram na primeira Associação, criada logo após a chegada à terra. Da Associação formada por iniciativa da família Soares Silva participaram, também, pessoas de fora do assentamento: de comunidades vizinhas, arrendatários que moravam na *rua* e novos compradores dos direitos dos lotes no Assentamento Bela Vista. Com o tempo, parte da família Cruz passou para a Associação dos Soares Silva.

A segunda Associação obteve, de início, algum êxito em *tirar projetos*, tais como: criação de bode; de porco; de ganso e plantação de batatinha. Entretanto, nenhum

⁷³ C.A. foi o termo utilizado pelos *assentados* para definir a doença de Hugo Chaves Brito, só me falaram que era câncer, porque insisti em perguntar. Faz parte de crenças daqueles camponeses não falar o nome da doença, para não atrair o mal para si ou para sua família.

⁷⁴ O motivo principal teria sido o *desvio de recursos* de, pelo menos, seis caminhões de estrume destinado ao assentamento e que o dinheiro teria sido convertido em empréstimo para Neca, que estava começando o negócio de compra e venda de gado.

daqueles projetos teria sido levado adiante e vingado, nos respectivos lotes a que foram destinados.

Depois de um ano, nenhuma das duas Associações conseguia *tirar projetos*. Os técnicos do INTERPA atribuíam o insucesso das duas Associações à desunião dos *assentados*, que somente poderiam acessar crédito e políticas públicas federais se tivessem uma organização coletiva mínima.

As trocas de ofensas, as acusações recíprocas entre os membros das duas Associações rivais era tamanha, que não ocultavam tais conflitos nem dos técnicos do INTERPA, do INCRA e funcionários do Banco do Brasil. Tal situação gerou avaliações negativas, por parte dos agentes externos, que apelidaram o Assentamento Bela Vista de *Ninho de Cobras*⁷⁵, devido à desunião, às fofocas e intrigas que chegavam aos ouvidos dos que eram *de fora*.

Para alguns *assentados*, isto soava como muito negativo, pois a cobra, na cultura local, é considerada um animal traiçoeiro, que simboliza o mal. Acreditam, em certos casos, que a reza pode combater o *catimbó* lançado sobre animais ou pessoas e a *reza forte* pode até levantar um animal picado por cobra:

Aí tem seu Raul, o pai de Tino, reza. Pode tá caído no chão que ele levanta na hora. Ele rezou o cavalo do menino que tinha ali em Lagoa Verde. O menino correu lá, o cavalo tava no chão, pra morrer já, ele chegou lá e rezou e disse: vá embora! Quando você chegar o cavalo tá bom. Ele reza gente, reza animal. Ele gosta de rezar. Na verdade, ele não é santo não, mas fazer que nem diz o ditado, obra milagre. Por que ele rezou um animal meu, quando eu tava lá em cima, também. Eu deixei ela [a vaca] até comendo, naquela época, fui pra casa almoçar e eu disse: eu vou deixar ela aí, pra comer e beber no barreiro. Quando

⁷⁵ Relacionado a isto, houve uma das situações diferenciadas que passei: o convite para matar uma cobra. Senti-me desafiado, por uma pessoa que se colocava na condição de agricultor e, portanto, destemido dos perigos da vida no campo. Certa tarde, enquanto conversava com Antenor, tomando um café com bolo de milho, sua esposa, dona Joana, interrompeu dizendo ter avistado uma cobra de cerca de um metro de comprimento. Ela estava bastante assustada, o que não era para menos pois, de acordo com Antenor, não havia muitos dias, um filhote de cobra refugiou-se no interior da casa por quase oito dias; sempre que tentavam caçá-la, a mesma agilmente fugia. As cobras, como os outros animais, igualmente sofrem no período de seca e, muitas vezes, se aproximam das casas à procura de alimentos, como aves, rãs ou, mesmo, outros répteis. Tal fato demonstra que a acirrada degradação ambiental ameaça a vida humana e de outros animais. As casas da região, geralmente, são projetadas com muitas aberturas para facilitar a ventilação, devido ao calor na maior parte do ano; alguns animais, como as cobras, podem entrar pelas aberturas entre o muro das paredes e o telhado ou, ainda, pelas próprias telhas da casa. Após dona Joana gritar que havia visto uma cobra cinza de cerca de um metro de comprimento, Antenor me forneceu um dos paus que deixava para tal objetivo, encostados entre a cisterna e a casa e disse-me: “Agora vamos ver se você é corajoso mesmo? Vamos lá matar a cobra”. Lançou o desafio e eu embora não quisesse matar a cobra, confesso que fiquei um pouco com medo, mas fui. Da janela do quarto, dona Joana narrava o percurso da cobra que havia adentrado em meio a um amontoado de galhos secos e pedaços de telas descartadas. Seu Antenor ficou na parte contrária, enquanto pediu para cutucar os galhos; foi o que fiz, mas nenhuma cobra saiu de lá.

eu cheguei, ela tava dessa grossura, arrepiada; aí eu disse: rapaz, isso foi cobra. Eu disse: corre lá em seu Raul. Quando chega lá em seu Raul, ele pergunta o apelido do bicho né, e eu tinha botado o apelido dela de fásca. Ela era muito violenta, ligeira. Aí ele disse: como é o nome dela? É fásca. Isso era umas dez e meia pra onze horas, eu ia largar pra ir almoçar. Ia lá pra mãe, tomar banho, almoçar pra poder vir à tarde. Aí ele disse: eu não vou pra lá agora não, só vou depois do almoço, lá pra uma hora, ou duas horas da tarde é que eu desço. Não, já tá curada, já. Foi uma reza muito forte. Sei que o pessoal, quando tem problema na coluna, quando tá, assim, meio aleijado da coluna, vai lá pra ele rezar e fica bom. Ele tem uma reza muito forte mesmo. Essa do vizinho aqui ele rezou, só que quando ele rezou não tinha mais jeito, que já fazia uns dias todinho já. Tem que ser na hora e o dono tem que ter fé, porque se não tiver, a reza não vale não. Eu sei que animal ele já curou muito por aqui, muito mesmo. Quando ele reza, ele reza e cura. O bicho [cobra] pode morder de novo, que não tem problema nenhum mais (Ezequiel Ferreira, 47 anos).

De certa maneira, este olhar por parte dos técnicos, chamando o assentamento de *Ninho de Cobras*, faz com que os *assentados* reflitam a que ponto chegaram e como o mal pode estar entre eles mesmos, sempre ameaçando os *pobres*, de retornarem para o “cativeiro”. De modo que, nos povoados camponeses, existem complexidades que incluem

[...] diferenciações, conflitos e contradições internas, por vezes em contraste com um passado mítico da terra liberta e das relações de reciprocidade; será preciso acrescentar, ainda, à análise, uma dimensão em que se reconhece o sentido de “pecado comunitário”, distante da ideologia individualista moderna e que empresta a isso tudo seu profundo significado ontológico: que o mal não apenas se abate de fora, mas habita entre os homens; e que num universo relacional todos estão implicados (VELHO, 1995, p. 31-32).

Assim sendo, os referidos técnicos não aprovavam projetos para o Assentamento, sob o argumento de que deveriam, primeiramente, resolver os conflitos e voltar a se integrar apenas em uma Associação, para se chegar ao número suficiente de membros, equivalente àquela área de Reforma Agrária.

Conseqüentemente, com as duas Associações, o grupo, enquanto coletividade organizada para continuar reivindicando direitos, negociar políticas públicas e fazer pressão sobre o poder público local, acabou se enfraquecendo, falhando consideravelmente na relação com os agentes externos necessários para a viabilização do assentamento (NEVES, 1999).

A divisão em duas Associações foi estimulada, na época, tanto pelo prefeito Luiz Martins⁷⁶, como por um padre novato, que teria ouvido somente o lado dos Soares Silva, acreditando neles. A Reforma Agrária ainda estava no início e não havia apoio dos governos, que apostavam no fracasso dos primeiros assentamentos rurais e, portanto, não haveria sentido em democratizar o acesso à terra.

O desinteresse do Estado da Paraíba, da prefeitura e mesmo de órgãos federais como o INCRA, para realizar efetivamente a Reforma Agrária, naquela época, estava traduzido no tamanho da área de terra do Assentamento, que era pequena e na falta de infraestrutura, de apoio logístico e creditício.

A impressão que ficou, para Antenor, foi a de que os representantes legais do Estado queriam ver o Assentamento dividido, que o mesmo não fosse viável economicamente e, com isto, fosse exemplo de como a Reforma Agrária não dá certo. Reforçaria, portanto, as visões preconceituosas com comentários de que são *baderneiros, vagabundos, ladrões de terras*, querem somente *invadir* propriedades privadas alheias, *ganhar* a terra, não trabalhá-la e depois vendê-las, para terceiros⁷⁷.

3.4 Vendas dos lotes

No início do trabalho de campo, não ficou clara, nas conversas, a quantidade dos lotes que foram vendidos. Diziam-me que teriam sido um ou dois lotes, apenas. Conforme ia solidificando uma relação de maior confiança com os interlocutores, durante a pesquisa, aos poucos me foi revelada a informação, com um detalhamento pormenorizado, a respeito das vendas dos lotes. Tais vendas totalizariam oito, desde a formação do assentamento, sendo que quatro lotes foram adquiridos pelo empresário Eike Fortunato.

Tentou-se preservar compra e venda de terras entre as famílias, para os *de dentro*. As vendas geraram constrangimentos para os *assentados*, por conta de que ali é um assentamento e a venda é reprovável, não só para aqueles que não vendem, por

⁷⁶ O mesmo prefeito que enviou as máquinas da prefeitura para destruir as plantações e auxiliar na expulsão dos *rendeiros* que reivindicavam terra na Fazenda Bela Vista. Não havia interesse, por parte daquele prefeito, de que o Assentamento fosse bem sucedido.

⁷⁷ Cerca de dezessete *rendeiros* que eram da Fazenda Bela Vista, mas não lutaram, depois de saberem da conquista da terra no Bela Vista. Eles entram, juntamente com o STR de Esperança-PB, em negociação, reivindicando terra para o governo do Estado da Paraíba. A terra destinada àqueles *rendeiros* foi comprada na comunidade de Massabiê. Diferentemente do Assentamento Bela Vista, lá venderam todos os lotes em pouco tempo, devido às condições adversas, como a distância do centro urbano e a falta de água e de infraestrutura para conter a água da chuva.

entenderem que foi uma conquista difícil; é reprovável, também, pelos órgãos governamentais e pela sociedade mais ampla.

Esconder o fato de que há as vendas, mesmo depois da titulação definitiva, se faz porque envolve um sentimento de que se está vendendo algo que custou muito para se conseguir, por meio da luta. Há, assim, um leve sentimento de vergonha, acompanhado da justificativa de que *os tempos são outros* e as trajetórias das pessoas são atravessadas por dificuldades diversas e por outras escolhas que os levam a vender. Como o caso de uma família, cujo pai faleceu, a mãe e as duas filhas não sentiram-se seguras para ficarem no sítio, além de o trabalho ter-se ampliado consideravelmente, com a falta da figura masculina.

Um empresário que comprou 4 (quatro) lotes no assentamento utiliza a terra, apenas, para criar gado e cavalos; a significação da terra é outra, a visão de mundo, os projetos e a identidade são distintos dos demais *assentados-agricultores*. Há, além disto, um distanciamento que o distingue, naquele espaço social, dos demais, por conta não só das aquisições materiais dos 4 (quatro) lotes, mas também dos aspectos simbólicos que isto representa. Para os demais *assentados*, acham um absurdo ele deter 4 (quatro) *posses* e o reprovam *pelas costas*, nos bastidores e através de um discurso oculto, reiterando que o mesmo, ao invés de ter a terra para o trabalho, quer somente para investimento e criação de gado e cavalos.

O referido empresário arrenda o pasto para proprietários vizinhos, que soltam seus gados ameaçando, por exemplo, um dos vizinhos, que ficou com medo que o gado estourasse a cerca e destruísse os seus roçados e pés de frutas. O gado, com o único objetivo de produzir carne é, simbolicamente, relacionado aos *grandes*. Este era o mesmo gado que foi utilizado como forma de expulsão dos *posseiros-rendeiros*, no momento da luta pela aquela terra.

Isto não quer dizer que empresários e agricultores do assentamento são inimigos. O mesmo agricultor que reclamou da presença do gado e criou um conflito com seus dois vizinhos (tanto o que arrendou a terra que não pertence ao assentamento, quanto o empresário que cedeu), por algumas vezes citou que possui amizade com um fazendeiro vizinho, que é dono de laticínio e que, inclusive, comprou alguns *garrotes* do mesmo, que o trata como se fosse um *igual*, conversando como “nós [ele e o pesquisador] estamos conversando aqui” (Raymundo Ferreira, Agricultor, 56 anos, ganhou o lote da sua irmã).

No entanto, existe o sentimento de vergonha, pois para quem se vende, no caso o empresário, não é alguém que compartilha da mesma visão de mundo e que, apesar de ser cordial com todos, não está localizado no mesmo espaço social dos agricultores do Bela Vista, que lavram a terra todo ano. Mesmo Seu Antenor tenta dizer que ele possui relações familiares com sua família, por uma sobrinha de Eike ser casada com o irmão mais novo de Seu Antenor, que morava no Assentamento.

Eike Fortunato é, ainda, relacionado ao inimigo da luta, Zé Oi de Boi, por ser primo e ter se posicionado, no passado, contra a luta dos *posseiros-rendeiros* do Bela Vista. Este fato é lembrado por aqueles que toleram a sua presença na Associação mas, nos bastidores, não o aceitam naquele território.

A família Ferreira e a família Soares Silva, apesar das desavenças que tiveram no passado, concordam no sentido de que estariam devolvendo a terra para alguém pertencente à família de quem foi contra a luta, de quem os insultava no momento do acampamento, dizem Hamilton e Ênio Soares Silva.

Raymundo Ferreira⁷⁸ vê como injusta a situação de um mesmo homem possuir 4 lotes com casa e cisterna que estão abandonadas. Já Ezequiel Ferreira⁷⁹ também não se conforma com o fato de que ele que *lutou* e ficou sem-terra praticamente e de o primo legítimo de Zé Oi de Boi querer ser *dono* do Bela Vista. Cabe, aqui, ressaltar que um daqueles quatro lotes teria sido vendido pelo pai de ambos (Silvino Ferreira), ainda em vida.

⁷⁸ Raymundo Ferreira, apesar de adentrar no assentamento posteriormente. Teve seu falecido pai Silvino Ferreira que lutou, é cunhado de “Tino” (Faustino Oliveira), cuja esposa, Angélica Ferreira Oliveira, é irmã de Raymundo e a mesma também lutou, se incluindo enquanto “de dentro, da família”. Ao passo que reprova a venda de 3 lotes para um empresário da cidade que é criador de gado, mas não deixou claro que um 1 dos lotes foi seu próprio pai que vendeu., o que vim a saber depois.

⁷⁹ Ezequiel Ferreira é o mais novo dos 12 filhos da família de Silvino Ferreira. Quando o visitei pela primeira vez, em sua pequena casa, viviam a sua família e mais duas famílias, parentes da sua atual mulher. Saindo os parentes de sua atual mulher, que é viúva, ficou só o casal mais uma das famílias de um irmão da atual mulher, que trabalha de mototáxi na cidade de Esperança. A sua ex-mulher, com quem foi “amigado” durante 13 anos, não teve filhos, pois era “operada”; a mesma é irmã de Padre Anacleto Cruz e participou ativamente da luta também, foi um dos primeiros que Seu Antenor indicou para que contasse sobre as lutas e o assentamento nos primeiros anos. Percebi que sua pele é queimada pelo sol, são as inscrições no corpo de alguém que sempre trabalhou no pesado e de sol a sol, com músculos definidos, com cicatrizes e a mão grossa e calejada. Em sua trajetória social, consta a migração para São Paulo durante 13 anos, trabalhando com revenda de frutas e verduras nas ruas, fazendo freguesia: pegava da Ceasa e revendia nas casas. Retornou para a Paraíba, ficando 8 anos em João Pessoa, onde trabalhou em uma oficina mecânica, consertando motos. Recentemente, retornou para o Bela Vista, trabalhando de favor por 2 anos, no lote de seu pai Silvino Ferreira. Antes de falecer, seu pai vendeu a terra e partiu entre os irmãos uma quantia de R\$ 5.000,00 para cada (já estava para sair a titulação definitiva); com este dinheiro, Ezequiel juntou às suas poucas economias e comprou um lote de 1,5 hectares, onde antes era a área comunitária, pagando a quantia de R\$ 7.000,00.

A reprovação da maioria⁸⁰ não impediu que a família dos Brito o apoiasse e legitimasse as compras, pois tal família era quem conduzia a Associação. Para os Brito, não se coloca em evidência o parentesco com Zé Oi de Boi; eles preferem revelar que o empresário possui uma sobrinha que é casada com irmão mais novo de Antenor: Euzébio Brito.

O encobrimento de certas relações e histórias do passado se faz na medida em que deixa em evidência o fato de Eike Fortunato ser vice-presidente da Associação, amigo de Antenor, ter nascido e se criado no bairro Bela Vista. A amizade entre as famílias teria começado antes, pois o pai de Eike teria arrendado terra, na época em que o pai de Antenor gerenciava os *rendeiros*, junto ao proprietário da Fazenda Bela Vista.

As relações e as tramas do passado são reinterpretadas conforme os interesses atuais, as alianças e os conflitos processados no decorrer da luta e da formação do assentamento não só serviram para delinear as fronteiras internas e externas daquele território, mas servem, ainda, para movimentar o jogo das identidades e diferenças, onde a fronteira nós/eles é tênue, com a entrada do “outro” no interior do próprio assentamento.

Antenor justificou que o mesmo produz algo, pois teria alguns pés de maracujá plantados e o mesmo trabalhador *alugado*, proveniente da comunidade Boa Vista, trabalha para ambos (Antenor e Eike). Observei que as terras de Eike são subtilizadas e arrendadas, eventualmente, para vizinhos além de serem utilizadas, ainda, para lazer nos fins de semanas, em um lote; nos outros lotes, eram mantidos alguns pés de fruta e pastagem. Claramente, o significado da terra, atribuído pelo empresário, é o de um investimento capitalista rentável⁸¹.

⁸⁰ A reprovação se dá, principalmente, *pelos costas*, mas chegam aos ouvidos do empresário que, em conversa, reproduziu alguns dos comentários de que queria ser o “dono” da Bela Vista e que queria comprar tudo, todos os lotes do assentamento conquistados na “luta”. Como forma de se defender, Eike coloca que a Reforma Agrária não dá certo, porque os *assentados* não sabem administrar, não possuem uma visão empresarial e não sabem obter lucro da terra, para poderem pagar os empréstimos que fazem. Na forma de pensar de Eike Fortunato, os lotes deveriam funcionar como microempresas capitalistas. O discurso empresarial tenta ir de encontro à legitimação naquele território, argumentando que o seu sonho era de morar no assentamento Bela Vista, que sonha com uma comunidade unida e que pretendia gerar, ali, muitos empregos, instalando uma fábrica de confecções. Seus projetos são vistos com desconfianças pelos outros membros da Associação, que o veem muito mais como um homem de negócios do que como alguém que quer ajudar a comunidade.

⁸¹ Investimento especulativo em imóveis, no qual se espera valorizar, com o passar dos anos e com o inevitável avanço da fronteira do espaço urbano sobre o rural. Além de investimento, a aquisição daqueles lotes tem o sentido de ostentação de um *status* de *patrão*, para a comunidade do bairro Bela Vista, onde Eike Fortunato mora e onde está concluindo a construção de sua mansão luxuosa, ao lado de pequenas casas geminadas.

O apoio dos Brito é fundamental para a aceitação no Assentamento. Outra estratégia de Fortunato, para legitimar-se naquele território, é a de procurar ser um “bom patrão” ajudando, inclusive, Ezequiel Ferreira com alguns favores concedidos e sem cobrar nada.

Em certa ocasião, Eike pediu que a máquina retroescavadeira, que trabalhava nos seus *barreiros*, fosse fazer o *favor* de aprofundar o *barreiro* de Ezequiel Ferreira. Tais relações, baseadas no *favor* do mais *forte* para o mais *fraco*, naquele contexto, não impedem que o tido como *fraco* resista com as munições que tem ao seu alcance: falar pelas costas, fofocar, espalhar mentiras, dentre outras.

Tais micro-resistências não são confrontos diretos e podem não vencer o *forte*, mas pude confirmar que Eike Fortunato sente-se muito incomodado, pois, se no passado os “donos/patrões” esperavam lealdade e obediência dos dominados, em troca das dádivas oferecidas, hoje os agricultores do Bela Vista, que dispõem de uma terra mínima enquanto “porto-seguro” para a sobrevivência, aceitam as dádivas como obrigação daquele que tem posses. Mais que isto, sentem-se desobrigados da contra-dádiva e “livres” para demonstrar suas forças nos microataques cotidianos.

Eike Fortunato, por sua vez, ao ser criticado por ser primo do “inimigo da luta”, defende que Zé Oi de Boi era um empreendedor que visava o desenvolvimento de Esperança. Para Fortunato, ambos os lados não souberam negociar e o projeto de Zé Oi de Boi talvez fosse mais interessante que o assentamento para o “desenvolvimento” de Esperança, uma vez que criaria gado e teria uma empresa de beneficiar madeira, instalada na Fazenda Bela Vista.

A terra, em um assentamento de Reforma Agrária, faz parte de uma política segundo a qual, social e moralmente, não deveria ser vendida para terceiros, que não participaram do processo de assentamento.

O Estado, os próprios *assentados* e a sociedade mais ampla condenam tais vendas; no entanto, um dos argumentos utilizados por aqueles que venderam e compraram foi o de que as pessoas não necessitam ficar *presas* à terra pelo resto de suas vidas. Pois as pessoas mudam, envelhecem, morrem, ficam doentes, endividadas e a venda do lote se torna uma alternativa, num momento de aflição ou, ainda, uma escolha consciente de não continuidade na terra após a aposentadoria, uma vez que os filhos não se interessam pela herança em terra, mas em dinheiro.

Com o desenrolar da pesquisa de campo, ficou clara a reprovação de alguns *assentados* com relação à presença de um comprador, que não foi da “luta” e com o

agravante de ter parentesco com os que foram “contra a luta”. Tais reprovações, somadas aos questionamentos feitos pelo pesquisador sobre a venda dos lotes para um empresário, quando deveriam, ao certo, ser para as famílias trabalharem, levaram Seu Antenor, em uma atitude reflexiva, dizer: “o mais certo era ter botado no estatuto da associação para não vender essas terras e elas voltarem para a associação, se não quisessem mais trabalhar a terra, só que só agora tenho cabeça para pensar isso”.

Numa das ocasiões de pesquisa de campo encontrei, na estrada, por acaso, Dimas Brito, irmão de Antenor Brito. Dimas vendeu seu lote no ano de 1994, pois já estava em São Paulo há uns três anos e havia deixado o lote para seu irmão Antenor cuidar. A venda do lote era para investir em uma banca de vender frutas; como o negócio estava progredindo, resolveu fazer tal escolha. Entretanto, com o tempo, o negócio não foi bem, o que o motivou a retornar, ainda sem se aposentar, para Esperança / PB, onde passou um tempo na casa dos pais, na *rua* e trabalhando *de favor* no lote de seu pai Arthur Brito.

Ao encontrá-lo, argumentou que não estava arrependido da venda e que acha que fez a escolha certa, pois, naquele momento, não tinha como se manter na terra, devido à falta de recursos e de crédito para continuar; sendo a terra pouca, resolveu vendê-la. Posteriormente, em conversa com seu irmão Antenor e outros do Bela Vista, me disseram que ele se arrependeu amargamente de ter vendido o seu lote, o que demonstra que o caminho para o Sul significou, neste caso, a perda do roçado. Foi a deterioração da identidade de empreendedor, no Sul, pois não obteve sucesso, e de agricultor, no Nordeste, pois perdeu a terra:

Se arrepende homi [aumentando o tom de voz e dando um passo para trás], ele é meio ignorante, não quer dar o braço a torcer, mas eu falei para ele não vender, fiquei cuidando uns três anos do lote dele aqui, quando ele foi para São Paulo. Mas aí apareceu um negócio lá de uma casa, ele tava trabalhando no comércio lá e tava indo pra frente e não sei o que, disse que queria vender aqui para investir lá, mas se arrepende porque , quando ele voltou com uma mão na frente e outra atrás [encena e gesticula com as duas mãos, tal como narra], assim olha, ele teve que morar num salão, que tinha junto da casa do pai. E foi difícil para ele; agora se aposentou, mas ainda continua vindo trabalhar, mas quando veio teve que trabalhar no lote do pai e até hoje trabalha, mesmo aposentado tá aqui direto, pra você ver como se arrependeu (Antenor Brito, 56 anos, agricultor e presidente da associação).

Como forma de se autoafirmar, talvez, Dimas reinterpretou e selecionou feitos do passado e da luta a seu favor, expondo-me que, praticamente, foi ele sozinho quem

tomou a iniciativa de partir para a luta, quando muitos não queriam e se acovardavam, incluindo aí o seu irmão Antenor⁸². Nas relações entre o presente e o passado busca-se, na memória, seleciona-se e se reinventa, conforme os interesses ou as justificativas do presente, se identificando como um *ex-assentado* que vendeu seu lote, apesar de ter participado da *luta*.

Dimas, portanto, procurou ressaltar que, dentre os mais corajosos, estavam ele e os membros da família Soares Silva, elencando quem foram os mais “lutadores”, os verdadeiros “heróis” da *luta* e reforçando uma dívida moral, daqueles que lutaram menos ou não lutaram, para com aqueles que foram os “heróis”, inclusive ele próprio.

Ele recorda, ainda, de deputados estaduais, em João Pessoa, que comprovariam os feitos heroicos de agricultores tidos como ignorantes, usando a *ignorância* a seu favor, para enfrentarem e chegarem a ser ouvidos pelos *engravatados*:

Fui eu, mais os Soares Filho, que fomos para cima para entrar na assembleia. Os outros se acovardaram, até meu irmão Antenor se acovardou e teve medo. Foi eu mais Ênio [Soares Silva] e Joacir [Soares Silva] que fomos pra cima dos segurança e arrancamos a porta de vidro inteira. Acampamos dentro da Assembleia e um deputado veio dizer para nós não fazê aquilo, mas quando nós tava lá acampado, na lama [Na Praça dos Três Poderes], ele não tinha vindo falar com nós. Fomos homens para entrar e fazer até fogo com panela de barro lá dentro da Assembleia (Dimas Brito, 66 anos, aposentado e agricultor).

Dimas Brito narrou tal episódio encenando com gestos e com expressão corporal, batendo no peito para dizer quem teve coragem. Observamos, em campo, que cada um que visitávamos superdimensionava o seu papel como imprescindível ou, da sua família, na luta pelas terras da Bela Vista. Dimas Brito, no entanto, ao emitir impressão de seus feitos heróicos na luta, tenta minimizar o sentimento de arrependimento, por ter vendido o seu lote.

3.5 Reunificação das Associações

As disputas sobre como os fatos ocorreram no passado abarcam, inclusive, o feito da *reunificação* das Associações. Se a “desunião” foi motivo para serem

⁸² Embora convivam e se deem bem no trabalho, compartilhando o mesmo curral para as vacas e participando de atividades de lazer nos finais de semana, notei que existe uma rivalidade forte entre os dois irmãos, com relação às questões que envolvem a luta e o assentamento, já que Dimas conversa amigavelmente com membros da família Soares Silva que, no passado, fundou outra Associação, em oposição à família dos Brito.

chamados, até mesmo, de *Ninho de Cobras*, a *união*, mesmo que artificial, com o interesse de acessarem créditos agrícolas, marcou a memória daqueles agricultores.

Na memória dos agricultores há, pelo menos, duas versões sobre a *reunificação*: a primeira versão é a da família Brito, em que Antenor teria sido o responsável por tal feito, ao mentir que estavam *todos unidos*, perante os técnicos do INTERPA e do Banco do Brasil. Tal mentira teria sido, na verdade, uma situação que já iria acontecer, no tempo futuro, devido aos interesses em acessar os créditos do PRONAF. A segunda versão é a da família Soares Silva, que diz que quem foi responsável pela *reunificação* não foi o Antenor, mas sim, duas mulheres. Com o falecimento de Hugo Chaves Brito, quem ficou à frente da Associação foi a sua viúva, Anália, da família dos Ferreira, juntamente com Neca, como vice-presidente da família dos Cruz.

Para lembrar aqui James Scott (1990, 2002), pode se dizer que eles estavam se utilizando de micro-resistências cotidianas, direcionadas para as famílias discordantes, das duas Associações. Havia resistências de ambas as partes, entre eles mesmos, que minavam uma organização coletiva e uma resistência direcionada para viabilizar o Assentamento, com reivindicações aos poderes institucionais. Neste caso, os *fracos* estavam se digladiando entre si e esquecendo os *fortes*.

Quando ficaram, ambos os lados, sabendo de um empréstimo maior, que era para construir ou reformar as casas, construir cercas, plantar capim etc, sentiram a necessidade de, ao menos, teatralizar certa “união”. Pois a Associação que incluísse todos do mesmo assentamento teria maior força para mesma. “Foi quando os membros do outro lado, conversando, se acertaram e aí se ajuntamos e veio um projeto maior, para fazer cercas, reformar casa, plantar capim” (Luzia Soares Silva, 59 anos, aposentada).

A *reunificação*, na verdade, não foi do mesmo jeito que antes dos conflitos. Depois de tais desentendimentos, nunca mais a confiança foi a mesma, pelo menos não a mesma que tinham quando lutavam pela terra e estavam unidos por um só objetivo, partilhavam da mesma comida, cantavam, rezavam, trabalhavam e lutavam juntos.

Após a extinção da segunda Associação, a participação da família Soares Silva, que a liderava, nunca foi ativa. Ficaram com um “pé atrás” e tinham maneiras de dizer que não se agradavam da convivência construída, depois da *reunificação* com objetivo principal de acessar recursos do PRONAF.

Fingiam estarem todos se “dando bem”, nas reuniões da Associação e, principalmente para os “de fora”; no entanto, ao emprestar alguma ferramenta

pertencente à Associação, tal como uma “matraca” para plantar o feijão ou uma bomba costal de veneno, esta ferramenta retornava, muitas das vezes, danificada ou faltando alguma peça. Não cobrar o reparo ou se manter no silêncio eram maneiras de evitar confusão com aqueles que eram tidos como “confusioneiros”, mas necessários e toleráveis, para que viessem créditos agrícolas para o Assentamento.

3.6 Conflitos sociais internos como sociação

O tema da cooperação e do conflito é de interesse da sociologia clássica, tendo Karl Marx como seu principal expoente e focando no conflito entre classes sociais. Os interacionistas, sob outra abordagem, focam o conflito enquanto processo e negociação da vida social, perante os papéis sociais desempenhados. A vida social implica a possibilidade de haver conflitos, referendados em distintas posições, valores e interesses.

O conflito social, para Simmel (1983), pode ser visto como sociação, não só relações harmoniosas e cooperativas permeiam as interações sociais. Os conflitos são gerados na relações sociais e de poder, cujos indivíduos, em interação, possuem interesses divergentes, conforme a situação social que está em jogo.

Nas relações intra e interfamiliares, percebem-se as trocas recíprocas, cooperativas e conflitivas. As alianças são mais comuns entre membros da família do que entre as famílias; qualquer trabalho mais duro é feito mediante o pagamento de trabalhador *alugado*, mas há cooperação em atividades políticas da Associação e religiosas, tais como as novenas. Há conflitos relacionados à política, às divisas de terra, ao fechamento de caminhos e à utilização e uso dado para o espaço do assentamento.

Como pude observar em certas ocasiões, como nas reuniões da Associação, nem sempre são mantidas as fachadas de harmonia, que representam uma amizade entre *todos*. Quando estão nas reuniões, em público, existem tanto momentos de descontração e brincadeiras, quanto momentos de discordâncias, que podem chegar a agressões.

Chamar alguém de *confusioneiro* ou *confuseiro* é uma forma de desqualificação do outro, enquanto alguém que está sempre procurando confusão e conflito, nas convivências cotidianas. Valdir é compadre da família Soares Silva e, por isto, comprou um lote de uma das filhas do falecido patriarca Glauber Soares. Valdir, que tem um conflito aberto com seu vizinho Ezequiel Ferreira, em sua versão, diz que já previa não

dar certo serem vizinhos, explicando que é de *sangue* e que todos que pertencem à família dos Ferreira seriam *confusioneiros*.

Já para Seu Antenor, os *confusioneiros* ou *confuseiros* são a família Soares Silva. Um deles, chamado Hamilton, é vizinho de divisa com Valdir e Ezequiel. Hamilton, de acordo com Seu Antenor, é metido a valentão e meio nervoso. Depois que se aposentou, não participou mais das reuniões, sendo quase uma regra de quase todos da família dos Soares Silva, depois que se aposentar, deixar de frequentar as reuniões da Associação, já que o presidente é da família dos Brito.

Outro fato que o distanciou socialmente dos demais, foi a sua trajetória social ascendente, perceptível nos bens materiais que adquiriu com as três aposentadorias de que dispõem, o que lhe possibilitou adquirir carro, moto e, recentemente, uma casa na rua. Desta forma, adquiriu um novo *status* e começou a se comportar de forma mais orgulhosa e *metida* frente aos demais. Isto, somado ao fato de ser família de *confuseiro*, acarretou algumas discussões verbais com Seu Antenor, na Associação, durante a reunião em público, lhe dirigindo palavrões. Passou-se uma semana e Hamilton foi, depois, se desculpar dizendo que não havia tomado os seus remédios. Aí, como tom de resposta, Seu Antenor disse: “tome seus remédios por 6 meses, depois você vem falar comigo”.

O conflito entre os vizinhos é de conhecimento de todos da localidade e dividem as opiniões a respeito: alguns ficam do lado de Valdir, outros do lado de Ezequiel e outros, ainda, preferem ficar indiferentes e zombar da situação.

O conflito começou por conta do fato de que Ezequiel, ao pegar lavagens para seus porcos, trazia algumas sacolas de plástico que ficam pelo terreiro e o vento levou para o lado do lote de Valdir. Temeroso de que o seu gado pudesse comê-las e causar alguma indigestão, Valdir foi tirar satisfação, começando outra discussão por conta da divisa, o que os levou às agressões verbais e empurrões.

Ezequiel foi morar ali, após comprar de terceiros um pequeno lote de um hectare e meio, onde era área comunitária. Como os vizinhos já moravam na *rua* antes de sua chegada, as casas ficavam desprotegidas e havia muitos roubos de ferramentas, máquinas, portas e animais. Com Ezequiel, fixando ali residência, os furtos diminuíram consideravelmente.

Tal benefício, para seus vizinhos Valdir Rios e Hamilton Soares Silva, não fez com que se minimizasse o desacordo entre Ezequiel e Valdir. Eles eliminaram a comunicação entre ambos como uma forma de evitar novos conflitos, ao ignorar um ao

“outro”, reciprocamente. Valdir, no entanto, disse-me: “Não estamos se falando, mas se precisar estou pronto para ajudar”.

Valdir entrou no assentamento em 1994 e disse que presenciou muitos conflitos entre as diferentes famílias, as divisões entre os *assentados* e os conflitos de interesses individuais, em oposição aos da coletividade. Isto pode ser sintetizado na seguinte frase: “tem muitos no assentamento que só querem vir a nós e, ao vosso reino, nada!”. (Valdir Rios, 65 anos, agricultor/pedreiro/aposentado).

No Nordeste brasileiro ou em outras localidades, até mesmo urbanas, Brasil afora, uma das maneiras de punir o outro com quem se tem uma diferença poderia ser processando judicialmente e pedindo indenizações por injúria, calúnia e difamação, devido ao teor das acusações. Muitos não levam adiante, não por ignorância da lei ou de seus direitos, mas porque, muitas vezes, as agressões foram recíprocas e a maneira de se resolver envolve outras regras, que são socializadas na família ou na comunidade. A forma encontrada, por ambos os lados, foi eliminar a comunicação entre si.

Se todas as disputas e conflitos na vida social fossem levados para a esfera jurídica, os tribunais de pequenas causas estariam sempre abarrotados de demandas para serem resolvidas. Uma das maneiras de se resolver conflitos, nas comunidades rurais, pode ser através da conversa por meio de um mediador, alguém que é amigo de ambos os lados em conflito e que pode ajudar a negociar uma reconciliação.

Outra forma é *ficar intrigados* temporariamente ou, ainda, por tempo indeterminado, que pode até durar uma vida toda. Não dirigir a palavra um ao outro faz com que, ao ignorar a pessoa de quem se é vizinho, através do silêncio, haja o envio de diversas mensagens, mesmo sem a comunicação.

Mesmo sem haver a comunicação expressa entre ambos, há a consideração de princípios sociais, pois terão que se evitar e, para tanto, terão que saber os passos um do outro, tais como ir aos lugares que o outro frequenta, como a reunião na Associação, a um bar ou mesmo à casa do vizinho em que se sabe que o outro está. Terão que evitar, ainda, deixar que seus filhos se aproximem daquele que se ignora, fofocar entre os *seus* um sobre o *outro*, o que faz e o que deixa de fazer e ter a habilidade, se por acaso encontrá-lo na feira ou, mesmo, nas estradas, de não cumprimentá-lo pois, se assim o fizer, pode sinalizar que deseja uma reaproximação.

Além desses conflitos sociais internos, entre vizinhos existem, entre os próprios *assentados*, disputas em torno de quem é mais legítimo naquele espaço social e

simbólico (BOURDIEU, 1990). Quem está mais autorizado a falar pelo grupo? Quem detém maior autoridade e poder de decisão?

Dentro daquele território em transformação, renovaram-se significados, pois ali já não era território subjugado por um *patrão*, nem território de luta pela terra. No entanto, nos fluxos sociais diários (GIDDENS, 1989) do presente, o histórico de como era a vida anterior ao assentamento influenciou, diretamente, sobre como os lotes seriam divididos e quem teria direito à terra.

Não bastava ser *morador* ou *rendeiro*, ou ter *botado roçado* na Fazenda Bela Vista; para se legitimar naquele espaço, era preciso ter participado da luta. Deste modo, a participação nas mobilizações coletivas, ocupações e protestos, em Esperança e João Pessoa, pesaram mais do que terem sido, apenas, *moradores* e *rendeiros*.

Uma das que ajudaram a organizar a luta e era irmã de Padre Anacleto Cruz, por exemplo. Apesar de uma prima ter sido *rendeira* ali, ela própria nunca havia sido, mas como foi uma peça fundamental na luta, por ser parente de Padre Anacleto Cruz, o grupo resolveu conceder para ela o direito de um lote de terra no Assentamento.

Não era somente o direito costumeiro mas, para além disto, propor-se a lutar para ficar na terra. A participação na luta, deste modo, influiu diretamente nas decisões acerca de quem teria direito à terra e, mais do que isto, pôde ser usado para legitimar-se no território, frente àqueles que participaram menos, ou que não participaram, mas que casaram com quem participou ou quem adentrou naquele território posteriormente, mediante a compra.

Para se chegar à terra, este é o preço que se paga: algum tipo de sofrimento, uma espécie de calvário, uma cruz que deveriam carregar até alcançarem a graça ou a recompensa almejada.

A identificação comum da luta travada no passado é acionada, em diversos momentos mais recentes e do presente, para traçar uma fronteira entre aqueles que participaram e aqueles que não participaram da luta, no interior do assentamento e para além das fronteiras daquele território. Trata-se de confrontar com a forma pela qual se chegou ao acesso à terra, em outros assentamentos da região, tal como o Assentamento Carrasco, fruto da compra pelo Crédito Fundiário.

3.6.1 Entre os interesses individuais e os coletivos

“Neca” e Anália eram duas mulheres muito pobres, no assentamento. A primeira, o marido teve a saúde mental comprometida, o que implicou deslegitimá-lo da titularidade do lote de Reforma Agrária; a segunda, Anália, cujo marido era irmão de Antenor. Mas, antes disto, elas eram tidas como “iguais” a todos, no assentamento. Neca começou a *subir na vida* e trouxe Anália consigo, para ser sua assessora⁸³, quando foi vereadora e começou a negar a sua identidade anterior:

[...] esqueceu a sua origem, não fez nada por nós e ainda começou a pisar nos companheiros que lutaram ao lado dela [...]. Quando vereadora, não fez nada pelo assentamento; pelo contrário, pareciam “duas araras” [Neca e Anália], pareciam o cão, tudo por causa de política. (Antenor Brito, 56 anos, agricultor e presidente da Associação).

Esta política faz parecer que, o que já é direito, faça parte do jogo político enquanto dádiva⁸⁴, como algo dado por um político local, que se promove às custas de políticas públicas já existentes.

Em vários municípios do Nordeste brasileiro, é comum esta forma de políticos locais se autopromoverem em cima de programas e projetos que são implementados via prefeitura, mas que possuem recursos oriundos do governo federal. A propaganda que se faz, geralmente, é a de que só são realizados devido à *bondade* dos políticos locais, que poderiam desviar as verbas, se assim o quisessem, mas resolvem destiná-las para a realização de *benefícios* para a população.

Ouvi três episódios que envolveram a assentada e ex-vereadora Neca. Foi possível perceber o choque entre os interesses privados e os interesses coletivos dos *assentados* do Bela Vista e como uma trajetória social ascendente pode mudar a visão que os demais têm sobre quem “enricou”, se as atitudes do presente revelam distanciamento, arrogância e desidentificação com o restante do grupo.

O primeiro episódio foi a *chegada* da energia elétrica no Assentamento, através de uma negociação iniciada por Antenor via STR, articulada com a ONG Cooperar e a ENERGISA. No entanto, tanto na negociação como na entrega dos transformadores de

⁸³ Anália foi, por um período, assessora parlamentar do irmão de “Neca” que, naquele momento, era deputado estadual.

⁸⁴ Mais adiante, detalharei o caso da luta pela instalação da energia elétrica no Assentamento e a tentativa de deixá-lo endividado politicamente, ao relacionar a vinda da energia a um político local.

energia, houve tentativas de subordinarem tal melhoria na qualidade de vida daqueles agricultores aos interesses eleitoreiros de um candidato a prefeito apoiado por Neca.

Anália, que era então presidente da Associação, teria ido com Neca até o município de Areia/PB *esculhambar* os responsáveis pelo projeto de energia, no intuito de que a energia elétrica só fosse instalada se os créditos fossem para o candidato a prefeito que apoiavam.

Depois de Anália, quem assumiu a presidência da Associação foi Antenor que, seguindo os procedimentos tomados para a eletrificação da comunidade rural do Zé Lopes, cujo presidente era seu amigo foi, novamente, atrás dos funcionários da ENERGISA, em Areia-PB, para retomar o andamento do projeto para o Assentamento. Segundo Antenor, os funcionários da ENERGISA não queriam nem ver Anália e Neca e complementa:

Elas pareciam urubus, eram muito metidas, os trabalhos delas na política aqui, você tinha que ver como elas eram, quando elas entravam, entravam com tudo, deixavam de comer e de dormir, eram dessas viradas mesmo. Elas deram força na luta da terra mesma, mas depois que chegou na terra, começou a maquiar a situação, começou a sair fora da Associação; tudo ela [Neca] achava difícil, não sei o que, aí não sei por outras partes (Antenor Brito, 56 anos, agricultor e presidente da associação).

O segundo episódio relaciona-se a um projeto de açude para o assentamento. Novamente, Antenor teria providenciado toda a documentação necessária para a elaboração do projeto, comunicando Neca da intenção de fazer um açude em suas terras, já que era o lugar mais propício do assentamento, para o acúmulo das águas.

A princípio, Neca teria concordado, desde que a água fosse fornecida apenas para os dois vizinhos mais próximos (o próprio Antenor e Jorge), que também cederia parte de suas terras para a construção do açude.

A intenção de Neca de colocar uma obra, feita com dinheiro público, a serviço dos seus fins, estritamente particulares, ficou mais clara quando o projeto de R\$ 80.000,00 teria sido aprovado e Antenor resolvera registrar em cartório as regras para a retirada da água, já que deveria servir a toda a comunidade e, em tempo de estiagem, não poderia ser utilizada para irrigação. Ao colocar tudo isto no papel, Neca desistiu do acordo verbal firmado, inviabilizando o projeto: “no começo ela aceitou só de araque, mas Deus que me perdoe, todos precisavam de água, mas foi melhor assim, do que quando tivesse pronto, ela tivesse barrado todo mundo” (Antenor Brito, 56 anos, agricultor e presidente da Associação).

Dias depois de conversar comigo, Antenor refletiu e me disse que perdeu uma boa chance de resolver parte do problema da água no assentamento. Disse-me que deveria ter ido ao INTERPA (pois ainda não havia título definitivo) e solicitado para desapropriar a área ou, mesmo, permutar com as terras onde fosse feito o açude com uma área de igual tamanho da área comunitária.

O fato é que situações como estas colocam em xeque a amizade e a sensação de “unidade” no momento da luta, o que é recordado, vivamente, ainda hoje, entre os *assentados*.

Apesar de os conflitos acompanharem toda a vida do assentamento, tornaram-se mais frequentes as atitudes visando interesses estritamente privados, após o recebimento do título provisório, que já sinalizava que teriam a propriedade privada da terra legalmente e em definitivo. “Depois do título provisório, ficou cada um é cada um, ficou individual, cada um tem seu título, entendeu? Aí fica diferente, não era como antes, até a participação na Associação diminui” (Antenor Brito, 56 anos, agricultor e presidente da Associação).

O terceiro episódio foi, justamente, após a emissão dos títulos provisórios. Argumentando que deixavam as porteiras abertas, Neca decide fechar os caminhos que, tradicionalmente, por décadas, a comunidade utilizava, causando um conflito que foi parar na Justiça.

Eu tive questão com ela aí, eu fui no INTERPA, não tinha ganhado título definitivo ainda, e o INTERPA mandou advogado e nós ferrêmo ela e conseguimos a estrada, era o caminho aí que ela queria tampar, pra mais nenhum posseiro passar mais. O INTERPA disse não, aqui é o caminho, você não pode fazer isso não, ela botou “questura” e ferrou-se e depois teve que abrir, bem do jeito que o INTERPA mandou (Antenor Brito, 56 anos, agricultor e presidente da Associação).

Ao pesquisador conversar com Joacir Soares Silva, este se referiu a tal conflito como um conflito entre *eles mesmos*. Que as estradas teriam sido fechadas pelos próprios Brito e que, depois, solicitaram a ajuda dos Soares Silva para reabri-las, desconhecendo a questão judicial entre Neca e os Brito. Isto nos leva a pensar que as informações entre as famílias não circulavam bem, ou cada grupo interpretou como um evento desqualificador do “outro”: “vejam como eles fecharam e agora precisam da nossa ajuda para abrir de novo” (Ênio Soares Silva, 62 anos, agricultor assentado e pedreiro). Fechar caminho para o vizinho é o mesmo que dizer que você não é bem vindo ao que é *meu*, na minha propriedade. Isto indica um momento de mudanças e de

afirmações identitárias em relação aos “outros”, construídas dentro do próprio assentamento.

Os movimentos do coletivo para o individual, do direito social à terra até a terra enquanto uma mercadoria, dos caminhos coletivos até a apropriação privada dos mesmos, indicaram mudanças de posições sociais e consequentes visões de si e dos “outros”, pontuadas pelos episódios narrados por Antenor.

No dia da entrega dos títulos definitivos, novamente Neca, que então era vereadora, tentou *fazer política* e disputou com Antenor a realização da *festa da entrega*. Antenor perdeu devido aos votos de seus rivais da família Soares Silva.

A festa, então, acontecera na casa de Neca, no assentamento, que estava desocupada. Há cerca de 15 dias antes do evento, no mesmo local, foi realizada uma festa e, portanto, havia restos de comida que aglutinaram muitas moscas. Neca havia esquecido da data da festa e foi aparecer, somente, quase no ato da solenidade, sendo que a higienização do local teria sido feita às pressas.

Tal acontecimento, para Antenor, teve um sentido de *castigo divino*, por não terem-no deixado realizar a *festa de entrega* dos títulos definitivos. Pois tudo teria sido improvisado; o que salvou um pouco foi o bode doado por Eike Fortunato, feijão e arroz teriam sido servidos depois da carne, *um desmantelo total*.

Antenor nem aguentou ficar até o fim da festa mas, em sua memória, ficou marcado não como o dia da entrega dos títulos definitivos, mas como o “dia das moscas”, pois muitas moscas varejeiras de cor esverdeada voavam entre os participantes, causando constrangimento a todos.

3.6.2 Circulação de solidariedades e conflitos

Como foi discutido no primeiro capítulo, nas relações entre identidades e diferenças (HALL, 2005), as identidades são negociadas nas interações sociais com o “outro”, mesmo estas negociações são orientadas por uma economia/ordem moral camponesa (THOMPSON, 1998, WOORTMANN, 1990) que é, ao mesmo tempo, restritiva e facilitadora das práticas sociais cotidianas. O diferente estabelece as fronteiras sociais para a identidade dos agentes sociais; estes, por sua vez, podem fazer a diferença (GIDDENS, 1989) e isto pode ser perceptível na capacidade de construir relações solidárias e conflituosas, tanto para reivindicar direitos, como no interior do próprio grupo. Ou seja, aquele com quem me identifico e vejo como aliado pode estar

fora do grupo a que pertence e, por outro lado, o outro não precisa, necessariamente, ser alguém de fora, mas pode estar no interior do próprio grupo (GUPTA & FERGUSON, 1992).

No trabalho de campo, notei conflitos entre famílias e, mesmo, no interior de uma mesma família; percebe-se que, muitas vezes, solidariedade e conflito podem coexistir nas relações sociais. A mesma pessoa que ajuda, em algum momento pode criticar e vice versa. *Ajuda* não está destituída de relação de poder e, por vezes, quem recebe critica quem o ajudou, ainda mais quando se questiona certo papel social de pai e provedor ou, então, quando se percebe que a *ajuda* vem como tentativa de subordinação entre desiguais, em termos de condições sociais e econômicas.

Portanto, as solidariedades, a circulação de *ajudas*, nem sempre são realizadas sem uma forma de constrangimento ou sentimento de vergonha, por parte daquele que as recebe, principalmente se a ajuda questiona um papel que possui um conjunto de expectativas partilhadas socialmente como, por exemplo, o papel de *pai de família*. De tal modo que, apesar de transparecer que há ajuda por parte do filho, o *pai de família* sente-se constrangido em dizer que é o filho, com uma ocupação melhor que a dele, quem mantém a casa e, ainda, socorre nos momentos de seca, com a compra de água ou, então, para ampliar o *barreiro*.

Isto foi perceptível na relação entre Raymundo Ferreira e seu filho mais velho, que organiza festas e eventos, não existindo uma aceitação tranquila da atividade do filho. Percebi isto ao observar que Raymundo não o *ajuda* em nada em seus afazeres, diferentemente dos dois irmãos mais novos e da sua mãe. Pelo contrário, Raymundo sentiu-se constrangido ao ver um dos filhos levando, na carretinha do reboque da motocicleta, uns tecidos que servem de decoração para festas e falou, num misto de brincadeira e crítica, deixando transparecer a tensão que há entre os mesmos: “vai ver tá levando para queimar aqueles troços ali, ah não, acho que vai lavar [risos]” (Raymundo Ferreira, 56 anos, agricultor) Mesmo com falta de água, seu filho lava o material decorativo para as próximas festas o que, de certa maneira causa, também, um desconforto em Raymundo.

Seu filho Sérgio ainda mora na mesma casa, mas acaba ganhando mais que o pai, o que acaba questionando a “autoridade paterna”, pois enquanto “pai de família, é de responsabilidade do pequeno produtor suprir a *casa* com os bens de consumo alimentar durante todo o ano e esses produtos são repostos semanalmente” (HEREDIA, 1979, p. 128). Deste modo, quando o filho não constitui outra unidade de produção e

continua morando sob o mesmo teto, ajudando a prover a casa, com renda fora da terra, acaba rompendo os laços de dependência com relação ao pai, que aceita a autonomia do filho, que o *ajuda* financeiramente, comprando algum bezerro⁸⁵, fazendo a *feira* semanal etc. Tais *ajudas* não anulam, porém, os tensionamentos da relação pai-filho.

A *ajuda* financeira do filho, inclusive para comprar ração para os animais ou, mesmo, água em períodos de estiagem, pode ser vista pela *mãe de família* como um gesto de generosidade mas, para o pai, coloca em questão a sua capacidade de tirar o sustento da terra e pode ser sentida enquanto humilhação, já que o filho ganha bem mais em uma atividade urbana e de decoração, entendida por Raymundo como *atividade de mulher*.

Questionei sobre tal assunto a Antenor e o mesmo confirmou sentir vergonha porque, se não fossem os filhos, não tinha como se manter. Tanto o filho que trabalha como gerente em um mercado em São Paulo ajuda, mandando dinheiro, bem como o que está aqui e trabalha com decoração e organização de festas e eventos. Mas tal situação é ocultada pelo pai de família, que nunca deixou claro que quem o ajuda é o filho e percebi que, apesar de haver esta ajuda, Raymundo não ajuda com seu trabalho na confecção dos enfeites das festas; isto é realizado pela mulher e pelos dois filhos gêmeos, de 16 anos.

É perceptível a fronteira entre o masculino e o feminino, entre tradição e modernidade. O dinheiro e a “ajuda” provêm de uma atividade que é urbana e feminina, pois envolve fazer enfeites e decorações dos espaços para as festas, não é um trabalho *pesado* e, portanto, de *homem*. No entanto, não deixa de receber a *ajuda* do filho mas, em contrapartida, libera parte da mão de obra familiar para o auxiliar. Depois de realizadas as atividades cotidianas como o trato dos animais, busca de lavagem para os porcos nas casas do bairro citadino do Bela Vista, irrigação dos pés de frutas (limão e maracujá), se necessitar. Tais atividades são desenvolvidas geralmente na parte da tarde, depois da frequência à escola.

Há, ainda, a *ajuda* de vizinhos que são também clientes eventuais, comprando queijos, frutas ou mesmo carne. São conhecidos e amigos de longa data, que se prontificam em guardar a lavagem, que é composta de restos de comida e material orgânico, servindo para alimentar os porcos. A proximidade com a cidade permite tais trocas com as pessoas do bairro Bela Vista, deslocando-se de charrete com um tambor

⁸⁵ Os animais são uma espécie de poupança ou fundo, nos termos de Wolf (1970), que podem ser vendidos em momentos de maior *precisão*.

para colocar a lavagem. Para a resolução de outros assuntos, tais como fazer feira, utiliza-se a motocicleta ou bicicleta quem as tem ou, ainda, uma *carriola* (carrinho de mão).

No momento da pesquisa, flagrei a cooperação das filhas de Jorge Soares Filho, que já não moram mais no assentamento; as mesmas compraram um caminhão de palma por R\$ 350,00, para servir de ração para o gado, no período da seca. Este é outro exemplo de circulação de ajudas em tempos diversos; depois de formadas e com emprego de professoras, chegou a hora de retribuírem a *ajuda* que tiveram dos pais para estudar. Os estudos das filhas são mencionados como uma das poucas conquistas, depois que retornaram do Rio de Janeiro e compraram o direito do lote no assentamento.

3.6.3 Relações vicinais: das dificuldades de cooperação às resistências aos *fortes*

A cachaça é uma bebida consumida, frequentemente, entre os homens e se oferece, geralmente, às visitas do sexo masculino, usualmente em dias em que não há trabalho nos domingos e feriados, ou depois que o sol se põe. Alguns agricultores, no entanto, por problemas de saúde diversos, não consomem este tipo de bebida. Em outras ocasiões, são oferecidos sucos com biscoitos, se a visita for à tarde.

Tais ofertas são preparadas pelas *mulheres da casa*, sem haver comunicação com o que recebe a visita que, geralmente, é o *homem da casa*. É de costume oferecer algo para quem chega mas, conforme a situação da família, isto pode não ocorrer e, muitas vezes, se oferece somente por *educação*⁸⁶.

Certo dia, fui até a casa de Raymundo Ferreira, onde deixei uma cachaça que havia prometido e acabamos bebendo, juntamente com um vizinho que recém retornara de São Paulo e o estava visitando.

As conversas fluíam de forma desinteressada, pois não estavam ali reunidos para cumprirem obrigações sociais, de modo que os temas variavam sobre velhos conhecidos em comum, quem havia falecido, e sobre aqueles que haviam ascendido socialmente e o

⁸⁶ Houve uma situação em que o pesquisador foi convidado a tomar café, recusou e foi motivo de questionamentos bem humorados, seguidos de gargalhadas: “Ah! Não quer tomar café com os pobres? Nós somos pobres, mas somos bem limpinhos... (risos)”. Apesar das diferenças nas interações entre pesquisador e pesquisado, existe um código de conduta que aqueles agricultores parecem seguir: “faça o bem, sem olhar a quem”. Isto inclui a recepção em suas casas e formas de igualar, temporariamente, relações desiguais *quebrando o gelo*, usando da deferência ou, então, de piadas.

que haviam adquirido, em termos materiais. Entre as conversas, me chamou a atenção a história sobre a construção da sua cisterna.

Ainda no início da década passada, o padre Urbano, “um gringo, holandês alto” viabilizou um sorteio de uma cisterna de placa, sendo que o primeiro contemplado teria sido Raymundo Ferreira. Mediante reunião na Associação, chegaram a um acordo de que, naquele momento, por ser uma das primeiras da localidade, serviria de modelo, inclusive, para outros agricultores que quisessem construir aquele tipo de cisterna. Ficou acordado com o referido padre que, em troca da aprendizagem, teriam que ajudar, em forma de “mutirão”, na construção da cisterna de Raymundo Ferreira.

Os demais *assentados* do Bela Vista, no entanto, não o ajudaram; vieram somente numa tarde, para aprender como fazia para encaixar as placas. O padre Urbano achou isto um absurdo e resolveu, ele mesmo, ajudá-lo, dizendo que não o deixaria *na mão*, já que os *companheiros* de assentamento o deixaram. Percebe-se, nesta narrativa que, há cerca de 12 anos atrás, a ajuda mútua apresentava dificuldades de ser realizada, através do mutirão⁸⁷.

Nas narrativas de Raymundo Ferreira, ele mesmo é o personagem principal e o desfecho da história está em sua reviravolta sobre seus vizinhos. Mesmo sem ajuda dos demais, ele bateu os tijolos e aprendeu como era o procedimento para construir a cisterna. O seu cunhado, que era pedreiro, também lhe auxiliou e acabaram, ambos, “ganhando dinheiro em cima” dos outros que lhe haviam invejado, por ter sido contemplado com a cisterna. Por fim, ensinando-lhes como fazia a cisterna.

Contou-me que, antes da cisterna, era comum ele *roubar* água da captação da CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), que fica em frente ao seu lote, para fins de se banhar e para o consumo dos animais. Também recorria para seu pai (já falecido) que morava na *rua*, pegando água tratada. Narrou que, até mesmo na casa de seu pai, faltou água por cerca de quinze dias; aí teve que buscar nas proximidades do Carrasco⁸⁸. Foi buscar em uma *barroca* que nunca seca, naquela região que é considerada Brejo; falou com Juvino, que é pai de Francinaldo (atual líder comunitário do Assentamento Carrasco), e o mesmo teria colocado empecilho para ele carregar a sua charrete com os tambores de água. Uma das razões teria sido a política local, porque Zezinho era do *amarelo* (*amuados/gatos*) e eles eram do *verde* (*ratos*); passado este

⁸⁷ As cisternas de placa envolvem muito trabalho para cavar o buraco de forma arredondada, para fazer e colocar as placas de cimento pré-moldadas e, por fim, vedando-as.

⁸⁸ Na época, não existia o Assentamento do Crédito Fundiário Carrasco, que tinha 5 a 6 anos de existência, no momento da pesquisa.

tempo, atualmente, estão em posições políticas invertidas. Mas, de qualquer maneira, se ele quiser ainda consegue tirar água lá, só tem que ouvir algumas brincadeiras e levar como *festa*.

Os pequenos furtos podem ser entendidos enquanto uma estratégia de resistência, assim diria James Scott (2002) e, de certo modo, aqueles que são mais *fortes* ou empresários acabam deixando, mesmo sabendo que existem tais práticas, de *tirar pasto* ou *buscar cadeiro* enquanto ração para o gado, nos momentos de estiagem. Eike Fortunato me contou que, durante a noite, Raymundo Ferreira solta seu gado nas suas terras ao lado, onde era o lote de seu pai Zé Cassiano. Disse-me que já viu, mas que não fala nada. Raymundo, por sua vez, disse que isto não é possível, pois o pai de Eike Fortunato fica andando à noite, vigiando se há algum bicho solto ali e qualquer coisa já reclama.

Nota-se que, nas interações sociais entre os agricultores com o “outro”, que possui mais terras, poder econômico e político, fazem-se presentes diversas formas cotidianas de resistência o que, para Scott (2002), seriam as armas dos grupos com pouco poder (*fracos*) e que não precisavam de nada tão elaborado para serem postas em prática, tais como “fazer cera”, dissimulação, a deferência teatralizada, saques, pequenos furtos, fofoca, “diz que - me diz”, ignorância fingida (se fazer de bobo), boicote etc.

Aparentemente desconexas, tais práticas sociopolíticas, no cotidiano, remetem a uma economia moral (THOMPSON, 1998), percebendo-se que há, também, relações assimétricas e conflitos internos entre os que estão em posições de “pouco poder”, na hierarquia social local.

Numa noção mais abrangente de economia moral, mais específica para aquele contexto histórico-social, desdobra-se a de James C. Scott (1990; 2002) que, ao estudar os camponeses asiáticos, entende a economia moral levando em conta a ética de subsistência e um senso de justiça que permeia as relações recíprocas na comunidade camponesa. O conhecimento profundo da economia moral local permite que os camponeses criem, habilmente, estratégias de resistência, que são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidas. Cabe ressaltar que resistência e reprodução de valores dominantes se mesclam, no cotidiano vivido das diferentes comunidades camponesas.

3.7 Política local: os agricultores e os grupos políticos (*ratos e amuados*)

O livro *O campesinato brasileiro*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), publicado originalmente no 2º Congresso de Sociologia Brasileira, em 1962, contém o pensamento da autora sobre o que ela denominou de “grupos rústicos”, referindo-se a aspectos da vida social do campesinato tradicional, bem como estudos sobre comunidades rurais, bairros rurais, ensaiando análises mais gerais para a realidade rural brasileira daquele momento.

No artigo *Política, ascensão social e liderança num povoado Baiano*, que compõe aquele mesmo livro, Queiroz (1976) analisa como o rural brasileiro se organizava socialmente, por meio de uma estrutura social hierárquica, principalmente em regiões de agricultura de exportação (monoculturas), com poucas possibilidades de ascensão social, a não ser por meio da “ajuda” de um fazendeiro, de quem se era “afilhado”.

No entanto, Queiroz (1976) notou, em determinado povoado no interior da Bahia, que lá havia uma estrutura igualitária, onde os diversos grupos sociais rurais possuíam mais ou menos a mesma posição social. Distinguiam-se alguns indivíduos que tinham maior prestígio pessoal que, por vezes, fora adquirido por atividades políticas que lhe permitiram uma determinada ascensão social, sua e de sua família.

Para Queiroz (1976), que estudou, na década de 1960, o povoado rural de Santa Brígida, no município de Jeremoabo, no interior da Bahia, a comunidade era de tipo tradicional, possuindo algumas ligações com a sociedade mais ampla. No entanto, produzia para o seu próprio consumo, sendo quase que auto-suficiente com relação à produção e consumo, na época do estudo. A autora entendeu que o pagamento de impostos ligava a comunidade à sociedade global, mas tal prática era vista como espoliação, sem legitimidade. Além disto, autoridades administrativas locais não detinham *status* superior aos dos outros moradores e o subdelegado não tinha autoridade para obrigar os moradores a seguir as leis, sendo a justiça, muitas vezes, feita com as próprias mãos.

Assim, a ligação efetiva da comunidade com a sociedade mais ampla dar-se-ia por meio da política, que continuava sendo feita, ainda e fortemente, por intermédio da troca de favores: “a eleição, porém, não é um momento de escolha dos mais capacitados; pelo contrário, constitui um momento de barganha ou de reciprocidade de

dons. O indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo” (QUEIROZ, 1976, p. 118).

Mesmo se referindo a uma realidade da década de 1960 e do interior da Bahia, tais reflexões servem de paralelo para a realidade do Bela Vista. Podemos dizer que não houve mudanças consideráveis na relação entre os povoados rurais e a política local, ainda permeada pela gramática das “trocas de favores” com os tidos como *fortes*; no entanto, existem evidentes rupturas com certas práticas políticas autoritárias e a denúncia foi feita, pelos que as reprovavam, no próprio meio rural.

No Bela Vista, com o passar do tempo e a proximidade do título definitivo, o apoio político para conseguir certas *benesses* para o assentamento ficou mais difícil, até mesmo com os antigos aliados da época da luta pela terra, como Padre Anacleto Cruz, procurado pelos *assentados* no primeiro período em que foi deputado estadual (1998 – 2006) pela Paraíba.

Antenor, ao encontrá-lo em certo evento político, na cidade de Esperança, havia pedido para que pudesse *ajeitar*, pelo Estado, 12 horas de trator para cada *assentado*, destinadas à construção e manutenção dos *barreiros*.

Padre Anacleto Cruz, no entanto, o *renegou*. Aquele que teria sido o *dono* da história, um *grande lutador* admirado por todos, um *guerreiro maior* teria, agora, negado ajuda. Na tentativa de entender, Antenor repete o que Padre Anacleto Cruz havia lhe dito naquele momento: “você não tá lá dentro [assentamento]? Você já não ganhou [terra]? Agora assumam os trabalhos e a luta continua cara. Assumam os trabalhos e a luta continua!” (Padre Anacleto Cruz *apud* Antenor, 56 anos, assentado).

Tal rompimento, ao negar uma “ajuda”, fez com que Antenor apoiasse, na eleição seguinte, outro candidato a deputado, da cidade de Campina Grande, que forneceu R\$ 3.000,00 para a compra de materiais de construção para a Associação que, no momento da inauguração, contou com a presença do referido político, que estava em campanha.

No processo de assentamento rural, entre os fatores viabilizadores, estão as tentativas de apoios políticos que tragam recursos para o assentamento (NEVES, 1999). Corre-se, sempre, o risco das trocas clientelísticas e da política das trocas de favores, que emperram o processo democrático.

Mesmo com tais heranças autoritárias arraigadas na cultura política brasileira - e isto que não poderia ser diferente em Esperança (PB) -, alguns dos presidentes de

Associações de moradores resolvem se aventurar e concorrer a cargos na Assembleia Legislativa do município, sem recorrer à prática da “compra de votos”.

Tal compra de votos, literalmente falando, ainda faz parte da política realizada em vários municípios do Nordeste. O voto entra no circuito das trocas de favores, promessas de empregos, “contratos” posteriores na prefeitura ou, mesmo, pode ser pago com material de construção e dinheiro.

Certo dia, ao passar pela comunidade vizinha (ao assentamento) de Lagoa Verde, encontrei Antonio, que trabalha com um “contrato”, pela prefeitura, no processamento do lixo, em uma Usina de reciclagem construída naquela comunidade rural. Os salários de Antonio e de outros são complementados pelos materiais recicláveis, principalmente o ferro, que *catam* e que vendem para reciclar.

Quando encontrei Antônio pela estrada, ao conversar comigo, ele defendeu a Usina de Lixo, apesar das críticas que fiz, devidas ao forte odor; ele disse que, de vez em quando, colocam fogo e fazem uma fumaça que se espalha pelos *sítios* vizinhos.

Com receio de perder seu emprego, só falou bem da Usina, defendeu seu *ganha pão* por ser *contratado*. Então, como me disse logo depois Raymundo Ferreira, eles são *obrigados* (sujeitos) e não têm muito que reclamar, pois podem perder o contrato com a prefeitura. O termo *obrigado* pode, também, ser trocado pelo de “cabra”, que é usado de maneira mais geral, mas é um termo desqualificador, que se opõe àqueles que são os verdadeiros homens: os políticos, os empresários, os *estribados* e calçados no dinheiro, os grandes proprietários, os latifundiários. Por isto *donos* de cabras que não se mandam, mas são mandados. A expressão *cabra safado* pode ter surgido da parte daqueles que estão em posições de dominação, frente às resistências cotidianas (SCOTT, 2002), Bem como daqueles que não possuem terra e estão em uma relação de subordinação.

Existem aqueles que pegam o dinheiro e votam em outro candidato diferente daquele que tentou comprar seu voto mas, em Esperança – PB, praticamente todos “se conhecem” e, dificilmente, o voto é “secreto”. Dificilmente, também, encontram-se pessoas “neutras” ou “em cima do muro”; já se decide, de antemão, por qual dos dois grupos irá torcer e defender. “É como time de futebol, todo mundo tem o seu e alguns são fanáticos” (Cristiano Fortunato, Assistente Administrativo, 20 anos – sobrinho de Eike Fortunato). E, de fato, inclusive soltam foguetes para comemorar cada decisão judicial, a favor ou contra os adversários lembrando, igualmente muito, as comemorações do futebol.

A política partidária local é comentada nos diversos espaços: nas escolas, na educação, na saúde, nas missas, na praça, nos lares, nos bares e, evidentemente, entre os agricultores de Esperança - PB. As associações de moradores também se dividem no apoio a um dos grupos existentes, podendo *passar de lado* mediante *compra* de voto no período de eleição ou, mesmo, por interesse imediato, de ficar do lado de quem está no poder. Tais atitudes, no entanto, são objeto de críticas duras, por parte dos agricultores de outras comunidades rurais.

Os camponeses, em diferentes situações no tempo e no espaço, estão inseridos em relações de poder com pessoas de fora da comunidade: com patrões, fazendeiros ou mesmo políticos locais. Tais agentes externos, no caso de Esperança – PB, são vistos com desconfianças, principalmente os políticos, pois estes gostam de *fazer favor* ou deixar a pessoa endividada e *comprar* o líder/representante da comunidade, com o intuito de congelá-lo, deixando toda a comunidade no esquecimento. Por isto, alguns representantes de comunidades, a exemplo do Assentamento Bela Vista e do Sítio Timbaúba, mantêm certa autonomia em relação ao jogo político local, hegemônico pelos dois principais grupos políticos: dos “*gatos*” e dos *amuados*.

Nas conversas informais que tive, em uma pizzaria no centro de Esperança – PB, me foi revelada a história de um presidente de uma das comunidades, classificado pelas *raposas velhas*⁸⁹ de *turrão*, pois teria recusado uma oferta de R\$ 60.000,00 para trabalhar junto aos bairros pobres da periferia de Esperança, pedindo/comprando votos. A aceitação da proposta implicava ficar quatro anos preso ao candidato que lhe *comprou*. Seria um *cala boca*, pois deveria obrigação ao político que apoiou. Preferiu, assim, fazer alianças pontuais, desde que haja contrapartida para a comunidade, na forma de algum benefício em troca.

Os *ratos* e os *gatos/amuados*, além de serem dois animais que se opõem na vida real, se opõem também politicamente; cheguei num momento em que pude acompanhar o antes e o depois da política, as disputas das cores verde e amarelo e, inclusive, as bandeiras hasteadas em algumas casas de sítios.

As relações entre *amuados* e *ratos*, apesar da oposição política, não impedem amizades, embora que, em *tempos de política*, próximos às eleições municipais, amigos em comum façam comentários e provocações desqualificando o outro lado, mais ou menos como se fazem com times de futebol, sendo que os mais fanáticos podem sair

⁸⁹ Políticos antigos e experientes na arte de fazer política e de governar em causa própria.

para agressões violentas. Particpei de algumas brincadeiras, em que dois amigos conversavam sobre política e um dos agricultores queria me colocar como pertencente ao grupo político com qual o mesmo se identificava, dizendo: “ele é rato também”.

Para alguns *agricultores* com os quais conversei, em Esperança - PB “existe uma política suja”, não importando quem vai assumir a prefeitura. Existe a certeza, entre a população, de que irão roubar, de modo que algumas opiniões chegam a legitimar o roubo, como se fosse menos nocivo que a apropriação privada do que é público, desde que se faça algo por este público. É neste sentido que ouvi uma crítica aos “amuados”, em defesa dos “ratos”, que também roubam: “quer roubar, roube! Mas roube com classe, fazendo as coisas que precisa para o povo”. Não é por acaso que os dois animais são usados como apelidos para os dois grupos: além de rato e gato brigarem, ambos simbolizam sujeira, roubo e, de certo modo, isto é naturalizado pela população local.

O último secretário de Agricultura era funcionário da EMATER onde a maioria dos seus funcionários “fecham” com os “amuados”. Gervásio, que foi secretário de Agricultura, é tido como “inimigo dos agricultores”, devido à ausência de atendimento para as comunidades cujos presidentes são vinculados aos “ratos”.

O Conselho das Associações Rurais de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Esperança - CARDAME é um espaço político disputado pelos dois grupos políticos contrários da cidade. Deste modo, os agricultores ligados a tais grupos lançam candidaturas na expectativa de ganhar a presidência para si. Seu Antenor está do lado dos “ratos” e o presidente da Associação do assentamento, Carrasco, apoia o grupo político dos “amuados”, exercendo certa influência sobre parte dos agricultores, por dispor de um programa na rádio local, preocupando Seu Antenor, que condena o “amigo” por ter passado para o outro lado. Teme que o mesmo saia candidato para o CARDAME.

A liderança do Assentamento Carrasco sempre fala, em seu programa da rádio, contra o STR de Esperança - PB, que também dispõe de outro programa na mesma rádio. Francinaldo se coloca como *amigo* de Seu Antenor, mas *levou* algumas associações para o lado dos “amuados”, ficando somente 15 associações, ligadas politicamente ao STR e aos *ratos*, de um total de 36 associações rurais do município.

Seu Antenor narrou um episódio em que ele, na ocasião, era Vice-Presidente do CARDAME e deveria tomar posse junto com Francinaldo que era Presidente. O prefeito foi convidado, o que poderia gerar uma “indisposição” ou um conflito, pois o mesmo teria feito algumas declarações “queimando” os agricultores. A solução encontrada por

Francisco foi não avisar sobre o dia e a data da posse para Seu Antenor, que não pôde, assim, comparecer.

Se o CARDAME ficasse dominado pelo outro lado, seu Antenor e outros dos *ratos* estavam pensando em criar uma Central de Associações, equivalente ao CARDAME. Se Antenor ganhar a eleição do CARDAME, não será preciso, mas não vai tolerar aqueles agricultores do “outro lado”, que só ficam “esculhambando”; desses, faria questão de que nem participassem.

No início de 2013, houve um período de mudança de prefeitos, pois estava na justiça a nomeação do que ganhou as eleições; quem assumiu foi a presidente da Câmara, pertencente ao grupo contrário. Houve comemoração, por parte da maioria do Bela Vista, pois o Sindicato e a Associação apoiavam o grupo político dos “ratos”. Ao assumirem, perceberam o “desmantelo” em que estava a prefeitura e tal desorganização, deixada pela gestão anterior, serviu de desculpa para não atender às demandas imediatas da população. Em plena seca, no mês de abril, antes de ocorrerem as chuvas do dia 21 de abril (2013), a prefeitura estava negando água para as comunidades, que só eram atendidas em situação de extrema emergência. Isto fez com que os agricultores pensassem que “sofreram quatro anos” e, agora, com alguém que apoiaram estando no poder público local, não seria justo continuarem “sofrendo”.

Para seu Antenor, os políticos não estão interessados em melhorar a vida do agricultor pobre, para ficarem sempre “amarrados” e votarem neles, em troca de “favores”. Em meio a um café e conversas sobre política, disse sentir-se frustrado com a mesma, pois, apesar da mudança de prefeito, continuava o “descaso” para com os agricultores, ao não se efetivarem ações de minimização da seca. A desculpa dos gestores que assumiram era a de que a prefeitura estava “desmantelada”, devido à gestão anterior.

3.8 A falta de água: estratégias e soluções para *escapar* da seca

Seu Antenor disse-me que comprou 9.000 litros de água a R\$ 130,00, transportados em um caminhão-pipa que serviu para abastecer a cisterna. A seca, que diziam ser uma das piores dos últimos 40 anos, em 2012, já era vista, em abril de 2013, como uma das piores dos últimos 60 anos. Em 2012 e, igualmente, em 2013, o calendário agrícola ficou atrasado, para muitos só foi possível realizar a *segunda lavoura*, que é equivalente à *safrinha* no Sul do Brasil.

A escassez de chuvas na Paraíba, no período de plantio, faz com que as perdas sejam inevitáveis, comprometendo toda a produção agrícola do Estado. Se, por um lado, no Sul não há este problema, pois as chuvas são abundantes e permitem produzir o ano todo; por outro lado, há a diminuição da produção no inverno, em que há geadas.

No Nordeste se dá o contrário, é no “inverno” que começam a cair as chuvas que, em períodos sem seca, iniciam-se em março e podem ir até julho/agosto. As chuvas são pré-condição para o plantio da lavoura e para uma “boa” colheita pois, como um agricultor me disse, “água é tudo, é vida”, reforçando que via, na televisão que, lá no Sul, “você são muito ricos, pois lá tem muita água” (Raymundo Ferreira, agricultor, 56 anos). Na ocasião, conversávamos enquanto Raymundo picava na coqueira, cadêro com macambira⁹⁰ e tronco de bananeira, para o gado “ir escapando” da seca que assolava a região, no momento da pesquisa.

O mesmo agricultor tinha um *barreiro*, mas a água deu somente até o mês de fevereiro; durante os meses de março e abril teve que recorrer ao seu filho, para comprar água e irrigar os pés de maracujá do projeto Rio Mamanguape, da Petrobrás.

Como as questões climáticas nem sempre são previsíveis, os agricultores familiares nordestinos, sejam eles *assentados* ou não, devem contar, sempre, com outras alternativas para se reproduzirem, podendo ser “ajuda” do governo, trabalho para terceiros, inclusive a cidade ou, ainda, migração temporária para outras regiões.

A terra se constitui em pré-condição para a sua realização enquanto agricultores, possibilitando o acesso a um lugar de trabalho e de moradia. A segurança, permitida pela posse da terra, faz com que a migração ganhe um novo sentido, naquele novo cenário do assentamento; muitos migraram para se manterem e viabilizarem o assentamento, já que o mesmo estava desassistido, da sua criação até 1997, por políticas públicas efetivas.

Linda Lewin (1993) faz uma reflexão sobre como o clima, na Paraíba, é uma variável que envolve cooperações e conflitos. As secas, que ocorrem com certa regularidade cíclica constituíam, historicamente, um obstáculo para o desenvolvimento da economia rural. Se a água é fonte de vida, as secas mais intensas significam morte: a morte de plantações e a dizimação de rebanhos inteiros ou, então, a venda dos animais bem abaixo do valor de mercado, para aqueles que ainda detêm recursos para comprá-los e alimentá-los. As “grandes secas” forçavam a emigração e o abandono, em busca de

⁹⁰ Vegetação espinhosa, típica do Nordeste brasileiro.

comida e água. Os chamados “retirantes” saíam do sertão a pé, em direção aos centros urbanos de outras regiões do Estado em que a seca não tivesse sido tão intensa, como nas zonas intermediárias e no litoral ou, ainda, para outras regiões (LEWIN, 1993).

A viagem em busca da sobrevivência, muitas vezes, era só de ida, devido às mortes ou por nunca retornarem para as suas cidades natais, causando um impacto econômico e social desfavorável, nas regiões afligidas pelas “grandes secas”. Entre as consequências políticas, devido à miséria, estavam os conflitos violentos por alimentos ou pela água que fizeram com que, ainda durante a grande seca de 1877-1879, o governo central, em atitude inédita, resolvesse enviar alimentos e água para os sertões paraibanos. No entanto, desde o início, tal política pública, para contornar a seca, deveria passar pelas teias de relações sociopolíticas locais, com seus mandos e desmandos, ficando a distribuição de tais suprimentos a cargo de “[...] poderosos senhores de terras que, graças à sua filiação ao partido dominante na política provincial, deles se apoderaram para distribuí-los com a patronagem, entre os seus próprios clientes” (LEWIN, 1993, p. 45).

Desde então, a intervenção federal, com intuito de aliviar o sofrimento humano na região, beneficiou não só os senhores de terras, mas muito mais uma burocracia estatal e empresas de consultoria, que auxiliavam na fomentação da chamada “indústria da seca” (LEWIN, 1993). Nos dias atuais, na cidade de Esperança - PB, o Seguro-Safra e a Bolsa Estiagem estão entre as políticas públicas federais que chegam até os agricultores, mas por intermédio da prefeitura, o que acarreta, muitas vezes, manipulações dos cadastros. Tais recursos não chegam a todos os agricultores; ocorre que, para aquelas comunidades em que os presidentes de associações não apoiam o prefeito, ou que são da oposição, a Secretaria Municipal de Agricultura manipula as listas, retirando os possíveis beneficiados das mesmas.

O agricultor Ezequiel Ferreira, que contava com o dinheiro do Seguro Safra que, em situação de seca, faria toda a diferença, não o recebeu. Estive presente no momento em que Seu Antenor, na qualidade de Presidente da Associação, deu a notícia de que o seu nome não estava mais na lista elaborada pela prefeitura.

Com a notícia, Ezequiel ficou visivelmente nervoso, andando de um lado para o outro da casa, acendeu um cigarro, se perguntando como poderia ter ocorrido isto. Se, dias antes, ele mesmo teria visto seu nome na lista do computador operado pelo funcionário da prefeitura, como agora não estaria mais? Esbravejou contra a prefeitura, dizendo que isto não estava certo e que não ficaria assim.

Seu Antenor culpou a prefeitura que, nessa época, ainda estava sendo dirigida pelos *gatos*. Argumentou que, no ano anterior, não teria vindo o dele, só recebeu a Bolsa Estiagem e que isto, supostamente, seria uma retaliação ao Bela Vista, porque a maioria não apoiava o grupo político que estava na prefeitura, no momento da pesquisa.

Só que Ezequiel Ferreira era do mesmo lado dos *gatos/amuados*, ou seja, apoiava a situação. Esperou seu Antenor ir embora para dizer-me que a culpa, em parte, era porque Antenor, enquanto presidente da Associação ficava *queimando* o prefeito e, a seu ver, o mesmo utilizava uma estratégia errada, pois deveria ir levando em “banho Maria”, com o intuito de conseguir benefícios para o assentamento.

Para Ezequiel, é preciso saber fazer o jogo político dos políticos, negociar com os mesmos e não manter a posição contrária o tempo todo. De fato, a prática de Seu Antenor, de *queimar* os políticos, fez com que o assentamento ficasse prejudicado. Nesta perspectiva, Neves (1999) menciona a necessidade de *assentados* negociarem mesmo com agentes externos clientelistas, visando sempre a viabilização dos assentamentos.

Ezequiel Ferreira ao criticar Antenor, toma o Assentamento Carrasco como modelo de assentamento, *bem organizado*. Aproveita e diz que, se Antenor tivesse *organização*, daria inclusive para fazer um *barreiro* ou, mesmo, um açude, que traria mais água para irrigação de horta e de frutas, no Bela Vista.

As críticas dirigidas ao Seu Antenor têm a ver com a política local e, além disto, por ele ser aliado de Eike Fortunato (Vice-Presidente da Associação). Talvez ainda movido pelo sentimento de raiva, por não ter recebido o Seguro-Safra, Ezequiel me disse, em tom de denúncia, que ambos (Presidente e Vice) pediam dinheiro em troca de apoio político. Ao negociarem o apoio, prometeriam votos do assentamento como um todo para vereadores, deputados ou mesmo candidatos a prefeitos e, em troca, *comem a bolada* de dinheiro.

Ainda há heranças de um passado baseado no “voto de cabresto”, em que representantes das comunidades são recrutados para serem os intermediários nas compras de votos ou, mesmo, fazerem campanhas em troca de dinheiro. Apesar de *comerem a bolada*, não partilharam com os demais, o que significou poucos votos para os candidatos apoiados.

Ezequiel ainda dirige críticas duras a Eike Fortunato, dizendo que o mesmo ganhou R\$ 13.000,00 reais em uma *política* que fez; a mesma quantia foi paga por um dos lotes que comprou no assentamento Bela Vista e que teria, portanto, saído de graça

para Eike, pois as dívidas que teria que assumir, junto ao banco, foram perdoadas ainda no governo Lula.

Logo após os “ratos” assumirem a prefeitura, Antenor, que os apoia, refletiu sobre a necessidade de água novamente e de que é preciso não depender da política local. De tal forma que vai tentar acessar, através do STR de Esperança e AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), entidades que informaram que estão para vir para o polo sindical 230 cisternas calçadão, de onde pretende ser contemplado.

Tal infraestrutura para acumular água projeta um futuro diferente, podendo iniciar uma nova atividade, como o plantio de hortaliças. A cisterna-calçadão teria capacidade para armazenar 50.000 litros de água e o plantio de hortaliças seria viável, pois, com a seca, os preços das “verduras” inflacionam. O tomate chegou a custar a R\$ 5,00 (Kg) em abril de 2013 e um maço de coentro quase R\$ 2,00.

Além disto, outro projeto que pretende “tirar” é relacionado a um silo para guardar ração para os animais, no período de seca. O silo é feito com um trator do próprio STR, que faz um buraco no chão, que é preenchido com forragem, seja ela de palma, de milho ou de capins nativos. O silo é mais uma tecnologia que permite “escapar” da seca, mantendo os animais vivos e produzindo leite até o período de chuvas.

Com uma chuva “boa”, já no início de 2013, foi possível encher “três palmos” da cisterna e os agricultores já começaram a fazer os *leirões* para plantio de milho, feva e feijão.

A previsão do agricultor, com relação ao tempo, existe tanto no Sul como no Nordeste. No Sul, no caso estudado, eles notam os pássaros, o canto dos mesmos; por exemplo, do socó, e se a saracura sai das matas fechadas, é sinal de chuva. Já no Nordeste, se a formiga tanajura “está caindo”, se o sapo berrante está berrando muito e se o *imbuá* é encontrado rastejando nos terreiros, é “sinal de muita chuva”. Isto fez Antenor analisar que vai ser um inverno curto, como tem sido ultimamente, mas com chuvas intensas. Após essas observações, refletiu: “Depois da tempestade vem a calmaria, dizem lá no Sul, não é? Aqui, depois da seca, vem a chuva, para você ver como Deus é o criador mesmo” (Antenor, presidente da Associação e agricultor, 55 anos).

A seca é um período que não só causa sofrimento humano, devido à dificuldade de acesso à água até mesmo para o consumo da casa, mas compromete, até mesmo, o

cuidado com os animais que ficam sem pasto, com alimentação precária e com a água mais suja, de açudes que ainda dispõem de água ou, ainda, comprada e transportada por caminhões pipas.

A água suja, no momento da seca mais intensa, chegou a R\$ 70,00 o caminhão pipa e a água para consumo humano, em agosto de 2012, estava R\$ 140,00 o caminhão pipa, chegando a R\$ 170,00, no auge da estiagem, em abril de 2013.

A chegada das chuvas é vista como uma obra de Deus, em uma das formas de interpretar o mundo pelo viés religioso, muito presente no imaginário social e nas crenças dos agricultores nordestinos: “veja como Deus é o criador mesmo, nós precisando de chuva, sofrendo e rezando para sair desse sofrimento e Deus atendeu na hora certa”⁹¹ (Antenor, agricultor, 55 anos).

A terra é o caminho para várias outras realizações: sustento da família e educação dos filhos, para a morada, para o trabalho; em outro momento pode ser a herança para os filhos, a poupança para o tratamento de uma doença ou, ainda, a troca por uma casa na *rua*, depois de aposentados. Se a terra proporciona a reprodução social dos camponeses do semiárido paraibano, é a água que traz vida para a terra e renovação das esperanças dos agricultores.

⁹¹ Na casa de Antenor, ganha destaque o crucifixo de Jesus Cristo, pendurado na parede da sala; os quadros de santos e do papa João Paulo II; mais abaixo e próximo à estante da televisão, visualizei CDs de músicas e DVDs de filmes; ao lado da estante, sobre uma mesinha, estão os porta-retratos de casamento, com fotos mais antigas e coloridas, do casamento, em 1979, de Antenor e Joana. Misturam-se a elas as fotos, com cores mais vivas e mais atuais, das duas filhas com seus respectivos maridos.

CAPÍTULO 4

CAMPESINATO DO OESTE DO PARANÁ: PROCESSOS SÓCIO- HISTÓRICOS E DISPUTAS TERRITORIAIS

4.1 Processos socio-históricos e identidades rurais

Como vimos no capítulo anterior, as lutas camponesas praticadas pelos *posseiros-rendeiros* do Bela Vista (Esperança - PB) fazem parte de um quadro mais geral de lutas camponesas em todo o Brasil, que se deram a partir, principalmente, da década de 1940, tais lutas estão ligadas à resistência camponesa à hegemonia capitalista que pretende transformar as “terras de trabalho” em terras em que se extrai a renda e o lucro.

Na história social do campesinato brasileiro, as lutas pela terra no Sul e no Nordeste, a partir da década de 1950 se constituem em luta contra a apropriação da renda da terra pelo capital. Nos termos analisados por José de Souza Martins (1995 [1981]) as lutas camponesas se davam de forma diversa, com expressões e objetivos diferenciados, mas tinham em comum a causa, que era “a luta dos camponeses contra a renda da terra” (MARTINS, 1995 [1981] p. 80).

No Nordeste e particularmente na Paraíba, o aumento da renda da terra, em diferentes regiões, se deu pela valorização de produtos como o sisal, a cana de açúcar ou mesmo a carne bovina, que fez com que os proprietários recobrassem seus domínios sobre a terra e sobre a renda fundiária. Para além do Estatuto da Terra e da ampliação da legislação trabalhista para o campo, as transformações socioeconômicas mais amplas interferiram nas expulsões no sentido, de deixar a terra “livre” para exploração capitalista. Entre as décadas de 1970 e 1990, a hegemonia do capital sobre:

“[...] o processo produtivo agrícola concretizado na Paraíba através da expansão da atividade canavieira (via Proalcool) e da pecuária e, mais recentemente, da fruticultura, tiveram repercussões profundas sobre as relações de trabalho no campo. O marco maior desse processo corresponde ao avanço do trabalho assalariado, em particular, do trabalho assalariado temporário e a persistência/recriação de formas de trabalho tradicionais como a parceria e a posse da terra [...]” (MOREIRA & TARGINO, 1997 p. 258 e 259).

No Sul e particularmente no Sudoeste e Oeste do Paraná, a valorização das terras a partir da década de 1940, faz surgir os *grileiros* que estavam atrás de títulos de terras que poderiam ser convertidos em capital para ser investidos em outros empreendimentos econômicos (MARTINS, 1995 [1981]). Assim, as companhias colonizadoras desonestas, as articulações com os políticos no Estado do Paraná, reforçavam a *grilagem* de terras e o pagamento duplicado e até mesmo triplicado pelo mesmo título de propriedade por parte de *colonos* e *posseiros* que quisessem ficar na terra, sob a ameaça de violentas expulsões.

Assim, neste capítulo, discutirei a história social do campesinato no Oeste do Paraná, desde os tempos da “colonização”, quando houveram (des) encontros entre os *colonos* e os seus “outros” até o tempo presente, onde se inserem duas comunidades rurais vizinhas, uma de *colonos* que ali chegaram entre as décadas de 1940 a 1960 e outra comunidade forjada na luta pela terra de meados da década de 1980, resultante da alta concentração de terras, exclusões de não-*colonos*, de expropriações de *colonos* e filhos destes, que não conseguiram herdar a terra. Tal panorama serve para percebermos como se processam as identidades e diferenças historicamente e, como dão subsídios para o agir nos contextos interacionais, com base em repertórios culturais locais.

O leitor perceberá que os jogos sociais locais, as dinâmicas entre identidades e diferenças entre *colonos* e *assentados*, as disputas e tensões entre as comunidades e no interior das mesmas, estão vinculados ao padrão moral que tem como valores a terra, o trabalho, a família e a autonomia, tal como o campesinato do Nordeste estudado nesta tese. Entender as comunidades não em si mesmas, e nem apenas no aqui e agora é um desafio que nos leva a perceber que as especificidades histórico-sociais condicionam e orientam o comportamento das diferentes categorias sociais do campesinato, no que tange as suas disputas políticas, relações de poder, solidariedades, conflitos e resistências para continuarem a ser o que são.

Ao examinarmos os processos sócio-históricos no cenário da Região Oeste do Paraná, nos deparamos com os *colonos* como personagens que historicamente se

legitimam e se afirmam no território enquanto proprietários privados da terra, como trabalhadores incansáveis, desbravadores de terras selvagens e “vazias”. Para tanto, eram favorecidos pelo poder público, pela ideologia de integração nacional e pelas políticas de colonização, via empresas colonizadoras, que privilegiavam os *colonos* descendentes de europeus em detrimento dos identificados como *paraguaios*, *guaranis*, *caboclos*, *posseiros*.

Estas categorias que compunham um campesinato antes da chegada dos *colonos* tinham outro tipo de relação com a terra, não eram proprietários e seguiam um padrão itinerante de uso do solo, tal padrão e as suas características étnicas serviram de justificativa para exclusões do acesso a terra e ao território, da participação da sociedade nacional e para a negação da presença dos mesmos na região, com o silenciamento nas histórias oficiais dos diversos municípios do Oeste do Paraná.

No Oeste do Paraná foi construída uma identidade hegemônica da região, a partir dos processos em que se formaram novos territórios, com a chegada dos *colonos*, em uma fronteira concebida ideologicamente como “aberta”, o que significou o fechamento para o “diferente”, deslegitimando e silenciando a presença dos indígenas e *caboclos*, ainda hoje, naquela região.

O processo de colonização, ao privilegiar o *colono*, excluía os que não se encaixavam no tipo humano dos descendentes de imigrantes europeus, em que se construía a imagem socialmente elaborada de trabalhadores “produtivos”, agentes do “progresso” e da “civilização”, frente aos que ali já se encontravam ocupando e trabalhando aquelas terras de maneira diversa. Sem se preocupar com a posse cartorial da mesma.

É na colonização de migrantes de descendência europeia em busca de novas terras para darem continuidade à suas reproduções sociais, que se pode vislumbrar a ameaça da reprodução social do indígena e dos *posseiros*⁹² (*caboclos*) que ali já se encontravam e, posteriormente, do próprio *colono*, à medida que a fronteira vai “esgotando” as oportunidades de terra e trabalho, tornando a fazer o mesmo movimento de novas expulsões, devido às disputas por aquelas terras (em sua maioria devolutas) perpetradas pelas próprias empresas colonizadoras e pelos grandes fazendeiros, através

⁹² Na condição de *posseiro*, (ou seja, aquele que tomava posse da terra, mas sem uma garantia legal dada pelo Estado, ou um título de propriedade) estavam em sua grande maioria os *caboclos*, havendo em número menor e temporariamente migrantes de descendência europeia que se encontravam de início enquanto *posseiros*, posteriormente tendo sido tituladas as terras para aqueles que não foram alvo de *grileiros*.

da prática de *grilagem* que se inicia durante a vinda desses migrantes e se estende até a década de 1970 / 1980.

A partir da década de 1970, houve transformações na agricultura e no mundo rural naquela região, tais como a mecanização, o surgimento de novas tecnologias, endividamentos bancários, expropriações para construção de barragens e encarecimento do preço da terra, intensificando a des-territorialização dos agricultores familiares. Além do mais, trago a reflexão de que houve muitos conflitos sociais agrários em torno da posse da terra com a prática da *grilagem*, prática esta de um passado recente e que foi responsável pela alta concentração de terras na região atualmente, agravado por ausências de políticas agrícolas para os produtores familiares e valorização de monoculturas como soja e milho desde a década de 1960.

Com a chamada “modernização conservadora”, as políticas agrícolas favoreceram a compra de tratores e implementos agrícolas para os grandes fazendeiros da região, incentivaram o uso intenso de agrotóxicos a partir da década de 1980 em substituição ao trabalho de “limpa” que era realizado pelos boias-frias, agravando ainda mais o quadro social resultante da falta de acesso a terra.

Ainda na década de 1980, consonante com a “reabertura democrática”, os novos movimentos sociais começam a se organizar, entre os quais, atores/agentes que decidem lutar pelo direito à terra, procurando democratizar o seu acesso na luta pela reforma agrária. Tal luta se traduziu na única alternativa possível no horizonte de muitos trabalhadores rurais, que de origens diversas, buscavam o sonho da terra. Entre os quais estavam filhos de *colonos* demonstrando que, o modelo de colonização proposto, não resolveu a questão da reprodução cíclica das gerações mais novas, nem tampouco, serviu para resolver o impasse da questão agrária, resultante da alta concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros.

Tais processos nos levam a refletir sobre a centralidade da terra e do acesso a ela para a definição da identidade dos diferentes grupos que compuseram aquele cenário complexo, onde já não haviam oposições rígidas entre os mesmos, havendo por exemplo, trocas e fluxos sociais entre *caboclos* e *colonos* no tocante a técnicas de trabalho com a terra, embora sem possuírem o mesmo *ethos* de trabalho.

Historicamente houve afirmações / negações de identidades entre os diferentes grupos, que passaram por diferentes processos de apropriação e expropriação da terra, recompondo-se territórios e identidades. No diálogo com a história da região (WACHOWICZ, 1987; SPERANÇA, 1980; RIBEIRO, 2000; 2001; ZAAR, 2001,

LAVERDI, 2002; SCHREINER, 2002; MYSKIW, 2002), percebi que a categoria *colono* foi construída historicamente com relação a “outros”, através da delimitação de fronteiras materiais e simbólicas que foram reconfiguradas na realidade atual. Desde o momento da colonização, se desenrolaram sucessivos processos de des-territorialização (HAESBART, 1997).

Uma reflexão crítica da história se fez necessária para compreender não só como as identidades e diferenças se conformaram, em um passado recente do campesinato do Oeste do Paraná, mas como isto reflete no jogo das identidades e diferenças do presente, ou seja, como os *assentados* ao afirmarem suas identidades ao se re-territorializarem na vizinhança de *colonos*, interpelam e são interpelados. Ajuda-nos a entender como constroem suas identidades nessa relação dialética com as diferenças, como agem socialmente orientados por uma ordem moral (WOORTMANN, 1990) que tem como modelo ideal de pessoa o *colono* “forte”, sinônimo de quem atingiu e conjuga o que é socialmente valorizado naquela realidade: terra, trabalho, família e autonomia.

Assim, pesquisando os processos sócio-históricos, pude visualizar as recomposições identitárias e des-territorializações dos grupos sociais rurais, que ao estabelecerem relações entre si, indicaram des-encontros, classificações, desclassificações, hierarquizações, assimetrias, negociações, disputas, elos, alianças e cooperações, enfim, um conjunto de interações que produzem identidades e diferenças sócio-culturalmente construídas. Tais processos ajudam-nos a entender as razões pelas quais se ocultam um passado conflituoso, retiram-se sujeitos da história e na história (indígenas e caboclos), traduzindo-se no desconhecimento, silenciamento e invisibilidade do “outro” e em práticas que são re-elaboradas nas vivências do presente entre *colonos* e *assentados*.

No próximo capítulo trataremos as análises com base na pesquisa de campo realizada com *colonos* e *assentados* de duas comunidades vizinhas no Distrito rural de São Salvador, no município de Cascavel Paraná, analisando o jogo das identidades e das diferenças entre si e com os “outros”, as especificidades de ser *colono* e *assentado*, as relações sociais e de poder, bem como suas classificações de “si” e dos “outros”. Demonstraremos a relação da hierarquia social local com o padrão moral de pessoa ideal daquele lugar, compartilhado por *colonos* e *assentados*, tendo como valores morais centrais: a terra, o trabalho, a família e a autonomia.

4.2 Campesinato imigrante na colonização do Brasil meridional

A imigração no Sul do Brasil teve seu início ainda no Império, com o objetivo de garantir a ocupação do território para a Coroa Portuguesa, incentivando a vinda das primeiras levas de imigrantes de origem europeia no Rio Grande do Sul, onde havia uma oligarquia pecuarista. Logo após a Revolução Farroupilha, surgem as primeiras Colônias de imigrantes alemães por decisão do império. Com o surgimento da Lei de Terras de 1850, sob os princípios da propriedade privada da terra, as terras devolutas somente podiam ser acessadas legalmente por meio do título de propriedade fornecido pelo Estado.

Com a Lei de Terras (1850) começa a colonização por empresas privadas (por meio de um pacto público-privado) que comercializam a propriedade privada mercantil aos *colonos*. Num pacto entre os agentes do capital e do Estado, ao capital interessava o comércio de terras e depois da produção, para o Estado interessava o controle territorial (WOORTMANN, 1995).

Constava a abertura de colônias não só no Sul, mas também na região Sudeste, em Minas Gerais na mesma época (1856), em consonância com a transformação da posse da terra em propriedade privada, da terra em mercadoria, por meio da aliança entre Estado e o capital privado, deslegitimando o *posseiro* e o indígena do direito à terra:

[...] a colonização transforma terras devolutas em mercadoria, cria um campesinato parcelar ao mesmo tempo que expropria o posseiro. Tanto no Sul como em Minas Gerais os grupos indígenas que habitavam aquelas áreas foram expulsos ou mesmo exterminados no bojo do processo. Transforma-se, assim, a propriedade no fundamento da subordinação ao capital (WOORTMANN, 1995 p. 98).

Como já foi discutido, o repovoamento do Sul se processa em um contexto permeado por uma política de exclusão de certos personagens em favor da colonização, manteve tanto a concentração de terras nas mãos das oligarquias rurais, como inseriu o imigrante e um mercado de compra e vendas de terras, que não incluía os não-*colonos*.

Quanto aos *colonos*, eram em maior número imigrantes alemães e italianos, seguidos dos espanhóis e portugueses, sendo que o fluxo imigratório maior foi entre os anos de 1888 (após a abolição) e 1910. De acordo com Seyferth (1990 p. 9-10) chegaram ao Brasil entre os anos de 1819 e 1947 em torno de 4.903.991 imigrantes.

É com a abolição do tráfico de trabalhadores escravizados que ganha espaço uma política de imigração, na tentativa de formar um mercado de mão-de-obra com

trabalhadores “livres” no sentido de favorecer uma oferta grande de braços para a grande lavoura, a partir da elaboração de uma ideologia do trabalho da agricultura de exportação (MARTINS, 1973 p. 50-51). É nessa lógica que se explica a colonização da região Sudeste onde o *colono* foi trazido para trabalhar nas grandes lavouras de café e somente através deste trabalho podia constituir a poupança necessária para o acesso à propriedade da terra.

Na província de São Paulo, os núcleos coloniais deveriam ser instalados de modo que não dessem margem para que os *colonos* conseguissem sobreviver de forma autônoma com a pequena lavoura, o que levava os mesmos a trabalharem de forma compulsória para as fazendas quando elas precisavam. A condição de proprietários ficaria na promessa futura, ou seja, na aspiração à proprietários que seria realizada pelo trabalho e pela acumulação provinda do mesmo, via dependência dos grandes proprietários: “A transformação do imigrante em proprietário ficaria assim na dependência de que oferecesse à grande lavoura sua força de trabalho” (MARTINS, 1973 p. 69).

Tais processos imigratórios interessavam para o Estado brasileiro em consonância com os interesses das oligarquias rurais paulistas, no intuito de incrementar a produção cafeeira, ao mesmo tempo em que desfavorecia a mão-de-obra nacional, esta foi marginalizada e excluída. Na substituição do trabalho cativo o Estado atraiu a mão-de-obra empobrecida europeia, que entrou numa parceria de endividamento, a começar pela própria viagem de vinda que era bancada pelo patrão (KOWARICK, 1987).

Em sua obra *Trabalho e Vadiagem*, Lúcio Kowarick ressalta que a mão-de-obra nacional foi desacreditada e considerada não afeita ao trabalho devido a uma elaboração ideológica das elites e do Estado brasileiro, para justificar tanto a escravidão, bem como a vinda de imigrantes europeus e criar oferta abundante de trabalhadores, por meio de uma política de branqueamento. Em um segundo momento, depois da I Guerra Mundial, o fluxo de imigrantes europeus decaiu e o Estado brasileiro muda de discurso recuperando a mão-de-obra nacional para a crescente industrialização de São Paulo.

Daí por diante tem-se o estímulo para a migração dos trabalhadores nordestinos para o Sudeste, já que no novo contexto, os nacionais, para os “detentores do poder”, não eram mais indisciplinados ou instáveis no trabalho (KOWARICK, 1987).

A ideologia do trabalho somada a ideia de que o *colono* é o agente do progresso foi uma forma de positivar a categoria *colono* frente a outros demandantes de terras,

justificando a vinda dos mesmos para as regiões de fronteiras enquanto territórios a serem ocupados.

Deste modo, a imigração de europeus nos estados do Sul diferenciou-se do Sudeste, no sentido de que o *colono* foi atraído aos núcleos coloniais, com o pagamento direto da propriedade privada para o Estado ou para as empresas colonizadoras, sem passar pelo trabalho à grande lavoura exportadora.

Ainda no Governo Imperial havia o interesse em povoar de imigrantes as áreas tidas como de florestas, com pequenos proprietários que praticariam a agricultura com trabalho familiar, esse modelo de colonização foi direcionado às duas províncias do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) devido à pressão dos barões do café de São Paulo, temendo pela concessão de terras a estrangeiros, visto enquanto concorrentes: “Sendo o café uma das principais fontes de divisas para o país, argumenta-se no Senado que pequenas propriedades, policultoras ou não, encravadas nas áreas cafeeiras seriam extremamente prejudiciais” (SEYFERTH, 1974 p. 31).

Intensificaram-se os projetos de colonização privados, logo após a Lei de Terras de 1850. As empresas colonizadoras obtiveram a concessão do Estado e passaram a ver na abertura de colônias ampla possibilidade de altos lucros, porém com o objetivo de transformar a terra em mercadoria para um campesinato pequeno proprietário, excluindo-o do acesso à terra os *posseiros*, que passaram a ser vistos como “intrusos”.

As terras devolutas após a Proclamação da República são repassadas pelo poder central para os estados destinarem a projetos de colonização. Em se tratando das realidades diversas no Brasil, a do Sul ocorria uma espécie de terceirização para iniciativa privada, que visualizava naquelas terras, negócios lucrativos com a venda em longo prazo, de forma parcelada aos *colonos*, já contabilizados os custos com passagens dos imigrantes e os primeiros créditos para a instalação em cima das lotes coloniais (SEYFERTH, 1974).

A pequena propriedade rural era um dos princípios que orientavam os projetos de colonização sem a presença do trabalho escravo, e a obrigatoriedade de pagamento da terra através do trabalho familiar, através de contratos formais dos *colonos* imigrantes que faziam a ligação ao mundo capitalista, da terra enquanto mercadoria e do dinheiro mediador das relações socioeconômicas. Situações que forçavam os *colonos* a produzirem excedentes para pagarem as dívidas, trabalharem para fazendeiros e até mesmo para outros *colonos* e nas obras de infraestrutura realizadas pelas empresas colonizadoras.

A compreensão desses momentos históricos leva para maior compreensão das relações sociais e de poder no presente. Ao analisar historicamente é possível perceber que os projetos de colonização do Estado foram implementados a partir de concessões desde 1819, enquanto política pública voltada para ocupação de terras devolutas. O objetivo do Estado era trazer pequenos produtores que seguissem os mandos e desmandos dos capitalistas, sempre com disciplina para o trabalho e focados na produção de excedentes para gerar lucros para os comerciantes e as empresas colonizadoras.

Outros momentos devem ser destacados, tais como, as resistências às regras estabelecidas, aos contratos “impostos”, aos imigrantes que se caracterizaram enquanto um campesinato eticamente diferente de outras regiões do país, apesar de terem aspectos econômicos comuns a outros campesinatos, assim como a articulação da produção para o autoconsumo e para a comercialização, o balanço entre trabalho e consumo, o conjunto de rendimentos submisso ao projeto familiar; padrões de herança que visam à manutenção da terra indivisa, a formação de fundos diversos tanto para situações emergenciais, bem como cerimoniais e de investimentos, dentre outros.

Na colonização, a forma de ocupação se diferenciava de duas formas: com as linhas ou picadas organizando o espaço rural e com os lotes urbanos, com pequenas áreas que não eram destinados aos *colonos*, mas sim aos comerciantes, artesãos e prestadores de serviços. As linhas quando se transformavam em comunidades teriam os lotes ocupados, estes ficavam distantes um dos outros, mas sem comprometer a convivência cotidiana e o pertencimento comunitário (SEYFERTH, 2009 p. 49).

Apesar do modelo de colonização no Brasil meridional, desde o século XIX, ser referendado na pequena propriedade familiar, e num perfil idealizado de *colonos* disciplinados no trabalho, não se envolviam em “desordens”, mesmo assim houve movimentos sociais e conflitos com as administrações coloniais que os imputavam classificações tais como: *colonos* “desqualificados” ou “escória urbana” (SEYFERTH, 2009 p. 43).

4.2.1 Dificuldades de reprodução social nas colônias velhas e a migração para novas colônias

Houve uma redução gradativa do tamanho dos lotes coloniais e das condições favoráveis à reprodução social do imigrante. Nos primeiros projetos ainda antes da Lei de Terras (1850), os *colonos* eram atraídos pela porção de terra de 77 hectares, cedida

gratuitamente (inalienável por 10 anos), mais auxílio para produzir e isenção de impostos, posteriormente, a partir de 1846 a colonização oficial começa a ser substituída pela privada, sendo a propriedade-mercadoria vendida pelas empresas colonizadoras em lotes com medidas de 48,4 hectares, reduzindo mais as chances de reprodução social.

Como já foi destacado é com a Lei de Terras (1850) que o campesinato do Sul começa a se subordinar duplamente ao capital imobiliário via colonizadoras e ao capital comercial através das dívidas coloniais, e pagamento em dinheiro dos lotes, forçando-os a produzirem mais excedentes. Os lotes familiares reduzem-se a 25 hectares após a República, devendo ser quitados no máximo em cinco anos, fazendo com que as gerações posteriores migrassem para outras regiões (WOORTMANN, 1995 p. 99-100).

Ao diminuir para 25 hectares, inviabilizou uma agricultura voltada para o mercado como preconizava nos seus discursos, o Estado, enquanto agente colonizador. Pois os imigrantes em sua maioria pauperizados, não tinham condições de adquirirem terras suficientes para formarem “fazendas familiares”. Além disso, inviabilizou a rotação de culturas, que ocasionou o esgotamento dos solos que com o tempo demonstrou baixa fertilidade (SEYFERTH, 2009 p. 50 – 51). Ocorreu, portanto, o contrário do idealizado pelo Estado, se este desejava instalar *colonos* como sinônimos de pequenos capitalistas que levariam o “progresso”, em vários momentos históricos notou-se que estes *colonos* frustraram tais expectativas.

Muitos imigrantes, já pauperizados em seus países de origem, chegaram ao Brasil para enfrentar uma situação de opressão, vistos como adeptos da “ideologia do trabalho”, enquanto aqueles que sabiam poupar, e possuíam um comportamento “pacífico” até mesmo diante das adversidades. No entanto, a história mostrou que muitas vezes tornaram-se rebeldes, indisciplinados e desobedientes aos anseios e cobranças das autoridades da época.

Giralda Seyferth (2009 p. 52) destaca que além de situações conflituosas, tais como “motins”, “desordens” e conflitos agrários envolvendo a disputa por terras, não era difícil encontrar *colonos* descontentes que abandonavam seus lotes sem avisar a administração, ou ainda vendendo de forma irregular para outros *colonos* que assumiam as dívidas perante os órgãos oficiais. A autora lembra ainda que, houveram trocas de lotes, sem a permissão das autoridades competentes, e foram impulsionadas na maioria das vezes pelo desejo de proximidade com familiares, amigos ou pessoas originárias do mesmo lugar.

Tais situações são análogas ao que encontramos nos assentamentos rurais da reforma agrária, que apesar de todo planejamento estatal via órgãos oficiais como o INCRA, muitos *assentados* acabam vendendo, trocando ou mesmo abandonando lotes. Sabe-se que em grande medida isso se deve ao bloqueio fundiário que não permite a sobrevivência, além da falta de infraestrutura para produzir e da demora na concessão dos títulos definitivos.

No período de colonização, a demora na expedição de títulos de propriedade mesmo depois de quitada a dívida, geraram muitos protestos, que eram reprimidos violentamente por policiais que visavam principalmente às lideranças (SEYFERTH, 2009 p. 53). Estas práticas camponesas de resistências cotidianas podem ser entendidas como embriões dos movimentos sociais e que ainda hoje não aparecem nas historiografias oficiais locais.

Vemos então, que o processo de colonização desenrolou-se não só em parceria com o capital, mas subordinou os *colonos* que foram criados neste processo mais global da economia e da formação da sociedade brasileira com a transição do trabalho escravo para o trabalho “livre”, com a formação de um mercado consumidor e a “necessidade” de força de trabalho e de produção de alimentos.

A reprodução daquele campesinato não dependeu somente dessas transformações macroestruturais e históricas, mas também de outros fatores, tais como: “sua capacidade de gerar um saber adequado, e de renová-lo” (WOORTMANN, 1995 p. 99). Ou seja, de resistir e adaptarem-se as transformações sociais e históricas e de responder a tais condicionantes e dar continuidade às suas identidades.

O termo colônia se refere tanto à comunidade que agrega o conjunto de *colonos*, podendo também designar um povoado, ou um conjunto de linhas que possui uma sede, além de ter um sentido referente ao lote colonial.

Os lotes coloniais eram explorados pela família, com técnicas herdadas da população nativa, ou seja, a “roça com base na coivara” (SEYFERTH, 2009 p. 55), que consistia na derrubada da vegetação seguida da queimada. A produção era caracterizada pela policultura direcionada para a subsistência da família, com comercialização do excedente. Em muitas ocasiões os *colonos* contavam com a “ajuda mútua”, em diversas atividades, tais como: a derrubada de matas, a construção dos “ranchos” e demais benfeitorias; plantio, colheita e abate de animais, e outras. A cooperação geralmente se dava entre famílias vizinhas seguindo a lógica da prestação e contra - prestação.

Conforme destaca Woortmann (1995), as migrações não são aleatórias aos aspectos socioculturais das localidades de onde se originaram os migrados, estes por sua vez seguem um padrão migratório, onde é importante uma rede de parentesco, de vizinhança que interliga famílias de diferentes projetos de migração, sejam mais antigos ou mais novos. O trabalho urbano pode ser uma alternativa, mas não condizente com a identidade camponesa que se pauta na terra. Já a migração para outras localidades rurais “[...] permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem” (WOORTMANN, 1995 p. 116).

Os *colonos* transmitiam para a sociedade em geral uma aparência de autossuficiência, pioneirismo e de enfrentamento “heroico” da natureza por meio do trabalho penoso na produção familiar que são retratados em discursos histórico-oficiais sobre a colonização que dão valor positivo à identidade do *colono*, que possui um estilo de vida baseado no “trabalho árduo” na colônia.

Muitas vezes tais argumentos de historiadores regionais querem ressaltar um suposto “espírito empreendedor” dos *colonos*, que justificaria a migração para outras localidades, quando, na verdade, houve fatores estruturais que impulsionaram a saída de parte dos membros familiares, para fortalecer a unidade do grupo dos que ficam (WOORTMANN, 1995). A partida para novas fronteiras permite tanto a continuidade do patrimônio familiar indivisível nas velhas colônias, bem como permite que as identidades sejam reconstruídas em um novo espaço para os que migram.

A ideia de *colono* “pioneiro”, daquele que lutou arduamente para estar naquele espaço, muitas vezes é trazida de forma articulada com outras ideias, como a de ser “dono de si”, não cumprir horários pré-estabelecidos, mesclar técnicas tradicionais e modernas, ter afeição pela terra, etc. a maneira que a propriedade é administrada, as atividades policultoras, e o trabalho familiar na terra são entendidos por Tedesco (1999) enquanto componentes de uma ordem moral camponesa (WOORTMAN, 1990) que servem de suporte para a construção da identidade de *colono*.

A identidade do *colono* não está a salvo de contradições e ambiguidades que muitas vezes refletem as reelaborações em meio a processos sociais dinâmicos de que participou, mas que serviram de matéria prima para a constituição de seu *habitus* (BOURDIEU, 1998; 2004; 2007) enquanto reprodução social que serve de referência para atualizar e reconstruir práticas e interações vivenciadas no presente, ao passo que

reconstróem suas memórias mesclando imagens do passado com as representações do presente.

Assim, o modo de ser, pensar e agir do *colono* é redefinido tanto pela trajetória social que percorreu, pelos condicionantes externos do mercado, no diálogo com outros grupos, outras lógicas, culturas e identidades distintas. Sendo permitido falar de uma “identidade social construída historicamente e que luta para encontrar estratégias de reprodução (TEDESCO, 1999 p. 59).

Os deslocamentos espaciais dos *colonos* estavam ligados às condições objetivas, tais como, técnicas agrícolas que esgotavam o solo; a indisponibilidade de terras que permitisse a reprodução do patrimônio e o baixo dinamismo comercial, com atividades artesanais que nem sempre geravam renda (TEDESCO, 1999).

A migração não se processou diretamente das colônias velhas para o Oeste do Paraná, houve etapas de migração primeiramente para o Oeste de Santa Catarina, ou então como é o caso abaixo, para o Sudoeste do Paraná e somente depois chegaram ao Oeste paranaense. Quando não migrava a família toda, “fazia frente” um dos membros da família, geralmente o pai ou o filho mais velho que era amparado por outros parentes que já haviam migrado, tios, irmãos ou mesmo os parentes simbólicos, feito pelas relações de compadrio nos locais de origem.

Vejamos um pouco da trajetória social e migratória da família do assentamento Colônia Esperança, em Cascavel-PR, que há cinquenta e três anos saiu em busca de terras para trabalhar. A família de seu pai era de Crissiumal, Noroeste do Rio Grande do Sul e um dos últimos espaços a serem “invadidos” pelos *colonos* descendentes de europeus através dos projetos de colonização ainda nos idos de 1890 e posteriormente nos anos 1930 com a chegada de várias levas de *colonos* italianos e alemães. Vejamos como o agora *assentado* narra a busca de sua família:

Ele tinha vendido lá, tinha onze alqueires lá, na verdade era onze hectares lá em Crissiumal. Era uma região mais de fazenda, perto da fronteira com o Uruguai. Aí eu vim me embora para Capanema e meu pai ficou com a família lá, nós era em onze irmão, mas veio só eu. Vim sozinho eu e o caminhão de mudança. Aí eu tinha um tio que já morava ali no Pavão, que fica ali a nove quilômetros de Capanema. Naquela época [Final de 1956], meu pai comprou o direito, um direito de um posseiro que tinha a posse lá. Era para ser uma área de quinze alqueire que ele tinha comprado. Daí ele comprou aquela área e disse para mim: então tu vai para cima e fica lá e eu empreitei daí um mato para roçar, taquei fogo e depois que queima você planta. Naquela época era difícil o serviço, era uma dificuldade a lavoura. Aí eu cheguei lá, queimei aquelas quiçaça, aqueles mato. Daí depois eles trancaram [Os revoltosos de 1957] e não deixaram sair e nem entrar

mudança mais, daí eu tinha um tio e a única informação que eu tinha da família era por esse tio meu, não tinha nada na época, nem correio, não funcionava direito. Onde eu tava era um matão, era mato mesmo. Quando eu cheguei lá, já tinha um rancho de chão batido, lá e era rodeado de palmito. Eu dormia no rancho, numa tarimba. Meu tio teve uma vez que tava sem dinheiro, e meu pai não podia mandar que não tinha. Aí teve um dia de tarde que eu fui na casa do Marcos Santini. Os Santini eram família bem de vida, já quando vieram de Criussimal, eram forte, já tinham um começo bom e eram dono de um armazém lá. Aí fui lá e falei com o Santo Santini, olha home, era homem já criado, contei a minha situação aí ele disse se precisar de qualquer coisa que eles tavam ali para ajudar e do que eu precisasse pegar no armazém era para mim pegar, que quando teu pai vim ele paga (risos envergonhados). Mas eu fiquei um ano sozinho ali, hoje em dia se soltar um filho daquela idade que eu tinha, pra enfrentar o que eu enfrentei, não vai nem a pau (risos) (Assentado João Pereira, 66 anos).

Portanto, o fluxo de imigrantes em direção ao Paraná, deu-se inicialmente na região Centro-Sul e Sudoeste do Estado, em sua maioria de eslavos, com a chegada dos italianos posteriormente. Já as migrações internas se deram por meio da colonização do Norte do Paraná, com descendentes de italianos e japoneses; já nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná houve a migração intensa de gaúchos e catarinenses descendentes de alemães e italianos, que vinham em busca de melhores condições de vida e de trabalho nas novas colônias.

4.3 A “colonização” do Oeste paranaense e a produção social dos “outros” como “intrusos”

O processo de “colonização” do Oeste do Paraná está vinculado a questões mais gerais tais como: desenvolvimento do capitalismo, controle de tensões sociais no campo e a garantia de manutenção do poder das classes dominantes no meio rural (VELHO, 1979). Está foi a última fronteira “aberta” do Sul do país e do Paraná.

O que se convencionou chamar de fronteira “aberta” refere-se à expansão da fronteira agrícola e a chegada de aventureiros em terras supostamente sem donos. Só que essa “abertura” da fronteira significa o fechamento da mesma para o indígena, o seu confinamento, e ainda a dificuldade de acesso a terra para os *posseiros*, ou recentemente, de *sem terras*, que no caso do Oeste paranaense conquistaram alguns assentamentos rurais, mas a custo de muita violência física e simbólica sofrida. Por isso preferimos entender a fronteira enquanto o lugar dos encontros e dos desencontros

sociais e onde está presente a degradação do “outro” os conflitos sociais, sendo que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” (MARTINS, 1997 p. 150).

Se em outros países a fronteira favoreceu o desenvolvimento da democracia, assim foi o caso dos Estados Unidos, o caso da Rússia em que a fronteira siberiana foi uma forma de controle social gradativo dos trabalhadores, no caso brasileiro há uma preponderância do político sobre o econômico. Pois de acordo com Velho (1979), temos aqui um capitalismo autoritário em que há uma predominância ou dominância da instância política, ou seja, historicamente o Estado patrocinou a acumulação primitiva de capital no Brasil.

Numa fase de “transição” o Estado seria o principal ator para uma economia capitalista, principalmente entre as décadas de 1930 a 1950, em que a *fronteira em movimento* teria um papel central e estratégico no interior do capitalismo autoritário brasileiro.

No contexto do Estado Novo e da chamada *marcha para o Oeste* floresce a ideologia nacionalista que pregava como necessária a integração do território brasileiro e a construção de uma identidade nacional via Estado autoritário. Neste contexto sociopolítico foi possível a fabricação de mitos como os desbravadores de espaços supostamente “vazios” e “selvagens”, dominando a natureza (e os nativos) em prol da civilização, do desenvolvimento, da ordem e do progresso, ou qualquer outro argumento evolucionista/positivista que justificasse tais autoritarismos. Destes mitos nasce a figura do *colono* quando chegaram e se estabeleceram no Oeste paranaense.

Ao destacar as décadas de 1940 e 1950 e o movimento efetivo da fronteira no Brasil, Otávio Velho nos diz que isso se vincula à expansão cafeeira em São Paulo, seguida da “ocupação” do Paraná:

De São Paulo, após a ocupação de todo o seu território, passaria ao Paraná, que experimentou um grande crescimento demográfico e econômico a partir da década de 40. O café não era a única razão desse crescimento, havia também a exploração madeireira e a pequena agricultura (VELHO, 1979 p. 153).

A região Oeste do Paraná teve um fluxo de migrantes provindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, principalmente a partir da década de 1940, migravam destas regiões gerações subsequentes procurando mais terra para continuarem o projeto de trabalhar, morar e viver nela.

Vieram com objetivo de povoar e ocupar as terras supostamente “vazias”, nos mesmos moldes que foram realizados nas “colônias velhas”. Mas estas terras não estavam desocupadas, como pensavam, nelas se encontravam os *posseiros*, os índios guarani que estavam por lá há muitos anos e até mesmo antes dos anos 1930, além de trabalhadores paraguaios das empresas argentinas de extração de erva-mate (WACOWICZ, 1987).

Durante a realização da pesquisa de campo na Linha São Roque, o *colono* de sobrenome Servinhago, descendente de Ucranianos vindos do Centro-Sul do Paraná, e de família de “pioneiros” da Linha São Roque, disse-me que na região somente tinha alguns *caboclos* onde hoje é a Linha Velha, distante mais ou menos uns sessenta quilômetros de onde seus pais se instalaram. Tais *caboclos* atendiam pelo nome de *buava* ou *buara*. A expressão *buava*, no entanto, era utilizada pelos *caboclos* para se referirem pejorativamente aos próprios *colonos* que estavam “invadindo” suas terras, mas, que no entanto, os *colonos* os devolviam pejorativamente, acompanhado de algum adjetivo negativo, como por exemplo “*buava* encardido”. Os *colonos* não sabiam o verdadeiro significado da palavra *buava* que veio “do tupi *amoaba*, o forasteiro ou de *mboab*, ato de agressão” (RAMOS, [1951] 2004 p. 75).

Em grande parte da região Sul a colonização foi realizada em áreas de florestas, desconsiderando a presença demográfica dos nativos. Este processo se repetiu recentemente em novos projetos de colonização na região Norte do país, onde a colonização destes territórios deixa claro a falta de consideração com o “outro” e dos seus direitos sob a terra.

A violência ocorrida neste processo se caracteriza na expulsão e extermínio dos habitantes que ali já se encontravam e geralmente eram colocados na condição de “intrusos”, ou seja, pequenos *posseiros* que eram desqualificados e considerados ocupantes irregulares, atribuições tais como estas eram usadas para justificar a expulsão. A violência, além disso, pode ser observada nos discursos oficiais, apresentado nos livros que contam a história da região, e fazem uma espécie de queima dos arquivos da história, ou seja, silenciam os fatos de que a colonização se fez em meio a conflitos agrários e tentam transmitir a ideia de que aquelas terras foram ocupadas pacificamente, além de passar a imagem de uma região homogênea, herdeira dos “desbravadores” e “pioneiros” que ali chegaram para dominar a natureza selvagem.

Nestes discursos a culpa recaía sobre os *posseiros* pelos conflitos agrários e em sua maioria eram os *caboclos*, que não possuíam o título de propriedade da terra, por

outro lado, destacam os *colonos* como “pioneiros”, como heróis que conquistaram aquele território, trazendo para a região o “progresso”. A memória oficial lembra aquilo que reforça a hegemonia de uma identidade regional harmônica e homogênea, excluindo e esquecendo-se dela, “outros” agentes sociais que ali estiveram e ainda estão presentes, tais como os Guaranis, vistos como “intrusos” e silenciados em prol da instalação dos *colonos* e em nome do “desenvolvimento” da região (RIBEIRO, 2000).

É possível perceber a invisibilidade do “outro”, transparecida nas histórias encomendadas pelas prefeituras de alguns municípios do Oeste do Paraná, reforçando tanto a afirmação e legitimação dos “pioneiros”, quanto colocando o “outro” como mais um perigo que foi enfrentado e vencido.

São discursos oficiais, que inclusive chegam a influenciar discursos acadêmicos sobre a região, revestidos de cientificidade, mas são atravessados por interesses políticos, legitimando relações de poder, excluindo os agentes sociais não hegemônicos.

A invisibilidade, tanto dos caboclos quanto dos indígenas no passado recente, acaba escondendo os conflitos agrários, e a heterogeneidade social existente historicamente naquelas terras. Para Ribeiro (2000), a história se processa em meio a estas contradições, conflitos e com disputas identitárias, que não envolvem somente a versão dos “vencedores”, mas inclui “outros”. O “diferente”, o *posseiro*, ou mesmo o indígena, questiona uma suposta identidade regional homogênea, ou sua unilateralidade (RIBEIRO, 2000).

Sobre o trabalho na preparação para a chegada dos *colonos*, a autora ressalta um fato silenciado pela historiografia da região, este trabalho teria sido realizado pelos índios Guarani, estes detinham o conhecimento sobre aquelas florestas e muitos foram recrutados pelos colonizadores para construir a infraestrutura necessária à chegada dos *colonos*.

Os mesmos idealizadores da colonização, depois de utilizarem a mão-de-obra indígena, dispensaram estes e iniciaram a “limpeza étnica” confinando-os em reservas e impedindo a convivência destes com os descendentes de europeus. Idealizando tanto os *colonos* como superiores, bem como o modelo de colonização implantado, repercutindo até a atualidade a ideia de homogeneidade étnica da região (RIBEIRO, 2001).

Estas breves considerações, acerca do contexto histórico da colonização, nos ajuda a esclarecer a constituição do campesinato na região e as relações identitárias do presente a partir do nosso *locus* da pesquisa.

O estado do Paraná teve três frentes de deslocamento, a primeira e mais antiga fez o movimento do litoral para o planalto de Curitiba e depois para os campos gerais, a segunda foi a colonização da região Norte, com o *boom* cafeeiro vindo de São Paulo, posterior a 1ª Guerra Mundial e por último a terceira e mais recente a do Sudoeste / Oeste do Paraná, principalmente a partir dos anos 1930, com descendentes de imigrantes europeus, na sua maioria gaúchos e catarinenses.

No entanto, a região Oeste do Paraná, além dessa frente sulista, majoritária, também teve a chegada de migrantes pelas frentes paulista e mineira. Os sulistas tiveram maior poder de articulação política com o Estado Novo, e com a ideologia da “Marcha para Oeste”, propagada por Getúlio Vargas e seus seguidores (GREGORY, 2000).

Esta ideologia também pregava a nacionalização e integração política e econômica dos territórios de fronteira já que o Governo do Estado fez concessões para companhias estrangeiras entre 1902 e 1946 para atuarem em terras brasileiras extraíndo madeira e erva-mate. A Companhia de Madeiras Del Alto Paraná era uma das maiores com sede em Buenos Aires, mas era formada por capital britânico e recrutava trabalhadores paraguaios (LAVERDI, 2005 p. 28-29), ou seja, os chamados *mensus*, muitos deles de origem étnica Guarani.

A desintegração destas companhias, também chamadas de *obrages*, é relacionada pela historiografia regional com a passagem da Coluna Prestes pela região, ainda na década de 1920, denunciando a presença de capital e trabalho estrangeiros, fazendo com que o governo federal elaborasse a “lei dos 2/3”, que consistia na obrigatoriedade da mão-de-obra das empresas nas fronteiras brasileiras e deveriam ter 2/3 de trabalhadores com nacionalidade brasileira (LAVERDI, 2005).

A partir da crise do sistema extrativista teremos a tentativa de nacionalização da fronteira, com a concessão do governo federal durante o Estado Novo para os governos do estado do Paraná, inicialmente com projetos públicos e depois delegando para empresas privadas, com o intuito de combater as “fronteiras perigosas” por serem espaços supostamente desabitados (FREITAG, 2001; LAVERDI, 2005). Neste momento os paraguaios começam a ceder lugar para instalação dos novos colonizadores.

Por volta dos anos de 1940 e 1950 intensificaram-se as propagandas para os projetos de colonização, atraindo muitos migrantes do Sul, alimentados pelo sonho de obter uma pequena propriedade rural em terras produtivas e “virgens” com paisagem e

vegetação parecidas com a dos seus locais de origem (ZAAR, 2001), tais propagandas, como vimos, não atraíram somente os *colonos*, mas também, o *grileiro* e aqueles que viam na região a possibilidade de enriquecimento facilitado com a devastação das florestas para o comércio de madeiras.

4.3.1 A (in) visibilidade do “outro” e do passado de conflitos sociais agrários no Oeste do Paraná

A própria origem etimológica da palavra colonização, vem do latim *colo*, que quer dizer ocupar e morar na terra; tem também o significado de exercer o domínio sobre alguém ou algum povo, este domínio é exercido não só material, mas também ideologicamente, fazendo acreditar na visão de mundo do colonizador como a mais correta. Destarte, colonização designa uma hierarquia, não só entre homem e natureza, ou entre o homem que domina a natureza, transformando-a e adquirindo os meios necessários para produzir a sua própria existência, através do trabalho, mas, mais do que isso constitui relações sociais entre si, e com outros grupos assimetricamente.

A colonização através de pequenas propriedades tentou reproduzir, em alguma medida, a forma de organização do campesinato europeu. É interessante destacar que a palavra colono foi re-significada nos projetos de colonização do Sul do Brasil, enquanto agricultores de origem europeia, demarcando uma diferenciação com os agricultores *brasileiros*, ou os chamados *caboclos* da região. A categoria *colono* refere-se à identidade social que foi construída historicamente “com múltiplas dimensões sociais e étnicas” (SEYFERTH, 1993, p. 60). A terminologia oficial, utilizada tanto pelo Estado quanto pelas Empresas colonizadoras, foi aceita por aqueles agricultores migrantes, demarcando simbolicamente sua origem étnica.

Para determinar quem possuiria aquelas terras, a seleção considerou, principalmente, esse recorte étnico: os “escolhidos” tinham uma origem comum, um pé na Europa. Ao refletir sobre essa relação de quem são os inclusos neste nesta relação, podemos compreender quem foram excluídos neste processo, e como essas relações continuam de alguma forma no presente:

Diversos dados e diversas fontes mostram que a delimitação étnico-cultural foi realizada de uma forma competente e que marcou a região. Os próprios migrantes manifestaram este espírito de segregação. A nova terra seria exclusiva para colonos escolhidos. Esta conotação, apesar de mudanças ocorridas na região, continuou a se manifestar fortemente em década posteriores (GREGORY, 2002 p. 157).

Ao analisar historicamente a realidade brasileira sobre a sua estrutura agrária concentrada, é possível perceber o quanto dificultou a reprodução social do campesinato, produzindo demandas por terra em várias regiões, e migrantes desejosos por estas, provindos de outras regiões, assim como no Sudeste e Nordeste do País. No entanto, estes chegaram a número reduzido pela chamada frente nortista para serem considerados os “de fora”, ou o “outro” na região.

A preferência dos agentes colonizadores pelos *colonos* sulistas, é revestida de um caráter excludente, em que privilegia-se os ítalo-brasileiros e os teuto-brasileiros, ficando “de fora” mesmo os descendentes de europeus poloneses e ucranianos que já se encontravam no Paraná na região de Curitiba, além dos caboclos que já estavam na região e os “nortistas” (WACHOWICZ, 1987) podemos acrescentar os grupos indígenas, enquanto “outros” produzidos nesse processo de re-ocupação do Oeste do Paraná.

A Colonizadora Maripá (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.), em seus documentos oficiais, idealiza o *colono* sulista como pacato, ordeiro, detentor de um amor ao trabalho, o fazendo produtivo, sinônimo de dinamizador do progresso trazendo o desenvolvimento para a região. Ao ser construído este tipo ideal classifica positivamente os *colonos*, ao passo que desclassifica os que não se enquadram nesta construção ideal e ideológica.

Assim, ficaram “de fora” aqueles que supostamente não tinham as características ideais, justificando a escolha pelos *colonos* de descendência alemã e italiana, e a exclusão de outros grupos étnicos. Desta forma, a colonizadora Maripá, cujos donos eram gaúchos, depois de desmatar a área e vender a madeira, vendeu a terra sob o seu domínio para os *colonos*, dividindo-a em de 10.000 lotes de 25 hectares (WACOWICZ, 1987).

Mostramos um exemplo de como a discriminação étnica e o preconceito fundamentou as relações de poder, legitimando grupos em um determinado espaço, e formando “outros” que foram aos poucos deslegitimados.

A colonização, com o aval do Estado, dirigida pelas empresas colonizadoras, teve um caráter antidemocrático. As justificativas para se operar tais exclusões, são feitas para que possam evitar supostos “parasitas” ou “aventureiros”, pois de acordo com Gregory (2002), conforme consta no Plano de Colonização (1946) da Maripá:

[...] a hegemonia branca de origem européia iria ser a via preferencial da colonização do Oeste Paranaense. Os colonos seriam sujeitos ‘pacatos’, subordinados ao trabalho, ‘verdadeiras máquinas de produzir progresso’. Evidencia-se a ideia de superioridade européia e de seus descendentes, calcada na ideologia do trabalho que passa a justificar a orientação na busca dos migrantes ideais (GREGORY, 2002 p. 175).

Os “outros” num primeiro momento foram necessários para a atividade extrativista e mesmo para “preparar o terreno” para chegada dos *colonos*, como já dissemos anteriormente. A necessidade da “mão-de-obra”, dos que ali já estavam, foi considerada cada vez mais desnecessária, a partir da crise da exploração extrativista, que apresentou sinais de esgotamento, ao passo que a colonização se efetivava, concomitantemente a “limpeza étnica” foi se efetivando:

Na medida em que a colônia recebia os ‘de origem’, que se dedicavam às lides agrícolas e de criação, os ‘outros’ iam sendo dispensados na medida em que a colônia era instalada. Algumas necessidades e alguns imprevistos motivaram a contratação dos paraguaios numa situação de ‘auge de desespero’. A memória dos primeiros tempos da colônia não mais considerava os de ‘não origem’ e atribui o pioneirismo aos ‘nossos’, aos colonos (GREGORY, 2002 p. 160).

O “outro” (caboclos, índios guarani, paraguaios) quando não inserido de forma subordinada, no conjunto das novas relações sociais e de poder da colônia, era estigmatizado nos discursos oficiais do Estado e das empresas colonizadoras, e também nas interações cotidianas entre os *colonos*, que tornava invisíveis as qualidades e habilidades do “outro”, atribuindo-lhe classificações negativas, tais como: “atrasados”, “incivilizados”, “perigosos”, além da imagem de “inimigos” dos brasileiros, devido a Guerra do Paraguai (GREGORY, 2002).

Esse processo de desqualificação social do “outro” foi construído através do exercício tanto da violência física e material da expulsão das terras, quanto da violência simbólica, que implica na naturalização de relações desiguais, na mitificação da figura heroica dos pioneiros e na quase crença na pré-destinação daquelas terras para os *colonos*. A desqualificação do “outro” tinha a intenção de tornar ilegítima a posse da terra e impedir o acesso à mesma por parte daqueles que não foram selecionados para ficar, e que mesmo estando ali anteriormente, passaram a ser (des) tratados como os “de fora”, como os “outros”.

O que levou os *colonos* a migrarem, sem muita tecnologia ou instrumentos de trabalho, foram as condições de vida desfavoráveis nas colônias velhas, situação

aproximada ao modelo caboclo de agricultura, através da derrubada e queimada do mato para em seguida realizarem a preparação da terra com tração animal, e o plantio foi realizado à mão. Somente a partir década de 1960 começou a compra de tratores e outros implementos agrícolas pelos *colonos*.

A distribuição dos lotes para os *colonos* seguiu a mesma lógica da colonização realizada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O título definitivo da terra somente era fornecido após o pagamento de todas as prestações, isto forçava a um sobretrabalho dos *colonos* no intuito de fazer poupança.

Entre as décadas de 1950 e 1960 aumenta expressivamente o número de migrantes que chegam ao Oeste do Paraná, o Estado teve um crescimento populacional vertiginoso, superando as estatísticas dos demais Estados brasileiros. Os estímulos à migração vieram por meio de propagandas das empresas colonizadoras e contou com o incentivo dos governos do Estado do Paraná na época, com destaque para Bento Munhoz da Rocha Neto (1951 - 1955) e Moisés Lupion (1947 - 1951 e 1956 - 1961), que por meio de discursos, justificavam a busca por um “tipo humano” que fosse capaz de trazer “progresso” para a região.

Em pesquisa de campo através da metodologia da história oral pude acessar a memória dos *colonos* sobre a época da colonização, dando para perceber como o Estado principalmente no governo Lupion favoreceu a chegada dos *colonos* na Linha São Roque, um dos *lócus* desta pesquisa. Seu Heldo Richetti⁹³ em conversa nos falou da presença de *posseiros* que vendiam a posse e seguiam em frente, avançando na mata para “abrir” uma nova posse, até a chegada novamente de novos *colonos* de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para comprar. Geralmente eram caboclos os donos destas posses e de acordo com as lembranças de sua memória, foi no governo Lupion que mais houve isso.

Seu pai João Richetti, teve que emprestar uma quantia de dinheiro para comprar as terras ainda naquele governo, pois havia o receio de que em novo governo não houvesse a mesma política de colonização e nem o mesmo preço das terras, Heldo Richetti chegou em 1957 com seu pai e narrou como fizeram para comprar as terras:

Na época quando chegêmo era só uma caboclaiada na região, depois começo chegar os italiano, mas aqui mesmo no São Roque, São Salvador não tinha ninguém era tudo matão fechado. Aí o pai

⁹³ Todos os nomes deste capítulo são fictícios, protegendo a identidade dos que colaboraram com a pesquisa.

comprou aqui em cinqüenta e sete, levou trinta dia pra vim de Santa Catarina, vinha de carroça, chego aqui, mas já tava tudo tomado, não tinha terra sem posse. O pai chegou aqui se apossou de cem alqueires de terra, não sei de quem que era aquelas terra. Sei que... cada vão de cerca que a gente fazia, tinha direito a um vão de terra, ia fazendo lá, e tinha direito, era o direito que tinha. A maioria do pessoal vinha de Santa Catarina, o V. contava que tinha uma família aqui do como é que é, do pai do Londrino, não lembro o nome, Veloso! Família dos Velosos, eles abriram a posse, aí veio o V. de Santa Catarina, e adquiriu uma posse aí, um já informava, ta vendendo, ia lá e comprava do Veloso. O Veloso ia ali na frente abria outra posse, aí vinha outro de Santa Catarina, comprava posse dele, ele ia lá e abria mais uma, e ia abrindo né, abriam posse e comprava posse, já era dos primeiros posseiros, o meu falecido pai foi um posseiro, depois foi vendendo a preço de banana. O Silvio Kratz falou que abria a posse lá, daí chegava e escriturava aquela posse, daí vinha aqui, e dizia, essa terra aqui é minha, escriturei é minha, agora você mim paga, ou você sai daqui, e tinha que pagar, se quisesse ficar com a terra e ficar com a escritura. Agora que deu mais inguiço de terra porque queriam as madeira e depois ficar com a terra. O Silvio Kratz falou pra mim uma vez, mas rapaz! O senhor veio por primeiro, e escolheu os mais morros que tinha aqui em vez de escolher as terras planas, eu disse, mas na terra plana era terra fraca, não dava nada, e os morros eram terra boa pra plantar feijão (Colono Heldo Richetti, 57 anos).

Os *colonos*, apesar de reconhecerem que existiam *caboclos*, contraditoriamente reforçam a visão de que aquelas terras eram “terras de ninguém” ou estavam vazias de pessoas. Antonio Servinhago narrou que quando seu pai chegou naquela região “não tinha ninguém, era só mato fechado e as divisas eram feitas no boca a boca, aqui é meu e pra lá é teu [gesticulou apontando para o chão]. Não tinha muito marco certo.” (Colono Antonio Servinhago, 56 anos).

Para as empresas colonizadoras e para o Estado na época, seriam os migrantes descendentes de europeus, naquela ideologia difundida, os mais “produtivos”, “sadios” e “aptos” ao trabalho, de acordo com as exigências de uma colonização planejada consonante com os preceitos da “Marcha para o Oeste” visando a “ocupação” daquela faixa territorial de fronteira conforme os “interesses nacionais” (GREGORY, 2000 p. 115). O controle da colonização por parte do Estado objetivava a “integração territorial” na tentativa de garantir uma “identidade nacional” que pudesse evitar as “invasões” de estrangeiros na fronteira (GREGORY, 2000).

As *picadas* ou *linhas* abertas durante a colonização seguiam geralmente o leito de algum rio, onde eram distribuídos os lotes. Estes por sua vez, também eram chamados de colônia, sendo a unidade familiar de trabalho, produção e consumo, mas que pela relativa proximidade com a vizinhança permitia a socialização por meio dos

ritos religiosos e do lazer em torno da sede da “comunidade”, que era composta geralmente pela Igreja e pela *venda*, ou mais recentemente a chamada “bodega”.

As linhas com o tempo foram transformadas em estradas para escoamento da produção, ou como vias de comunicação com a sede colonial, que depois tornaram cidades. Essas linhas posteriormente se transformaram em estradas e canais de comunicação entre as linhas e os núcleos coloniais (sede) que com o tempo tornaram cidades (SEYFERTH, 2009).

Na re-ocupação ou invasão⁹⁴ do espaço através da distribuição dos lotes coloniais em torno da linha se deu de maneira dispersa, ou seja, não há um lugar onde possa caracterizar como vilarejo ou casas muito próximas uma das outras, como se pode notar em outras realidades rurais, como a do Nordeste brasileiro por exemplo.

Os lotes ficavam geralmente as margens das “picadas” ou linhas” (WOORTMANN, 1995; SEYFERTH, 2004), cada *colono* construía sua casa em seu lote, sendo assim a distância entre uma casa e outra poderiam variar de quatrocentos (400) a até mil (1000) metros dependendo do tamanho da “propriedade”⁹⁵. Para Woortmann (1995) as “linhas” ou “picadas” além de designar a vizinhança rural, o lugar da igreja, da escola e da mercearia, foi o padrão tradicional de ocupação espacial e de organização social dos *colonos*.

Isso explica a necessidade de espaço comuns para a sociabilidade dos *colonos*, ou o que poderemos chamar de públicos em contraposição aos espaços privados da “propriedade”. Nos dias de hoje, esses espaços comuns incluem a Igreja, salão de festas e bailes, cancha de bocha e campo de futebol, são espaços lúdicos e de lazer onde encontram-se parentes e vizinhos tanto para práticas religiosas como para conversar sobre o trabalho, sobre os parentes e filhos de outros lugares, da cidade ou simplesmente fofocar de conhecidos em comum, podendo ser da própria comunidade ou de outras, ou esses conhecidos serem até mesmo da cidade. É ali onde pode se tratar também a “ajuda” ou troca de algum serviço, ou de algum produto, ou a venda de algum animal, etc.

Com a chamada “modernização conservadora”, a partir da década de 1960, chegaram os primeiros tratores para a região, além daqueles que estavam sendo usado no desmatamento, os tratores começaram a ser usados para o preparo e plantio da terra.

⁹⁴ Do ponto de vista dos nativos que no Oeste do Paraná se encontravam secularmente, este termo pode ser substituído por invasão, dos seus territórios.

⁹⁵ Propriedade é uma denominação utilizada pelos colonos, para se referirem ao total de terras juntamente com a casa e adjacências (jardim, horta, potreiro, lavoura, etc.).

Isto possibilitou aos *colonos* “fortes” maior eficiência no plantio e na produção em maior escala para a comercialização dos grãos. Com as alterações, nas formas de trabalho e cultivo da terra, o modelo caboclo, com a *coivara* é substituído por agrotóxicos, defensivos, adubos e a mecanização das lavouras.

A agricultura policultora passa a produzir mais excedentes para o mercado, própria de um campesinato que centrava sua produção mais no autoconsumo, com uma ética de subsistência. Os *colonos* começam a produzir para o mercado e tentam acompanhar os grandes proprietários no plantio de monoculturas como milho e soja.

O historiador David Schereiner (2002) demonstra como ao passar do tempo o *colono* visto antes como moderno e a pequena propriedade como sinônimo de progresso do Paraná, a partir da década de 1970 começa a ser visto como empecilho ao progresso e modernização, e também como *colonos* que atrapalham o desenvolvimento. Principalmente quando os militares tentam implementar projetos grandiosos como as usinas hidrelétricas, a exemplo da Itaipu binacional, que expropriaram muitos *colonos*, também a modernização conservadora, ou chamada revolução verde há uma concentração maior das terras por parte dos grandes fazendeiros com mais de 1000 hectares, conforme os dados dos Censo Agropecuário de 1995-1996 (SCHEREINER, 2002).

Tais mudanças, em prol dos grandes fazendeiros, refletiram na sociabilidade e no estilo de vida (SPERANÇA, 1980) do campesinato e contribuiu para um maior “esvaziamento” do campo decorrente de expropriações de muitos *colonos* endividados ao tentarem se adaptar às novas tecnologias da “Revolução Verde”, para quitar honestamente suas dívidas, muitos venderam suas terras, engrossando as fileiras dos *colonos sem terras*.

O contexto histórico-social e político da região Oeste do Paraná neste período remetem a formas de dominação e práticas autoritárias mais amplas, por parte dos grandes proprietários, numa sociedade brasileira em mudança:

Aparentemente em todo o Brasil tem havido uma tendência entre os grandes proprietários de terras a tirar os seus moradores (também chamados *colonos* no Sul) da terra e trabalhar apenas com mão-de-obra contratada para tarefas específicas e a curto prazo, se possível sem nenhum vínculo direto mas com a intermediação de um empreiteiro (VELHO, 1979 p. 214).

Além da mecanização, o próprio Estatuto do Trabalhador Rural espalhou um receio do proprietário perder a terra para o trabalhador individual, agravado pelas

discussões em prol da reforma agrária, fazendo com que os trabalhadores rurais sofressem mais ainda com as relações capitalistas e a destruição de relações de favor, patronagem, tais como a condição de *colono* e *morador* (VELHO, 1979).

A expropriação de pequenos agricultores tornou-se comum, entre as décadas de 1960 e 1970, através da prática de *grilagem* por parte de grandes proprietários interessados na madeira e nas terras (SPERANÇA, 1980). A *grilagem* se fazia por meio de documentos falsos para justificar ações violentas dos jagunços, que geralmente culminava na expulsão dos *posseiros* ou até mesmo de *colonos* já proprietários.

Os muitos conflitos sociais agrários, relacionados a invasões e *grilagens* levou o Estado a intervir tentando resolver a situação das áreas em disputa, tentando regularizá-las para novos ocupantes considerados *produtivos* e tentando solucionar os problemas que seriam causados por supostos “intrusos” (GREGORY, 2000 p. 126).

O processo de reocupação do território no Oeste do Paraná, com relação à apropriação da terra, foi permeado por conflitos. Houve duplicação de venda de um mesmo lote, superposição de títulos, *grilagem*, e expulsões diversas. No entanto, para o governo federal e do Estado do Paraná na época, a colonização era sinônimo de Reforma Agrária.

O passado conflituoso muitas vezes é silenciado, tanto pelas histórias encomendadas, quanto pelos textos jornalísticos, inclusive nos dias atuais, é comum encontrar jornais da região publicando matérias realçando o pioneirismo e ocultando os conflitos, as mortes, informações que contribuem para invisibilidade do “outro” na região. É passada a imagem de uma ocupação pacífica, que é desconstruída por autores como Myskiw (2002), que demonstra a complexidade das disputas por terra, que em sua maioria tinha como verdadeiros culpados, os *grileiros* e não os *posseiros* vistos, pela história oficial, como “intrusos”. *Posseiros* e *colonos* tiveram, em alguns momentos, uma identidade de interesses, que refletiram em alianças e revoltas históricas da região, contra *grileiros*, empresas colonizadoras e serviu para denunciar a sociedade a ausência e conivência do Estado com relação aos interesses privados dos grandes proprietários (MYSKIW, 2002).

Em uma situação de fronteira “aberta”, tal como foi concebida a Região Oeste do Paraná, significou o fechamento para o que diferia do *colono* idealizado pelos agentes da colonização (Estado, empresas colonizadoras e administradores), de modo que a re-ocupação daquele espaço ocasionou tanto recomposições territoriais, bem como identitárias. Pois ao chegarem, os migrantes do Sul se inseriram em um processo

de desterritorialização do indígena e do caboclo que já se encontravam anteriormente na região. Nota-se que nesse processo houveram momentos de trocas, fluxos e relações de solidariedade, bem como disputas e estigmatizações entre os mesmos (SCHENATO, 2011).

4.4 A recusa em migrar e a opção de lutar pela terra

Nas décadas de 1970 e 1980 a continuidade dos conflitos sociais agrários, das expropriações e a consequente reação dos grupos “excluídos” do acesso à terra, resultaram na produção de novas identidades rurais.

A diversidade de categorias de identificação social incluía os atingidos por barragens devido a inundação do lago para a hidrelétrica de Itaipu, que lutavam por novos territórios, os *colonos sem-terra* devido tanto às consequências das políticas agrícolas, das *grilagens* do passado e da impossibilidade do patrimônio familiar comportar os herdeiros, soma-se a estes os que historicamente foram alijados do processo de distribuição de terras desde o início da colonização: os chamados caboclos ou brasileiros.

Estas diferentes identidades formaram uma identidade coletiva mais geral em torno da luta pela terra, a identidade de sem-terra que decidem organizar-se coletivamente para realizar acampamentos e ocupações em prol da Reforma Agrária na própria região Oeste do Paraná, ao invés de ceder às ofertas do governo federal de novamente migrarem para projetos de colonização para o Norte do País, na região Amazônica.

A recusa em aceitar proposições do setor ruralista dos grandes proprietários e do Estado apresentadas como salvação dos conflitos sociais agrários locais, fez com que muitos *colonos* ainda na década de 1980 retornassem dos projetos de colonização da Amazônia Legal, este processo social de retorno foi estudado de forma competente por Tavares Santos (1985). A negação de tais projetos construiu um agente social transformador, pois o colono retornado, além de não aceitar às terras oferecidas sem infraestrutura e com diversas dificuldades enfrentadas no Norte. A partir dos desencantamentos vivenciados, os *colonos* que voltaram, tiveram papel central na criação dos movimentos sociais do campo, tais como, o MST em 1984, em Cascavel - Paraná.

Muitas das lutas sociais do campo são travadas em meio a crises de dominação, seja no rompimento de pactos morais com os padrões, mudanças nas legislações ou mesmo ameaças as posses costumeiras, como vimos na história do Assentamento Bela Vista estudado no terceiro capítulo desta tese e que se refere a uma realidade mais geral e de situações homólogas não só no Nordeste, mas inclusive motivos de guerras camponesas como a do Contestado.

Os códigos sociais e morais, as distintas posições sociais as visões de mundo no campo orientam não só as relações de dependência, subordinação e reciprocidades do campesinato para com os fazendeiros, mas, de outra maneira, em períodos de crises destas relações, servem de referências (para além da esfera jurídico-legal) para os ataques aos trabalhadores, como suas respectivas defesas e contra-ataques, ambos baseados em concepções de direito, senso de justiça/injustiça dos respectivos grupos.

Logo, podemos falar de uma identidade coletiva e mais geral do campesinato, não só nos aspectos econômicos e culturais discutidos no primeiro capítulo desta tese, mas também nos aspectos sociopolíticos, enquanto portadores de sua própria história na medida em que intervém conscientemente no seu próprio fazer-se (THOMPSON, 2002 [1963]). Neste fazer-se, os aspectos culturais se tornam centrais para analisar as ações e motivações, as experiências vividas dos trabalhadores que lutaram e lutam pela terra, por um lado, e destacar o papel importante desempenhado por agentes de mobilização e organização, por meio de trabalhos políticos realizados tanto pela CPT, STRs e por lideranças dos próprios movimentos sociais do campo, que permitiu avanços nas táticas e estratégias coletivas na busca da terra.

A identidade dos sem-terra, construída no conflito de classes, estas apreendidas aqui, novamente em construção, remete ao entendimento de que estas classes possuem tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais, signos, visões de mundo, *habitus* no sentido de Bourdieu (1998, 2004) que estão em conflito, em oposição em determinado espaço social.

No processo histórico da luta pela terra é preciso levar em conta a dialética entre o condicionamento social da consciência e as múltiplas possibilidades do agir humano. A ação humana escapa da obediência de padrões, regras e formas pré-determinadas. Nem sempre ela se institucionaliza ou segue leis autoritárias vindas de cima para baixo.

Além das motivações materiais para a conquista da terra, há uma dimensão cultural que se torna importante na análise do comportamento dos Sem Terra. “Os valores morais permitem que a igualdade formal de sujeitos diferentes expressa na

reciprocidade contratual (formal, ou informal), seja questionada na vida cotidiana, desnudando a desigualdade real nas relações de troca” (SCHREINER, 2002 p. 167). Deste modo, se orientam por uma moral que estabelece um senso de justiça e de injustiça que permitem avançar nas estratégias de luta. Ou seja, ocupar grandes extensões de terras improdutivas, confrontando o direito individual de propriedade para acumulação e especulação com o direito social a vida e a terra para nela morar e trabalhar e referendada em uma ordem moral / economia moral camponesa.

Não há como entender a história social do campesinato brasileiro sem fazer referência a luta pela terra. Especificamente no Sul do país a luta pela terra sempre esteve presente, os diferentes grupos buscaram formas para sustentarem suas famílias defrontando-se por vezes entre si, e com a alta concentração de terras por meio da violência física e simbólica, em que fica explícito que a terra enquanto uma mercadoria impossibilita o seu acesso por outros meios a não ser pela compra.

O mérito dos novos movimentos sociais do campo, após 1980, está em demonstrar que por meio da ocupação e manifestações públicas é possível acessar a terra, e do mesmo modo denunciar a ausência da democracia e cidadania no campo tendo como pauta a Reforma Agrária que a duras penas é recolocada na agenda das políticas sociais do Estado brasileiro.

Dar visibilidade a resistência daqueles negados e silenciados da história oficial, é reconhecer que ali foram construídos diferentes territórios e, identidades e vivências a partir da terra, esta, por sua vez, possuindo diferentes significações a partir de determinadas posições sociais com suas respectivas racionalidades. A continuidade da presença, do diferente, do “outro”, (inclusive dos *sem-terras / assentados*) naquele espaço interpela os que insistem em torná-lo invisível, deslegitimando sua presença e acesso aos bens materiais e simbólicos socialmente produzidos.

Ao trazermos para análise os processos sócio-históricos mais ou amplos e específicos, fica claro que embora exista uma ordenação social, esta não é estática e nem se impõem aos indivíduos de modo inexorável. O que se pode dizer aqui, é que existe um espaço social em movimento, em que os diferentes grupos estavam e estão dispostos ou posicionados, estabelecendo relações sociais diversas entre si e tentando imprimir a sua versão da história e a sua visão de mundo enquanto legítima.

Dito isto, é preciso reconsiderar a resistência praticada historicamente pelas diferentes categorias que vivem da terra, tais como, diferentes povos indígenas, *caboclos* e *colonos*, refletindo que a formação de um dado território é perpassada por

relações de poder, em que as identidades e as diferenças são processadas dialeticamente (HALL, 2005) em meio a processos de apropriação / expropriações materiais e simbólicas (HAESBART, 1997).

Como o leitor pode ver as disputas por território, as relações de poder entre os diferentes grupos e o jogo das identidades e das diferenças fizeram parte do passado do campesinato do Oeste do Paraná, não são, portanto, construções sociais que nasceram no presente, da noite para o dia, muito menos é uma realidade passada e totalmente superada. Isto ficará claro para o leitor ao apresentarmos no próximo capítulo, as construções e relações sociais entre *colonos* e *assentados* do Distrito Rural de São Salvador em Cascavel- Paraná.

4.5 O município de Cascavel

A Região Oeste do Paraná possui uma área total de 22.840 km², equivalente a 11,74% da área total do Estado que é de 199.281,70 km², e uma população de 1.306.164 habitantes, posicionando-se entre as maiores densidades demográficas do Paraná, com 57,2 habitantes por km² (Fonte: IBGE, 2009).



Mapa da Mesorregião Oeste do Paraná.

Como podemos observar no mapa acima, a parte vermelha mostra a porção territorial que ocupa a Região Oeste no mapa do Paraná. Esta parte é formada por cinquenta municípios concentrados em três microrregiões: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu (IBGE, 2010). A urbanização da Região chega a 85,61% com crescimento maior a partir da década de 1970 principalmente nas microrregiões de Foz do Iguaçu e

Cascavel. Neste período ocorreu, por outro lado, uma saída de migrantes do rural para o urbano e em municípios maiores da Região Oeste (AMOP, 2009).

Se Foz do Iguaçu se destaca no comércio e no turismo, o município de Cascavel na produção agropecuária com crescimento industrial, com proeminência de beneficiamento de grãos, laticínios e frigoríficos. Ao passo que, a microrregião de Toledo é conhecida pela suinocultura, porém lembrada, juntamente com Cascavel como cidades com grande oferta em prestação de serviços educacionais e de ensino superior privado.

O município de Cascavel se localiza a 491 km da capital Curitiba, possuindo uma população de 286.205 habitantes (IBGE, 2010) e, uma população estimada para 2013 de 305.615 habitantes⁹⁶. Com relação ao desenvolvimento humano, o município de Cascavel fica muito a frente de Esperança na Paraíba, de acordo com o ranking do PNUD, 2010. Se Esperança ocupa o 3631º lugar, Cascavel ocupa o 113º no ranking dos municípios brasileiros com relação ao IDHM, com um índice de 0,782. Com relação à renda o índice fica em 0,776, em longevidade fica 0,846 e 0,728 com relação à educação da população.

A população rural no censo 2010 foi computada em 16.156 pessoas, com uma taxa negativa de crescimento de -0,33 % (IBGE, 2010; IPARDES, 2013⁹⁷). Na década de 1960, a maior parte da população era rural com 34.961 habitantes contra 5.274 na zona urbana, na década seguinte (1970) chega a 34.961 (urbana) para 54.960 pessoas (rural), mostrando claramente que a região Oeste recebeu migrantes interessados na colonização e, além disso, houve intensificação do êxodo rural daqueles que não conseguiram acessar terra ou por motivos diversos foram “expulsos” do meio rural. Na década de 1980 onde são contabilizadas na zona urbana 123.698 pessoas e pode refletir também o êxodo rural com a queda da população nesse meio na mesma década para 39.761 pessoas. As pessoas que vivem na área rural na década de 1990 vão para 15.224 pessoas, que entre outros motivos, se destacam os endividamentos contraídos por agricultores na década anterior e o avanço da mecanização no campo.

⁹⁶ Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf acesso em 20/11/2013.

⁹⁷ Caderno Estatístico do Município de Cascavel. IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) dezembro, 2013.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO – MUNICÍPIO DE CASCAVEL			
ANO	URBANO	RURAL	TOTAL
1960	5.274	34.324	39.598
1970	34.961	54.960	89.921
1980	123.698	39.761	163.459
1990	177.766	15.224	192.990
2000	228.673	16.696	245.369
2010	270.049	16.156	286.205

Fonte: IBGE/2004 e Secretaria de Planejamento - Prefeitura Municipal de Cascavel, adaptado e atualizado pelo autor.

Como se vê no quadro acima, a população rural do município diminuiu cerca de 540 pessoas, são 16.696 pessoas morando em uma área territorial de 2.100, 105 km², distribuídas nos seis distritos rurais que dentre eles destacamos aqui o distrito rural de São Salvador com 231,01 Km², onde estão localizadas as comunidades rurais da Linha São Roque e o Assentamento Colônia Esperança, das quais, realizei parte do nosso trabalho de pesquisa de campo.

O Censo demográfico do IBGE (2010), ainda nos fornece dados que reiteram o que encontramos em campo, ou seja, a saída das filhas, das mulheres é maior, pois muitas terminam os estudos e conseguem empregos na cidade. A população rural se divide em 8.958 homens para 7.198 mulheres, esta saída maior das mulheres dificulta a vida dos homens que terão dificuldades maiores de encontrar cônjuges dispostas a morar e trabalhar nos sítios.

Na produção agrícola, a monocultura da soja possui hegemonia sobre o espaço rural cultivado, sendo que na safra de 2012 foram produzidas 225.160 toneladas em 85.700 hectares, seguido da produção de milho que foi de 181.555 toneladas em 32.500 hectares. Muitos hectares que eram de pastagens foram transformados em plantação de soja devido ao preço elevado do produto entre 2007/2008 que chegou a ser cotado pela Bolsa de Chicago a 34 dólares por saca de 60 kg, o que faz com que a monocultura seja não só praticada por grandes fazendeiros, mas também por *colonos* e arrendatários que recorrendo à soja transgênica visam diminuir os custos e aumentar a produtividade.

CAPÍTULO 5

OS COLONOS E OS ASSENTADOS NO OESTE DO PARANÁ

5.1 Os *colonos* que vivem na Linha São Roque

A colônia Tormenta com, 59,225, 7 hectares, foi uma das áreas concedidas pelo Estado do Paraná na década de 1940 aos *colonos* (MISKYW, 2002), depois desta data que foram se constituindo as primeiras comunidades em torno das *picadas* abertas, e consequente expulsões de “caboclos” e indígenas.

A Colônia Tormenta, assim chamada no período da colonização, ganhou esse nome devido ao rio Tormenta, um dos afluentes do Rio Iguaçu. Essa imensa área de terras, onde hoje estão os distritos rurais cascavelenses de Juvinópolis, Rio de Salto e São Salvador, foi objeto de conflitos sociais em torno da posse da terra, com o Estado “ausente” (SPERANÇA, 1980) para salvaguardar os direitos dos *posseiros*, mas atuante para legalizar imensos latifúndios em nome de *grileiros*, de falsas empresas colonizadoras e madeireiros.

É no distrito rural de São Salvador, localizado a meia hora do centro da cidade de Cascavel – PR, que se encontram as duas comunidades que foram *locus* dessa pesquisa: a comunidade Linha São Roque, formada por *colonos* e o assentamento Colônia Esperança. Participando de um mesmo território, estabelecem entre si interações e disputas percebidas no âmbito do acesso às políticas públicas.

A pequena comunidade da Linha São Roque está localizada no município de Cascavel, Oeste do Paraná. É formada por 27 famílias, em sua maioria descendentes de imigrantes europeus (poloneses e italianos), com lotes entre 5 e 50 hectares.

Em meados da década de 1980 o Estado anuncia a possibilidade de instalar uma Colônia Penal Agrícola em uma fazenda⁹⁸ que o dono vendeu para o Estado do Paraná. A Linha São Roque, não querendo abrigar o presídio, realizou um abaixo-assinado contra o mesmo e em favor de que essas terras fossem destinadas a Reforma Agrária, fazendo com que o Estado recuasse, beneficiando famílias acampadas em um município vizinho, assentadas apenas em 1987.

Ao chegar à Linha São Roque observa-se que a paisagem é formada por vegetação nativa, geralmente nas encostas dos morros, em alguns trechos contornando as estradas e muito próximo das margens do rio São Roque, que corta a comunidade, sendo mais comum ver eucaliptos plantados na beira da estrada. Existem ainda extensões de terras na comunidade, com pastagens geralmente nos terrenos mais acidentados e com presença de pedras que dificultam o trabalho de aragem da terra.

As estradas que dão acesso a Linha Roque são de terra vermelha, é comum ter em vários trechos, pedaços de pedras com o intuito de evitar encalhamentos dos veículos, com a lama formada nos dias de chuvas intensas. Apesar de nos meses de novembro e dezembro não ter chovido quase nada, prejudicando a agricultura da região, nesse ano (janeiro, fevereiro de 2011), as chuvas de verão possuem pluviosidade maior. As chuvas intensas em época de colheitas do milho e da soja aumentam as perdas com a umidade dos grãos.

Ao seguir pela estrada que dá acesso à Linha São Luiz observa-se que a paisagem (não diferente da próxima comunidade – São Roque) intercala-se, entre pastagens, nos terrenos irregulares cheios de grandes pedras, com soja e milho nos terrenos limpos e mais planos, tornando possível a mecanização agrícola. Quebrando essa monotonia encontramos algumas brechas com árvores nativas e as que são plantadas calculadamente, tais como os eucaliptos, enfileirados que podem ser avistados em trechos das margens do trajeto.

Segundo relatos do seu Sílvio Kratz, há trinta anos, a comunidade da Linha São Roque “era tudo mato fechado quase, e aqui perto em São Salvador tinha muitas

⁹⁸ A fazenda foi formada pela anexação de pequenos sítios próximos. Segundo recordam os *colonos* da Linha São Roque, muitos que venderam para o fazendeiro, tiveram que *desfazer* da terra para quitar dívidas contraídas.

madeireiras”, nesse contexto o seu pai achou que ali viraria cidade rapidamente, no entanto, o tempo parece ter lhes enganado, pois foi só devastarem as árvores que as madeireiras e seus empregados sumiram, com a concentração populacional ficando no município de Cascavel, onde existe o entroncamento das rodovias BR 277 que tem como destinos à Foz do Iguaçu e Curitiba, a BR 369 que faz chegar em Maringá e Londrina e a BR 163 que se dirige a Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. O que de certo modo teria facilitado mais a industrialização do que em outras cidades do Oeste do Paraná, como Toledo e Foz do Iguaçu, no entanto, tal industrialização ainda se baseia muito no agronegócio devido aos latifúndios da região de produtores de soja e na produção agropecuária com destaque às aves produzidas no sistema de parceria e de precarização do trabalho dos *colonos* avicultores, que ficam com todo o ônus da produção.

Quem somente está de passagem pelas estradas não consegue distinguir quais são os limites entre a Linha São Roque e o Assentamento Colônia Esperança, pois os “sítios” são parecidos e as casas, em sua maioria, são ainda de madeira, algumas foram substituídas por casas de “material”, ou seja, construídas com tijolos, areia e cimento. Estas últimas indicam certo *status* social e que seus donos possuem recursos. Com relação à arquitetura, tendem a imitar as residências urbanas.

Uma casa de *colono* geralmente tem três quartos, sala e cozinha, uma dispensa, onde se guarda ferramentas, sementes, agrotóxicos, etc. e uma varanda que fica na parte frontal da casa, lugar de receber as visitas, os vizinhos, os técnicos agropecuários oferecendo-lhes chimarrão ou café com bolo enquanto *proseiam*.

Os vizinhos, que possuem maiores afinidades entre si, têm como prática a troca de serviço, tais ofertas podem vir mesmo sem a solicitação daquele que estão necessitando. O oferecimento de “ajudas”, aparentemente desinteressadas, são formas de manter vínculos com aqueles em que se *pode contar*, num momento de sobrecarga de trabalho. Tais solidariedades vicinais estão nos planos das possibilidades, pois existem situações de rompimento das relações de reciprocidade, seja devido à gestão dos espaços comuns com os conflitos que lhe são inerentes, ou seja, devido à falta de correspondência, em igual medida, com o vizinho que lhe ajudou ou lhe emprestou algo que não foi devolvido da mesma maneira de quando tomada de empréstimo.

Estes rompimentos podem se dar, inclusive entre parentes, saindo de uma situação de solidariedade costumeira entre vizinhos para relações de conflitos igualmente regrados por atitudes recíprocas de desdém e evitação social do “outro”,

com quem não se fala e a quem se atribui os adjetivos de “injusto” e “ingrato”. Isso remete à noção de economia moral camponesa (THOMPSON, 1998; SCOTT, 2002) onde os códigos morais e as relações de reciprocidade vigentes, nos contextos locais orientam o agir dos participantes nos jogos sociais que podem sair de relações solidárias para conflituais, tais como as notadas no caso estudado no Assentamento Bela Vista na Paraíba.

Encontrei em campo o caso de dois cunhados de uma mesma família, onde aquele que possuía um trator, não o emprestava para o outro, que ficava magoado com tal situação.

Em outro caso, ainda na Linha São Roque, outros dois cunhados que são vizinhos de “sítio” não se falavam por conta dos “rolos” que haviam acontecido durante a gestão anterior da Associação. Em mais de dois anos sem se falar, somente as duas irmãs dos casais se comunicavam e achavam graça no fato de “depois de velhos se estranharem”. A reaproximação entre os dois cunhados se deu por intermédio de algo que poderia ter agravado ainda mais o conflito entre ambos, pois um touro de um deles teria destruído a cerca do seu cunhado e vizinho, este por sua vez, teve a atitude de prender o animal para o outro buscá-lo. A partir daí os dois passaram a se falar.

As visitas entre vizinhos afins são frequentes. Havendo aquelas visitas apenas para tomar um chimarrão, como passatempo entre amigos, e outras onde se procura esconder as verdadeiras intenções, mas que servem para “especular” e tentar se “aproveitar” do vizinho com relação a alguma troca entre animais, produtos, ou ainda adquiri-los abaixo da tabela, com intenção de revendê-los.

Percebi em várias casas dos *colonos* a existência de antena parabólica, não só por uma questão de luxo e símbolo de distinção, mas porque raramente os canais locais de TV tem uma imagem de qualidade. A posse de alguns bens são sinônimos de *status* e de distinção, tais como: a casa de material, a camionete, o trator com implementos, a motocicleta, as vacas de raça (geralmente holandesas). Alguns jovens do assentamento, na impossibilidade de comprar motocicletas, acabavam somente dando entrada em motos novas e não pagavam as demais parcelas. A motocicleta, além de símbolo de distinção, é útil para o deslocamento fácil para a cidade.

Ao redor da casa temos o quintal e geralmente ao lado, ou na parte detrás da casa fica a horta e os fundos do quintal, que se distingue do quintal da frente que é mais limpo e organizado, servindo de cartão de visitas para quem chega.

Assim como as subdivisões encontradas no interior do lotes dos *agricultores* do Nordeste, existem no interior dos *sítios* dos *colonos* o conjunto casa-roça-pastagem, indicando que naquela comunidade tanto se planta como se tem o gado leiteiro, principalmente entre os *colonos* menos abastados como garantia de renda o ano todo e todo mês quando “entra o dinheiro do leite”. Assim, *potreiro*, *potreirinho* e *roça* são espaços produtivos que perfazem os *sítios*, sendo que o *potreiro* é o lugar das pastagens das vacas ou cavalos e o *potreirinho* é o lugar onde recolhem a noite esses animais, podendo ser esse espaço chamado igualmente de mangueira.

A roça é o equivalente ao roçado para o Nordeste brasileiro, no entanto percebe-se que a mecanização no Sul é muito maior, ou seja, o trator vem pelo menos desde a década de 1960 substituindo a enxada e isso ainda não é a realidade preponderante no Nordeste brasileiro, principalmente para os pequenos agricultores.

No entanto, a tração animal ainda está presente no Assentamento Colônia Esperança, como uma forma econômica e autônoma de preparo da terra, sem sentir-se explorado e dependente do vizinho (geralmente *colonos* de fora do assentamento) que dispõem de trator, ou na espera da fila do trator da prefeitura.

A roça é o espaço do homem, por excelência, que por vezes conta com a “ajuda” da mulher, inclusive as conversas entre os homens têm como assuntos principais o desenvolvimento das lavouras, os problemas com pragas, com ervas daninha e as soluções encontradas em agrotóxicos, ou mesmo em técnicas agrícolas como o plantio direto, a correção do solo e outras.

As visitas entre os *colonos* fazem parte da economia de reciprocidades e da moral camponesa, onde as relações de amizade são equivalentes a extensões da família, os vizinhos afins podem contrair parentescos simbólicos, tornando-se compadres, ou seja, como se fossem irmãos perante os sacramentos da igreja: no batismo, na crisma e no matrimônio.

As visitas servem para colocar a conversa em dia ou quando se está interessado em algo. Geralmente se visita para “especular” o que se passa e o que o vizinho pretende, inclusive se o vizinho irá “carnear” algum boi, visando ajudar e receber pedaços de carne em troca da ajuda.

As práticas de solidariedade vicinal estimulam a interdependência entre famílias e gera a maior integração do grupo de vizinhança, isso foi notado por Antonio Candido ([1964] 1998) no seu célebre estudo *Os Parceiros do Rio Bonito* onde analisou a distribuição da carne de porco. Quando se mata um porco o sitiante ou parceiro na

tradição rural tem a obrigação moral de ofertar aos seus vizinhos um pedaço de carne, com as transformações sociais e influência do mundo urbano, muitos não seguem tal tradição a risca, ofertando para os mais próximos (parentes e amigos), escolhendo alguns e excluindo outros.

A distribuição de carne se baseia na reciprocidade da oferta de carnes, envolve retribuições eventuais, sendo, portanto uma troca que reforça a posição social no grupo, fazendo com que dependa da possibilidade de retribuir ou então alguém sem condições, em posição inferior, ela se converte não em troca, mas em assistência (ajuda) (CANDIDO, [1964] 1998).

Os rituais que dinamizam a vida social se concentram mais em torno das atividades realizadas na igreja, são rituais religiosos cotidianos, tais como novenas, missas e extracotidianos que acompanham o curso da vida dos *colonos*, tais como batismo, crisma, casamentos e velamento do corpo. O sepultamento antes era realizado em cemitério próximo a comunidade, agora o velório é feito, por vezes, na casa do falecido ou na cidade. Hoje em dia todos os enterros são realizados em cemitério na cidade. Além do mais, existem ritos sociais ligados às festividades, e a sociabilidade local, tais como o jogo de truco, o jogo de bocha e um lugar onde os homens bebem e conversam até de madrugada, chamado de *bodega*⁹⁹.

No primeiro domingo de cada mês são realizadas as missas, para tanto, é preciso a comunidade reservar uma quantia de R\$ 250,00 mensais retirados do lucro da *bodega* ou mesmo das festas realizadas, sendo destinados ao pagamento do padre. Os *colonos* recordam de um passado nostálgico, da época em que o padre era simples, “naqueles tempos difíceis”. Os padres, hoje em dia, seriam muito *dinheiristas*, essa crítica dos *colonos* vem com a recordação da simplicidade dos padres de antigamente, que nada cobravam e, ainda dormiam nas casas dos próprios *colonos*, sem muito luxo, visto que as estradas eram intransitáveis e os transportes feito a cavalo.

É comum ouvir dos *colonos* a expressão, “vou lá na comunidade”, ou “vou lá na capela” (capela seria a pequena igreja da comunidade), são expressões que se referem ao conjunto da sede coletiva, que são: a igreja, o terreno circundante, geralmente coberto por grama, ou pedras brita; o salão comunitário que possui piso propício para as

⁹⁹ A “bodega” é um bar onde se vendem cachaça ou pinga, cerveja, cigarros e alguns doces, gomas de mascar e balas. Ali não é comum a presença de crianças a não ser depois das missas, no entanto, alguns pais compram esses doces para levar para seus filhos pequenos em casa. Já as mulheres frequentam mais a igreja, e a parte do salão comunitário e da bodega, quando estes se tornam um espaço de toda a comunidade durante os momentos festivos.

danças de salão; a churrasqueira que fica atrás do salão e permite assar até 2.000 kg (dois mil quilos) de carne de uma só vez; a “bodega”, que fica no interior do salão comunitário e próxima da cancha¹⁰⁰ de bocha¹⁰¹; um campo de futebol que está abandonado.

As mulheres cujos maridos são membros da “diretoria”, tem o papel de realizarem trabalho voluntário (mutirão) fazendo limpeza rotineira na igreja, além de fazerem saladas, bolos e outras guloseimas para vender nas festas que ali são organizadas. Para os homens fica a cargo cuidar da cancha e da “bodega” e preparar o churrasco.

Existe uma divisão de gênero no espaço da igreja durante o ritual da missa, os homens se posicionam ao lado direito, as mulheres e as crianças do lado esquerdo da igreja. Após o término da missa as conversas seguem essa mesma separação, homens conversando entre si, mulheres da mesma maneira. Após, em média, vinte a trinta minutos de conversa em frente a porta da Igreja, a maioria dos homens vai para a “bodega”, outros vão embora. Já as mulheres, em sua maioria, se dirigem até as suas casas, ficando apenas aquelas que estão escaladas, naquele mês para fazer a limpeza do ambiente onde foi realizado o culto. Essa divisão de gênero pode ser notada também em certas atividades que são somente reservadas aos homens, como jogar baralho, jogar futebol, frequentar a “bodega”, com exceção dos momentos festivos em que participam todos da comunidade, de outras comunidades e até pessoas da cidade.

Quem não é proprietário e que trabalha para um dono de sítio que mora na cidade, tem a sua participação muito reduzida na Associação, pois os “peões”¹⁰² como ali são chamados, não são autorizados por seus patrões a deixarem as propriedades sob

¹⁰⁰ É uma área de areia compactada com medições em torno de 26,50 de comprimento x 4 metros de largura e uma altura em média de 30 cm nas laterais e de cerca de dois metros nas duas extremidades. A cancha não pode ter desnível para que as bochas lançadas cheguem próxima do alvo que é o *bolim* ou bolinho (pequena bola).

¹⁰¹ A bocha é um jogo praticado por descendentes de italiano, também chamada de *boccia* ou *boccie*, sendo que alguns historiadores dizem que surgiu no Egito ou na Grécia Antiga, outros dizem que seu surgimento e expansão se deu no Império Romano através dos exércitos para os locais de seus domínios, onde o jogo era feito com bolas de pedra. O jogo de bocha consiste em aproximar as esferas (de madeira ou de resina sintética) do “bolinho, bola pequena que é rolada por uma das duas equipes na outra extremidade da cancha. Cada equipe ou jogador tem direito a quatro bochas a serem arremessadas, faz mais pontos quem tiver mais bochas da sua cor (azul ou vermelha) próximas do bolinho, podendo ainda “bochar” jogando as bolas pelo alto na tentativa de afastar as bolas dos adversários.

¹⁰² De acordo com um informante (colono), os “peões” são os que não têm a posse de terra, e trabalham para os outros, não tendo paradeiro fixo, são como “um peão de brinquedo que roda”, sem a estabilidade e fixidez proporcionada pela propriedade, mesmo que pequena.

seus cuidados devido à insegurança (furtos), ou porque é justamente nos fins de semana que o controle patronal aumenta, com a presença dos proprietários.

Em geral, os *colonos* da Linha São Roque plantam desde soja e milho no verão, como aveia para o gado no inverno, sendo que a pecuária destinada à produção leiteira é uma alternativa econômica para os *colonos* menos abastados, devido ao bloqueio fundiário, que não os permitem dispor de terras suficientes para plantarem.

Além da lavoura e da produção leiteira, se constitui em alternativa econômica para os *colonos* considerados “fracos” o plantio de hortaliças destinadas para a comercialização na feira central da cidade de Cascavel (PR).

Alguns filhos de *colonos* que moram na cidade e que mantêm contato com seus pais na Linha São Roque, ao ficarem conhecidos de seus vizinhos nos bairros urbanos onde residem, conseguem auxiliar seus pais nas vendas dos produtos, diretamente nas casas dos clientes. Assim, alguns *colonos* conseguiram abrir “linhas” de comercialização das hortaliças, animais de pequeno porte, ovos, linguiças, banhas e frutas encomendados por clientes antigos, que construíram relações pautadas na amizade e na confiança com os *colonos*.

Esses *colonos*, ao enfrentar o “bloqueio fundiário”, viram o plantio de hortaliças como estratégia de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) na pouca terra que dispõem, assim, conseguem sua reprodução social e alcançar um poder aquisitivo superior aos demais *colonos* considerados “fracos”, entretanto, fazem um esforço de autoexploração despendendo uma carga horária extensa e intensa de trabalho para dar conta de todo o processo: desde o plantio, cuidado, colheita e preparo dos produtos até chegar ao consumidor final.

5.2 Classificações sociais, hierarquia e interconhecimento

No entendimento das construções das identidades rurais encontradas em campo, os processos histórico-sociais nos ajudam a entendê-las no presente e de como no decorrer das transformações no tempo, alguns grupos se legitimam no espaço social e classificam os “outros”, a partir da identidade do seu grupo ou categoria social a que pertence.

De acordo com Silva (2007) é central para ordenamento da vida social a divisão realizada pelos diferentes grupos, por meio de classificações, atribuindo diferentes valores aos “outros”, ou seja, o mundo social tende a ser hierarquizado e assimétrico.

“Dividir e classificar significa, neste caso também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2007 p. 82).

Por meio da visualização de tais classificações sociais assimétricas podemos entender onde estão os limites ou fronteiras sociais internas e externas aos grupos, no entanto, cabe ressaltar que nas realidades aqui estudadas, não existem fronteiras rígidas entre estes grupos que me permita afirmar que há oposições dicotômicas entre diferentes grupos com sentimento de pertencimento fortemente sedimentado, assim como notado por Barth ([1969] 1998).

A diferença, portanto, só se torna possível na relação com a identidade e vice-versa. Existindo de modo processual, ou em um ‘estar sendo’ (BARTH, [1969] 1998). Portanto ela não é estática e nem muito menos homogênea, sendo construída por meio de processos de identificação e des-identificação, de afirmações e des-afirmações em conformidade com processos histórico-sociais, assim como as circunstâncias em que se processam.

As identidades são negociadas (HALL, 2003, 2005) na relação e nas interações sociais com a diferença. O “outro” pode ser inclusive um familiar, ou estar mais próximo do que se imaginava (GUPTA & FERGUSON, 1992). Contudo, as identidades e respectivas diferenças não são construídas de forma totalmente soltas dos “lugares” onde as diferentes categorias sociais do campesinato vivem e constroem a visão de si e dos outros, ao agir e interagir no mundo social.

Desde a época da colonização as denominações dicotômicas “forte” e “fraco” diferenciavam economicamente aqueles *colonos* mais bem-sucedidos e que geralmente vieram das colônias velhas já capitalizados, podendo adquirir as terras em lugares mais apropriados para o plantio, por ser terrenos menos acidentados, facilitando inclusive, a partir dos anos 1960, a mecanização com a compra de tratores e implementos. Ao analisar a colonização no Vale do Itajaí em Santa Catarina, aparece nas pesquisas de Giralda Seyferth (1993; 2009) e que pode ser entendida de forma análoga ao caso do Oeste do Paraná, a autora nos esclarece que a diferenciação interna não é uma divisão de classes, mas uma nuance da identidade social ligada à colonização:

A expressão “colono fraco” refere-se às famílias que não possuem terras suficientes para viver do ofício de agricultor; portanto, não têm uma colônia padrão correspondente ao lote de 25 hectares. É um indicativo de escassez de terra, igualmente associado à partilha da propriedade entre herdeiros, e a conseqüente dependência do trabalho assalariado na condição de operário ou do arrendamento de terras para

plantio. [...] A dupla ocupação, portanto, não desqualifica socialmente: são todos colonos, vivem da colônia e trabalham na terra com suas famílias, tem padrão de vida similar e plantam para o consumo familiar (SEYFERTH, 2009 p. 286).

Atualmente na linha São Roque as divisões entre “fortes” e “fracos” são construídas levando em conta alguns critérios ligados à maneira de ser e de representar o mundo na visão dos *colonos*. *Força* se traduz em quantidade de terras suficientes para cultivo, na capacidade produtiva sem precisar recorrer aos bancos, ou seja, com recursos próprios e cuja comercialização permita ao produtor pedir o preço desejado, eliminando a compra ainda “verde” de atravessadores que resolvem lucrar em cima de agricultores arruinados. Além desses itens, são avaliações morais feitas pelos *colonos* dos bens materiais construídos em cima da terra, os implementos, e a capacidade de dar autonomia de escolha para os herdeiros, inclusive de escolher continuar na terra sem alterar o padrão de existência dos pais, vistos como “fortes” e, deste modo, não precisar recorrer ao trabalho fora, para os *outros* em sítios vizinhos ou na cidade.

Para ser *colono* é preciso pertencer, não só a um passado comum da colonização, mas compartilhar tradições culturais, religiosas e lúdicas que favorecem os vínculos de parentesco e a solidariedade vicinal, articulado a uma identidade mais geral do campesinato, ou a um *ethos* camponês em que o trabalho “duro” na terra visando à produção para autoconsumo e comercialização, a territorialização e enraizamento em oposição ao seminomadismo *caboclo*, e a valorização da liberdade e autonomia, assim como a propriedade da terra para preservação do patrimônio familiar são dados específicos dos *colonos* enquanto categoria social (SEYFERTH, 1993).

Ao analisarmos a hierarquia social local entre aqueles *colonos* paranaenses, podemos pensar com Bourdieu (1990, 1996) de como a distribuição das posições sociais no interior do espaço social leva em conta principalmente o capital econômico e o capital cultural, onde quantias parecidas de capital detida pelos agentes os aproximam, podendo, haver gostos compartilhados independente do capital econômico. Para Bourdieu (1990, 1996) o que determina as posições no espaço social é o volume de capital global, e a estrutura deste é formada por capitais específicos: cultural, político, econômico. Por sua vez, o *habitus* implica não só o senso de lugar, mas também o senso do lugar do outro. Os agentes se autoclassificam, sendo que nada classifica mais uma pessoa do que suas classificações (BOURDIEU, 1990, 1996). Os agentes que ocupam posições e condicionamentos semelhantes têm a propensão de possuírem práticas sociais aproximadas.

Assim, os *colonos* e os *assentados* tenderiam a se aproximar no espaço social, e se distanciar dos *fazendeiros*, no entanto, quem domina a hierarquia social local são justamente os *fazendeiros*, vencedores das lutas simbólicas, conseguem impor suas visões e divisões sociais do mundo, enquanto legítimas. De acordo com Bourdieu (1990), essas lutas simbólicas envolvem um *quantum* de capital simbólico que dá maior autoridade à legitimação da ordem social, percebendo o mundo social como evidente, natural, dado, garantindo um consenso aparente. É desta forma que se dá a reprodução das estruturas desiguais e das relações de poder simbólico (BOURDIEU, 1990; 1998).

O padrão de como se acessa à terra é um dos elementos de distinção, pois ao valorizar a propriedade da terra, aqueles que a questionam por meio de ocupações, tais como os *sem-terras*, além de demonstrarem fraqueza por não poderem comprar terras, são reprovados na visão de mundo dos *colonos* e classificados como “intrusos”, “invasores”.

Logicamente, tal discurso não é hegemônico entre os próprios *colonos*, mas entre a mídia local e os *grandes fazendeiros* o é. Se por outro lado existe um contra-discurso proposto pelos líderes do MST nos assentamentos e acampamentos que possuem inserção no Oeste do Paraná, que constrói uma oposição entre *sem-terras* contra os *fazendeiros*, na realidade estudada, não só entre os *colonos*, mas entre os próprios *assentados* existem aqueles que se aproximam dos *fazendeiros*. Tal como o *assentado* Otacílio Costa (56 anos), que no passado foi liderança do MST e participou de projetos de cooperação no Assentamento Vitória, cansado de trabalhar no “coletivo”¹⁰³ resolve trocar o seu lote por outro no Assentamento Colônia Esperança. Nos dias de hoje, Otacílio tem entre seus amigos, alguns *fazendeiros* da região, participando inclusive de cavalgadas que ocorrem sempre no mês de setembro, em comemoração a Semana Nacional Farroupilha¹⁰⁴.

Eu principalmente, bom onde eu vá, onde eu chegue eu nunca fui, sempre eu vou não tem divergência nenhuma, eu pra mim não tem diferença nenhuma, uma época atrás eu gosto de cavalo, e participei das cavalgadas da Semana Farroupilha ali em São Salvador. Vinha gente de todo tipo ali, vinha fazendeiro, fiz amizade e tudo. E não

¹⁰³ De acordo com outro *assentado* vizinho, a motivação da troca do lote teria sido por conta de envolvimento extraconjugal por parte de sua esposa, o que teria resultado em conflitos com outro *assentado* do Assentamento Vitória, em Lindoeste - PR.

¹⁰⁴ O distrito rural de São Salvador realiza anualmente desde 2000 essas cavalgadas. Semana Farroupilha se refere à Guerra dos Farrapos (1835 à 1945) em que os chamados estancieiros que produziam charque e couro cobravam a redução de impostos do Governo Imperial e com o tempo tomou caráter separatista. A também chamada Revolução Farroupilha tinha caráter republicano e contou com a participação popular e de escravos que desejavam liberdade, daí o termo “farrapos”.

queriam saber se eu era sem-terra, eu também nem disse que era assentado aqui, podiam dizer que o meu cavalo era um cavalo de sem-terra, e o deles é melhor. Mas não, não teve diferença nenhuma e fiquei amigo de todos lá (Otacílio Costa, 56 anos, assentado).

Alguns militantes do próprio MST, ao saber disto, poderiam acusar Otacílio de alienado, ou detentor de uma “falsa consciência”, provando como a hegemonia dos dominantes é tão forte que acaba por oprimir qualquer tipo de resistência e identificação do “inimigo”. No entanto, concordamos aqui com James Scott (1990) de que é preciso encontrar outra explicação, que não a internalização da ideologia dominante dos grupos subordinados, para explicar o consentimento e a submissão.

Em situações “normais” há resistência oculta, é de interesse dos dominados tal resistência. Somente em situações de desespero, de ameaça à sobrevivência, de expropriação que o campesinato, por exemplo, parte para o enfrentamento aberto (SCOTT, 1990). Evidentemente durante as cavalgadas, o *assentado* Otacílio não revela detalhes de sua trajetória e nem de que é *assentado*, se passando por *colono* ou por um *pequeno agricultor*, já que o seu encontro com os demais é um situação episódica e ali uma aproximação momentânea daqueles que partilham o gosto por cavalos e a celebração das “tradições gaúchas”.

Essa oposição, talvez pudesse ser construída por meio de um trabalho político, no entanto, as diferentes categorias sociais estão ordenadas de acordo com uma hierarquia social local, em que o *fazendeiro* é sinônimo de “força”, e sua posição social está sendo desejada pelas demais categorias, isto torna ainda mais complexa a construção da luta pela terra no Oeste Paranaense.

O “forte”, portanto, é aquele *colono* que mora em sua própria terra e produz de forma autônoma, sem pedir ajuda aos filhos e muito menos do Estado, ou do “governo” (nos termos dos próprios *colonos*). O assalariamento dos filhos na cidade, que por alguns autores é chamado de pluriatividade, ou mesmo, o trabalho como *peões* nos aviários da região é localmente visto como sinal de “fraqueza”, pois *trabalhar para os outros* é compreendido enquanto humilhação, ao deixarem de ser *dono de si*, expressando que não possuem capacidade e nem terra suficiente para se dedicarem às atividades agropecuárias integralmente.

As classificações sociais, entre os próprios *colonos* da Linha São Roque, estão relacionadas diretamente com o uso e posse da terra, e organizadas de acordo com uma hierarquia social local em que tem o *colono forte* e o *peão* como dois extremos: 1) o *colono forte* é detentor de terras, mora e trabalha nelas, planta com seus próprios

recursos, desfruta de uma “autonomia” relativa com relação à rotina de trabalho do sítio e consegue deixar herdeiros para o patrimônio familiar. 2) o *peão* ao contrário é visto no conhecimento local como alguém *fraco* por não deter nenhuma das características elencadas a não ser o fato de morar e trabalhar na terra dos *outros* e para os *outros*.

Entre *colonos fortes* e *fracos* estão às classificações sociais do *outro*, que faz parte do cotidiano daquela comunidade. As classificações vão desde o *colono* “fraco”, o *homem da cidade*, o *assentado*, *arrendatário*, o *peão*, o *grande fazendeiro* etc. Sendo que em termos de *status*, e de padrão ideal de pessoa do lugar, se elege para tais classificações o *colono forte* como posição social a ser almejada pelos demais ao poderem *morar e trabalhar* (WANDERLEY, 2003a) de forma relativamente autônoma com condições materiais suficientes para a reprodução social da família. Todavia, tal posição não é alcançada por muitos daqueles agricultores (*colonos* ou *assentados*) que procuram estratégias para se manterem em suas terras.

Os *colonos fracos* são aqueles que dispõem de pouca terra, não conseguem deixar herdeiros e precisam recorrer aos empréstimos, que por vezes resultam em endividamentos, além de depender dos maquinários (colheitadeira, trator e implementos) dos *colonos fortes* da região, ou mesmo aguardar na fila de espera do trator da prefeitura.

Um dos participantes da pesquisa de campo foi o Seu João Lima, brasileiro casado com uma filha de *colonos* e que nos esclareceu que até início da década de 1980 o *peão* era o próprio *colono*, ou seja, eram os próprios *colonos* quem trabalhavam para os outros, ou “gostavam” de trabalhar para os outros proprietários. Então “os *peões* eram os *colonos*”. E agora quem cumpre esse papel, como “antigamente”, são os *sem-terra*, ao olhar de um *brasileiro* (descendente de *caboclo*) os *peões* de ontem, que eram aqueles *colonos fracos* que trabalhavam para os *colonos* mais *fortes* para melhor sobreviverem na terra, quem cumprem essa função hoje na região são os *sem-terra*, tanto os dos acampamentos na região, como os já *assentados*: “Nem tem mais *peão* como antigamente, agora só tem *sem terra* aqui, só *sem terra* trabalhando por dia. Antigamente era os *colono* mesmo, os meio *fraco* que gostavam de trabalhar fora, isso até chegar os *sem-terra* aqui” (João Lima, brasileiro, 62 anos).

O autor francês Henri Mendras (1978) afirmou ainda que só é possível uma estrutura, ou organização social por interconhecimento, em que se tem um conhecimento global do outro, devido à existência de papéis indiferenciados, ou seja, todos ali trabalham e vivem da e na terra. “O status de um indivíduo é um status global

e indiferenciado, que não pode ser dissociado em certo número de posições das quais seria constituído” (MENDRAS, 1978 p. 88). No entanto, na realidade estudada existe diferenciações que permitem os próprios atores / agentes formularem a partir de suas classificações sociais, uma hierarquia social local, tendo como princípios a relação com a terra, o grau de autonomia e os termos locais que traduzem *fraqueza e força* enquanto produtores agrícolas.

As relações de interconhecimento (MENDRAS, 1978) se dão entre parentes mais próximos do núcleo familiar e com os demais parentes e vizinhos, podendo se alargar até as comunidades vizinhas.

Mas, diferentemente de Mendras (1978), incluem relações com pessoas da cidade e com aqueles que saíram da comunidade, mas que de certo modo não estão vivendo o fluxo social diário do “aqui”, daquele território. Pois, na Linha São Roque, como em outras comunidades rurais brasileiras, os contatos sociais são predominantemente face a face, mas na atualidade existe o uso frequente de aparelhos telefônicos do tipo celular, (ou da internet para alguns) sirva para a comunicação com clientes da cidade, no caso de quem vende hortifrutigranjeiros, servindo também para a comunicação com os filhos ausentes.

Interessante notar que geralmente, o que Mendras (1978) chama de aliados, e as alianças são firmadas em um “aqui” vizinhos, já na realidade que estudamos com o território vizinho se dão algumas alianças, mas também disputas em torno de políticas públicas com os *assentados*, sendo que os aliados podem estar inclusive na cidade.

As estradas cumprem, além da função de escoar a produção, um canal de comunicação com a cidade e entre vizinhos que se visitam a pé ou com veículo automotor. No município de Cascavel no Paraná, a manutenção das estradas rurais realizada pela Prefeitura se constitui em forma de premiar aquelas comunidades que votaram no prefeito e o abandono das mesmas seria uma forma de punição.

As relações intracomunitárias são reavivadas, principalmente, nos momentos festivos das comunidades, possibilidade de encontros entre pessoas de outras comunidades. A festa principal na Linha São Roque é no dia de São Roque, no mês de Agosto.

Assim como em outros pequenos grupos sociais rurais, na Linha São Roque são processadas relações apoiadas em prestações sociais, com base em princípios do dar-receber-retribuir que regem desde as visitas, as trocas de produtos, trabalhos e

presentes, além das demais reciprocidades que reavivam as relações de parentesco e de vizinhança (MAUSS, 1974; SABOURIN, 1999).

5.2.1 Tensões internas entre os *colonos*

Com relação aos aspectos associativos, podemos destacar que o gerenciamento dos espaços sociais comuns (Igreja, Salão Comunitário, “Bodega” e “Cancha de Bocha”), se divide em Igreja e a da Associação de Moradores.

Os coordenadores tanto da Igreja como da Associação são praticamente os mesmos, participando de uma única eleição. O coordenador da Igreja / Associação deve prestar contas para a comunidade e para o padre principalmente, e o “dinheiro que entra” não deve ser confundido com o da Associação de Moradores, tal divisão se deu depois de “rolos” envolvendo o caixa da Igreja e da Associação.

A Associação de Moradores foi formada visando à organização coletiva dos agricultores na defesa de seus interesses e teria o papel de representar a comunidade diante do poder público local. Teve, portanto, sua fundação incentivada pela prefeitura de Cascavel em 1999, com o intuito inicial de acessar recursos federais destinados para a perfuração de poços artesianos. Na época, o poço artesiano seria a solução para a falta de água causada pela estiagem prolongada.

O coordenador tem como função ser o representante dos interesses da comunidade junto à prefeitura e, para tanto, é quem realiza reuniões, procura ouvir os demais membros da Associação e encaminhar suas demandas. Idealmente seria assim, no entanto, existem diversas dificuldades para quem cumpre esse papel, alguma delas são: a falta de participação dos demais membros, dificuldades em arcar com os custos coletivos das negociações e da manutenção de conquistas adquiridas, além das desconfianças com relação ao uso correto do suporte financeiro da Associação.

Levando-se em conta tais dificuldades, existem ainda as disputas internas na comunidade, com relação às políticas públicas e as atitudes antidemocráticas e patrimonialistas que acabam desestimulando a participação, além do que, as acusações devido às próprias disputas transformam quem está à frente da coordenação da comunidade, em alvo de críticas e de fofocas.

Podemos citar aqui alguns exemplos que ouvimos no trabalho de campo e de membros contrários a gestão atual da comunidade, mas que sofreram duras críticas, tanto do padre, como dos que estão na gestão atual. Os que administravam a

comunidade antes da “época das mulheres” e foram acusados de “desvio” de dinheiro do caixa, além de não controlar o “fiado”.

A oposição atual desfere “fofocas” e críticas que remetem ao caráter antidemocrático do coordenador, talvez por ter sido gerente de vendas muito tempo na cidade e por decidir certas necessidades da comunidade sem consultar os demais membros. Um exemplo é o telefone que deveria ser de uso público e, portanto, ficar numa localização estratégica próxima da Igreja ou da “bodega”, visto que, ao lado existe o sítio de um dos *colonos* “fortes” que poderia cuidar do telefone. No entanto, o coordenador instalou em sua própria casa, sendo muito mais de uso privado, da sua família, do que do coletivo dos moradores daquela comunidade.

Apropriações privadas de bens conquistados coletivamente, que assim “deveriam ser” utilizados, se formos considerar os preceitos e valores democráticos, são realidades da Linha São Roque e de tantas outras comunidades rurais brasileiras, visto que, a cultura política brasileira ainda tem muitas heranças autoritárias, tal como já discutimos no segundo capítulo desta tese.

Outro exemplo é o do refrigerador para armazenamento de leite, que por não ter dado certo a alocação e transporte do mesmo, acabou sendo destinado para um único *colono*. O botijão de sêmen bovino teve o mesmo destino, além disso, há acusações de vizinhos, que não gostam do coordenador atual, de que este, além de não querer vender “fiado” na “bodega”, ainda superfaturou a reforma do salão comunitário e desviou material para fazer a sua própria casa.

Os *colonos fortes* são os que mais se preocupam em preservar a imagem do grupo para quem chega, ou para os demais grupos vizinhos dando a impressão de que é uma comunidade “organizada” onde “todos se dão bem”, não existindo ali conflitos. Trata-se de proteção da fachada (GOFFMAN, 1985), procurando apresentar para os “de fora” apenas os aspectos que positivam a imagem do grupo.

Entretanto, pude observar a presença de conflitos e disputas no interior da comunidade em torno da Associação de Moradores, entre gestões que faziam acusações recíprocas, levantando suspeitas com relação à administração da “bodega”, do caixa da igreja e do dinheiro arrecadado com as festas, bailes e jantares promovidos. Tais processos sociais conflitivos, não eram privilégio dos distantes, mas entre pessoas próximas, de uma mesma família, sendo possível notar conflitos envolvendo disputas por terras ou mesmo devido ao rompimento de solidariedades baseadas na “ajuda mútua”.

Os conflitos marcam a memória coletiva do grupo, principalmente o momento em que nenhum dos homens aceitou gerenciar os espaços comuns por dois anos. Isso se deu na época que a direção foi passada pelo padre para as “mulheres”, sendo recordada pelos homens como a “época das mulheres”. Longe de parecer uma democratização das relações de gênero, com as mulheres tendo a oportunidade de participar ativamente nos assuntos coletivos da comunidade, tal solução, proposta pelo padre, é recordada para reforçar a renúncia de participação de todos os homens na gestão dos negócios comuns, devido aos conflitos.

Este episódio pode ser interpretado, por outro lado, como uma forma de envergonhar os homens, por serem incapazes de se entenderem e frente às acusações de corrupção, as mulheres aceitarem conduzirem os espaços comuns. Foi uma forma de mediar os conflitos, moralizar os espaços já que as mães de família não se limitariam à esfera doméstica e privada, adentrando no espaço público, cuidando do mesmo como se fosse suas casas. Por outro ângulo, pode ser entendido o espaço do sagrado, da Igreja, e, portanto “de respeito” tentando dominar o espaço profano da “bodega”, onde seriam discutidos pelos homens assuntos diversos sem a presença das mulheres.

A entrada das mulheres por um período curto de seis meses (há seis anos) no cenário coletivo da comunidade, não significou uma inversão de papéis, ou uma maior valorização das mesmas, perante seus pares, mas o que pude perceber foi que, mais uma vez, nos jogos sociais daquele campesinato, a mulher é entendida enquanto uma agente secundária, tal como no trabalho da lavoura, “se precisar ela ajuda”. Na memória do grupo o significado da “época das mulheres” não passou de uma “ajuda” acessória aos homens com o intuito de salvaguardar o mínimo de unidade no grupo, para a manutenção dos espaços sociais comuns.

Tais conflitos deixam claro que as relações assimétricas e de poder com relação ao “outro”, não são somente com relação aos “de fora” e que a aceitação de tais relações mesmo no interior do grupo ou de uma mesma família, não é feita sem tensionamentos. Não existe identidade homogênea e harmoniosa dos *colonos*. Existe, por assim dizer, uma identidade mais geral de *colonos*, mas que é matizada por diferenças internas, que não ameaçam a construção de um *nós* coletivo.

5.3 Os *colonos* e os *assentados* como seu “outro”

Nas relações dos *colonos* com a comunidade vizinha de *assentados*, o estigma (GOFFMAN, 1988) se interpõe como um limite para as interações sociais ocorrerem, dificultando a aceitação dos *sem-terra* / *assentados* pelos *colonos*. Mesmo com a aproximação social entre os dois grupos o estigma se mantém, mas não com a mesma intensidade. A aceitação é maior naquelas famílias mais próximas do modelo de trabalho dos *colonos*, sendo este, um dos principais elementos classificatórios do “outro”.

Os *colonos* a partir deste modelo fazem a distinção dos *assentados* entre “trabalhadores”, “bem sucedidos” e, os que “não trabalham”, por isso, “mal sucedidos”. Tais classificações servem para, a partir do seu próprio grupo, legitimar quem se aproxima dos *colonos* e desclassificar, deslegitimando a posse da terra e acesso às políticas públicas dos que se distanciam dos mesmos.

No passado recente, os pais dos *colonos* construíam suas identidades na relação com o “outro”, indígena ou *caboclo*, incorporando elementos ideológicos elaborados pelo Estado, no processo de colonização para desqualificá-los e deslegitimá-los da posse da terra. Uma ética do trabalho produtivo serviu ideologicamente para deslegitimar outros grupos e agora se faz presente, de forma resignificada, para julgar os *sem-terra* / *assentados*. Mas como afirma Hall (2005), a diferença faz com que questionemos nós mesmos e percebamos nossos limites. Se num primeiro momento os *sem-terra* em geral são vistos como pessoas “suja” e que “não prestam” ao terem os mesmos como vizinhos, possibilita-nos interrogar verdades, olhando de forma questionadora para a sua própria comunidade.

Dificuldades de aceitação dos *sem-terras* / *assentados* se deu no início enquanto tentavam se estabelecer no assentamento, reconhecer o diferente, significaria legitimar a presença destes no território. Não obstante, a imagem construída em torno de uma desqualificação do *assentado*, é quebrada pelo reconhecimento positivo daqueles que mais se aproximariam do modo de “ser” dos *colonos*, (que compartilham do mesmo *ethos* do trabalho) e reforçada naqueles que mais se afastam, ou que não foram “bem sucedidos” materialmente.

A reprovação daqueles que querem acessar a terra, sem comprá-la, ou “ganhando do governo”, indica como se vê o *colono* no espelho do diferente que o questiona. Tais (des) classificações são construções sociais produzidas com referência ao

ethos deste grupo, que vê como natural, normal e correto o seu estilo de vida, sua visão do mundo social (BOURDIEU, 1990), sendo também uma forma de controle social, sobre aqueles que não possuindo terra, ou ao estarem naquele meio rural, que ao menos sejam *peões* seguindo assim o modelo ideal de trabalhador da região.

Ouvi de outros *colonos* e, especificamente de Altivo Massa, a história de compra de um lote por um “homem da cidade” e, por conseguinte, estranho ao assentamento. Scavenhago residia há tempos na cidade, dono de dois mercados e algumas mercearias, o mesmo, sabendo dos riscos que poderia perder tudo, ainda assim tentou ampliar o seu sítio de trinta alqueires, que fazia divisa com o assentamento pagando uma quantia irrisória em comparação ao valor de mercado das terras daquela região.

Neste caso, Scavenhago deu um lote no distrito do Rio do Salto, um carro velho, uma televisão e uma espingarda cartucheira em troca do direito de um lote de oito alqueires. Como não podia residir em cima da terra, somente formou pastagem onde antes, segundo o *colono* Altivo Massa, era tudo quiçaça, ou seja, já estava virando mato ralo devido à suposta falta de aptidão do *sem-terra* ao trabalho.

Os *colonos* apoiaram tal negociação e emitiram opiniões em favor de Scavenhago que teria comprado o direito, mas na visão dos *colonos* e de alguns *assentados* errou em não colocar ninguém em cima do lote, além de retirar a cerca e expandir a sua propriedade para 38 alqueires.

Ele vendeu o direito e se mandou no mundo, depois que o seu Scavenhago formou pasto, os outros *sem-terra* ficaram sabendo e juntaram quarenta, cinquenta iguais a eles e invadiram lá de novo. Aí o seu Scavenhago como é homem muito correto, deixou quieto. Você sabe como é essa gente aí dos *sem-terra*, não dá para confiar muito (Colono Altivo Massa, 47 anos).

O *pequeno fazendeiro* e comerciante teria formado pasto com capim colonião, e já estava soltando o gado em cima, quando houve noticiários na mídia local de que estavam vendendo terras no assentamento, uma “bodega de vender terra” no dizer do *assentado* Mateus Becker. Um dos *assentados*, de nome Otácilio Costa, que havia sido líder do MST e *ex-assentado* do Vitória, ficou sabendo da situação e convocou os demais que estavam acampados no distrito vizinho do Rio do Salto para ocuparem o lote e tentarem retomá-lo para o Assentamento.

Pouco antes, e na tentativa desesperada de reaver parte dos R\$ 18.000,00 gastos na compra do direito do lote, Scavenhago se aliou ao *assentado* Edvaldo Pereira,

mediante acordo verbal de que um dos filhos de Edvaldo ficaria morando no lote e depois pagaria a quantia desembolsada pelo comerciante.

Para a família Pereira tal oferta lhes interessava, pois na tentativa de reunir a família o que já vinham fazendo, pois já teriam comprado lote e colocado outros três irmãos enquanto *parcelários* no assentamento.

Quem ajudou a articular a ocupação do MST no lote que estava sendo perdido, foi Otacílio Costa. Foram cerca de cinquenta pessoas do acampamento Dorcelina Folador que ocuparam a área colocando em cima do lote David Costa, filho de Otacílio e que estava acampado. Aproveitaram para ocupar outro lote vendido para outro comerciante da cidade, onde o líder daquele acampamento e também do MST, Matheus Becker, se fixou.

Tal episódio ocorreu há cerca de quatorze anos, mas é recordado de forma viva na memória dos *colonos*, quando querem reforçar que os *sem-terras* não prestam e “invadem” terras alheias.

Do lado dos *sem-terras/assentados* vinculados ao MST as recordações são mais vivas ainda e, suas atitudes naquele momento são justificadas como uma maneira de moralizar o Assentamento e recuperar uma terra pertencente ao Estado e destinada para as famílias que estão lutando por Reforma Agrária.

Já para os *assentados* da família Pereira, que não tocam no assunto, e o silêncio quer dizer muito, já foram acampados, chegaram a passar fome nos barracos de lona, mas vivem a contradição de apoiar os *colonos* na compra daquele lote. A família Pereira é a que mais compartilha do *ethos* de trabalho dos *colonos*, compartilhando da visão de que somente pelo trabalho se legitima a terra e, acima de tudo, tentam ter como vizinhos parentes ou pessoas da família. Estes sim seriam confiáveis e trabalhadores, portanto, dignos de tê-los como vizinhos.

Na visão dos *colonos*, em geral e de Altivo Massa (coordenador da Linha São Roque) deixam transparecer a crença em que o seu grupo é superior e por contraste refere aos *sem-terra* como pessoas inferiores ao me indagar: “você sabe como é essa gente né? Não dá pra confiar muito neles, a maioria é sujo e se fossem trabalhador mesmo, não precisavam ganhar terra do governo. O problema maior agora são os jovens ali do assentamento, os pais não souberam educar os filhos”.

Ao perguntar sobre as divisas de suas terras e da comunidade quase sempre os *colonos* omitiam a existência do Assentamento Colônia Esperança e, diziam que o próximo lugar era o distrito rural de São Salvador.

Os *sem-terras* na fase de acampamento, enquanto esperavam a distribuição dos lotes, alguns membros adultos das mais de trinta famílias saíam trabalhar para os *colonos*, seus vizinhos, seja na colheita do algodão, na limpa e colheita do feijão ou ainda outros tipos de trabalhos “por dia”, objetivando complementar o sustento familiar.

Na visão dos *colonos* os *sem-terras* são inferiores a eles, mas o fato deles não terem “invadido” e entrado na terra para substituir um presídio estadual fez com que se tornassem mais toleráveis para os *colonos*:

Sim! Eles são *sem-terras*, mas eles não invadiram ali. Esta era uma terra de um fazendeiro que tinha no começo 10 alqueires e foi comprando dos pequenos agricultores e no fim tinha 110 alqueires, foi quando o governo comprou dele para fazer a Colônia Penal (Colono Silvio Kratz, 59 anos).

Como vemos na fala deste *colono*, denota-se pelo menos três processos sócio-históricos: 1) O processo de expropriação que muitos agricultores, inclusive os *colonos*, sofreram principalmente nas décadas de 1960 e 1970, após a chamada “modernização conservadora”. 2) O processo de formação de fazendas e concentração de terras decorrente da expropriação ou mesmo da expulsão dos *colonos-sem-terras*. 3) Os processos de organização dos *colonos-sem-terras* e de luta pela terra no contexto da derrocada da ditadura militar e redemocratização do país.

Na fala do mesmo *colono* se reconhece que atualmente eles são “que nem nós, microagricultor” (Colono Silvio Kratz, 59 anos). Ou seja, existe uma gradação do que seria o certo e errado, entre o correto, dentro da lei e o que a transgride, não sendo tolerável para o mundo dos *colonos*. A “invasão” de terra é condenável pelos *colonos*, mesmo porque a propriedade privada da terra sempre foi valorizada, desde as colônias velhas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas, intolerável mesmo seria a vizinhança com pessoas que tivessem cometido crimes diversos:

Eu preferi mil vezes que os *sem-terras* viessem pra cá, não só eu mas tudo aqui era a favor de que aquela gente viesse pra cá. Se fosse prisão ali, Deus me livre, eu já nem tava mais aqui (Colono Silvio Kratz, 59 anos).

As fronteiras sociais entre *colonos* e *assentados* não são tão rígidas, ao ponto de não serem atravessadas. Isso pode ser notado, no caso, por exemplo, do descendente de *caboclos* por parte de pai e *colonos* por parte de mãe, que vivia na Linha São Roque, o Seu Beto Lima, viúvo que já havia criado todos os filhos e “se juntou” com a irmã do

assentado Ligeirinho, abandonando inclusive a casa do *sítio* onde morava, colocando-a a venda e dividindo o dinheiro com seus oito filhos que moram na cidade.

Além disso, a filha de Pedro Silva (aquele que teve uns rolos na presidência) é casada com David Costa, *assentado* que no passado foi militante ativo do MST.

O descendente de *colonos* ucranianos, Antonio Servinhago, disse-me que uma filha sua é casada com um rapaz do Assentamento e que os mesmos moram na cidade. Apesar da família do genro ser do Assentamento, não se impede as críticas aos *sem-terras/assentados*, principalmente no quesito trabalho que de acordo com Antonio os mais novos são menos trabalhadores ao serem comparados aos “velhos”, mesmo estes não trabalhavam como os *colonos* “sempre” trabalharam.

Entre as alianças, por conta do assentamento, ocorreu o casamento entre o “rapaz do IBAMA”, que na verdade é do IAP (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ), com a filha do *colono* Luiz Kratz e, de certo modo, é um dos que também dispunha de informações privilegiadas sobre os *assentados*, fazendo circular entre os *colonos* críticas e reprovações sobre a vinda de recursos públicos para os *assentados*.

Na visão dos *colonos*, os *assentados* “ganham” muito além do que mereciam, pois a terra já havia sido uma dádiva e, deveriam ter comprado a mesma, pois os *colonos*, quando ali chegaram tiveram que pagar pelas “posses” ou para receberem os títulos deveriam pagar para as empresas colonizadoras. A terra já era o bastante, se fossem mesmo “trabalhadores”, mas para os *colonos*, os então *sem-terras* “ganham” carro de boi, plantadeira de tração animal, calcário e cestas básicas nos primeiros anos e apesar de já não estarem recebendo tais políticas públicas, ainda circulam-se boatos que ainda recebem benefícios estatais:

Eu acho justo o governo ajudá, só não pode fica ajudando sempre, parece que até hoje eles recebem ajuda do governo e pra nós, com o PRONAF melhorou também, mas se não tivesse esses programas do governo, até eu já tinha abandonado a agricultura (Colono Antonio Servinhago, 65 anos).

Cabe ressaltar que, embora os *colonos* tenham certeza de que todos os *sem-terras / assentados* foram beneficiados com as políticas públicas do Estado, se conversassem com os mesmos a respeito e dessem ouvidos aos seus argumentos, saberiam que nem todos receberam tais políticas.

Quatro famílias não receberam recursos para a moradia, por constar duplicidade de lotes da Reforma Agrária. Estas duplicidades se deram com as trocas informais

efetuadas entre os *assentados* da Colônia Esperança com outros Assentamentos na Região Oeste do Paraná.

Cito aqui o exemplo da família de Juarez Silva, a qual participou da luta desde os primeiros acampamentos, entretanto, não soube esperar a vinda dos recursos e resolveu trocar a terra com outro *assentado*. O motivo de tal troca teria sido porque no outro assentamento (Vitória) estava “caindo recursos”, quando chegaram no novo lote os recursos cessaram e começou a “cair recursos” no assentamento que antes estavam, o que fez com que propusessem uma reversão da troca, mas aí só conseguiu acessar parte dos recursos do PROCERA.

5.3.1 Posições e classificações sociais entre *colonos* e *assentados*

Quando transitava na região no período da realização da pesquisa, certo dia encontrei na beira da estrada uma mulher e seu filho que trabalhavam capinando uma plantação de mandioca, me disseram que trabalhavam de “peão por dia”¹⁰⁵, neste momento deixou transparecer que sua maior aproximação e amizades eram com os *assentados* da Colônia Esperança e não com os da Linha São Roque.

Compreendi, no decorrer da pesquisa que as aproximações não eram somente por afinidades subjetivas, mas devido à posição social que ocupavam, ao serem caseiros em uma chácara na Linha Scanagatta, e ao estarem inseridos na hierarquia social da região como sendo mais próximos dos *sem-terras* / *assentados*.

Na visão de mundo dos *colonos*, aqueles que não dispõem de terra não podem ser reconhecidos como igual, ou no mesmo patamar e, são inferiorizados pelo que lhes falta que é a terra e a autonomia de trabalho, pois trabalham para os *outros*, além de não possuírem residência fixa devido à eterna busca por trabalho com diferentes patrões.

Ao chegar a uma terceira comunidade, São Salvador e, perguntar sobre os agricultores da região, remeteram às classificações de quem são os *fortes* nas comunidades. No caso da Linha São Roque, seriam os Richetti, os Ferrari e os Kratz, de certa maneira, os *fortes*, se identificam mais entre si. Além do recorte étnico, dos de *origem*, distanciando-se dos brasileiros, existem os quesitos que lhes conferem *força* e *fraqueza*, ou seja, diferenciações de *status* social entre os outros agricultores da região.

Apesar de não ser o objetivo deste trabalho, é preciso constar a relação entre *colonos* e *brasileiros*, aparece nas duas comunidades estudadas. Salienta-se que entre os

¹⁰⁵ Trabalhador rural que recebe ao final do dia o equivalente em dinheiro pelas atividades.

colonos no passado a reprovação aos *brasileiros* era mais explícita, os casamentos ocorriam contra a vontade dos pais, que não aprovavam nem mesmo o namoro com *brasileiros*, por não ser de *origem*. O pai, já falecido, de Maria Ferrari, casada com João Lima (irmão de Beto Lima, casado com uma *assentada*), dizia que o seu preconceito se desfez depois de conviver com o genro e que dentre todos os outros genros ele era o que mais gostava, por ser tido como o mais honesto e trabalhador, superando inclusive os demais, de descendência italiana.

Vale ressaltar que a relação interétnica entre *colonos* e *brasileiros* já foi estudada por Bloemer (2000), pesquisando as identidades étnicas de *caboclos* e *italianos* nos campos de Lages em Santa Catarina. Tal como observado por Bloemer (2000), notei que João Lima chama os *colonos* de “gringo” em contrapartida os *colonos* o chamam de *sem origem* ou *brasileiro*.

Tais relações vão ocorrer no interior do assentamento, o líder do assentamento que se orgulha por desenvolver diversas atividades de trabalho e ficar atento às políticas públicas, critica uma família de brasileiros que não “sabem trabalhar” por ser de outro sistema. “Eles não tem ganância para ganhar mais, plantando um milhozinho e tratando aqueles porquinhos que você viu solto lá, para eles tá loco de bão” (Assentado, Mateus Becker, 47 anos).

O *colono* considerado *fraco*, por não possuir terras suficientes e nem trator dispõem de uma autonomia menor, equiparado àqueles que possuem. É somente após os “fortes” terem feito todo o trabalho, que vão realizar o trabalho do seu vizinho mais “fraco”, que em situações de emergência precisam recorrer para vizinhos ainda mais distantes ou então esperar.

O *peão* seria o exemplo maior de fraqueza, aquele que, apesar de sonhar com a terra e almejar autonomia, fica dependente do patrão e ocupa a posição mais baixa na hierarquia social local. A palavra *peão* pode ser sentida como xingamento, por ser indicativo de um *status* inferior. O tom pejorativo que carrega já causou brigas na *bodega*, entre um *colono* e um filho de *colonos* que foi chamado de *peão*, por trabalhar nos aviários do vizinho.

Sem-terra e *peão* ocupam posições sociais mais baixas da hierarquia social local. Pois em meio a grupos sociais que tem a terra como valor social e moral, como referência primeira para a construção de suas identidades, não possuí-la é o mesmo que não ser considerado e valorizado perante os demais. A terra é a pré-condição para realizarem a produção agropecuária e a reprodução social da família, não ter acesso à

mesma, significa viver na precariedade, insegurança e estar sujeito aos mandos e desmandos do patrão, correndo atrás de serviços temporários ou ainda tendo a esperança incerta de um dia se tornar *assentado* da reforma agrária.

A conquista da terra propicia uma mudança na identidade que é a condição de *assentado*, embora ainda sofra com a continuidade do estigma, faz com que no decorrer do processo de assentamento os que participam dos jogos sociais e que tornaram-se bem-sucedidos através do trabalho, conquistem também o respeito e reconhecimento no mundo dos *colonos*. Para tanto, é preciso ter uma capacidade de agência, que lhes permitiu defender-se dos riscos externos, aproveitar de forma eficaz as políticas públicas e conquistar a autonomia de produtor agrícola.

Embora, não seja possível demonstrar “força” e deixar o patrimônio como herança para todos os filhos, pois em média sete alqueires naquela região não são capazes de comportar mais de uma família. Por isso, uma das estratégias é o gado leiteiro e a fabricação de derivados do leite, como queijos e manteigas para a venda junto com produtos cultivados na horta. A rede de clientes, na Feira de Pequenos Agricultores, são algumas das alternativas de venda dos produtos e para se manterem nas terras, mesmo que escassas.

Os *colonos* “fortes” não emprestam trator e implementos e não costumam fazer trabalhos para os mais “fracos” que não dispõem do maquinário e buscam assistência em outras comunidades. Alguns *colonos fracos* carregam uma mágoa dos *fortes*, por não dispõem de solidariedade nos momentos de plantio e colheita. Muitas vezes a hora do trator fica mais cara do que de um “de fora” da comunidade. Ao conversar com Antonio Servinhago, *colono* considerado “fraco”, foi perceptível certa mágoa de quem é “forte” por não ser mais solidário:

Eles têm, mas é para eles só, não saem fazer trabalho para os outros, mas é melhor assim não tenho o capital parado enferrujando. Eu pago para os outros fazerem e depois não me incomodo (Colono Antonio Servinhago, 56 anos).

Ao passo que sem se colocar como vítima, consegue ver vantagem em não ter um capital parado se depreciando e exigindo manutenções periódicas. O trator dá autonomia aos *colonos* “fortes” e que dispõem de um fundo de manutenção (WOLF, 1970). Se “quem compra terra, não erra”, frase popular para referir que a terra é um investimento certo e que tende somente a valorizar, sinaliza por outro lado que: a compra de trator e implementos para a produção envolve não só o custo para comprá-los, mas igualmente para mantê-los.

No interior de uma mesma família pode haver certos tensionamentos, com relação aos empréstimos de equipamentos, implementos e maquinários que emperram as solidariedades familiares que tendem a diminuir, causando o aumento do desejo de compra desses equipamentos, no sentido de não ficar dependente do empréstimo de um parente.

Quando entrevistei o *colono* Altivo Massa, ele fez um automapeamento dos moradores da Linha São Roque, tendo como princípio de julgamento os moradores que participavam da comunidade. Alguns eram simplesmente excluídos do seu mapa rabiscado em uma folha de papel, como o caso de um idoso, que morava sozinho e que foi lembrado por dona Rosa, mas excluído por Altivo que retrucou: “esse não conta, é isolado e não participa da comunidade”. Este senhor apresentou um mapa daqueles que fazem parte da comunidade, incluindo somente os *colonos* e *donos* de terras. Os chamados “peões”, empregados dos proprietários de sítios, não foram considerados, pois estes não fariam parte da comunidade apesar de morarem ali¹⁰⁶.

Para fazer parte da comunidade é preciso participar e dificilmente um “peão” terá cargo de direção devido à situação transitória dos contratos de trabalho e, portanto estaria aí a razão para a “falta de compromisso” dos mesmos. Há ainda o agravante de que muitos patrões não permitem que os mesmos deixem por muito tempo os sítios onde moram e trabalham.

No entanto ao conversar com um arrendatário¹⁰⁷ comprador de um lote no Assentamento o mesmo indicou um *peão* de uma fazenda e um sitiante que não tinha sido *colono*, que havia sido peão na zona rural e depois na cidade, mas comprou um pequeno sítio de três alqueires às margens do riacho São Roque onde vive da venda do leite.

Trata-se de Pedro Silva que teria sido presidente da comunidade juntamente com Toquinho, peão da Fazenda do Dr. Pereira, este último, de acordo com um casal de *colonos*, se “isolou” e não participa mais da Linha São Roque devido aos “rolos” envolvendo o livro-caixa da diretoria.

¹⁰⁶ Já a liderança do Assentamento, ao desenhar o mapa da comunidade, incluiu as divisas com São Roque, São Luiz e com a fazenda de Zafre (que dizem não ter documento daquelas terras).

¹⁰⁷ Tal arrendatário envolveu-se em um conflito com um vizinho no assentamento que tentou agredi-lo com um facão, o arrendatário Roberto Carlos em resposta o feriu com arma de fogo, na região da virilha do seu vizinho, que faleceu por hemorragia. Talvez, por isso, ele ao invés de me dizer o verdadeiro nome apresentou-se como “João do Pulo”. Roberto Carlos se considera muito mais como pertencente à Linha São Roque, mesmo por que é um comprador do lote que não participou da luta pela terra e ao arrendar terras de *colonos* pela região o mesmo diz pertencer a São Roque e não ao Assentamento Colônia Esperança.

Se inicialmente o casal de *colonos*, que moram ao lado da Igreja me disse que ali todos se davam muito bem, todos eram amigos, vivendo em plena harmonia. Com o tempo, conversando com os demais *colonos* e depois com o próprio casal, revelaram-se os conflitos.

O Assentamento por muito tempo não teve bar, nos fins de semana aqueles que quisessem beber se deslocavam nas bodegas das comunidades vizinhas, tanto de São Salvador como da Linha São Roque, como era Pedro Silva o presidente, este tinha um perfil de vender *fiado* na confiança de que pagariam, foi daí que surgiram os *rolos*, pois tanto um *peão* da Fazenda do Dr. Pereira, como um *assentado* ficaram devendo na bodega da Linha São Roque.

Na gestão das mulheres, o bar não funcionou, mas com a entrada posterior de Altivo Massa na diretoria, a possibilidade de comprar *fiado* foi eliminada, trazendo a sua experiência de quase vinte anos com vendas no comércio urbano de Cascavel (PR). Tal atitude entrou em choque com as relações de reciprocidades, baseada na confiança.

Para entender a atitude de Altivo Massa é preciso entender que ele ainda jovem saiu para morar na cidade de Cascavel, onde morou durante vinte anos, lá trabalhava como vendedor, chegando a ser inclusive gerente de vendas de uma grande empresa. Com a idade acima dos quarenta anos encontrou dificuldades para arrumar emprego na sua área, o que fez retornar ao sítio. Apesar de continuar com um *ethos* de trabalho, próprio dos *colonos*, na tentativa de manter o padrão de vida anterior, mantém atitudes mais frias e calculistas na “bodega”, como a proibição do “fiado”.

No mapa feito por Altivo Massa desconsidera até mesmo o Assentamento Colônia Esperança, onde a sua própria terra faz divisa. Para este, a comunidade vai até o sítio do *colono* Antonio Servinski e ainda desenhou as construções do sítio Formigueri, cujo dono mora na cidade, afirmando que ali já era o Distrito de São Salvador.

No entanto, entre a Linha São Roque e o Distrito de São Salvador existe o assentamento Colônia Esperança que no passado pertencia a Linha São Roque e as diversas pequenas propriedades rurais faziam parte do São Roque II, mas com o tempo foram sendo vendidas, tornando-se a Fazenda Piana. Ainda na década de 1980 foi vendida ao governo do Estado do Paraná.

Tanto *peões* como *sem-terras* / *assentados*, não são como eles, são diferentes e tidos como “inferiores”, portanto, alguém como um pesquisador não poderia se interessar por eles e no seu mapeamento não precisavam ser considerados.

Se formos traçar uma hierarquia social local tendo por referência a maneira de agir e de pensar de quem é hegemônico naquele território, no caso os *colonos*, teremos na extremidade inferior os peões e *sem-terras*, negando a possibilidade de serem *colonos*, por não disporem da terra, na extremidade superior o *fazendeiro* que apesar de não morar e trabalhar dispõem de muita terra, e nas posições intermediárias estão os *assentados*, *colonos* “fracos” e *colonos* “fortes” estes conseguem praticar uma economia moral ao se referirem ao valor-terra, valor-trabalho, valor-família e o valor-autonomia. Vejamos de forma esquemática a hierarquia social local: Peões e Sem-terras < Assentados < Arrendatário < Colono Fraco < Colono Forte < Fazendeiro.

5.4 Assentamento Colônia Esperança: da luta à conquista da terra

A luta social pela terra que teve como resultado o Assentamento Colônia Esperança foi iniciada ainda no primeiro semestre de 1984, na ocasião estavam reunidas cerca de 300 famílias, formaram um acampamento às margens da BR 277, nas proximidades da comunidade rural Vila Góes, na cidade de Lindoeste (PR) que fica a cerca de 20 km da cidade de Cascavel (PR).

No acampamento, que durou cerca de três anos, havia uma grande heterogeneidade de trajetórias sociais dos acampados. No início atraiu aqueles de pouca terra e que a consideravam insuficientes para viverem, além daqueles que eram totalmente sem-terra, sem-moradia e nada a perder:

No acampamento tinha de tudo, tinha gente que precisava de terra mesmo e tinha gente que nem precisava que tinha sua propriedadezinha, mas que queria um pedaço maior aí ficava ali né. Botavam filho ali pra ficá cuidando, tinha uns brasiguaião... achava que pegava na outra semana terra mas não era desse jeito e ia embora. Vinha ali só pra tentá aventurá, mas aí via que a coisa não era como eles pensava, que era mais difícil, demorava mais. Só foi ficando os que não tinham onde morá bem dizê né (Assentado Juarez Silva, 49 anos).

Nos anos finais da ditadura militar, aquelas 300 famílias organizadas pelo MST, resolvem enfrentar a repressão e tornar público os seus anseios por democratização da terra. Uma parte das trezentas famílias foi compor o Assentamento Vitória I e posteriormente o Assentamento Vitória II:

Inicialmente, no final dos anos 1980, os agricultores sem-terra da região acamparam à beira da estrada, nas proximidades da Vila Góes,

uma comunidade pertencente ao município de Lindoeste e distante dele seis quilômetros, permanecendo neste local por aproximadamente dois anos. [...] Os agricultores desse acampamento foram posteriormente transferidos para uma área provisória, pertencente ao Estado, adquirida para a construção de uma colônia penal (BRENNEISEN, 2002 p. 130).

Na área onde seria a colônia penal acamparam um grupo de 56 famílias vindas, de processos anteriores de des-territorialização sofridos naquela região, resolveram se organizar em um acampamento às margens da BR 277 próximo à Vila Góes em Lindoeste (município vizinho à Cascavel-PR), onde ficaram por certa de dois anos, ao serem transferidos para onde seria o assentamento, tiveram mais seis meses acampados na área. No assentamento, após seleção feita pelo IAP, permaneceram na área apenas 13 famílias que assumiram seus lotes, e ficaram ainda por mais um ano acampados em barracos até construírem as casas definitivas em cada lote no assentamento. Ou seja, foram três anos e meio de acampamento até chegarem a se fixar de forma digna na terra com suas casas.

Interessante notar a resignificação que a área de terra destinada ao assentamento teve, em temporalidades distintas. Se antes da chegada dos *colonos* era terra de *caboclos*, assim como todas as terras designadas pelo Estado para a Região Oeste como devolutas, posteriormente foi terra de *colonos*, estes por sua vez, devido aos processos já discutidos ligados e que levaram a endividamentos e expropriações dos mesmos, fazendo com que houvesse um processo de concentração fundiária das terras dos pequenos sítios nas mãos de um único dono.

O *fazendeiro* comprou os sítios de *colonos* endividados ainda na década de 1970, na década seguinte (1980) vendeu para o Estado do Paraná que por sua vez, tinha a intenção de instalar uma Colônia Penal Agrícola¹⁰⁸.

O assentamento iniciou-se no ano de 1987, com a realocação das famílias, intermediada por políticos locais, para uma fazenda de 270 hectares (112,5 alqueires paulistas), integrante da comunidade Linha São Roque II¹⁰⁹ e comprada no início da

¹⁰⁸ Temos, portanto alguns processos que se cruzam aí na análise do contexto social da época com o enfraquecimento da ditadura militar e aumento das mobilizações sociais em geral e, em torno da terra, ao passo que houve nas décadas de 1960 e 1970 o surgimento de diversos latifúndios formados por “grileiros”, o crescimento das cidades com a saída de diversas pessoas do meio rural e o consequente crescimento da pobreza e da violência urbana que no entendimento dos governos da época, governo estadual José Richa – PMDB (1983 – 1986) e Governo Federal João Figueiredo - PDS (1979 – 1985) de que a questão social deveria ser resolvida enquanto “caso de polícia” ao invés de ampliarem a cidadania.

¹⁰⁹ Essa fazenda foi sendo formada no decorrer da década de 1980 em meio as crises econômicas pelas quais passava o país e que levou muitos *colonos* a venderem seus pequenos sítios de até 10 alqueires para um único fazendeiro (informações dos próprios colonos), fazendo com que a Linha São Roque II, que era

década de 1980, pelo Estado do Paraná. Como dito anteriormente, o objetivo do Estado era usar área para a colônia penal, isto despertou a insatisfação dos *colonos*, que se organizaram por meio de abaixo-assinado e articulações políticas conseguindo que a área tivesse destinação para o Assentamento Colônia Esperança, que teve o nome derivado desse processo.

Entre os políticos que mediaram a questão, estava clara a disputa entre os projetos para aquela área de terra: seria destinada à repressão e aprisionamento de pessoas que cometeram algum delito ou para promover justiça social com a distribuição de terras para aqueles que trabalham e demandavam terra há anos?

O apoio dado pelos *colonos* tinha como justificativa, muito mais, a negação da colônia penal, do que a posituação da luta pela terra. Ou seja, na eminência de chegar a serem vizinhos de presidiários, pessoas que poderiam ter cometido crimes diversos, convivendo com o temor de possíveis fugas, decidiram favorecer os *sem-terras*. Essa atitude, no entanto, não significou que tinham compaixão pela condição dos que estavam acampados, mas foi avaliada como “dos males o menor”. Isso fica claro quando nas falas dos *colonos* percebe-se que, ainda hoje, o processo de estigmatização com relação aos *assentados* está presente.

Para Wanderley (2003a) reforma agrária resulta de um conjunto de ações dos poderes públicos, com o intuito de democratizar o acesso à terra para os trabalhadores rurais que não a possuem. Ela se faz em um campo de forças, onde diferentes atores atuam para viabilizar ou restringir a sua realização. Como se sabe, as dificuldades são inúmeras, o que faz da luta pela terra: 1) Uma opção social e viável politicamente, mas que traz uma carga dolorosa para quem a vivência. 2) É uma decisão de lutar que envolve avaliações sobre as chances de sucesso e estratégias para atingir o objetivo, ou seja, uma esperança de que a luta seja favorável e estimule a entrada e continuidade no movimento. 3- “a luta pela terra representa uma experiência extremamente dolorosa para os que dela participam e exige uma extraordinária capacidade de resistência” (WANDERLEY, 2003a p. 207).

A defesa dos interesses é perpassada por escolhas morais articuladas a um repertório cultural dos camponeses, em suas diferentes vivências cotidianas, permitindo que estes resistam aos que estão em posições dominantes. As ações fragmentárias e difusas dos camponeses são vistas por Scott (2002) como formas cotidianas de

fruto de uma divisão interna da própria Linha São Roque, praticamente sumisse com o tempo e com as vendas das propriedades pelos *colonos* ao fazendeiro.

resistência, que possuem uma dimensão oculta, não ficando tão públicas, podendo ser individuais e articuladas com as ações coletivas e públicas.

Podemos encontrar resistências cotidianas entre *colonos* e *assentados* no distrito rural de São Salvador, (Cascavel-PR) nas suas relações recíprocas que vão desde tensionamentos e disputas até alianças e cooperações. Os *sem-terras* que ascenderam para a condição social de *assentado*, nesse processo, tiveram inúmeras resistências com o intuito de acessarem a terra. Mesmo depois de alcançado tal objetivo, sofriam preconceitos, estigmatizações e dificuldades de aceitação tanto da sociedade mais ampla, como dos *colonos* que então eram seus vizinhos.

A decisão de lutar pela terra em meados da década de 1980 era tida como alternativa para ficarem na região. Esta compreensão vinha diante das crises, abrindo a possibilidade de se aderir a um acampamento e que se vai então, retrospectivamente adotando a leitura de uma condição de *sem-terra* sentida não só como negativa, como se torna fonte de orgulho para alguns, para realizar esse projeto de vida.

Tinha uma pessoa que fazia grupo e [nos dizia:] vamo organizá o pessoal, vamo acampá e tale e coisa... e a gente naquela esperança de ganhá uma terra, sabia que não era no otro dia que ganhava... aí fiquemo embaixo da lona mais de três ano, só ali na bêra daquela BR... (Assentado Juarez Silva 49 anos).

Ali se encontravam desde *agregados*, *arrendatários*, *bóias-frias*, pessoas *sem-terra* em geral, ou mesmo, filhos de *colonos* com pouca terra, que compunham a heterogeneidade das trajetórias sociais e das identidades sociais que se entrelaçaram naquela luta pela terra e pela vida.

Maria Aparecida de Moraes e Silva (2006) utilizando a técnica da história oral analisou as experiências e memórias de camponeses do Vale do Jequitinhonha que sofreram processos de expropriação da terra, até chegar às novas condições de vida e de trabalho encontradas nos assentamentos rurais. A autora identificou contradições entre os processos de conservação e dissolução de valores, entre as práticas sociais e individuais, concluindo que a migração e a expropriação não podem ser traduzidas pelo desenraizamento, pela desestruturação das tradições, mas, pela dialética do desenraizamento-reenraizamento reelaborando os códigos sociais anteriores no novo espaço e na nova posição social assumida.

O momento de partir para o acampamento marca a memória dos trabalhadores possuindo um forte significado, pois é quando decidem lutar, rompendo com uma situação de exclusão social (SILVA, 2006) ou de inclusão precária, decidindo também

pelo reconhecimento enquanto cidadãos de direitos, nem que para isto tenham que rever alguns de seus próprios valores, tal como o de respeito à propriedade privada a ser ocupada.

Para alguns, o assentamento é ponto de chegada à terra, para outros, pode ser (a volta ao) o ponto de partida para outras itinerâncias (SILVA, 2004; 2006). Alguns, portanto, continuam as resistências para acessarem à terra e outros fazem da desistência da luta pela terra, novos caminhos, outras “lutas” pela inclusão social, até mesmo na zona urbana.

A entrada e a saída de pessoas do acampamento demonstravam que aqueles que resistiram, estiveram em algum momento ao lado de muitos que desistiram, e tomaram outros caminhos, já que a conquista da terra não era tão imediata como alguns pensavam.

Para entrar no acampamento era preciso uma quantia em dinheiro a ser paga aqueles que estavam organizando, as lideranças recebiam essa quantia e cobravam uma colaboração semanal para as “negociações” com o governo. A organização contou ainda com a ajuda das CEBs e do STR de Cascavel, principalmente no apoio logístico com relação à comida.

O Fredolino que era o cabeça do acampamento, o cabeça mesmo, daí que tinha mais dois, três ajudante dele. Mas os cabeça era o Fredolino e a muié dele. A gente pagava dez conto por semana de mensalidade. E pra entrá lá pagamo 100 conto, era como se fosse 500 real pelo barraco, se não, não entrava. Daí quando foi na quinta truxeram nós pra cá, daí eles prometeram que no máximo um mês, dois mês, vinha comida né. Mas nós, tava no barraco, não tava, comida nunca farto. Daí eu fui em Lindoeste, e fiz um rancho tudo de bolsa sabe, pra vim pra cá e não passá fome. Se gostasse do lugar, nós ficava, se não pegava e ia embora e a comida não ia fora. Comprei farinha, arroz, açúcar, um tanto de sar. Quando ele [marido] chegô, tinha um monte de comida. Ele foi ver a terra e fico faceiro, mas que terra muié, vamo arriscá. Aí eu falei eu vô, mas se eu não gosta, poco tempo, vamo saí de volta. Se não saí logo a definitiva, vamo se arrumá pra i embora. Mas nós antes, se matava de trabaiá pra dá porcentage pro patrão, lá em Capanema [Sudoeste do Paraná] (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Como foi dito, um dos principais motivos para acamparem como forma de luta, estaria na expectativa de que a terra e autonomia de trabalho seriam conquistadas, entretanto, o trabalho para os *outros* é uma estratégia temporária para a reprodução social da família, ou comprar o que faltava na própria cesta básica, ou mesmo depois de *assentados* como forma temporária de sobrevivência, até que a terra produza. A prática

de trabalhar para os *outros* é recorrente nos *colonos fracos* e também nos *assentados*, principalmente naqueles que se endividaram com o plantio de fumo.

A desistência de muitos, era compreensível para as circunstâncias em que estavam, pois, entre as inúmeras dificuldades enfrentadas, ao decidirem lutar para chegar à terra, estava em morar em barracos de lona, tomando banho de rio e sem lugares adequados para fazerem a higiene pessoal.

A luta pela terra para os *sem-terra* pode ser aproximada da lógica de busca de novas terras dos *colonos* de um passado recente no Brasil meridional. No caso a seguir, o filho mais velho da família viria para debaixo da lona numa tentativa de assegurar uma possível posse de terra, pois não eram todos que vinham com a família inteira pra debaixo da lona:

Daí um dia eu vim para Cascavel, quando eu passei ali na Vila Góes tinha um barracão deles [sem-terras] ali na beira da BR, daí cheguei em casa de noite e disse eu não vou mais arrendar terra. Não vou mais arrendar terra... eu vou fazer um barraquinho e ver no que dá. Eu ainda tinha planta pra colhê e acertar com o patrão. Daí eu vim ali e acertei com aquele Fredolino, ele era o líder do acampamento, daí arrumei umas lonas de canteiro de fumo, arrumamo pros piá e veio o Antonio e o Ézio pra debaixo da lona lá. Todo dia eu vinha ali, trazer algum alimento pra eles, ver o que faltava. Mas eu ficava lá, tinha ainda os piá estudando, ainda o Valdecir estudava e ainda tinha as planta pra colher lá em Capitão. Decidi fazer isso por que cansei de dar a meia para os outros, daí vim pra um barraco ali e fiquei de dois anos naquele barraco (Assentado João Pereira, 66 anos).

Do trabalho duro pra os outros, surgia a expectativa de acessar plenamente uma terra, tal expectativa foi divulgada principalmente por meio de uma rede de comunicação informal, através da amizade entre vizinhos na mesma condição social:

Sempre na roça, lá em Rio Azul, tinha um irmão que tinha um pedaço de terra aí ele vendeu pra esse nosso patrão e nós ficamo lá um bão tempo, moremo 13 ano lá. Aí saímo por causa que uma amiga minha começo dizê, quem é pobre ganha terra né... Ela era agregada, lá vizinha. Lá [Município de Capanema] nós trabaiva pra nós, mas tinha que pagá a terça. Se ele desse tudo era vinte por cento pra ele, ensacado né. E se nós entrasse com tudo nós dava quinze por cento pra ele ensacado. Então o primero ano nós tivemo que dá o lucro, porque nós não tinha como prantá. Daí no segundo ano a gente começo comprá a semente e tudo, daí nós dava quinze por cento pro home. Mais nós trabaiva, o que nós trabaiva, tinha dia que antes da meia noite a gente não ia pra casa, tinha soja dessa altura assim, cortava tudo na foicinha e triava com triadera. Você nem sabe como sofremo. [...] Saímo de lá por causa dessa minha amiga que incentivô, que ia ter terra, quem não qué ter um pedaço? (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Na verdade tinha sete alqueires de tudo, mas como a mãe ficou sozinha a gente pegou uma parte da herança, como meu irmão mais novo tinha um problema de saúde, e ele ficou com a mãe, nós desistimos dos nossos direitos lá... (Assentado Mateus Becker, 47 ano).

Por mais que trabalhassem numa relação desfavorável, de exploração e subordinação ao dono da terra, havia ainda incertezas para se decidirem pelo acampamento, enquanto meio para conseguirem a tão sonhada terra. Estas incertezas advinham em *sair* do lugar de origem, conviver com pessoas diversas e desconhecidas até então, deixando para trás as relações sociais pautadas na confiança e afetividade construídas ao longo do tempo. É o caso da família de Josefa Bauer, que antes de irem para o acampamento trabalharam como arrendatários, por treze anos em uma mesma comunidade rural em Capanema-PR, onde “se davam bem” com todos os vizinhos e com o patrão que deu boas referências aos técnicos do IAP dizendo que “se aqueles não merecem terra, ninguém mereceria”.

Embora levassem uma relação “amistosa” com o patrão, sentiam-se explorados pelo mesmo e foi um senso de justiça que impulsionou a família Bauer partir para a luta por terra. Mesmo com as incertezas vivenciadas, esta família sabia que de fome não morreria, pois eram trabalhadores, e por serem trabalhadores mereciam terra, fazendo todo sentido para esta família, um dos primeiros lemas do MST, de 1985: “terra para quem nela trabalha”.

O desânimo e a vontade de desistir se faziam presentes muitas vezes, por conta não só das condições materiais de existência no acampamento, mas por terem que enfrentar o estigma por parte das pessoas que circulavam no entorno do mesmo. Entre as várias dificuldades impostas pela vida no acampamento, uma das que parece ter sido mais dolorosa, foi a discriminação que sofreram.

A sociedade mais ampla ao tornar hegemônica o modo de ser, de sentir e de pensar capitalista, tem tido como modelo de comportamento social, àqueles que respeitam e valorizam a propriedade privada da terra enquanto mercadoria. O processo de estigmatização (GOFFMAN, 1988) que atinge os *sem-terras* / *assentados* pode ser entendido como um conjunto de violências direcionadas àqueles que não se encaixam no modelo social vigente que na região se fez sob um passado em que a prática de *grilagem* e de fraudes concentrou a terras nas mãos de poucas famílias, negando, ainda hoje, o acesso democrático à terra na região.

Os *sem-terras* individualmente e os movimentos sociais do campo em termos coletivos, além de outras dificuldades, tem que enfrentar tais estigmas que funcionam como desmobilizadores das lutas e dos possíveis apoios da sociedade mais ampla em prol da Reforma Agrária.

Essas lutas sociais no campo, não são só por meios produtivos como a terra, são lutas por cidadania, travadas muitas vezes sob o risco de violências simbólicas com a aceitação de que estariam “errados” por reivindicarem direitos, além de violências físicas, até a morte de *sem-terras*, ou seja, a preponderância da concentração fundiária é mantida com, a estigmatização, silenciamento, até chegar ao extremo da eliminação do “outro” que a questiona, requerendo democratização da terra.

Reiterando esta reflexão, o cientista político James Scott, diz que “[...] muitos dos esforços dos camponeses serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância – em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência” (SCOTT, 2002 p. 30).

Foi na fase de acampamento que esta população sofreu maior estigmatização, pela própria condição material e existencial na qual se encontrava, morando em barracos de lona, discrepando daquilo que se considera o mínimo para uma vida digna. É o que percebemos nestas falas:

Cara, eu falo p’ra você, você veja bem, você pensa bem... A gente ficou dois anos de baixo de uma lona, você analisa só a gente ficá dois anos de baixo de uma lona. Era sofrido, lá você não tinha banheiro p’ra tomá banho. Lá você não tinha lugar, tinha que saí nos mato, era terrível. [...] Sem-terra naquele tempo era bicho, era oiado com mau zóio. Mas tinha gente que dizia que preferia mil veiz os sem-terra do que a cadeia né (Assentado Pedro Pereira, 49 anos).

Passava na rodovia e ficava ouvindo xingamentos... Passava ônibus lá e gritava: Tropa de vagabundo, vão trabaiáaa (imitou como gritavam). E era triste ficá ouvindo isso. Quando embarcava no ônibus, que sempre fazia compra, era só lá no Lindoeste, ali perto tinha só duas bodeguinha e era fraco... aí ia, comprava carne p’ra assá no domingo, verdura que faltava, nós tinha esse costume, agora porque nós ‘tava ali embaixo da lona não vai mais comê, daí nós ia né.. Nossa! Quando embarcava no ônibus... quando entrava... ainda que parava mais pra frente né... porque lá era muita criança né, aí quando parava, ouvia os comentário dentro do ônibus: Que tropa de vagabundo! A gente dentro do ônibus tinha que engoli né, vai brigá com tudo? (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Como se vê, das dificuldades enfrentadas por aqueles trabalhadores no momento do acampamento, o que suas memórias selecionam como um dos aspectos mais dolorosos foram as discriminações sofridas, fazendo com que, dar continuidade à luta

pela terra se constituísse num processo marcado pela resistência ou microrresistência que não era desvinculada da luta mais ampla pela Reforma Agrária.

Enquanto muitos não viam durante o acampamento a perspectiva de chegarem à terra e acabando por desistir, a capacidade de resistência (SCOTT, 2002; WANDERLEY, 2003a; MENEZES & MALAGODI, 2009) era testada no dia à dia do acampamento. O que amenizava tudo por que passavam era a esperança de um dia chegar na terra e não trabalhar mais para os *outros*:

Se o cara não tivé resistência pra agüentá essas coisa o cara desisti né. Eu não desisti, mas bastante gente desistiu... a luta não é fácil não, é sofrida. Quem desistiu, não agüentava ficá e dizia: eu vô parti p'ra otro lado, parti p'ra otra mióra né, isso aqui não dá pra mim. Só que a gente só vive de trabaia de pião, p'ro lado que for vai ter que trabaia mesma coisa né. E a gente tinha aquela esperança de ganhá terra (Assentado Juarez Silva, 49 anos).

À medida que a expectativa de “ganhar a terra” aumentava, revigorava-se a resistência ao aumentar a certeza de que teriam um lote da reforma agrária, ajudando a superar as dificuldades cotidianas:

A gente não desarcoçou, por uma coisa, a gente tava naquela esperança de ganhar terra, daí tá facero, daí não tá se importando o que passa, assim não sofremo tanto (Assentado Rodolfo Bauer, 60 anos).

Assim, na fase de acampamento e em outros momentos posteriores, mesmo se aproximando mais de uma situação de produtores agrícolas autônomos, o preconceito e a discriminação ainda estavam presentes.

Apesar do preconceito sofrido, o entorno desde o acampamento terá papel preponderante enquanto apoio para a continuidade na luta. Se num processo de assentamento a relação com o entorno é de suma importância para a própria existência do assentamento, causando impactos, muitas vezes positivos, transformando a vida dos assentados (LEITE *et. all*, 2004), na fase da luta e depois nos primeiros anos dos assentamentos, as relações com o entorno, por mais que sejam relações que visem “tirar proveito” e explorá-los, auxiliavam na subsistência das famílias:

Nóis ficava ali, daí peguemo conhecimento, comecemo trabaia pra fora pra comprá as coisa de comida, e aí ficava ali...Até surgiu uma área, que eles comecaram a negociá essa área pra turma ficá em cima. Quando não conseguia alguma coisa do governo, da Igreja que vinha né, cesta básica. Nóis tinha que se virá, e trabaia de bóia-fria, que falava né...daí todo dia vinha com o caminhão de manhã carregava o pessoal trazia de tarde de vorta, limpá soja, coiê argodão, pra quebrá mio, arrancá feijão, serviço assim braçal né. Levava o pessoal. Daí

organizava os grupo que iam, pra um ou pra otro agricultor, cada um ganhava seu dinhêro e ia vivendo (Assentado Juarez Silva, 49 anos).

Lá [às margens da BR 277] a gente não ficou bem dois ano, aí fomo trazido pra cá... nós já ia desisti porque eu não aguentava mais... mas nós saía trabalha direto, levava junto os dois piá pequeno, os dois mais véio... nós ia todo dia, seis horas, de segunda à sexta. E no salbado eles vinham buscá quem quisesse trabaia, mas eu as vez não ia no salbado e ele ia, podia i de segunda a salbado se quisé trabaia. Vinham buscá 6 horas, arrumava os piá e ia trabaia... então a gente quase que ficava fora do acampamento... mas dá muita folia, muita gente... trezentas famiá em acampamento tudo na bera da BR sabe? Tudo um barraco a par do otro, que nem nós tamo conversando aqui, deiz barraco escuita tudo.. tudo um a par do otro, né. E daí quando você não qué se envolvê, é miór ficá quietinho no barraco, ou saí trabaia também uns dia (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

O acampamento aglutinava diferentes famílias, com trajetórias sociais diversas, que para a subsistência trabalhavam nos sítios e fazendas do entorno. A privacidade era reduzida por causa da proximidade dos barracos. As intrigas e fofocas pareciam inevitáveis, sendo o trabalho para fora, não só uma forma de garantir a subsistência, mas de dispor de tempo e espaço alternativos ao acampamento. Assim, num acampamento a capacidade de resistência é cotidianamente testada, pois a luta com objetivo maior que é a terra é perpassada por microlutas, entre famílias que se toleram, em prol do sonho de ter a própria terra.

Com o passar do tempo, pode haver na fase de acampamento a construção identitária dos *sem-terra*, no sentido de um “nós” coletivo, reforçado por solidariedades e ajudas mútuas para o enfrentamento das condições adversas. O registro da memória dos *assentados* traz não só a lembrança de ações coletivas, de “união” e da mística, das rezas, das reflexões coletivas em torno da causa em que lutavam. Relembrem, além disso, situações conflituosas, desentendimentos entre *companheiros*, tanto no processo de assentamento, como na etapa do acampamento.

Os conflitos existem inclusive na fase de acampamento. A reivindicação por terra é que lhes possibilita construir uma identidade de *sem-terra*, entretanto as diferenças e conflitos são vividos intensamente, fazendo parte da dinâmica daqueles espaços sociais, assim como narra um dos *assentados* mais antigos ao recordar o conflito entre os *sem-terras* e o líder do acampamento:

Aí de noite veio o Fredolino e nois já tava querendo derrubar o Fredolino. O Fredolino era o líder do acampamento ali e ele tava mordendo [recebendo dinheiro de] nós. Ele tava pedindo muito dinheiro e tava botando dinheiro fora e não trazia a solução né. Nós

achava no começo que ele tava acertando o passo pra nós, mas ele tava estragando né. Daí quando eles invadiram a Colônia Vitória [Fazenda Vitória e hoje Assentamento Vitória], a colônia Vitória era pra ser nossa, pois o nosso pessoal tava lá em Curitiba, onde hoje é o Assentamento Vitória em Lindoeste era pra ser pra nós ali da Góes [Acampados próximo a cachoeira da Vila Góes] mas aí o F. cedeu pra o pessoal de Inácio Martins que também tava acampado. Mas nós ficamos com raiva, por que ele deu de mão beijada pra aquele S. e pro B. [líderes do acampamento de Inácio Martins], deu de mão beijada pra eles. Aí de noite teve uma reunião e daí derrubemo o Fredolino, tiremo ele e colocamo um tal de Jorge Gonçalves. Daí a coisa andou, daí fizemo uma reunião e acertemo, daí no outro dia ele veio pra Cascavel, veio no IAP e falou com o Amilton [responsável pelo IAP na época], aí o Amilton disse, amanhã mesmo eu vou lá fazer cadastro de voceis (Assentado João Pereira, 66 anos).

As tensões e resistências internas dos próprios acampados culminaram na derrubada de um líder e a substituição por outro, que naquela ocasião demonstrava maior legitimidade para negociar, em nome dos interessados, com o poder estatal.

As diversas tensões mais abrangentes relacionadas aos representantes do Estado, aos grandes proprietários de terras, com o entorno dos acampamentos e assentamentos, podem ser entendidas enquanto relações de um jogo de forças específicas de determinado campo de poder. Por mais que existam o-posições entre os diferentes agentes, tais identidades posicionais do campo não suprimem os conflitos internos dos grupos que lutam por terra e na terra nas fases de acampamento e assentamento respectivamente. Tais espaços sociais apresentam um jogo complexo de relações externas e internas com a presença de tensões que lhe são constituintes:

O espaço social dos assentamentos tem sido pontuado por inúmeros conflitos que ao longo dos anos vêm marcando decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – os mesmos se apresentaram, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes dos próprios assentamentos – o que tem resultado numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo” (FERRANTE *et. all.* 2005 p. 55).

A construção da “união” em torno do objetivo comum, não excluiu os conflitos sociais internos, mesmo entre “companheiros de luta”, durante o acampamento. Dentre os conflitos que podem ocorrer entre pessoas de barracos diferentes, destacamos aqui, as disputas políticas em torno dos rumos da luta e as negociações com o Estado. Os próprios acampados podem não sentir-se representados e destituir uma liderança do

acampamento, substituído por outra, com maior legitimidade e, que teria maior firmeza nas negociações.

5.5 Das lutas pela terra às lutas na terra

O acampamento continuou na nova área em que foram transferidos, até a construção das casas. Foi nesse período em que os *sem-terras* trabalhavam para os *colonos*, enquanto aguardavam a distribuição definitiva dos lotes:

Trabalhei muito. Trabalhei muito de boia-fria... Trabalhei com os Mazureck aqui, trabalhei com aqueles Bonatto ali em São Salvador, pros Frizzon quebreo milho, aqui eu trabalhei por tudo. Aqui pra aqueles lado dos Bonato naqueles peral lá, nós rocemo tudo. Ali em São Salvador tem aqueles aviários de galinha também, rocemo tudo aqueles peral, aquelas banana. Saía daqui dos barraco, pra ir roçar lá. Isso foi no começo, depois que fiz uma safra aqui aí comecei a trabalhar aqui, daí o Antonio [filho] foi pra Mato Grosso (Assentado João Pereira, 66 anos).

Para os *assentados* que participaram da luta, o que legitima possuir um lote no Assentamento não é somente o trabalho, mas para além disso: saber como trabalhar a terra para torná-la produtiva, dominando técnicas agrícolas, trazendo conhecimentos tradicionais a respeito do tempo certo para plantar e das formas de cultivo. Alguns candidatos aos lotes, não tinham domínio de tais técnicas e conhecimentos, o que era notado tanto pela comissão que coordenava o assentamento, como pelos responsáveis do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para fazer a seleção de quem ficaria nos lotes.

Os conflitos entre os ainda acampados, mas já cultivando na terra, que talvez ficaria com eles, era comum. Os mais “briguentos” e “bêbados” eram fortes candidatos a não continuarem no assentamento, mesmo assim, os *assentados* que ficaram relatam em suas memórias um “erro” cometido pelos responsáveis da seleção, a presença de um rapaz solteiro, “bêbado” e que não era trabalhador, que não merecia a terra e que teria infernizado a vida dos outros *assentados* posteriormente.

Se o *outro* existe no interior dos próprios grupos, como já visto entre os agricultores estudados no Agreste Paraibano e entre os *colonos* do Oeste do Paraná, não seria diferente entre os *assentados* da Colônia Esperança.

No início do processo de assentamento, a “igualdade forçada” oprimia as famílias que procuravam se distinguir das demais e que procuravam manter seus hábitos alimentares com os recursos próprios que detinham. Foi o caso de uma das famílias que

trabalhavam fora do assentamento como *boia frias* e compravam carne e outras *misturas*, mas ocultavam o fato de que tinham recursos para uma alimentação mais completa em nutrientes, evitando serem acusados de que eram ricos e não precisavam de terra pelos demais *assentados*:

Prá começá, a gente trouxe um pouco de dinhêro, ninguém sabia, porque se contasse, não se sabe o que pode acontece. Que nem a gente trabaio de bóia-fria os poquinho, dia que vinha atrás, mas trabaia em falso né. Porque tinha gente que reclamô, que a gente comia carne muito seguido entende? Porque vem de tudo do governo, mas o sabão vem poquinho, erva não vem né, sabonete não vem, vem só feijão, arroz, azeite essas coisa né! Só que nem azeite eu nunca botei azeite até hoje nas panelas. Então trabaia, pegava o dinhêro e ia lá e comprava uma lata de banha. Tinha dois home que vendia, vinha aqui traze todo mês, colocaram até um açogue ali em [Distrito Rural] São Salvador depois que nós viêmo aqui. Comprava linguiça, costelona de porco trazia, tempereva, colocava na fumaça. Então a gente nunca passô miséria né?! Que nem tinha gente que não trabaia um dia se qué... Daí eu tinha o piá mais véio que vinham aqui chamá... coía argodão e tudo, agora tinha gente que não trabaia nem de brincadera né e ficavam com inveja da gente (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Como vemos na fala acima da *assentada*, por mais que o assentamento fosse considerado pequeno, ele gerou mudanças nas vidas daquelas pessoas que não estavam lutando para continuar na miséria, mas, desde o começo, queriam melhorar as condições em que viviam, entretanto, a todo tempo, eram testados pelos próprios companheiros que questionavam sobre a legitimidade das famílias recém-assentadas, levando em conta os princípios da necessidade da terra e do merecimento por meio do trabalho.

O assentamento, logo após assentar as famílias, gerou impactos econômicos no distrito de São Salvador, com a abertura de um açogue devido a maior procura por carne e embutidos. À medida que a produção foi aumentando e os recursos creditícios foram chegando, essas compras eram realizadas nos mercados da cidade de Cascavel.

Ao reinterpretar as vivências do passado em sua memória, a *assentada* Josefa Bauer relembra que o distinguiu até hoje a sua família como *assentados* bem-sucedidos, que souberam aproveitar os recursos públicos a eles destinados, foi por sempre serem reconhecidos como muito trabalhadores. Isto influenciou na decisão para ser selecionada, por mais que membros da comissão não gostassem de Josefa e quisessem excluí-la do direito ao lote. O técnico do IAP, não convencido, foi averiguar a “ficha” passada de sua família:

Ah ele ia se informá, onde a gente morava, se tinha problema tudo né? se faz financiamento não paga e tudo né? E a gente sempre trabaia muito, sempre se esforçô, era noite e dia na roça, a gente sempre

nunca passô fome porque trabaiamo muito nessa vida né? E lá era sempre era bem vindo nos vizinho e tudo né.. E lá no Alto Paradai, se dava com Deus e tudo mundo e saímo de lá que era p'ra ganhá terra mesmo né? Se não, não 'tava aqui né? Daí foram lá, esse técnico do IAP foi, chegô na bodega e pronto, e pergutô se fazendo de bobo sobre meu marido e tal... Aahn o home mais trabaiador que tinha aqui, honesto, trabaiador, que nós coía 400, 500 saca de soja no braço, mas nós não tinha domingo e não tinha noite. Era de sol a sol, de noite a noite. E esse home tava lá, que triava p'ra nós e disse: - Ah! Mas Deus me livre, se aquele não merece terra, então não tem ninguém que merece terra e tal, e vieram de cabeça feita (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

A ética prática (BOURDIEU, 1983) do trabalho duro e árduo não é exclusividade somente dos *colonos*, os próprios técnicos do IAP e que prestam assistência técnica da EMATER compartilham esse *ethos* do trabalho, pois são filhos de *colonos* e em alguma medida possuem o *habitus* de socializações primárias ainda nas terras dos pais.

Esse *ethos* (BOURDIEU, 1983) do trabalho, uma construção de uma imagem de si enquanto trabalhadores, não é exclusividade dos *colonos*. Os *assentados* que *ficaram* compartilham do mesmo *ethos* do trabalho e é a oposição entre trabalho e não-trabalho que justifica quem foi selecionado nas “peneiradas” tentando deixar quem mereceria a terra.

Se da parte dos *colonos*, os *assentados* não são trabalhadores, isso remete muito mais a uma construção social e estigmatizante do que a realidade de fato, pois os que “ficaram”, conseguiam se manter nos lotes, mesmo sem auxílio da mecanização que os *colonos* dispõem.

Mesmo com tanto cuidado para selecionar aqueles que ficariam no assentamento, isso não impediu que os conflitos sociais internos florescessem no momento seguinte à divisão dos lotes.

A aparência de união e harmonia do grupo na fase do acampamento se dissolveu enquanto *assentados*, nas reuniões com a comissão coordenadora do Assentamento, apareciam as divergências com relação à distribuição desigual dos lotes, de que a comissão teria favorecido aos “seus amigos” com os lotes melhores, com mais recursos de água, com menos pedras e com mais arvores “de lei”.

Se nos dois acampamentos anteriores ao assentamento houve momentos de maior unidade para a conquista da terra, estes momentos foram contrabalanceados por intensas disputas internas, como foi visto. Não foi diferente durante o processo de

assentamento, onde parte dos conflitos deve-se ao não reconhecimento, como iguais, por parte daqueles que passaram pelo “sofrimento de barraco” aos que não tiveram uma história comum de luta.

A comissão era composta por três membros do assentamento, um deles era um “comprador” do direito de lote e seu pai tinha um pequeno sítio de seis hectares na Linha São Roque. A comissão ficava encarregada de coordenar o assentamento e negociar com o Estado, mas na visão de Josefa Bauer acabava “negociando contra” os demais e espalhando a discórdia, por meio de boatos, fofocas e intrigas que geravam mais conflitos:

Eles eram tão farsos, por isso que eu falei: eu sô da verdade, eu falava na cara e na hora, porque diziam que tinha que discuti na hora e saí amigo, mas eu ficava na minha né, mas e... lá na reunião botavam o rabinho no meio das perna, depois ficavam de barraco em barraco fofocando, entende? Daí lá na reunião tudo era amiguinho... aí depois saía era fofoca aqui e ali. Eles falavam por trás, mas por frente não. Não era gente agitada. Mas antes de consegui os lote rezavam tudo junto, depois terminô a reunião de rezação. [...] E aí eu disse: faz mais de meis que ‘tamo discutindo p’ra ser parte igual, e tem otra, eu não vô com a tua cara, porque você chegô ontem, você nem era acampado, eu sô desde o começo e eu vô lutá, e eu quero a minha parte seja onde for, falei. Ah porque você é muito revoltada..., sô mesmo falei e bocuda, e eu quero partes igual, e se você não é home de sustentá o que foi tratado tudo nas ata, a pessoa que dá palavra não voltá atrás. [...] Sei que puxaram as ata lá, e daí discutimo e daí tinha que ser parte igual, se desse cem conto pra cada um, era cem conto pra cada um dos treze. Daí ele não queria que nós tirasse nossa parte, porque nossa parte era p’ra dá pro véio pai dele [...] (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Os recursos provenientes do Estado e as informações de que os mesmos estavam disponíveis para os *assentados* nem sempre eram socializadas para todos, principalmente aqueles que não eram “tão amigos” da comissão. Esta prática se repetia com relação à distribuição das cestas básicas, excluindo quem a comissão entendia que não precisava, porque sempre comiam carne e teriam, portanto, dinheiro para comprar a comida do mês. A carne nessa transição do acampamento para o assentamento vira símbolo de distinção. É justificada por Josefa Bauer como algo que sempre fez parte da alimentação da sua família e que sempre trabalhou duro para conseguir, pois nunca teria deixado de trabalhar para os *outros* mesmo quando estava acampada.

Com o passar do tempo essas inimizades geradas durante o processo de assentamento e o sentimento de inveja era explícito por alguns que viam alguns dos

assentados se tornarem *bem-sucedidos*, os símbolos de distinção poderiam ser uma casa melhor, ou com pintura nova, um carro considerado bom, ou mesmo uma junta de bois *fortes e bem* cuidadas.

Com exceção dos membros da comissão, os *assentados* de maneira geral até mesmo na construção das primeiras casas tiveram que enfrentar obstáculos diversos. Pois se na visão dos *colonos* os *sem-terras* não merecem terra, já na visão de um madeireiro era a oportunidade de lucrar, retirando as árvores melhores e entregando madeira de terceira categoria para os *assentados* fazerem as primeiras casas. A comissão que coordenava o assentamento e as negociações com os agentes do Estado, composta por três *assentados*, foi quem “negociou” com o madeireiro e mais uma vez o patrimonialismo e a confusão entre privado e público se fizeram presentes:

Daí o IAP, o Amirto [Técnico do IAP] foi lá no Baú, que tinha serraria na cidade. Mas tinha madeira, que uma madeira peroba dava pra você fazê a casa, se fosse umas pessoa honesta... esses mato virgem, umas madeira assim ó [mostra o diâmetro do tronco gesticulando]. Daí o Amirton foi lá e perguntou essas madeira aqui? Essas aí só dá uma casa, o Baú tinha comprado tudo as mais bonita, tinha comprado tudo da comissão. Daí a comissão pegava o dinheiro e consumia entre os treis e a gente nem sabia, né (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Como se vê, não é exclusividade do Nordeste do Brasil, relações de clientelismo, patrimonialismo, prevalência de interesses privados sobre o interesse público e coletivo. Sabe-se que não só no Assentamento, mas na comunidade vizinha dos *colonos*, houve apropriações privadas de bens públicos, além das desconfianças de corrupção e desvio de dinheiro da Associação e da diretoria da Igreja. Cabe ressaltar que muitas delas podem ser infundadas, servindo apenas para *queimar*, por meio de boatos, os que estão na coordenação dos bens comuns do grupo.

As “diferenças” entre os *sem-terras/assentados* podem estar presentes mesmo em momentos de maior unidade da luta comum, como depois que cada família já está em seu lote. Um episódio ocorrido no Assentamento Colônia Esperança é muito vivo na memória dos *assentados* e, envolve um rapaz que foi selecionado de forma *errada* na visão dos *assentados* por não possuir uma família, não se integrava ao grupo, sendo odiado pela maioria por seu comportamento desviante com relação aos valores morais centrais ao grupo.

“Barriga Verde”, era um catarinense, pertencente a uma das famílias que fez o movimento de migração para o Oeste do Paraná. Seus pais, no entanto, perderam suas

terras por dívidas ainda na década de 1970. Apesar de solteiro, conseguiu um lote no assentamento sob o argumento de que cuidava da sua mãe que era viúva. Com o passar do tempo Barriga Verde foi ficando cada vez mais doente devido à bebida alcoólica que consumia e cada vez mais se envolvendo em conflitos interpessoais no assentamento.

Numa dessas oportunidades teria assediado sexualmente a professora do Assentamento, em outra, tentou tomar a terra de outro assentado, cortando a mão do mesmo, o que fez com que ficasse com medo e saísse deixando o lote para trás. Barriga Verde agiu de forma parecida como a dos jagunços de décadas anteriores e se apossou temporariamente do lote, enquanto isso sua mãe morreu por falta de cuidados do mesmo.

Na visão dos *assentados* que tem como valores centrais a terra, o trabalho, a família e a busca da autonomia, Barriga Verde teria questionado todos esses valores e desrespeitado o grupo no conjunto de suas atitudes. Pois não trabalhava, ao invés disso bebia muito e incomodava os vizinhos que lhe rendeu outro apelido, de “diabo”.

Esta história foi narrada por vários *assentados*. Findou-se com o duelo de Barriga Verde e um *comprador* que tinha recém adquirido o direito de posse do lote em troca de um carro velho. Barriga Verde que acreditava ter tomado a terra e expulsado um dos *assentados*, dirigiu sua fúria em direção àquele *comprador* com uma faca de cortar carne na mão, no entanto, não sabia que o comprador estava armado e atirou em sua perna, atingindo uma veia, causando hemorragia em Barriga Verde que faleceu ali mesmo. Tal fato é narrado pelos *assentados* mais antigos, deixando transparecer que aquela morte foi comemorada pela maioria dos *assentados* naquele momento, sentindo-se aliviados com a morte de Barriga Verde. O *comprador*, deste modo, conseguiu respeito dos demais, apesar de também nunca ter compromisso com o assentamento, sentindo-se muito mais um *colono*.

Alguns dos motivos dos tensionamentos foi a venda dos lotes por parte de alguns dos *assentados*. As vendas dos lotes tinham a condenação não só dos técnicos do IAP, mas também, dos *colonos* vizinhos e fazendeiros que reforçavam sua visão negativa com relação aos sem-terra em geral, repetida diariamente pela mídia local.

A reprovação moral da venda parte dos próprios *assentados* que compartilham de uma economia moral (THOMPSON, 1998) ou mesmo de uma ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990) que tem como modelo ideal os *colonos* “fortes” e uma ética prática pautada no trabalho que justifique a posse da terra, mas mais do que isso, estes *assentados* que ficaram nos lotes, fazem questão de se distinguir dos que

venderam os direitos dos lotes. Não concordando com a visão dos *colonos*, que colocam tudo num “saco só” os *sem-terras/assentados* como se não prestassem e que “só querem terra para vender”.

Os *assentados* antigos que sentiram o gosto amargo de ter passado pelo “sofrimento de barraco”, testando e superando seus limites da fome, do frio, da dor de sentir-se excluídos e estigmatizados, da intolerância com os próprios companheiros aprendendo a conviver com os demais, superando os limites da paciência à beira da BR 277 e na “eterna” espera da sonhada terra.

Tal sofrimento comprova a capacidade de agência e de fazerem a diferença (GIDDENS, 1989) mudando seus destinos. E mais que isso, a capacidade de fazer escolhas morais provando que a resistência é constituinte do campesinato (SCOTT, 1990, 2002; WANDERLEY 2003a; MENEZES & MALAGODI, 2009), deste modo, para aqueles que testaram toda a sua capacidade de resistência cotidiana e coletiva até chegar à terra e experimentar o sabor da vitória, a valorizam, entendendo que a terra é para o trabalho com a família, não para negociar ou desistir facilmente daquela dolorosa conquista:

O cara quer terra p’ra trabalhar e quer fazer rolo, aí começaram a vender, vender, vender... rolo, rolo e rolo”. (Assentado Pedro Pereira, 47 anos).

Nóis toda a vida fomo contra isso de vendê os lote, porque eu mesmo sô contra, porque um assentamento é p’ras famiá prantá. (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Tem gente que vendeu barato, olha esse lote aí, ele trocou numa casinha no valor de dois mil e quinhentos, e eles brigavam comigo, tem terra ai que eu não queria que vendesse, que eu sabia, que eu passei pelo assentamento, e que eu vim p’ra trabalhar, não venda a terra, não venda, eles diziam: eu vendo e faço o que eu quero e se escondia da gente, e dizia que a gente era contra do movimento, era contra a luta, não sou contra, quer vender venda né, quero ver amanhã você conseguir um pedaço de terra (Assentado, Otacílio Costa, 56 anos).

Enquanto uma política pública e social, a terra é destinada para a democratização do espaço agrário procurando resolver conflitos fundiários não só na região, mas no país como um todo. As tentativas de se iniciar uma Reforma Agrária por meio da territorialização de terras para as famílias despossuídas, na forma de assentamentos rurais é uma política social que permite que aquelas famílias consigam afirmar suas identidades enquanto agricultores que se pautam em uma economia moral camponesa.

Deste modo, tal política social não pode ser objeto de especulação, ou comercializada como uma mercadoria, pois não é esse o sentido que tal política tem.

5.5.1 Resistência aos estigmas e a terra enquanto o lugar da esperança

Nos próprios órgãos oficiais responsáveis pela reforma agrária, tal como o INCRA e no caso do Assentamento Colônia Esperança, o IAP, percebi em conversas com seus funcionários que ao invés de chamarem de Assentamento Colônia Esperança, chamavam de Assentamento Colônia Penal, não considerando o novo nome e os novos significados atribuídos por quem lutou por aquela terra.

Quem é que tem o poder de nominar e classificar as pessoas, coisas, lugares ou mesmo um novo território fruto de um processo de luta social? De um lado os *sem-terras*, após serem *assentados*, viram na terra ocupada e depois assentada a oportunidade de mudarem de vida, de realizarem o sonho da terra tão almejada para poderem sustentar suas famílias. Desde que decidiram lutar, gestavam a esperança de dias futuros melhores.

É neste contexto que a palavra colônia, pode ganhar diversos significados e usos conforme os posicionamentos sociais e relações de poder entre os diferentes agentes sociais envolvidos na questão agrária do Oeste do Paraná.

Como tantas “colônias” de terras que foram distribuídas na época da colonização e reocupação do Oeste paranaense, aquele assentamento conquistado no período histórico de redemocratização da sociedade brasileira, seria uma colônia não só de terras, mas de esperanças e garantia de um futuro melhor para as famílias que lutavam pela Reforma Agrária.

No entanto, para os técnicos do INCRA¹¹⁰, do IAP, e para a mídia local (televisiva, rádios e jornais escritos) aquela área de terra que era para ser um presídio, uma Colônia Penal Agrícola do Estado do Paraná, ainda era identificado entre os mesmos com o nome de Assentamento Colônia Penal, relacionando lugar de corrigir delitos e aplicar penas com os que ali estavam, agricultores *sem-terras* que, de certo

¹¹⁰ Cabe ressaltar que apesar de muitos técnicos das mais diversas áreas trabalharem no INCRA, isso não quer dizer que são favoráveis a Reforma Agrária. Muitas vezes se dá o contrário, são aqueles que dispõem de posições políticas conservadoras e contrárias a democratização da terra. Em 1998, eu mesmo ao ser estagiário no DETRAN de Cascavel-PR, fui colega de um funcionário do INCRA que estava emprestado para o DETRAN. Tal funcionário explicitava suas posições político-ideológicas em apoio aos grandes fazendeiros com quem tinha amizade de pescarias e de churrascos. Sua esposa na época era chefe regional do INCRA e compartilhava da opinião de que *sem-terras* eram pessoas “perigosas” e “criminosas”, por “invadir” terras alheias.

modo, transgrediram a ordem ao ousar lutar pela terra e que, portanto, não mereciam o devido respeito e reconhecimento público aos olhos de tais técnicos.

O nome batizado de Assentamento Colônia Esperança, pelos *assentados*, não passava de invencionice dos mesmos, disse-me um dos técnicos do IAP, outro funcionário do INCRA, em outra ocasião, disse-me que serve para não confundir com outra comunidade rural que tem nome parecido no distrito rural de São João do Oeste. Mas, fica claro que preferem chamar de colônia penal não só como forma de identificar e distingui-los ingenuamente de outra comunidade rural, mas de distingui-los dos demais *colonos* e aproximá-los de pessoas que são *fora da lei*.

O leitor pode tirar suas próprias conclusões e não concordar com minha análise, mas aqueles sem-terras, como tantos outros espalhados pelo Brasil, são pessoas, que embora, façam pequenas transgressões ao regime de propriedade privada, o fazem com um senso de justiça, em prol da democratização da terra e buscando cidadania, na expectativa de terem os seus direitos sociais respeitados.

Tanto os processos de aceitação, como de estigmatização do “outro”, não são plenos. Os estigmas não podem ser entendidos como armas sistemáticas de ataque ao outro grupo, no caso aqui dos *sem-terras/assentados*. Se os próprios grupos sociais não são homogêneos, são construídos em meio a relações de poder, hierarquias e tensionamentos, não podemos pensar que os estigmas, enquanto uma maneira de reforçar uma legitimação de si e do próprio grupo, são elaborados de forma que se construa uma negação total do *outro*, não há, pelo menos na realidade estudada, uma separação entre os dois grupos, nem tampouco uma integração entre os mesmos. O estigma e a evitação social, mesmo que disfarçadas, são habilmente reproduzidas, embora tenham diminuídas com o passar dos anos, nas interações entre *colonos* e *assentados*.

No processo de constituição do assentamento que se chamou Colônia Esperança, alguns desistiram e venderam os lotes, mas para os que *ficaram* foi uma vitória, a realização de um sonho há muito tempo perseguido e, portanto, uma valorosa conquista não só da terra, mas de uma relativa autonomia, contando com uma estabilidade que o trabalho como *peão* não permitia:

Eu no passado, que eu tentei chegá até aqui eu sempre pensei, eu trabalhava assim e pensava um dia quero ter meu pedacinho de terra pra mim fazê minha casinha né. Pensava assim vô comprá aqui dentro e fazê uma casinha, nem que eu tenha que trabaia pra fulano e fulano, ma chegô de noite eu tô na minha casa, no meu pedacinho de terra que é meu, que não percisa saí, ficá se mudando... Mas não tinha como eu

comprá, a terra cada veiz mais cara, e nós pobre que era uma tristeza, só trabaivava pra comê, comprá uma ropinha, mas eu tinha esse sonho de um dia ter um pedacinho de terra, aí surgiu essa oportunidade eu fui, mas sofri, sofri mesmo e não desisti. Eu fui lutando até que cheguei aqui, consegui, quando eu consegui pegá aqui, pra mim foi uma vitória né, uma batalha que eu sofri mas consegui vencê. Agora nunca mais, e dá o exemplo p'ros fio, pra não ponha fora isso aqui, que não foi fácil conseguí (Assentado Juarez Silva 49 anos).

A fantasia e o sonho também podem ser vistos como resistência a uma realidade em que as condições materiais de existência são precárias. Nesse sentido, a imaginação serve tanto de estímulo, como visão antecipada do futuro, reconfortando o presente vivenciado.

Do lado dos *colonos* terem como vizinhos *sem-terra*, fez com que refletissem, confirmassem, negassem e confrontassem com as imagens pré-construídas dos mesmos, mas que nem por isso fizesse ter uma aceitação plena dos *sem-terras/assentados*.

Esse processo do lado dos *sem-terra* não se passou sem que não sentissem o estigma que no passado enquanto *arrendatários*, *agregados* ou filhos de *colonos* não sofriam. Além de marcar a história daqueles que lutavam, na transição de *sem-terra* para *assentado*, demarcando na relação com os “de fora”, o “outro” que nesse caso era os *colonos* vizinhos.

Devido à desconfiança dos colonos a relação entre as duas comunidades era marcada por um distanciamento social em que o contato deveria se restringir à prestação de trabalho, sendo somente através deste que alguns *assentados* conseguiram conquistar o respeito dos *colonos*. O desafio era de se romper com o estigma e o descrédito que lhes eram imputados, compartilhando a mesma lógica e *ethos* de trabalho presente na economia moral dos *colonos*. Deste modo, as interações com os *colonos* vizinhos não foram tranquilas, fazendo com que o ciclo de reciprocidades próprio ao mundo rural, ficasse impedido de realizar tais trocas e relações com base em solidariedades básicas, como por exemplo, o fornecimento de ramas de mandioca citadas por uma *assentada*, que foi buscar no seu lugar de origem que fica a 109 Km de distância do assentamento. Vejamos o trecho abaixo:

Mandioca aqui por roda nem rama arrumaram p'ra nós. Fui lá onde nós morava, esse compadre nosso, que nós morava de divisa e truxe cem pé de mandioca dentro de um saco. Fui buscá lá no Alto Paradai, ninguém arrumava, pois não recebiam nem nós, diziam que não tinha, você vai arrumá de que jeito? Daí um dia eu fui, sofri, sofri porque lá da rodoviária nova tinha que ir p'ra rodoviária véia, na lotação tinha que ficá carregando um saco de rama por cima, e era rama nova né, mais sofri e cheguei em casa. Queria que tivesse visto o quadrinho de

mandioca ali p'ra cima, bem caprichado. Mas sei que não foi fácil. E- Não foi fácil assim da parte dos vizinho, só que hoje são tudo gente boa. Bem no fim hoje a gente pensa que eles tinham razão, só que a gente não queria aceitá né (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Cabe aqui destacar que a rede social informal que a *assentada* possuía no seu local de origem foi acionada como alternativa e, pôde aqui ser entendida como uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento cotidiano à não aceitação social por parte dos *colonos*.

As generalizações feitas no processo de estigmatização classificavam todos os *sem-terras* como pessoas que “não prestavam”, que não se enquadravam no modelo ideal de pessoa valorizada na economia moral dos *colonos*. Assim, continua a assentada, que era filha de *colonos* alemães:

É que nem vinha um home vizinho, que depois tomo veneno, vinha aqui e falava que a mulher dele mesmo falava que nós... nós não prestava, que aqui era uma biscataiada. daí eu falei: mas ela nem conhece nós, daí falei assim como tem muié sem-vergonha no acampamento, tem fora do acampamento, tem em tuda parte né... era uma discriminação, queria só que se visse, nós engolimo de tudo. não foi fácil, tivemos que enfrentá a discriminação também, mas depois que começemo prantá e viram que nós ia dá certo, daí quase que a gente se dá com todo mundo né... (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

À medida que foram se instalando e começaram a produzir, as primeiras rupturas sobre a imagem negativa dos *sem-terra* foram se efetivando. O estigmatizado foi aos poucos mudando de *status* ficando mais próximos dos que eram considerados “normais” pelos demais agricultores da região.

São detores de uma grande capacidade de resistência (WANDERLEY, 2003a; PLOEG, 2008; MENEZES & MALAGODI, 2009) e de agência (GIDDENS, 1989) que não se restringe ao aspecto econômico e produtivo em relação ao lote da Reforma Agrária, mas que inclui enfrentar todo um conjunto de estereótipos, preconceitos, distorções presentes no processo de estigmatização (GOFFMAN, 1988) desencadeado nas interações com o “outro”. Algum observador que vir a limitar-se ao econômico, pode concluir em sua análise que os *assentados* que muito trabalham, apenas se encaixaram na corrida para se enquadrarem no *status quo* e aumentar o poder de consumo incentivados pelo capitalismo. Por outro lado, isso pode ser visto, enquanto resistência, pois o esforço de trabalhar não se limita a conquistar bens materiais, mas também simbólicos que os possibilita provar para si mesmos que são “capazes” de sustentarem suas famílias decentemente, aumentando a estima própria, permitindo uma

maior aceitação de si mesmos e um reconhecimento social do entorno e da sociedade mais ampla, simbolizando que “venceram na vida”.

5.6 Centralidade do familiar sobre o coletivo

Na fase já de assentamento é comum perceber que os discursos públicos presentes no que uma *assentada* chamou de “reunião de rezação”, onde todos eram “irmãos” ou “amiguinhos”, mantinham um respeito disfarçado, de modo teatralizado, evitando-se as brigas e desavenças, ou falar o que se pensava sobre o outro *sem-terra*. Este discurso público sofre rupturas, após a divisão dos lotes, fazendo com que emergissem os discursos ocultos¹¹¹.

Se as práticas coletivas foram mais presentes durante o acampamento, a partir do momento em que adentram no assentamento, com os lotes já divididos, se intensificam as disputas e tensionamentos em que não se tem a preocupação em esconder as divergências, a não ser pelo medo de que chegasse aos ouvidos daquele que foi comentado ou dos que, em certos momentos, tem poder de definir acessos aos bens e serviços.

Explicitar tais intrigas, brigas, discussões do passado que se processaram tanto dentro como fora do assentamento e como cada um conta o mesmo episódio, nos leva a pensar como a fofoca circula naquele território. Um mesmo episódio pode condenar os *sem-terra / assentados* na visão dos *colonos*, mas para os primeiros foi uma maneira de moralizar o assentamento, como por exemplo, a retomada de um lote vendido a um *fazendeiro* vizinho ao assentamento, e impedir outras vendas futuras.

As identidades são construídas nessas interações e relações com o “outro”, não existindo coesão social plena em nenhum dos lados. Não é correto dizer que é porque é *sem-terra* é que são “briguentos”, pois a comunidade dos *colonos* embora mais discreta em ocultar os conflitos, tem seu desenrolar histórico-social permeado deles, principalmente no tocante a gestão dos espaços comuns.

É ilusão pensarmos em comunidades harmônicas e coesas, a não ser na ficção de determinado pesquisador, que não foi capaz de perceber os tensionamentos que perfazem o interior dos grupos, inclusive dos grupos familiares, cujos membros possuem interesses divergentes.

¹¹¹ Sobre discurso oculto e discurso público ver Scott (1990). Ver também Menezes (2002), esta autora discute a passagem do discurso oculto (fora do palco) para o público em Scott.

Alguns assuntos sobre conflitos entre os próprios *assentados* podem ser evitados por alguns. Um *assentado* considerado *fraco* tem mais razões para proteger-se de possíveis polêmicas e confusões com os demais, por ser mais dependente da “ajuda” dos vizinhos, preocupa-se em não detalhar os conflitos ocorridos, que possam apontá-lo como alguém *ingrato* e *contra* o grupo.

Do lado dos *colonos*, as brigas que ocorrem no assentamento são recordadas quando se referem aos *assentados* para reforçar a visão de que são inferiores, de que “não se entendem nem entre eles mesmos”. Sem contextualizar os fatos, recordam do episódio da briga no assentamento que resultou na morte de um dos *assentados*, enfatizando que “ali já houve até morte”.

A resistência cotidiana pode ser notada também nas tentativas de certos técnicos agrícolas ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em realizar projetos coletivos, como horta comunitária ou a compra de maquinários e implementos em conjunto com outros *assentados*. Tais projetos não foram bem sucedidos, devido a práticas cotidianas como fazer “corpo mole” ou chegar atrasados para o trabalho em conjunto, ou ainda o boicote de tais tentativas por meio da não participação efetiva.

Eles [MST] queriam fazer essa horta coletiva, mas eu falava pra ele, não dá certo essa horta coletiva, por que se eu começo a trabalhar sete horas da manha aqui, o vizinho quer começar oito e meia, nove horas, o outro dez horas, uns se mata de trabalhar, outro vagabundo vai lá, não dá certo. Até um dia eles fizeram uma horta coletiva lá embaixo, eu nem participei, tavam querendo fazer que eu participasse, mas eu falei, mas eu nem vou participar. Nem vou que não dá certo. Uns oito participaram lá. Ai o que aconteceu né, chegaram lá pra trabalhar, chegaram junto no primeiro dia, ai no segundo dia já, um chegou oito horas, outro chegou dez horas, o outro já não pode ir, ai conversa vai, conversa vem... tiraram umas verdura, aí o tomate já começou a morre, acabou morrendo tudo (risos) ai abandonou tudo. Ai abandonaram, não adianta. Nem com meus irmãos aqui dá muito certo de trabalhá junto, o Pedro [Pereira] tem o piação [rapaz] que aguenta trabalhar né, ai eu vou trabalhar, de repente a mulher dele quer dá uma trabalhada também, ai já começa dispacerar tudo né, desde já ele não vai acha bom, eu ir lá, ele vai querer pra três, de repente aqueles dois já não fez o mesmo horário que aquele outro fez. Já não dá, não controla. Já aqui eu faço do meu jeito, eu e a mulher, as crianças, podem ajudar, eles não tão na aula, ai vão lá, trabalhar um pouquinho, só colher assim, cata lixo, colher quiabo, tomantinha essas coisas é ligeira, coisa de feira né, daí quando eles tão na aula cedo, daí já cato tudo, depois de meio dia, só ficam na sombra arrumando, empacotando, ai ajudam e se viramo aqui (Celso Pereira, 44 anos).

Fica claro que a lógica coletiva, imposta de fora para dentro e de cima para baixo, não consegue a adesão dos demais, não só porque falta uma socialização nesse sentido que parta da realidade dos *assentados*, mas que a forma de trabalhar e as socializações anteriores, muitas vezes, não são consideradas por mediadores políticos, técnicos e lideranças de movimentos sociais. Tais socializações como já discutimos anteriormente é própria da ordem moral camponesa que tem como referência o trabalho com a família. A lógica, portanto, não é nem coletivista em prol de um possível socialismo e nem individualista, que reitere a competição e os empreendimentos capitalistas, a economia moral camponesa tem como referência a lógica familiar.

Assim, como no caso analisado nesta tese, no Nordeste brasileiro, em que o roçado comunitário acabou não dando certo e foi inclusive objeto de disputas, no caso do Assentamento Colônia Esperança não foi diferente, pois a horta comunitária foi um projeto de uma técnica agrícola, ligada ao MST, como tentativa de animar a cooperação coletiva no assentamento.

Talvez, um trator coletivo, pudesse ser uma boa saída para os momentos de preparo do solo, pois acabam recorrendo para o trator da prefeitura, quando está disponível, pois existe uma lista com todos os agricultores do município, ou então, em última instância, usam o arado de boi, que somente dois dos *assentados* dispõem atualmente.

A descrença da maioria em relação à possibilidade de um trator coletivo e compartilhado por todos da Colônia Esperança, é em razão das experiências coletivas malsucedidas no passado. Ao tocar no assunto, muitos *assentados* disseram que não daria certo, pois se o trator estragasse e tivesse que fazer uma “vaquinha”, seriam poucos que iriam colaborar. Outros citaram o incômodo que seria, pois alguns iriam querer usar mais, outros menos e não teria ninguém disposto para organizar como seria feita a utilização do trator.

A dificuldade em “trabalhar no coletivo” pode ser expressa na fala a seguir, denota a desmotivação em adquirir, via associação, um trator para uso comum dos *assentados*. Um dos argumentos é de que os “compradores” de lotes no assentamento, não tem o mesmo comprometimento com o grupo dos *assentados*:

Nós aqui não peguemo trator pela associação. Na verdade, [enquanto liderança] eu não fiz muita questão, porque na verdade nós tinha uns incrementos aqui e eu não sei, assentamento é muito ruim trabalhar em coletivo. Quando você trás o pessoal estranho, um de cada lado, e fica no acampamento um discutindo com outro, seis, sete anos. E você acha que isso vai da bem certinho, cem por cento, que um acredite no

outro? Em seis anos de acampamento faz tanta coisa. Não é fácil. Pega mil boi xucro, cada um de uma fazenda e joga ai pra você vê a briga que dá. É assim que fica os acampamentos, é uma triagem é uma faculdade, começa com cem, termina com trinta, o resto vai desistindo porque não aguenta. Sempre digo: o acampamento é uma faculdade, o cara que passou lá merece terra, quem não passou (risos), e aqui o problema é o seguinte, aqui tem muito comprador de terra que vem e acha que não tem compromisso com o assentamento. Eles acham que não tem compromisso, não participam da discussão. Os compradores de lote não se consideram de dentro de um assentamento, ele considera que ta em cima de um pedacinho de terra dele ali, na vida normal dele (Assentado Mateus Becker, 47 anos).

A dificuldade de se construir uma identidade coletiva dentro do assentamento que favoreça relações solidárias, deve-se, em partes, pela não identificação dos “compradores” com o restante do grupo. Os “compradores” não sentem-se pertencentes ao assentamento, participam das missas e atividades comunitárias de outras comunidades vizinhas. Constatei que pelo menos dois dos “compradores” preferiram fazer financiamento coletivo do PRONAF, com outros agricultores da Linha São Roque.

Tal regra é quebrada por outro “comprador” que é filho de pequenos agricultores vizinhos ao assentamento, pois desde que “entrou” no assentamento tem papel atuante na associação e compreende que ali é como se fosse outra comunidade qualquer.

Como falamos acima, o trabalho em cooperação, ou de forma coletiva não foi bem-sucedido. No que pude observar, existem cooperações como a “ajuda mútua” ou troca de serviços e de trabalho orientados pelos códigos de reciprocidades, só que é cada vez mais frequente o dinheiro mediar a compra de dias de trabalho de algum vizinho não tão bem sucedido, ou filho deste.

Muitos *assentados* preferem trabalhar no limite da própria família nuclear, ficando o trabalho dividido entre pais e filhos. Para aqueles que entregam feira na cidade o trabalho de toda a família é imprescindível tanto para a produção (plantio, limpa e colheita) como para a seleção e arrumação dos produtos para a venda.

Na família Pereira que participou da luta pela terra e está desde o início no assentamento, houveram solidariedades diversas entre membros da própria família para conseguir acessar a terra. Os pais, ao se aposentarem, cederam o lote para dois filhos trabalharem como *parcelários*. Posteriormente, em 2011, adentrou em 12 hectares, no mesmo lote, outro filho, onde mantém-se na terra através da prática de horticultura e venda nas feiras.

Uma das alianças para fora do assentamento foi de Pedro Pereira, o filho mais velho dos Pereira e primeiro *parcelário* de seu pai Evaldo Pereira. Pedro era reconhecido na região como um rapaz “trabalhador”, pois trabalhava com afinco e por dia para os *colonos* “fracos”. Foi numa dessas oportunidades que conheceu sua esposa na Linha São Roque, ao ajudar seus quatro cunhados que produzem hortaliças em 10 hectares. A partir daí conseguiu a sua inserção na feira da cidade, construiu sua própria casa e em três anos comprou uma camioneta para levar a produção para a feira, sem ficar dependendo dos seus cunhados, a quem hoje agradece pelas *ajudas* iniciais, mas também desfere críticas dizendo que foi ele quem os ensinou trabalhar.

Ensinou-os a trabalhar porque, segundo Pedro Pereira, eles queriam ficar muito mais como atravessadores, correndo atrás de produtos de outros agricultores para revender, uma prática comum entre outros *colonos* “fracos” da Linha São Roque que trabalham com feira. Na concepção de Pedro é preciso produzir os próprios produtos, mas não qualquer produto, saber qual vale a pena investir, qual terá mais retorno em termos tanto de saída comercial, como de valor agregado.

Doze anos atrás, outro filho de Edvaldo Vieira comprou o direito de um lote no assentamento onde mora e trabalha com sua família em 12 hectares, onde tem dificuldade de colocar horta por conta da localização do seu lote em uma parte com pedras e pela mitigação da água que não permite fazer irrigação.

Mesmo assim, Celso Pereira em um acordo feito na família dos Pereira, cedeu dois hectares que possui água em abundância, para sua irmã e seu cunhado que criam gado leiteiro, produzem hortaliças e as vendem para uma boa clientela da feira na cidade, o que lhes possibilita manter um padrão de vida razoável, notável pela casa de material que possuem, num padrão superior das demais do assentamento.

Se existiu solidariedades para conseguirem a terra tão sonhada, num momento posterior, com as famílias estão se mantendo na terra, a solidariedade é reduzida ao trabalho nos limites da própria família nuclear. A ajuda mútua mesmo entre irmãos de parcelas diferentes não se dá com frequência, o que faz com que trabalhem cada família em sua unidade de produção. Isto faz um *assentado* avaliar que mesmo em momentos de maior precisão, só pode contar com as suas próprias forças e com a ajuda divina, “Mas olha aqui é Deus p’ra si, e o diabo p’ros outros (risos) não tem negócio de um ajudar o outro não” (Assentado Celso Pereira, 44 anos).

5.7 Ascensão social, ser trabalhador e “saber trabalhar”

A terra por si só não produz, pode facilmente se “perder no mato” se não for bem aproveitada, portanto, para se tornar um “forte” é preciso muito trabalho na terra, contar com os benefícios de políticas públicas e diversificar a produção para conseguir “tirar daqui e dali”. Deste modo, não é somente o trabalho duro e árduo de quando os *colonos* chegaram na região, que conta nos dias de hoje, principalmente para os *assentados* da Colônia Esperança. É preciso “saber trabalhar”.

O trabalho no assentamento é parcialmente mecanizado, quando se têm recursos para pagar horas de trator, ou quando o trator da prefeitura está disponível para arar a terra, caso contrário, utilizam a tração animal. A junta de bois utilizada é vista pelos *colonos* e pelos técnicos agrícolas da EMATER como algo atrasado e que não se usaria mais hoje em dia.

Se por um lado os *colonos* colocam os *assentados* como “atrasados” com relação ao uso do trator e da mecanização, os *assentados* reagem dizendo que é uma forma de economizar custos para a produção e criticam os *colonos*, principalmente os considerados “fracos” como aqueles que não “sabem administrar”.

Para os *assentados* “bem-sucedidos” é preciso “saber trabalhar”, pois não adianta ficar “dando murro em ponta de faca” ou “regando uma árvore que já está morta”. É preciso “saber trabalhar” com algo que dê retorno, principalmente para aqueles que vendem seus produtos na feira, é preciso ter aptidão para o comércio e saber o que tem mais saída e preço para os clientes citadinos.

A trajetória social dos *assentados* lhes ensinou estratégias não só para lutar pela terra, mas agora de como se manter na mesma e tornarem produtores agrícolas autônomos. O assentado Matheus Becker ensina que é preciso além de trabalhar das 5 horas da manhã às 8 da noite, não se trata só de “baixar a cabeça e trabalhar” é preciso trabalhar não só “com os braços”, mas também com “as ideias”.

Nessa busca por autonomia, os *assentados* precisam contar com infraestrutura adequada para o assentamento (estradas, escolas, posto de saúde) políticas agrícolas favoráveis, inserção em programas do governo federal, tais como o venda direta para a merenda escolar, que permite em media uma renda bruta de R\$ 3.000,00 anuais.

A inserção no PAA (PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS) exigiu de Matheus Becker, enquanto liderança do assentamento, uma viagem até Brasília para conseguir uma carta de autorização para participar do programa, já que o mesmo está

destinado à agricultura familiar e necessitava da titulação da terra (que não dispunha) para comprovar.

As políticas específicas para os assentamentos, a busca por informação por parte dos *assentados* e o seu maior nível de organização, resulta muitas vezes, em mais recursos públicos para o assentamento do que para a comunidade vizinha da Linha São Roque.

O “saber trabalhar” inclui tudo isto, ao passo que, é uma resposta ao estigma sofrido de tempos anteriores e uma crítica direta a muitos *colonos* “fracos” que, por vezes, em conversas informais nas comunidades, compartilhavam o sentimento de inveja com relação ao tratamento dispensado pelo Estado aos *assentados*. As famílias destes *colonos* chegaram ali a mais de quarenta anos na região e se limitaram, nas últimas décadas, ao plantio de monoculturas ou na criação de gado leiteiro, mas sem muitos investimentos produtivos, em razão do receio em contraírem dívidas e perderem suas terras.

Criticando a visão de mundo dos *colonos* da Linha São Roque, que colocam o trabalho duro e árduo como fórmula para ser bem-sucedido, os *assentados* e outros agricultores, aprenderam que não adianta “se matar de trabalhar”, mas ter visão e conhecimento para a gestão do lote, levando em conta a realidade que os circundam, as necessidades de consumo da cidade, o mercado agropecuário de que participam e os produtos com maior valor mercantil e menor custo de produção.

A autoexploração da família e de si próprio foi uma estratégia de poupança, de fazer o chamado “pé de meia” dos *colonos* “fortes”, que lhes permitia comprar inclusive novas terras para a nova geração. O trabalho árduo do *colono* no passado, da colonização, lhe exigia muito esforço físico e extenuantes horas trabalhadas para honrar as dívidas contraídas com as novas terras compradas. Já para os *assentados*, faz mais sentido o que sintetiza a seguinte frase: “Não adianta se matar de trabalhar, sem ter visão das coisas. Não adianta só trabalhar com os braços, tem que trabalhar com as ideias também, a vida ensina isso” (Assentado Celso Pereira, 44 anos).

Esse foi um aprendizado que Celso Pereira teve, ao se endividar, construindo um barracão para servir de estufa para o fumo cultivado durante três anos, sem obter sucesso na atividade e abandonado pela empresa que prestaria assistência técnica.

Por cerca de dois anos, Celso realizou uma agricultura mais voltada para o autoconsumo até se equilibrar, para tanto contou com o Bolsa-Escola das crianças e com

o parcelamento das dívidas contraídas e agora se voltando mais para uma produção diversificada que entrega para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Isso demonstra que muitas políticas públicas acabam se fechando para as diferentes categorias sociais do campo. Como foi discutido no primeiro capítulo desta tese, as políticas públicas precisam contemplar essa diversidade do campo, visando aumentar a autonomia tanto de *assentados* como de outros agricultores familiares.

Uma economia moral que privilegia a segurança da família e não o risco que se corre no mercado, ou baseada no risco mínimo, onde a subsistência pode ser entendida enquanto uma reivindicação moral (SCOTT, 1976 MENEZES & MALAGODI, 2009). Esta economia moral pode ser contrabalanceada, em tempos promissores à busca de investimentos produtivos que gerem uma renda maior para a família. Isto também foi notado no caso do Nordeste, em que os *assentados* do Agreste paraibano buscam garantir suas sobrevivências em período de secas, mas não deixam de acessar créditos, visando à realização de investimentos nos lotes. Embora corram o risco de endividamentos e isto os faça recuar e preferir *tirar projetos*, alusão às políticas públicas que podem acessar tanto via poder público, quanto por sindicatos e ONGs.

A ética camponesa faz com que diante de dívidas, da desvalorização dos produtos no mercado e de intempéries climáticas que resultem em perda da produção, o agricultor que mora e trabalha na terra, pense primeiro em como continuar sustentando sua família, para tanto, não pode perder a sua terra e nem sua capacidade de trabalho. Por isso, uma lógica familiar é acionada e consegue jogar tanto com o mercado capitalista, bem como, com uma ética baseada no autoconsumo durante os tempos difíceis.

O modelo baseado mais no autoconsumo seria o do “caboclo” do passado e o modelo voltado para a produção para o mercado, seria mais próximo ao do *colono* “forte” com a maior parte da produção monocultora destinada para venda. Enquanto agentes sociais do mundo moderno, as continuidades e discontinuidades do campesinato estão presentes tanto nos *colonos* como nos *assentados*, nas suas interações cotidianas com os “outros”. Esse “outro” pode ser o Estado, o mercado, o outro grupo social, ou eles mesmos ao refletirem sobre as suas próprias trajetórias sociais.

Deste modo, aqueles *assentados* que obtiveram em suas trajetórias sociais um sucesso maior, desferem críticas aos “outros” que não chegaram ao mesmo sucesso. O exemplo de Mateus Becker que é considerado modelo de Reforma Agrária que deu certo, inclusive pelos técnicos agrícolas da EMATER, por ser alguém que está sempre

“buscando”, sempre se informando e alguém que, além da capacidade de liderança, sabe gerir o seu lote de quatorze hectares, com uma diversidade de produtos que entrega na feira e para o PAA.

Uma das críticas que se dirigem aos malsucedidos está a insistência em continuar numa atividade que não gera renda. O exemplo extremo de malsucedido e citado tanto pelo técnico da EMATER como por outros *assentados*, seria o de Juarez Silva. No seu caso, apesar de ser *assentado* com participação na luta desde o começo, ainda trabalha de *peão por dia* para os *colonos* da região, ou seja, ainda depende do trabalho para os *outros* para a reprodução social da família. Juarez Silva, além do Bolsa-Família conta com a ajuda do filho mais velho que trabalha na cidade.

Com um lote de sessesseis hectares no assentamento, Juarez Silva justifica que planta de acordo com as condições que dispõem, mas é incompreendido pelos outros *assentados* e até mesmo pelos *colonos*. Numa atitude defensiva Juarez se vê enquanto *assentado* equivalente a um *colono fraco*: “Nós assentado, somos menos valorizados, somos discriminados pelos colonos fortes” (Juarez Silva, Assentado, 49 anos).

Para os que o criticam na sua maneira de ser e de utilizar a terra, frisam que ele é mais do “sistema de trabalho” dos *caboclos*:

É outro jeito de trabalha né, o cara com uma terra daquelas, o cara planta só milho, sabe que milho não dá dinheiro, mas tu vai e planta só milho, só que plantando quebra né, se tu acha que uma coisa não dá certo é, tem que mudar pra outra, eu mesmo mudo, uma vez tinha um cara que vinha, de manhã cedo ele cobrava cinco centavos pra pegar o leite aqui, chegava no final do mês eu tinha que interar o dinheiro pra mim fazer o rancho da casa, digo, assim não dá, hoje eu faço queijo e vendo na feira, ganho muito mais (Assentado Pedro Pereira, 49 anos).

“Saber trabalhar” é tornar a terra produtiva, mas não como faziam e fazem os *colonos*, que valorizam um ritmo intenso de trabalho, mas é na visão dos *assentados* bem-sucedidos, acima de tudo, saber dominar o processo produtivo, escolhendo os produtos mais rentáveis e que irão chegar à mão do consumidor final, sem atravessadores que possam desvalorizá-los.

O trabalho é um valor moral que orienta inclusive as relações no assentamento. A identidade de *assentado* e merecedor da terra está associada ao trabalho, do contrário existem construções sociais que delimitam a fronteira entre aqueles que são trabalhadores e os que não o são. Os bem-sucedidos e que conseguiram bens materiais e recursos produtivos eram atacados por não estarem numa posição de igualdade, sofriam ameaças de terem que redistribuir o que tinham.

Nos primeiros anos de *assentado* a economia moral camponesa era acionada para os ataques e as defesas nas disputas internas do assentamento entre os bem sucedidos e os mal sucedidos, se alguns mal sucedidos reivindicavam a igualdade sob o argumento de que todos seriam “irmãos” e, portanto todos pertencentes a uma imensa família, precisando, portanto *repartir o pão* com os demais. Os bem-sucedidos se defendiam pelo *ethos* do trabalho, presente no modelo ideal de pessoa do lugar, compartilhado tanto por *colonos* como por *assentados* em melhores condições:

Muitos que não tinham as coisas, não iam pra frente, não é que não saibam trabaia, porque quem morava no sítio, sabe plantá, coiê, e tudo né, sabe até a lua, o tempo né. Mas eles não tinham vontade de trabaia. Eram vagabundo, gente vagabundo. Que nem o M. disse assim: tão errado, que nem o I., tinha porco, galinha, tinha vaca de leite e boi, esses que tem, e tem gente que não tem o que comê, tem que trazê pra aqueles. Aí falei: esses que não tem o que comê são porque são vagabundo da favela. Porque nós também nunca tinha terra e como é que nós nunca passemos fome. Tem que trabaia, não adianta você morá de agregado, ou ter terra se não trabaia. Não vai caí do céu, eu falei: Deus do Céu! Quase meti a boca nele, ele tinha terra, negociô, negociô e agora ta catando lixo na cidade de Cascavel (Assentada Josefa Bauer, 59 anos).

Para ser bem-sucedido, ou se tornar um “forte” no mundo dos *colonos* e daqueles *assentados* que resistiram no assentamento é preciso muito trabalho na terra, então, para o campesinato, não existe a terra sem o trabalho e vice-versa. Por isto, negociar a própria terra, vendê-la, é mudar de identidade e por vezes assumir identidades degradadas, como a identidade de “catador de papelão” na cidade é reprovável. Um “outro” que questiona e serve de exemplo negativo para legitimar a ideologia do trabalho entre os que ficam e usado como exemplo do que *não ser*, na educação dos mais jovens.

A busca por autonomia é uma característica dos camponeses, no entanto em situações de risco, recuar para uma situação que possa preservar o sustento da família e o patrimônio familiar, pode ser considerada uma estratégia para não cair novamente em dívidas:

Nosso sistema de trabalho é outro, se for pagar para plantar não dá. E fazer financiamento sem poder pagar também não, então eu planto do jeito que dá. Plantei milho com maquininha manual e depois pra coiê, a gente quebra o milho também com a mão. Tenho umas vaquinhas aí, a mulher faz queijo, vendo uns bezeros, uns porquinhos quando aperta e vamo levando (Assentado Juarez Silva, 49 anos).

Quando os “outros” o criticam, não analisam a trajetória deste *assentado* em meio a tentativas frustradas de melhorar a sua renda. Juarez assim como Celso Pereira, também acabou se endividando com a plantação de fumo e não conseguiu pegar muitos recursos no seu lote devido às trocas de lotes que teria feito ao ir para o Assentamento Vitória em Lindoeste onde ficou quatro anos, até retornar para o Colônia Esperança.

Além disso, a sua casa pegou fogo, perdendo todos os móveis e precisou contar com a ajuda dos vizinhos para reconstruir a nova casa. Sem recursos, a única saída que viu, foi continuar a trabalhar como “peão” para os *colonos* da região, mas sem vender o direito do lote, como outros fizeram. Sinteticamente Juarez justifica que após endividar-se, optou por recuar para um comportamento muito mais de subsistência com o intuito de continuar na terra.

5.8 “Forma assentamento”: espaço social e de afirmação de identidades

Se Lygia Sigaud (2000, 2009) definiu a “forma acampamento” enquanto um espaço social e simbólico que expressa a luta pela terra, podemos dizer que existe uma “forma assentamento”, um espaço social com conteúdos diversos, espaço de interações sociais e de afirmação identitária em um território reconstruído socialmente e reapropriado através do trabalho familiar na terra. Tal “forma assentamento” se diferencia de outras organizações sociais do meio rural brasileiro, tal como as próprias comunidades circunvizinhas com que interagem.

A “forma assentamento” dá continuidade à resistência e às lutas agora na terra, para não só se manter, mas para atingir autonomia. A afirmação de um *assentado* no seu lote é a sua afirmação identitária no território conquistado, entendido enquanto espaço social e simbólico de afirmação de produtores agrícolas em direção à autonomia, sem precisar da tutela estatal.

Por mais que haja questionamentos da mídia e dos “de fora”, a “forma assentamento” expressa simbolicamente o merecimento da terra conquistada, que a Reforma Agrária pode dar certo, com os assentamentos impactando na vida socioeconômica e política local e contribuindo com a sociedade mais ampla. Pois, onde existiam “vazios identitários”, sob o domínio de fazendas monocultoras, em seu lugar os assentamentos reavivam a vida social, permitindo a construção de novas identidades, novas territorializações e re-enraizamentos, gerando oportunidades de uma vida digna aos *assentados*.

Ao analisar os assentamentos, suas possibilidades, perspectivas, impactos sociais e territoriais, bem como um balanço de lutas, conquistas e o que ainda falta para uma vida digna, ao falar da vida dos *assentados* não devemos olhar somente

[...] a frieza dos números – embora eles também devam estar sendo avaliados – mas, sobretudo, outras apreciações sobre a vida e o trabalho dos assentados. Afinal, terra é muito mais do que um ativo financeiro imobilizado: é o lugar onde se vive, se trabalha, onde se é feliz, onde se nasce, onde se cresce e onde se morre. Sobre ela existe, além de um investimento econômico, um investimento simbólico e emocional (FERRANTE, BARONE & BERGAMASCO, 2005 p. 13).

São múltiplas vivências e experiências que só podem ser captadas por meio de uma metodologia qualitativa de pesquisa, conseguindo perceber que o debate vai muito além da ideia de “sucesso” ou “fracasso” de determinado *assentado* ou mesmo de um assentamento, existem outros fatores envolvidos, tais como os processos históricos anteriores que remetem não só a história do grupo enquanto parcela do campesinato expropriada, mas com relação às suas trajetórias familiares, individuais e suas escolhas condicionadas por limites e possibilidades antes e durante o processo de assentamento.

De acordo com os experientes pesquisadores Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite (2004), no geral, o surgimento de assentamentos em determinada região, traz mudanças significativas na qualidade de vida dos *assentados* e no contexto local e regional em que estão inseridos, mesmo com todas as dificuldades com relação aos serviços públicos prestados e o atraso para liberação de recursos para os assentamentos.

Ainda para Medeiros & Leite (2004) os processos de assentamentos rurais envolvem complexidades diversas, limites e possibilidades sociais, políticas e econômicas que interferem na vida dos *assentados* e, ao mesmo tempo, repercute no debate sobre a relevância da Reforma Agrária. Dentre algumas conclusões dos autores podemos destacar que: 1- Os projetos de assentamentos são espacialmente dispersos e muitas vezes sem infraestrutura viária, apoio financeiro, técnico, sanitário e educacional, que são precários. 2- Não há por parte do Estado, ações e intervenções coordenadas. A concentração de assentamentos em uma determinada região é muitas vezes fruto das formas que foram conduzidas as lutas. 3 – Existem múltiplas vivências e experiências nos assentamentos. 4 - A análise de sucesso ou insucesso dos assentamentos é simplificadora, mas acaba por debater a legitimidade ou não dessas intervenções fundiárias (políticas públicas). 5- Os *assentados* buscam legitimidade e reconhecimento. A legitimidade está na geração de emprego, aumento de renda,

alteração das relações de poder local. 6- Em pequenos municípios os efeitos econômicos, políticos e o rearranjo das relações sociais são mais perceptíveis, pois obviamente a proporcionalidade de *assentados* com relação à população é maior nestes municípios.

É possível dizer que os *sem-terras* ao chegar ao assentamento preenchem não só espaços vazios de convivência social, além disso, torna válido o sentido existencial para quem trabalha e requer uma vida decente a partir da terra. Mesmo em meio a dificuldades, lhes permite que reorganizem suas vidas e seus projetos futuros, pois os assentamentos reinventam o rural (SAUER, 2003) permitindo a reterritorialização daqueles que estavam excluídos socialmente pelas grandes fazendas que geram aqueles espaços de vazios identitários:

Mais do que falta de eficiência econômica, o latifúndio – como promotor do deslocamento geográfico através do êxodo rural – é símbolo, instrumento e lugar de exclusão social e marginalização política. Grandes extensões de terras são representadas como “não-lugares” [...] ou seja, espaços que materializam ausências e são representados como “vazios identitários” para milhões de pessoas (SAUER, 2003 p. 17).

O assentamento possui, portanto o papel de reenraizamento social e de construção de novos territórios, onde a prática social se faz presente. Os espaços dos assentamentos permitem a resignificação do lugar, a reconstrução de identidades, de novas redes de relações sociais e sentimentos de pertencimento a um lugar específico, com fronteiras delimitadas que é o assentamento:

A luta pela terra é um processo social de reforço de vínculos locais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, se constituindo em um processo de reterritorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado. O assentamento (e as próprias parcelas e lotes) é caracterizado por limites e fronteiras, resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade a seus habitantes [...] (SAUER, 2003, p. 19).

No entanto, como pude constatar com este estudo, essas fronteiras não são tão fixas e permitem fluxos sociais, trocas com o entorno social e entre os próprios *assentados* se formos olhar para as fronteiras internas do assentamento, como na divisão dos lotes, nas diferentes formas de identificação e nas relações de poder ali existentes.

Os assentamentos são espaços sociais que permitem a refiliação e a recriação de vínculos sociais, reciprocidades, solidariedades, bem como, conflitos, tensões tanto

internas quanto externas, com outros atores / agentes. Que podem ser os próprios *assentados*, os *assentados* e o entorno de agricultores vizinhos, os *fazendeiros*, como os intermediários e os comerciantes da cidade. Estes podem se constituir em “outros” para os *assentados*, como podem ser possíveis aliados.

No momento em que o assentamento está sendo implantado isso se torna visível, principalmente na falta de apoio da população do entorno e na ausência de recursos do Estado.

Os assentamentos causam impactos, não só nas vidas dos próprios *assentados*, como a melhora na qualidade de vida, mas causam impactos socioeconômicos e políticos (Leite *et. all*, 2004) que vão além dos seus próprios limites, atingindo o entorno, ou a região do assentamento e nos municípios onde estão inseridos.

Defendo que, existem alterações ou “impactos” que são também socioculturais, em termos de identidades socioculturais e suas respectivas diferenças que são reconstruídas no cotidiano das interações sociais rurais.

As origens sociais diversas, as histórias de vidas, as profissões que já ocuparam, todo um conjunto de saberes são trazidos para o assentamento, que contém a diversidade social e cultural em sua formação.

No caso de *assentados* com a mesma origem social, o próprio processo de luta, de enfrentamentos (inclusive de estigmas) e de formação do assentamento, a forma que são “tutelados” pelo Estado, o tipo de políticas públicas acessadas, pode se constituir em “diferença” com os demais agricultores. Cada assentamento possui uma história específica, não deixando de estar relacionada com o contexto histórico mais amplo da região onde está localizado, sendo que entre os *assentados*, a necessidade de se legitimar no território é maior do que de outras categorias sociais de agricultores familiares.

No caso do Assentamento Colônia Esperança, sofre uma influência grande do entorno, não só pelo contexto de vizinhança com *colonos*, mas porque muitos dos que hoje são *assentados*, foram filhos de *colonos*, deserdados da terra.

Deste modo, os *assentados* entram nas relações sociais locais, participando das hierarquias sendo classificados pelos *colonos* e vice-versa, refletindo as relações assimétricas que constroem entre si.

As fofocas e boatos que circulam naquele território, não é privilégio de um grupo supostamente coeso de *colonos* que seriam os “estabelecidos” sobre os “outsiders” *assentados*.

Como notaram Elias & Scotson (2000) no bairro urbano de Wiston Parva, onde os trabalhadores que sentiam e se viam como superiores, por estarem no bairro à mais tempo, estigmatizavam os trabalhadores mais novos. Pode-se dizer que tais relações de oposição entre *colonos* e *assentados* foram mais fortes no início do assentamento, e que no decorrer da história das duas comunidades estas relações foram mudando. Permitindo atravessarem as fronteiras, mas não só isso. Percebi, em trabalho de campo, que as tensões internas são fortes em ambos os grupos, por mais que os *colonos* tentem proteger mais suas fachadas e projetar uma imagem de harmonia do grupo ou de que “todos são amigos e se dão bem”.

Existem, portanto, relações internas que são de cooperação e de conflito tanto entre os *colonos* como entre os *assentados*, podendo estas se estenderem para além das fronteiras sociais entre ambos os grupos, destacam-se: 1- Alianças, amizades e casamentos entre *colonos* e *assentados*. 2- Existem *colonos* com pouca terra que compraram terra no assentamento e foram participativos nas reivindicações de políticas públicas para o assentamento. 3- Existe interação entre as duas comunidades em momentos festivos, apesar de que a participação nas festividades do assentamento tem baixa adesão da comunidade dos *colonos*. 4- Existem reivindicações conjuntas de políticas públicas, grupos de PRONAF envolvendo agricultores de dentro e de fora do assentamento e ainda disputas por políticas públicas entre *colonos* e *assentados*.

No interior do assentamento, as classificações sociais remetem à formas de acesso aos lotes, diferenciando os *assentados* entre si: aqueles que acamparam; aqueles com experiência de luta no MST; compradores do “direito” do lote e *parcelários*.

Ser *assentado* é uma dentre outras identificações relacionadas a forma que acessaram a terra, sendo a mais legítima aquela que compartilha de uma história de luta e de passagem pelo “acampamento”. Sofrimento que torna parcialmente legítima o merecimento da terra, a legitimidade se completa com o trabalho e as demonstrações de ascensão social por meio da aquisição de bens materiais, como casa, carro e benfeitorias para o lote.

O *ethos* de trabalho dos *colonos* compartilhado pelos *assentados*, pode ser uma forma de se legitimarem naquele território, no entanto, a condição autoritária a que estão submetidos, sob tutela do Estado, não permite que os *assentados* detenham o controle sob os lotes de terra adquiridos, por meio da titulação definitiva, que demora em média, mais de 20 anos para ser efetivada.

Se por um lado, existe o medo das terras voltarem para os *grandes fazendeiros*, através da venda, por outro lado, podemos pensar que o Estado possa criar mecanismos que façam com que as instituições financeiras reconheçam os *assentados* como pessoas que merecem crédito. E, que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar em geral sejam válidas para os *assentados*, ao ser reconhecido o direito pleno à terra, através da sua titulação.

As políticas públicas tanto para os agricultores familiares em geral, como para os *assentados* em específico precisam conciliar critérios que não aumentem a desigualdade social e na forma de tratamento estatal. Entender as heterogeneidades, as diferenças entre as categorias sociais rurais com suas realidades específicas são os primeiros passos para a elaboração de tais políticas.

Nesse estudo, questioneei o assentamento enquanto uma unidade de análise restrita a si mesma. O material empírico corroborou com a tese de que os *assentados*, enquanto membros de um campesinato inserido no mundo moderno, conseguem agir no mundo social, por meio da articulação entre uma ordem moral / economia moral camponesa com outras formas hegemônicas de ser, pensar e sentir. Considero que a economia moral serve, assim, de subsídio para resistências coletivas e cotidianas, além dos valores centrais que a compõem (terra, trabalho, família, autonomia) serem norteadores do ser social camponês.

Essa identidade geral camponesa, não oprime as diversidades próprias dos contextos específicos. Tais diversidades foram discutidas no decorrer da tese, sendo que neste capítulo, privilegiei as relações identitárias processadas nas interações sociais que reconstroem identidades e diferenças entre duas comunidades.

Deste modo, é preciso atentar aos “impactos” (LEITE *et. all.*, 2004) que os assentamentos causam não só no econômico e na política local dos municípios que fazem parte, mas considerar as relações sociais, os fluxos sociais, as interações, que ao meu ver, influenciam as comunidades circunvizinhas, reconstruindo identidades e territórios.

O jogo das identidades e das diferenças (HALL, 2003; 2005) os diversos “outros” que questionam, negam, afirmam e reafirma os *assentados* e os *colonos* vão além daquelas coletividades e da interação entre elas, tal qual no Assentamento Bela Vista em Esperança (PB), *assentados* e *colonos* circulam na cidade, nas feiras nos mercados, em festas de outras comunidades rurais, interagem com os técnicos que prestam assistência técnica, com políticos e vereadores principalmente em época de

campanha e eleições, por vezes, eles mesmos, influenciam diretamente na política concorrendo a cargos ou apoiando candidatos na espera de benefícios para a comunidade.

Nos três estudos aqui realizados, não dá para se pensar um campesinato essencialista, imutável, como um modo de produção ou como uma sociedade à parte da sociedade moderna e capitalista.

O campesinato, entendido enquanto agente (GIDDENS, 1989), possibilita tanto que joguem com relações mais individualistas e em busca do interesse próprio e de sua família, como em certos momentos relações cooperativas e de ações coletivas e solidárias, tal jogo não se dá sem um quadro de referência, mas são baseados nos repertórios culturais locais e nos modelos ideais e moralmente aceitos e compartilhados (THOMPSON, 1998) que podem repercutir em infinitas formas de resistências, em diferentes escalas, na busca por autonomia, seja essa uma resistência contra relações puramente capitalistas, contra grupos que mantêm o monopólio das terras, uma resistência contra a “opressão” do coletivo sobre o valor-família e o trabalho familiar, ou ainda a resistência de indivíduos no interior dos próprios grupos.

Assim, o interconhecimento, as relações de reciprocidade, a economia das trocas entre os diferentes grupos sociais rurais, bem como os conflitos, as formas de resistências cotidianas e extracotidianas e organizadas em ações coletivas, ajuda-nos a entender estes grupos. Os processos de construção das identidades e das diferenças do campesinato, como vimos, possuem condicionantes histórico-sociais que não são estanques nos anseios dos que dominam, ou que pretendem tornar hegemônica suas visões e divisões do mundo.

Assim, percebe-se que a dupla capacidade de agir e de resistir do campesinato explica não só a continuidades de suas identidades camponesas de participação efetiva na sociedade contemporânea, permite igualmente que participem dos jogos sociais em meio ao movimento constante dos processos sociais que influem diretamente sobre seus comportamentos, que vão desde as aceitações e cooperações até estigmatizações e disputas. Enfim, um conjunto de interações sociais regradas pelo jogo da identidade e da diferença processado dialeticamente para além das fronteiras nós / eles e referendadas em uma economia moral camponesa, conforme o contexto histórico-social específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tive a pretensão de esgotar os temas discutidos neste trabalho, mas como o leitor pode ver, são temas que, em alguma medida, serviram para as Ciências Sociais analisar a sociedade moderna: conflitos, cooperação, processos sociais e históricos, dominação, resistência, identidades, diferenças, relação indivíduo-sociedade, dentre outros. Todos estes temas são de nosso tempo, mas houve quem pensasse que, entre os camponeses, por supostamente viverem em “sociedades simples”, “comunidades” ou no “modo de produção pré-capitalista”, não teríamos uma complexidade muito grande no entendimento daquelas coletividades rurais.

No permanente *vir a ser* da vida social dos camponeses, parti do pressuposto de que são processos inacabados e nunca estáveis, em um contínuo *fazer-se* do social, por meio de interações, reciprocidades, jogos sociais e entre identidades-diferenças, valores morais e orientações do agir social cotidiano. Tal reflexão permite que superemos uma visão, superficial e de aparências, sobre o campesinato, construindo um conhecimento que procure dar conta das suas complexidades que, somente a pesquisa de campo, para além das categorias gerais e abstratas de gabinete, consegue dar conta.

A categoria analítico-política de camponês possui as suas limitações, como foi discutido no primeiro capítulo desta tese; no entanto, abandoná-la e substituir pela de agricultura familiar não consegue, igualmente, dar conta da realidade e diversidade do campesinato brasileiro. O fato é que, tanto estas categorias mais gerais, bem como as abordagens teórico-políticas, são reducionistas a respeito do campesinato. Elas não deixam de influenciar políticas públicas, militantes e mediadores, que visam o seu

“desenvolvimento”, entendendo o rural como o lugar do “atraso”, ou da necessidade de coletivização, como única saída para o seu não “desaparecimento”, ou ensejam, ainda, a visão partilhada de que seria um lugar idílico, um paraíso em que todas as pessoas são parecidas e que, portanto, não existem conflitos, apenas solidariedades.

As coletividades rurais que aqui foram estudadas apresentam, justamente, o contrário de leituras unilaterais sobre o campesinato incluindo, aqui, a realidade dos assentamentos. Busquei, no decorrer do trabalho, desmitificar a ideia tanto de comunidade homogênea e harmônica, quanto a de movimento social “organizado” e com ações orquestradas de forma racional, tal como se fosse um jogo de xadrez de uma “luta de classes” no campo. São processos em construção, um *fazer-se* de pessoas de carne, osso, sangue, sentimentos e com motivações diversas, mas com valores congruentes em torno da terra, do trabalho, da família e da propensão para resistirem, em nome de uma vida com certa autonomia, em comparação às outras relações de trabalho que vivenciaram, em suas trajetórias sociais.

Foi importante notar que, tanto *colonos* que migram do Sul, filhos destes, os *colonos sem-terras*, bem como os *posseiros-rendeiros* e agricultores *sem-terras* do Nordeste, estiveram em busca de terra para trabalhar com a família; ou seja, historicamente, estiveram tentando praticar e reproduzir uma economia moral em que os valores terra, trabalho, família e autonomia são centrais, em suas trocas sociais e simbólicas do passado e do presente, no cotidiano vivido.

Tanto no Sul como no Nordeste, a realidade anterior ao assentamento era a de subordinação a um dono ou patrão, prevalecendo o uso da terra como arrendatários / *rendeiros* e na dependência do cultivo em terras alheias, das quais tinham que pagar a renda de tudo que produziam, mas que não excluía as obrigações mútuas e trocas de favores com o “patrão”. A própria terra cedida era entendida como “favor” concedido, que poderia ser interrompido por iniciativa do dono da terra.

Apesar dos processos sócio-históricos distintos do campesinato das duas regiões (Sul e Nordeste), podemos dizer que existem, sim, semelhanças entre estes que, ainda que tenham suas lutas, conquistas, projetos e realizações diversas, partilham de uma identidade camponesa mais geral, com referências aos valores morais e sociais (terra, trabalho, família e autonomia).

No entanto, a forma com que cada economia moral e identidade camponesa vai se realizar está diretamente vinculada a processos sociais e históricos que as conformam; isto ficou evidente quando olhamos as especificidades e, cada vez mais, o

espaço microscópico dos grupos, seja no interior das coletividades rurais ou das famílias que as compõem. A diversidade de casos e situações, como aqui mostrei, traduz a heterogeneidade do campesinato, num país continental, como o Brasil.

Busquei, neste trabalho, não só mostrar as aproximações como as diferenças entre categorias sociais rurais de duas regiões distintas do país. Para tanto, inicialmente, foi necessária uma reflexão sobre as categorias analíticas e políticas que tendem a generalizar o destino e o comportamento social do campesinato.

As pesquisas realizadas mostraram que, apesar de semelhanças entre os dois campesinatos estudados, é de grande relevância a compreensão das categorias sociais rurais, nas suas formas de autoidentificação, construídas nos contextos sociais locais. Ao estudar as lutas pela terra e na terra, percebi que existem diferentes categorias sociais, que passaram por processos de expropriação e/ou sofrem ameaças constantes de perda da terra, mas continuam levando suas vidas e resistindo como agricultores.

Mesmo em relação aos *sem-terras* /*assentados*, não se pode concluir que são totalmente desterritorializados e/ou desenraizados, uma vez que reelaboram suas experiências e reconstróem suas identidades, no decorrer de suas trajetórias sociais, em busca de se realizarem enquanto produtores agrícolas autônomos. Deste modo, o campesinato aqui analisado não pode ser entendido como portador de uma identidade totalmente diaspórica (HALL, 2003) e móvel ou, ainda, totalmente desterritorializada.

O rompimento com a situação de excluídos e a luta pela inclusão social não são feitos sem sentimentos de insegurança e medo, pois sabem que estão questionando a ordem social existente, em nome de um projeto de vida. Tal projeto, ao ser realizado, permite o reenraizamento na terra. Para os *sem-terras* que almejam a posição social de *assentados*, os processos de desenraizamento / reenraizamento / desterritorialização / reterritorialização ficam marcados na memória, pois não existe uma expropriação da memória, ou um apagamento total da mesma, na situação de desterritorialização (HAESBART, 1997; MORAES & SILVA, 2006).

A disputa da memória e a seleção dos acontecimentos passados estão diretamente vinculadas com a identidade construída no presente. No caso analisado, no Nordeste, as diferentes narrativas sobre o passado eram apresentadas, pelos *assentados*, de acordo com suas posições ocupadas no presente de suas trajetórias sociais e conforme as alianças e distanciamentos entre famílias, decorrentes de situações vividas durante o processo de assentamento rural (NEVES, 1999), que os levaram a momentos

de maior união e solidariedade, mas também a momentos de fortes tensões, com cisões no interior do grupo.

A “desunião”, devida aos conflitos sociais internos ao Assentamento Bela Vista, não é exceção deste assentamento, sendo muito comum, após a chegada a terra, aparecerem, de forma mais intensa, tais clivagens nos grupos. As disputas entre as famílias no Bela Vista podem levar alguém a crer que não se trata de campesinato, pois uma das características dos camponeses é a solidariedade entre os mesmos. No entanto, o que existe é a manutenção de reciprocidades, esta sim, sempre foi uma característica do campesinato e nem sempre ela precisa ser cooperativa e solidária; as famílias de produtores agrícolas familiares são capazes tanto de se unir e cooperar, em certos momentos, com “companheiros” construídos em suas trajetórias e, também em diversos momentos, construir “outros” que podem levar a relações sociais conflituosas.

A narrativa não deixa de existir e eles não perdem o poder de narrar suas histórias, que são ressignificadas, na própria luta pela terra (MORAES & SILVA, 2006) e, igualmente, na luta pela continuidade da reprodução social na terra onde, permanentemente, se relacionam com os “outros” e reconstróem, nas interações cotidianas e, perante os desafios do dia-dia, suas identidades.

No estudo realizado no Sul, as fofocas são narrativas sobre as vivências perpassadas nas interações sociais cotidianas e estão vinculadas às relações de poder, presentes na rede de interações de que os agentes sociais participam. Os jogos sociais, como a fofoca ou, mesmo, as estórias contadas sobre os “outros”, sejam elogiosas ou com conteúdo reprovativo, além de divertir os participantes, cumprem o papel de controle social do grupo. O grupo dominante tenta reforçar as suas regras sociais e seus valores morais como hegemônicos e aqueles que possuem comportamentos “desviantes” são objeto de ataques, por meio dos boatos. Tal como no caso estudado por Elias & Scotson (2000), em que os “estabelecidos” construíam a imagem de si como superiores e melhores que os “outsiders”, pelo simples fato de estarem há mais tempo no lugar, embora os dois grupos fossem de trabalhadores urbanos.

Por outro lado, diferentemente de Elias & Scotson (2000), no caso por mim estudado, no Oeste do Paraná, detectei que, embora haja estigmatizações entre *colonos* e *assentados* e haja fronteiras sociais claras entre os dois grupos houve, no decorrer do tempo, a quebra de tais limites, que permitiu os fluxos sociais entre os grupos, que iam desde disputas e reações de resistência contra os estigmas, até solidariedades e alianças entre aqueles *colonos* e *assentados*.

Ou seja, existe sim, um “equilíbrio flutuante de tensões” (ELIAS & SCOTSON, 2000), mas não só de tensões sociais contrapostas convivem aquelas duas comunidades rurais por mim estudadas; mas pode-se agregar, aí, um equilíbrio flutuante de tensões e solidariedades que tem, como referenciais que orientam as ações e interações sociais cotidianas, a economia moral dos dois grupos, que partilham dos mesmos valores morais básicos, próprios da ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990). Além disto, eles agem e interagem com o “outro”, na dialética entre identidades e diferenças, sendo o “outro” que permite identificar o limite/fronteira social, mas isto serve, também, como orientador da ação e possibilita aprendizagens mútuas, seja nos conflitos, seja nas solidariedades, nas disputas ou nas cooperações entre membros dos próprios grupos, ou para além destes.

Esta mesma observação pode ser feita para as lutas travadas, de forma coletiva ou no cotidiano vivido, as quais são pautadas em referenciais ligados aos repertórios culturais locais, a uma economia / ordem moral camponesa que orienta escolhas, em meio a condicionamentos que permitem continuidades e descontinuidades dos campesinatos aqui estudados. Isto se dá no diálogo com as diferenças, com os diversos “outros”, seja a nível micro social e local, seja até o “outro”, provindo da esfera do mercado orientado pelo espírito capitalista que os ameaça, inclusive, de se tornarem explorados em relações de trabalho, ou por atravessadores ou, ainda, de expropriação da terra que possuem. Tais ameaças são reais e refletem, concretamente, o acesso ainda precário à terra nos assentamentos, que limita a realização do projeto camponês orientado pelos valores morais da terra, trabalho, família e autonomia.

Assim, sem condições adequadas para (re) produzirem, eles não conseguem, nem ao menos, serem reconhecidos enquanto “fortes”, o que os torna dependentes de recursos públicos por vezes mediados por relações clientelísticas e, ainda, de relações de subordinação, em alguma medida, àqueles que são tidos como “fortes”. Contudo, ainda lutam lançando mão de diversas estratégias de resistência como as notadas no Nordeste, que visam à continuidade na terra, mesmo que acessada precariamente.

Continuidade da relação com a terra e da identidade social camponesa, mais geral, que tem como pré-requisito a condição camponesa, em que se identificam características que lhes são próprias, tais como o trabalho familiar, o acesso a terras suficientes para a reprodução, as reciprocidades entre parentes e vizinhos (SEYFERTH, 1993, 2011). Eu acrescentaria, a isto, a busca por autonomia que compõe a economia moral (THOMPSON, 1998) camponesa, ou mesmo de uma ordem moral nos termos

pensados por Klass Woortmann (1990), cujos camponeses são vistos como possuidores de um modelo relacional em que as categorias terra, família e trabalho são articuladas entre si, enquanto valores sociais e morais; tal ordem moral camponesa se distinguiria da ordem econômica capitalista, que reduz a terra à mercadoria.

Se olharmos pelo prisma da ética capitalista, em que a terra seria parte dos recursos contabilizados para se atingir o objetivo final que é o lucro, a conta não fecharia, pois não é a busca do lucro que faz o campesinato continuar existindo socialmente. Se assim o fosse, os pequenos *sítios* seriam inviáveis, tais quais as pequenas empresas em processo de falência e, com o dinheiro da venda da terra, abririam outro “negócio” qualquer. É justamente em oposição ao “negócio” que a moral camponesa é acionada visando, sempre, proteger e assegurar o sustento da família, ao invés da busca do lucro. O campesinato tenta buscar autonomia para sua família, percorrendo a utopia de uma vida de fartura ou, ao menos, uma vida digna para si e para os seus pares.

A terra, no mundo camponês, é entendida enquanto moralidade e num contexto de valorações/éticas onde “vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constroi a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus [...]” (WOORTMAN, 1990 p. 12).

É a economia moral (THOMPSON, 1998) camponesa que articula as categorias terra, família, trabalho e autonomia enquanto uma ordem virtual, que se apresenta por meio da dualidade de que é constituída pelos agentes e constituidora dos mesmos, nos fluxos sociais diários e nos contextos locais de interação (GIDDENS, 1989).

No decorrer desta tese, trouxe a compreensão de que as identidades camponesas mais gerais e as identidades específicas, de *colono*, *sem-terra*, *assentado*, *agricultor*, *posseiro*, *parcelário*, *comprador*, vão remeter a diferentes “escalas” de identidade, onde a diferença com a qual se relaciona refere-se a macroagentes como Estado, mercado capitalista local, nacional e global, oligarquias rurais defensoras da grande propriedade rural. Mas, ao calibrar meu foco de análise nos aspectos microssociais, encontrei os jogos sociais, as relações de interconhecimento, de proximidade e de pertencimento, assim como as fronteiras sociais (BARTH, 1969] 1998), ao passo que tais relações são construídas na relação com o outro grupo, podendo ser atravessadas, por meio de fluxos sociais entre tais fronteiras (HANNERZ, 1997), dos grupos com os quais se identificam ou se diferenciam, em suas interações sociais cotidianas. Sendo que o “outro” pode e

está no interior dos próprios grupos, da própria família a que pertence, ou seja, não é apenas o *outsider*, ou o “de fora” (GUPTA & FERGUSON, 1992).

Mais que isto, percebe-se, claramente, que existe uma capacidade de agência (GIDDENS, 1989) que permite fazer a diferença, aliada à resistência (PLOEG, 2008; MENEZES & MALAGODI, 2009) dos camponeses, que não os reduz a meros “sujeitos” passivos e que dão suporte para as estruturas sociais, pois são interventores dos processos sociais e históricos que não só os atingem e determinam as suas condições de existência mas, além disto, fazem parte ativa de tais processos. Isto foi o que as evidências mostraram, tanto no Sul como no Nordeste do Brasil.

A temática, portanto, entre a identidade e diferença, aliada à capacidade de agência dos camponeses, serve para interpretá-los não como pessoas passivas, submissas e que só reproduzem enquanto camponeses fechados nos seus próprios mundos, ou no seu próprio “modo de produção”. Estes interagem para além das fronteiras e, por vezes, fazem parte da fronteira e do outro lado dela, pois estão inseridos na sociedade mais ampla. Não é, portanto, adequado analisar em oposições dicotômicas entre cidade e campo, sociedade e comunidade, atrasados e evoluídos, tradição e modernidade, sobreviventes ou empreendedores, socialistas ou capitalistas, religião e racionalidade instrumental, dentre outras designações que tentam enquadrar o comportamento social dos camponeses.

Aqueles que compõem o campesinato são agentes e, como tais, constroem relações sociais específicas, de acordo com os contextos histórico-sociais em que estão inseridos e que, de certa maneira, os condicionam. Por serem agentes, eles jogam, participam dos jogos sociais, tendo como referências os aprendizados sociais que tiveram. Jogam, inclusive, com tais oposições acima delineadas que, para eles, podem ser mescladas no fluxo social diário de suas vidas.

A partir das discussões do primeiro capítulo, algumas considerações, a respeito do campesinato em geral, devem ser aqui elencadas: 1) O campesinato não é algo superado e do passado, pois existem continuidades e a explicação para continuarem, enquanto membros partícipes da sociedade moderna, está no fato de que são agentes sociais que acompanham os processos sociais mais amplos, resistem e se adaptam, por meio de suas economias morais locais, reatualizadas no fluxo social diário, onde reinterpretam, reelaboram seus códigos morais, e onde reconstróem identidades e diferenças. 2) Existem aspectos gerais que são válidos para o campesinato mundial e que autores como Shanin, (1980), Thompson (1998) Scott, (2002), Ploeg (2008)

ressaltam, cada um a seu modo, como os camponeses que possuem capacidade de se integrar, adaptar e resistir às dinâmicas socioeconômicas mais amplas ou, mesmo, estabelecerem estratégias de resistências cotidianas à dominação ou ao “outro” com quem se relacionam. 3) Embora existam tentativas de abstrações e generalizações teóricas, procurando compreender o comportamento social do campesinato, tais teorias e generalizações não dão conta das diversidades de existências sociais, que se apresentam na realidade concreta. Tais especificidades provêm de processos sócio-históricos diversos, que envolvem os distintos camponeses, sendo que estes interagem, reagem e participam de tais processos, de maneira igualmente diferenciada.

Entre esses processos sócio-históricos do Sul e do Nordeste, está a Lei de terras de 1850, que transformou a terra em propriedade privada e comercializável o que, de certa maneira, foi uma segurança para os *colonos* do Sul enquanto proprietários (WOORTMANN, 1995), mas, por outro lado, favoreceu a concentração fundiária nas mãos de poucos, perpetuando o poder de oligarquias rurais no país como um todo.

A região Oeste do Paraná teve processos recentes de colonização entre as décadas de 1940 e 1970, com um fluxo migratório intenso, provindo das “colônias velhas” e dando continuidade ao modelo de colonização saturado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Combinado a este processo, existiram processos de concentração fundiária por meio de expulsões orquestradas por *grileiros* e seus *jagunços* e, devido aos endividamentos dos *colonos*, resultaram em novas desigualdades e exclusões sociais.

Destes processos, que colocaram territórios e identidades em movimento, tem-se a emergência da categoria dos *colonos sem-terras* e as primeiras lutas em torno da democratização do espaço agrário, em meados da década de 1980, onde se insere o assentamento pesquisado em Cascavel - PR. A afirmação dos *colonos* naquele território se deu na relação com o “outro”, que era o *caboclo* na época da colonização e, num momento posterior, como se viu, o “outro” será aquele que não dispõe da terra, mas que a deseja e que se organiza, coletivamente, para alcançá-la, como é o caso dos *sem-terra* que, depois, ascendem para a condição de *assentado*.

Já no Nordeste, teremos a continuidade de relações autoritárias entre os donos de grandes extensões de terras e os trabalhadores rurais subordinados à troca de favores, à cultura da dádiva e aos mandonismos, que faziam com que o *morador* tivesse uma subcidadania baseada em concessões do *patrão* e *dono* da terra. As transformações na relação da morada se dão no momento em que se expandem os direitos de cidadania,

direcionados da cidade para o campo, e se ampliam as expulsões dos “moradores”. Tais práticas violentas vão desencadear processos de lutas pelo Nordeste, com destaque para a Paraíba, configurando-se em resistências coletivas contra os processos de expropriação/expulsão dos produtores diretos.

Tais processos, longe de serem a exceção, eram a regra e, havendo muitas expulsões, não só durante o período das lutas das Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, mas chegaram até à década de 1980, com a derrocada da ditadura e as resistências coletivas organizadas pela CPT-PB¹¹², como é o caso, que foi analisado nesta tese, a respeito do Assentamento Bela Vista em Esperança - PB.

Recuperar a discussão histórica serviu não só para eu entender os contextos histórico-sociais de cada campesinato mas, também, ter noção das rupturas com o passado e perceber que, nas relações sociais diversas do presente, existem continuidades, inclusive, da prevalência dos interesses privados sobre os interesses públicos. Isto é notável na alta concentração fundiária, que traduz a antidemocracia dos donos de vastas extensões de terras, concentração esta que nem sempre é reprovada por membros do próprio campesinato. O privado se confunde com o público; além disto, na cultura política dos próprios camponeses estudados nas duas regiões, quando vão gerir os espaços comuns ou, mesmo, interagir com o poder público local.

As coletividades locais estudadas, tanto no Sul como no Nordeste, podem ser tipificadas enquanto “comunidades camponesas abertas”, nos termos de Eric Wolf (2003) sendo notável as influências de diversos “outros” para além da localidade. Destaca-se também entre ambas as comunidades a preocupação com o *status*, com mercadorias compradas com dinheiro, ter moto e uma casa “boa”, ter bens de consumo para demonstrar, ou mesmo alimentos comprados para oferecer para as visitas em ocasiões especiais. Seguindo essa reflexão sobre *status*, para os assentados do Bela Vista em Esperança - PB, como em tantas outras comunidades do Semiárido nordestino,

¹¹² A Comissão Pastoral da Terra – CPT foi criada, a nível nacional, em 1975; o que demarcou a sua criação foi o Encontro de Pastoral da Amazônia, articulado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que visava desenvolver um apoio pastoral de acordo com os princípios da Teologia da Libertação, incentivando lutas para a superação de relações opressoras, no campo, em direção à justiça social. Em 1976, a CPT começou seus trabalhos na Paraíba que, de acordo com Pereira (2005), teve influência da teologia libertadora, onde Jesus Cristo era tido como um libertador, assim como Moisés do Egito, indicando o caminho para os “oprimidos” do campo em direção a uma vida próxima ao Reino de Deus aqui na terra, ou seja, a busca da dignidade humana por meio de um catolicismo popular. A CPT-PB adquiriu características aproximadas de um movimento social, fazendo a mediação dos conflitos agrários, dando apoio político-religioso que se aproximava da realidade dos que demandavam terra, principalmente a partir da década de 1980, na Paraíba. A CPT-PB, até os anos iniciais do século XXI, chegou a fazer a mediação de mais de 200 assentamentos rurais na Paraíba (PEREIRA, 2005), fruto de lutas e de conflitos sociais agrários registrados em todo o estado.

possuir cisterna ou demais políticas públicas, do mesmo modo, entram nessa lógica da distinção (BOURDIEU, 2008).

No Sul o *forte* é o que se distingue do *fraco* por não ter casa de madeira, mas de material, por possuir trator, possuir implementos agrícolas, carro ou camionete, que expressam distinções. Além disso, o que simboliza uma autonomia relativa e, portanto, *força* é dispor de recursos próprios para realizar todo o processo produtivo de plantar, combater as pragas e ervas daninha até chegar à colheita e comercialização dos produtos colhidos, sem atravessadores.

No Nordeste o caminho para uma autonomia mínima pode passar pela migração para o Sul, ou mesmo por outra atividade renumerada, mesmo que urbana. Passa ainda pela capacidade de *tirar projeto* e de acessar os recursos públicos provenientes de auxílios governamentais federais, como Bolsa Família, Bolsa-Estiagem e Seguro-Safra, dentre outros. Tais auxílios representam uma autonomia, frente às relações passadas de dependência ao *patrão* ou de trabalho exclusivo para os “outros” garantindo, assim, a terra enquanto patrimônio familiar.

Isto pode levar o leitor a pensar que é uma continuidade da dependência do *patrão*, agora para com o Estado. Mas embora haja, ainda, continuidades de políticas locais autoritárias, que controlam as políticas públicas provindas da esfera federal, pode-se notar que, cada vez mais, tais recursos são entendidos enquanto direitos; ou seja, mesmo com as trocas clientelísticas que perduram, existem tensionamentos entre os agricultores prejudicados, por serem da oposição, que entram em embates com a prefeitura, que administra estes recursos e máquinas para o plantio e minimização dos efeitos da seca.

Cabe, aqui, ressaltar algumas construções classificatórias a respeito do trabalho familiar na terra e que remetem a um *ethos* do trabalho, que pode ser notado nas diferentes realidades estudadas. A oposição entre “trabalhador” e “vagabundo” e entre trabalhar arduamente e “saber trabalhar”, do Oeste paranaense, são equivalentes às classificações existentes no estudo de caso realizado no Agreste paraibano, onde temos as categorias de trabalhador “organizado”, em oposição aos “desmantelados”. Tais classificações indicam que existe, nos contextos locais, práticas de interação e, de acordo com a economia moral local, um modelo ideal, que indica como deve ser um agricultor que *vive e trabalha* na terra.

A falta de solidariedade com as lutas sociais pela terra, por parte do entorno e da sociedade mais ampla, foi notada, em ambos os estudos em que o processo de

estigmatização marcou a memória dos *sem-terras* / *assentados* estudados. Estes, por meio da História Oral, explicitavam que, além dos embates cotidianos próprios das negociações com o Estado, precisavam enfrentar a incompreensão dos “outros” sobre suas lutas. No Paraná, o estigma poderia ser explicado, em parte, por serem “sem-terras” provindos “de fora”, existindo uma visão negativa dos mesmos por parte dos *colonos* que, por sua vez, se projetam como superiores; ou seja, ter a “ficha suja”, “invadir” terras ou “ganhá-las” do Estado de “mão-beijada” não só nega, como questiona, o ser social dos *colonos*. Uma das explicações mais plausíveis é o desencaixe do modelo ideal de pessoa do lugar que tem, como parâmetro, o *colono forte*; assim, os *sem-terras* se constituíam em “outro” que questionava aquele modelo colonial, ao acessarem a terra por meio da luta.

No caso do Assentamento Bela Vista (Esperança - PB), os *posseiros-rendeiros* eram originários do próprio lugar; no entanto, isto não fez com que o processo de estigmatização fosse amenizado, nem entre os conterrâneos que moram na cidade e nem, muito menos, entre os agricultores vizinhos, de outras comunidades rurais.

Isto nos leva a pensar que os preconceitos e estereótipos construídos, nestas situações, envolvendo conflitos sociais agrários têm, pelo menos, duas fontes principais: 1) parte-se de uma visão negativa sobre os “pobres” em geral, que é acionada tanto pelas elites, como por pessoas da cidade, que tendem a reproduzir uma ideologia dominante de culpabilização individual, pela condição de pobreza material em que aquelas pessoas se encontram. A culpa recai sobre o indivíduo que, numa perspectiva da ideologia liberal, é responsável pelo seu próprio destino e que, portanto, a inaptidão para o trabalho explicaria a condição em que os pobres se encontram; 2) No caso dos “sem-terras”, não seriam somente parcela dos “pobres do campo; esta visão negativa é reforçada por desafiarem os valores “sagrados” da propriedade privada e concentrada nas mãos de quem detém o poder econômico e, conseqüentemente, o poder político.

Neste sentido, o discurso ideológico mascara a situação de quem não tem acesso à terra ou de quem foi expulso das mesmas; quem estigmatiza tende a não perceber os processos sociais que produziram os *sem-terras* ou, ainda, tendem a deslocar as questões envolvidas, que são sociais, para a esfera individual, orientando-se por valores que se centram no direito individual de propriedade, em detrimento do direito social à terra e do direito à vida, resultantes de lutas coletivas.

Os enfrentamentos diversos não param, no momento da luta. Mas após a conquista da terra, os dois assentamentos analisados e que refletem a realidade de

muitos outros assentamentos Brasil afora, apresentaram dificuldades para seus membros se tornarem produtores agrícolas autônomos (NEVES, 1999). Dentre estas, podemos destacar: 1) dívidas contraídas com os bancos e o insucesso em quitá-las, devido a fatores diversos mas, principalmente, por não disporem de terras suficientes para haver produção excedente, que gere “ativos” que possibilite honrar as dívidas; 2) como consequência dos endividamentos, houve o receio de fazer novas dívidas, por parte dos agricultores ou, mesmo, por parte dos bancos, que se negavam em fornecer novos créditos; 3) ligado a isto temos, também, a venda do direito dos lotes, que é a desistência em continuar como *assentados* e *partir* para novos rumos, outras itinerâncias. Tais vendas mudam as relações internas entre os assentados, na medida em que o “comprador” não se identifica com o restante do grupo ou possui projetos distintos dos demais assentados, chegando a ser, inclusive, um “outro” que visa acumular lotes e reconcentrar a terra, a exemplo do empresário que comprou quatro lotes no Assentamento Bela Vista (Esperança – PB) ou, mesmo, de comerciantes e fazendeiros vizinhos, que tentaram “comprar” os direitos de lotes no Assentamento Colônia Esperança (Cascavel –PR). Deste modo, é possível afirmar que a economia moral camponesa norteia não só as relações de conflito entre as próprias famílias mas, também, entre estas e os projetos diferentes, em disputa, com relação ao sentido da terra e ao seu uso, nos assentamentos e demais coletividades rurais.

As desistências e as saídas da terra, que podem ser denominadas de “expulsões”, não são novidades nos assentamentos, podendo ser entendidas como novas itinerâncias (SILVA, 2004; 2006) e a “escolha” em “vender” o direito pode estar relacionada com diversos fatores; em síntese, podemos destacar: os já citados endividamentos e a falta de informações com relação ao direito à posse do lote cujo titular está endividado; a ausência de incentivos para produzir; a falta de solidariedade de parentes e vizinhos, dentro e fora do assentamento; os conflitos sociais internos e a falta de reconhecimento social dos *assentados*, dentre outros.

A “venda” pode ser entendida, ainda, como uma forma de obter algum recurso para novos rumos que, nem sempre, estão ligados à terra, podendo ser a compra de um lote na cidade, a construção de uma casa ou, mesmo, uma forma de ajudar os filhos, depois que os pais se aposentam.

Tanto no Sul como no Nordeste, para não dizer no país como um todo, o campesinato se relaciona com a terra de forma nem sempre segura, o que leva a novas migrações, novas itinerâncias ou, mesmo, à redução das áreas cultivadas devido a

diversos fatores, como em algumas comunidades rurais do município de Esperança, em que as terras de herança, de famílias numerosas, fazem com que muitos tenham, como alternativa, a “saída” em busca de trabalho na cidade ou em outras regiões ou, ainda, agregar outras profissões sem deixar de ser *agricultor*, sendo que, por vezes, tais estratégias podem implicar o abandono do projeto de ser camponês.

No tocante à luta pela terra, o conhecimento religioso, reelaborado por meio da Teologia da Libertação e articulado junto aos agricultores, foi mais forte no Nordeste e teve influência direta sobre as resistências coletivas, no caso da Paraíba. Ao utilizarmos o método da História Oral, ficou acessível o trabalho da memória daqueles camponeses, trazendo episódios das lutas do passado, reinterpretadas para as vivências do presente. Deste modo, para os que lutaram pela terra, a legitimidade e a autoridade perante o grupo residem no fato de terem passado pelo “sofrimento de barraco” (Sul) ou de terem sido “corajosos” em enfrentar a polícia e os “doutores” (Nordeste), em oposição aos que vieram depois e são os “compradores” de lotes, não possuindo um passado comum, que reforce a identidade e o pertencimento ao grupo de *assentados*. Tal relação entre memória e identidade, reconstruída e (re)significada de acordo com as “lutas” do presente, apareceu nos dois casos de assentamentos estudados.

Os *sem-terra* /*assentados* das duas regiões possuem trajetórias sociais que são marcadas não só pela busca pela terra, mas pelas tentativas de realização de uma identidade camponesa, norteadas por valores sociais e morais como a terra, o trabalho, a família e a autonomia. As diversas formas de resistir, no cotidiano, manejando uma economia moral que operava, muitas vezes, com trocas desfavoráveis em relações sociopolíticas de dependência de um “patrão”, fizeram com que reconstruíssem um senso de justiça que impulsionava a continuidade na luta, por meio da organização coletiva, mas sem descartar as resistências cotidianas. No decorrer deste trabalho, foi discutido como os camponeses manejam os repertórios culturais locais em prol de resistências coletivas e cotidianas, fazendo valer seus interesses e dando continuidade à reprodução social de suas famílias.

As socializações anteriores, em suas trajetórias, de pessoas em situação de subordinação, de quem teria que “ouvir muito”, sem terem direito à vez e nem à voz, devido às relações assimétricas em que estavam envolvidos, faz com que, ao ascenderem à posição social de *assentados*, sintam-se “donos de si”, ao disporem de terra para a família gerir sem receber ordens. Este “mandar no que é meu” e da minha família expressa a tão sonhada autonomia (relativa), provinda da terra conquistada.

Tal autonomia, que estava no horizonte e lhes dava disposição para a própria luta pela terra é, num segundo momento, interpelada pelas tentativas de implementação de trabalhos coletivos nos assentamentos (horta comunitária e roçado comunitário) por mediadores que desconhecem ou ignoram as trajetórias sociais e a ordem / economia moral que orienta as práticas e as decisões que tomam no cotidiano. Este problema existe não só nos assentamentos rurais, mas em tantas outras coletividades rurais, em que se pretende realizar práticas coletivas: tem-se, por assim dizer, o *habitus* (BOURDIEU, 1998, 2004) do trabalho familiar, em tensão com as tentativas de cooperação coletiva.

A busca por autonomia pode ser uma das explicações para a rebeldia cotidiana, que nem sempre é expressa publicamente (SCOOT, 1990), referenciada em um senso de justiça com base na economia moral camponesa, presente em ações coletivas de luta pela terra, como as que foram analisadas nos dois assentamentos, sendo resultantes de tentativas de fazer valer seus interesses e direitos, considerados *justos*. Tal economia moral foi entendida enquanto principal estrutura-estruturante das condutas sociais e morais, das suas visões de mundo, das suas identidades e dos seus “outros”.

Nas diferentes coletividades rurais, os tensionamentos aqui notados podem estar presentes e os diferentes atores/agentes, enquanto participantes dos jogos sociais, estão envolvidos em relações de poder, num “jogo de forças” entre diferentes grupos, que perfazem uma “trama de tensões” (FERRANTE; BARONE & BERGAMASCO, 2005), tecida entre diferentes atores/agentes que são externos às coletividades rurais. Apesar da homogeneidade no encaminhamento das políticas públicas, por parte do Estado, em relação à implantação dos projetos de assentamento, é preciso considerar que a realidade se demonstra múltipla, multifacetada e com singularidades de trajetórias sociais dos trabalhadores, sendo que as interações entre si e com os mediadores (técnicos, militantes, membros do poder público) são diversas.

Esta arena de tensões, construída no campo político mais amplo, vai interferir, por um lado, na existência social das coletividades rurais e, por outro lado, a capacidade de fazer a diferença e de intervir, resistir ou mesmo acomodar-se, influi sobre a forma com que tais coletividades irão intervir, de modos diversos, nos contextos locais e regionais em que estão inseridas.

Como demonstrei no decorrer deste trabalho, as relações de poder estão não só entre os grupos “de fora”, mas no interior das coletividades rurais, com perceptíveis tensionamentos. No Sul, eram tecidas tensões não só com os de “fora” mas, ainda, com

as famílias e os diferentes membros que compõem o próprio assentamento destacando-se, entre eles: *parcelários*, *herdeiros*, *compradores* de direitos, *assentados* que acamparam e *assentados* que chegaram depois, por meio de trocas. Estes irão expressar diferentes interesses que, por vezes, geram clivagens internas e uma heterogeneidade de identificações, a partir da maneira com que acessaram os lotes. As tensões internas a um mesmo grupo aparecem, igualmente, no assentamento estudado no Nordeste onde, a partir da dissolução do “roçado comunitário”, houve os conflitos entre famílias e a criação de duas associações no assentamento.

Além disto, o “outro” pode ser até mesmo um filho que desafia a autoridade paterna. Situação encontrada no Bela Vista, em que o filho sustenta, praticamente, a família, com um trabalho urbano, tido como “trabalho de mulher” pelo pai, por ser de decoração e organização de festas de casamento. Assim, as circulações de ajudas e solidariedades não estão livres de tensões que, mesmo ao questionarem práticas e posições tradicionais no interior da família camponesa, constituem estratégias para a manutenção do patrimônio familiar.

Principalmente no Nordeste, é preciso lançar mão de estratégias que permitam a família camponesa reproduzir-se socialmente e continuar na terra. Se autonomia é um valor socialmente partilhado e, por isto, lutaram para escapar da dependência e subordinação, existem estratégias que podem passar temporariamente pela dependência, em prol de manter um espaço de autonomia mínima, ou um lote/sítio em que quem manda é a família.

Uma das estratégias, como já falamos, é possuir “profissão” como a de pedreiro, de professora, de vendedor “atravessador” ou, ainda, trabalhando para os “outros”, por dia. Trabalhar *alugado* para os *outros* pode acontecer pela lógica da reciprocidade, pagando dias trabalhados, mas pode também se dar, pela lógica da subsistência; em tempos difíceis, lança-se mão desta estratégia que pode, inclusive, superar os ganhos do sítio, se o agricultor for um “bom” pedreiro, por exemplo.

Tirar projeto, no Nordeste, é uma forma recorrente não somente entre os *assentados*, mas entre os agricultores familiares em geral, da região de Esperança – PB. É a forma de que dispõem para conseguirem acesso aos recursos públicos embora, muitas vezes, tenham que ceder a relações clientelísticas e fazerem parte do jogo bipartidário, que envolve um conjunto de obrigações mútuas e relações de lealdade ao grupo político a que se diz pertencente. De tal modo que, no momento em que a

prefeitura está nas “mãos” do grupo oposto, faz-se necessário buscar articulações com ONGs e Sindicatos, com menor disposição para o jogo político local.

Por ser uma região semiárida, existem políticas públicas específicas, tais como a Bolsa-Estiagem e os projetos de realização de cisternas, as máquinas destinadas à construção de *barreiros* e de açudes, o plantio de palma forrageira, a construção de silos, a fabricação de rações para os animais a baixo custo, dentre outras políticas destinadas ao enfrentamento da seca e de seus efeitos na vida rural, que são implementadas tanto pelo poder público, como pelo Polo Sindical da Borborema.

Embora muitas das políticas públicas estaduais e federais sejam reapropriadas, corporativamente, pelos grupos políticos locais, como se emanassem dos seus “chefes”. Existe, sempre, a possibilidade de alterar tais situações por meio do conflito, da manifestação ou da denúncia, por meio da rádio local, dos “desvios” feitos.

Especificamente no caso de Esperança - PB, a solidariedade entre *agricultores*, por meio de articulações sindicais com *agricultores* de outros municípios, por meio de trocas e compartilhamento de sementes, plantas, técnicas e experiências de como manter-se nas terras, nos períodos de forte estiagem, têm ganhado força, nos últimos anos. Alguns destes agricultores são do Assentamento Bela Vista e conseguem visualizar que, por meio de soluções de como “escapar” da seca conseguem, igualmente, “escapar” dos “favores” daqueles que não perdem uma chance de lhes deixarem “obrigados”.

No Sul, os *colonos* vizinhos de *assentados* têm aprendido, com estes últimos, a recorrer a políticas públicas, questionando-se a ideologia de “pioneiros” e desbravadores, que não dependiam nem mesmo do Estado para viver e trabalhar na terra, embora muitos *colonos* perdessem oportunidades de acessar recursos públicos, em parte pelo receio do endividamento e da expropriação da terra. Ora, se a terra é central para a manutenção da identidade do campesinato, é perfeitamente compreensível que este medo exista pois, em ambas as comunidades estudadas existem, além das ameaças do banco, histórias de agricultores que perderam suas terras devido às dívidas contraídas.

Nos casos analisados, em relação à organização política interna, apesar dos avanços por meio de associações que defendam seus interesses, estas são permeadas de conflitos. Percebi uma maior “apatia” e desinteresse em participar de tais organizações, no Sul: tanto entre os *colonos*, bem como entre os *assentados*. No Nordeste, a participação na Associação está vinculada ao STR e, também, à requisição da

aposentadoria, de modo que muitos acabam se fazendo presentes, por acreditar que isto vá influenciar diretamente na decisão sobre aquele direito.

Acionam-se diferentes identidades, nos cenários de ambos os assentamentos estudados. Se, no Sul, as construções identitárias terão como centralidade as relações entre *assentados* e *colonos*, no Nordeste o jogo das identidades e diferenças se dá, muito mais, entre as próprias famílias assentadas que, inclusive, dividiram o assentamento, mas que, posteriormente, resolveram reunificá-lo, para acessarem créditos agrícolas.

A classificação entre *fortes* e *fracos* existe não só entre os *colonos* do Sul, mas também entre os *assentados* que partilham do modelo ideal de *colono forte*, como parâmetro de modo de ser e a se seguir. Interessante notar que, no Nordeste, existem essas classificações de *fortes* e *fracos* mas, geralmente, como estão quase todos os pequenos agricultores em situações que traduzem *fraqueza*, o *forte*, usualmente, é reconhecido em algum fazendeiro vizinho. Nos dois contextos estudados, o “forte” pode ser tanto aquele que possui terra suficiente, como aquele que possui “terra a perder de vista” e, neste sentido, não há uma oposição questionadora do *status* dos fazendeiros, nas duas regiões estudadas. Embora, em momentos de conflitos, o estigma sofrido levasse a reflexões sobre a necessidade de lutar, ficando mais claro de que lado estavam e quem eram os “inimigos”; refiro-me, aqui, principalmente à luta do Bela Vista.

Se, na luta travada pela Fazenda Bela Vista, houve um confronto direto dos *posseiros-rendeiros* com o proprietário que tentava expulsá-los, entrando o Estado posteriormente, como agente de mediação, no caso do assentamento do Oeste do Paraná a luta foi, desde o início, direcionada para o Estado. A intervenção estatal foi, nos dois casos, decisiva para o desenvolvimento do processo de assentamento havendo, na primeira metade da década de 1990, ausência de destinação de recursos públicos que auxiliassem a manutenção e reprodução social dos *assentados* das duas realidades estudadas.

Os agricultores no Sul do País se mostraram mais autônomos, pois as condições eram mais favoráveis para se afirmarem, enquanto produtores agrícolas autônomos (tanto os *colonos*, como os *assentados* em momentos históricos distintos), por acessarem parcelas maiores de terras, dispoendo de água em abundância e durante o ano todo.

O campesinato, portanto, possuiu capacidade de resistência e de agência, sendo que os *colonos* e *sem-terras/assentados* do Sul ou os *posseiros-rendeiros*, *assentados* e *agricultores* do Nordeste demonstraram, em suas histórias acessadas pelo trabalho da

memória e pela observação participante, que são agentes, no sentido atribuído por Giddens (1989), de que fazem a diferença ao agirem no mundo.

Isto permite explicar não só a sua continuidade no tempo e no espaço e as suas resistências cotidianas e coletivas, mas também os jogos sociais de que participam e que vão desde o conflito até a solidariedade, (jogos que têm como parâmetro central uma economia moral camponesa). Explica porque podem, ainda, em certo momento, lutarem coletivamente e, em outro momento, se voltarem para a família. Explica também porque podem ser companheiros e, em outro momento, serem vistos pelos de fora como “ninho de cobras”. Os agricultores aqui pesquisados, nos dois casos, demonstraram que não seguem mecanicamente padrões pré-determinados, mas agem no mundo de acordo com princípios práticos, ligados ao *ethos* camponês. Diante disto, não dá para estereotipar o campesinato e nem para generalizar ou padronizá-los.

O paralelo entre pesquisas realizadas em regiões diferentes do país serviu para vermos como, em contextos diversos, esta capacidade de agência se opera e como estão, o tempo todo, fugindo de certos padrões colocados de cima para baixo, que ameaçam suas identidades camponesas. Não se reduzem à ética capitalista mas, tampouco, são simpáticos às tentativas de coletivização. Estas, em diferentes contextos, falham nos assentamentos rurais (LAZZARETTI, 2007) porque, a meu ver, estão em desacordo com a economia moral camponesa; no entanto, eles podem, temporariamente, “jogarem o jogo”, desde que consigam o que realmente querem.

Por fim, a política social de redistribuição de terras, tanto no Sul como no Nordeste, precisa ser revista. Se formos olhar na longa duração da História, ou voltarmos algumas décadas no tempo nas duas regiões, perceberemos que: 1) a redistribuição de terras para os *colonos* não resolveu o problema da concentração fundiária no Sul e acabou avançando sobre terras de *caboclos* e indígenas emergindo, posteriormente, a categoria dos *colonos sem-terras*, resultantes do modelo falido de colonização, proposto pelo Estado como sinônimo de Reforma Agrária; 2) no Nordeste, os assentamentos herdeiros das lutas das Ligas Camponesas não são suficientes para abalar a alta concentração de terras, que possui raízes históricas que chegam ao período colonial, com a continuidade da centralidade do poder privado e de grupos oligárquicos, em detrimento dos interesses sociais dos “de baixo”.

Nos dois casos estudados, a alta concentração de terras torna-se o principal obstáculo para a reprodução social do campesinato, visto que, tanto na realidade dos

agricultores circunvizinhos (em ambos os casos) como nos assentamentos estudados, as gerações mais jovens têm tido dificuldades imensas para continuar na agricultura.

A democratização do acesso à terra, por meio de uma Reforma Agrária efetiva, não seria uma pauta do passado pois, entre continuidades e descontinuidades do campesinato, estão os enfrentamentos coletivos e cotidianos, face às ameaças contrapostas à afirmação do seu ser social. Tratam-se das resistências, que podem ser encontradas nas diferentes categorias identitárias camponesas e que, de maneiras diferentes, expressam lutas contra o histórico bloqueio fundiário, imposto pela má distribuição das terras produtivas. Tal bloqueio, ao reduzir os territórios de vida e de trabalho na terra, reduz a intensidade das trocas sociais e simbólicas, bloqueando a expressividade plena da identidade camponesa e suas chances de articularem terra, trabalho, família e autonomia, nos fluxos sociais diários em que estão envolvidos os camponeses.

Dar visibilidade aos silenciados da história, da política e da academia é reconhecer suas diferentes identidades e racionalidades, reconhecer sua capacidade de agência, de participação e de fazer a diferença. Parte deste reconhecimento social só pode ser construído por meio da implementação de políticas públicas efetivas, que garantam o acesso à terra e as condições de produzir, morar, trabalhar e viver dignamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformação na vida camponesa**: o sudoeste paranaense. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. s/p.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Coleção Estudos Rurais, Editora Hucitec / Editora da Unicamp. São Paulo - Campinas, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia. [1963] **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª edição, Editora Atlas – São Paulo, 1986.

ANDRADE, S.M.C. A questão agrária no Nordeste. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11 n. 2, 1997.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras *In* POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, [1969] 1998.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2003.

BENATTI, J. H. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: Séculos XVII ao XIX (Estudo da Formação da propriedade privada). In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2: Formas dirigidas de constituição do campesinato. Neves, D. P. (Org.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília - DF: NEAD, 2009.

BLOEMER, N. M.S.. **Brava Gente Brasileira**: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages. 1. ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 301 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de Velhos. 3ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Espaço Social e Poder Simbólico, In: **Coisas Ditas**. 1ª edição, Ed. Brasiliense São Paulo, 1990.

_____. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu / Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, pp.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. “A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo”. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 59-73.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª Ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. “Estrutura, *habitus* e prática” In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Compreender In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007. pp. 693-713.

_____. “O *habitus* e o espaço dos estilos de vida” In: **A distinção: crítica social do julgamento**. SP: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean.-Claude e CHAMBOREDON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**, Curitiba: UFPR, 1998 p. 71-10.

BRENNEISEN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Edunioeste – Cascavel, 2002.

CANDIDO, Antônio. [1964] **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação os seus meios de vida**. 8ª edição - Ed. Duas Cidades, São Paulo, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamorion. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro das Américas**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, M. José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

DA MATTA, R. O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, E. O. (Org.) **A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 23-35.

ELIAS, Norbert e SCOTSON John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000.

FERRANTE, V. L.S.B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S.M.P.P. A Maioridade dos Assentamentos Rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V.L. S. B. & ALY JUNIOR, O. (Organizadores) **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)** INCRA / UNIARA, São Paulo: 2005.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

FREITAG, L. C. **Fronteiras perigosas**: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954). Cascavel: Edunioeste, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª Ed. São Paulo: Global, [1933] 2004.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

_____. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, n°7, jun 1988, p. 5-41.

_____. **O Sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. Ação, identificação de actos e intenção comunicativa. In: **Novas Regras do Método Sociológico**: uma crítica positiva às sociologias interpretativas. Lisboa: Gradativa, 1996 pp. 87-110.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. Ed. Loyola, São Paulo: 1995.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

_____. **Estigma**: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GREGORY, V. Colonização e Fronteiras: O caso do Estado do Paraná (1930-1960) In: Lopes, Marcos A. (Org.) **Espaços da memória**: fronteira – Cascavel: Edunioeste, 2000.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**. 1ª Ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002 v. 1. 266p.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e a Política da Diferença. In **Cultural Anthropology**, Volume 7, número 1, 1992.

HAESBART, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. EDUFF: Niterói, 1997.

HALBACHWS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

_____. **A Identidade Cultural na pós Modernidade**. Editora DP&A. Rio de Janeiro, 2005.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, 1997. Disponível em: www.scielo.br/pdf/mana/v.301/2454.pdf

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da Vida**: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terrance (Organizadores). **A Invenção das Tradições**. 6ª edição. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2008.

IANNI, Otávio. Globalização e diversidade. In: **A era do globalismo**. 4ª edição. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Estrutura Fundiária. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em: 08 dez. 2013.

IPARDES, **Caderno Estatístico do Município de Cascavel**. Dezembro, 2013.

JUNKER, Buford H. **A importância do trabalho de campo**: uma introdução às ciências sociais. 1ª edição brasileira - Ed. Lidador. Rio de Janeiro, 1971.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, [1899] 1986.

KOWARICK, LÚCIO. **Trabalho e vadiagem**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR. A.; BURITY, J. (Organizadores). **Inclusão social, identidade e diferença**: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. Ed. Annablume - São Paulo, 2006.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LANNA, MARCOS P. D. **A dívida divina**: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Ed. da Unicamp, Campinas, SP: 1995.

LAVERDI, Robson. **O Passado Colonial e a Produção de “Outros”**: notas sobre a historiografia do extremo-oeste paranaense. In: *Tempos Históricos* v. 4 n.1 Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

_____. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2005.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST**: relações de poder e subjetividade. PPGCS – UFPB, 2007. (Tese de doutorado)

LEAL, José. **Itinerário histórico da Paraíba**. Ed. A União, 2ª edição, João Pessoa, 1989.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

LE GOFF, Jacques. “Documento / Monumento” In: **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, S. *et all.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Ed. UNESP/NEAD/INCRA/MDA, São Paulo, 2004.

LENIN, V. _____. O Capitalismo na Agricultura (o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov). [1899] Tradução de Edgard Afonso Malagodi *et all.* In: SILVA, José G., STOLEKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 81-131.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Editora Record, Rio de Janeiro, 1993.

LINHARES, M. Y. L. Possibilidades da história comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, A. L. (Org.) **O campesinato na História**. Rio De Janeiro: Relume-Dumará; FAPERJ, 2002.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação, Espacialização e Territorialização do MST. In: Stédile, João Pedro. (org.) **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis, Vozes, 1997.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2º Ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. Ed. Pioneira, São Paulo, 1973.

_____. **Expropriação & Violência**: a questão política no campo. Coleção Ciências Sociais – Série Linha de Frente. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980.

_____. **O cativo da terra**. 3ª edição, Ciências Humanas, São Paulo, [1979] 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, [1981] 1995.

_____. **Fronteiras**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. SP: Hucitec, 1997.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, num. 15, Rio de Janeiro, Out. 2000. pp. 5-12.

_____. José de Souza. (Org.) **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Ed. Da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

MARX, Karl, **O XVIII Brumário e Cartas a Kugelmann**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1852] 1997.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU, 1974.

MEDEIROS, L.S. & LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, L.S & LEITE, S. (Organizadores) **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Ed. Mauad, Rio de Janeiro, 2004. pp. 17-52.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. Ed. A União, João Pessoa. 1994.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida. Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes. **Inf. Soc.: Est.**, João Pessoa, v.6, n.1, p. 57-72, 1996.

_____. Marilda Aparecida. **Redes e Enredos nas Trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de Camponeses- Migrantes. Relume Dumará: João Pessoa, Pb: EDUFPB, 2002a.

_____. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21, n. 1, 2002b.

_____. **História oral**: uma metodologia para o estudo da memória. In: Vivência. Revista do CCHLA/UFRN, Natal, 2005 pp. 23-36 Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/28/PDF%20para%20INTERNET_28/revista%20VIV%20C3%8ANCIA_28.pdf> Acesso em 25/11/2012.

MENEZES, M; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais**: a perspectiva da autonomia e da resistência. Campina Grande, 2009. (Versão preliminar de circulação na pesquisa IPODE). Disponível em http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.pdf> Acesso em 13/06/2013.

MITRANY, David. **Marx contra o camponês**. Trad. de Marcelo Antônio. Ed. Ipanema, Rio de Janeiro, 1957.

MONTE, F.C.D. **A política de assentamentos rurais do Incra no contexto do semi-árido nordestino (1995-2002)**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, 2006. (Dissertação de Mestrado)

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**. A cultura popular revistada. Editora contexto: São Paulo, 2001.

MOREIRA, E. Evolução do processo de ocupação do espaço paraibano. In: **NDIHR**, Nº 24 set/1990. http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html Acesso em 10/10/2012.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Ed. Universitária. Ed. Uepb, 1997.

MOREIRA, E. & TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. In: **Revista Nera** – ISSN: 1806-6755, Ano 10, nº 10 – Janeiro/Junho de 2007.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra**: A lógica Costumeira e Judicial dos Processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1988.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66). Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste. Niterói, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento Rural: Confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro nº 13, out. 1999, pp. 5-28.

_____. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**. Inédito: 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de, "A Viagem da Volta: Reelaboração Cultural e Horizonte Político dos Povos Indígenas do Nordeste". In: **Atlas das Terras Indígenas / Nordeste**. Rio de Janeiro: PETI/ Museu Nacional/UFRJ. pp. V-VIII, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia, Estrutura Social**. 1ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. 2ª Ed. Brasília: Ed. Paralelo; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700 – 1817). Brasília, Editora da Unb, 2004.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do Movimento Camponês da Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Ideias, 2005.

PESSOA, A. E. S. **As ruínas da tradição**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila – família e propriedade no Nordeste Colonial. São Paulo: USP, 2003. (Tese de Doutorado).

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Editora da UFRGS, Porto Alegre: 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª edição Ed. Elsevier ; Ed. Campus, Rio De Janeiro, 2000 [1947].

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10, 1992, p. 200 – 212.

PORTELLI, Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista Projeto História** – PUC-SP nº 15 p. 13 – 49, São Paulo:1997.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, [1979] 4ª edição: 1987.

PNUD, 2010 **Ranking IDHM Municípios 2010**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acesso em 06/07/2013.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” In: Von simson, O. **Experimentos com histórias de Vida**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, M.I.P. **O campesinato Brasileiro**. 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1976.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem brasileira**. EDUFAL, Maceió, 2004 [1951].

RIBEIRO, S.I.G. Índios e brancos no Oeste do Paraná: Fronteira e fricção interétnica. **Revista Tempos Históricos**, v. 02, Nº 01 pg. 93-116. M.C. Rondon, Mar/2000.

_____. Um passe de mágica: Breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste Paranaense, **Revista Tempo da Ciência** – CCHS – UNIOESTE: Toledo, v. 8 nº 15 p. 59-68 jan. jun. 2001.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Ano XVIII, Nº 20, novembro /1999.

_____. **Será que existem camponeses no Brasil?** Palestra do 47º Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2009. Disponível no dia 15/05/2012 em <http://www.sober.org.br/palestra/13/493.pdf>

SALES, Teresa. “Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira”. In: **RBCS**, São Paulo, ANPOCS, n.º 25, ano 9, jun., 1994, pp. 26/37.

SANTILLI, Juliana. “História da agricultura no Brasil” in: **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo, Peirópolis, 2009. [pp. 65-90]

SAUER, S. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003. 25 p. em:<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=266>>. Acesso em: 20/05/2009.

SCHENATO, Vilson Cesar. **Grupos Sociais Rurais Além das Fronteiras**: construções identitárias entre *colonos* e *assentados* no Oeste paranaense, Ed. CRV, Curitiba, 2011.

SCHREINER, David Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia**: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Região Oeste / Sudoeste do Paraná) – Tese de doutorado / Programa de Pós Graduação em História Social – FFLCH / USP, 2002.

SCOTT, Russell Parry. Famílias Camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODÓI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. (Organizadoras). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. Vol. 2 – Estratégias de reprodução social. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

Scott, James C. **The Moral Economy of the Peasant**. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven. Yale University, 1976.

_____. J. C. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 1990.

_____. J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o "cativeiro" e o "meio do mundo". In: Godoi, E. P.; Menezes, M. A.; Marin, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias vol. 2: estratégias de reprodução. 1ª ed. Brasília, São Paulo: NEAD-MDA; UNESP, 2009, v. 2, p. 245-268.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim**: Um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

_____. “Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso)”, **Anuário Antropológico 91**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-63,1993.

_____. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, E. F. (org.) **Significados da terra**. Ed. Universidade de Brasília: DF, 2004.

_____. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 2: Formas dirigidas de constituição do campesinato. Neves, D. P. (Org.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília - DF: NEAD, 2009.

_____. Campesinato e Estado no Brasil. In: **Revista Mana** nº 17 (2), p. 395 - 417, 2011.

SHANIN, T. **A Definição de Camponês**: Conceituação e Desconceituação - O velho e o novo em uma discussão Marxista. Estudos Cebrap: Petrópolis, n. 26. 1980.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**, 2000. pp. 73-92.

_____. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, vol. 10 n° 1 abril, 2004. pp. 131-163.

_____. As engrenagens das ocupações de terras. In: Bernardo Mançano, Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo** (Coleção História Social do Camponato Brasileiro). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Volume 2, 369p.

SILVA, M. L. Osório. **Terra, Direito e Poder**: o latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira. *Boletim da ABA*. n. 27, 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. Ed. Unesp: São Paulo, 2004.

_____. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. In: **Teoria & Pesquisa** 49 Ufscar, São Carlos-SP, jul.- dez, 2006.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Thadeu Thomaz. da. (org.) **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7ª Ed. Editora Vozes: Petrópolis- RJ, 2007.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: Filho, Evaristo Moraes. (Org.) **Simmel**. Ed. Ática: São Paulo, 1983.

SPERANÇA, A. **Cascavel**: a história. Curitiba: Lagarto, 1980.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A gestação da recusa: o "Colono Retornado" dos projetos de colonização da Amazônia. In: _____. (Org.). **Revoluções camponesas na América Latina**. São Paulo, Ícone /Edunicamp, 1985.

_____. José Vicente. Conflitos Sociais Agrários: Formação e lutas dos camponeses meridionais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre. 1994. v.6 p. 135 – 153.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1 A Árvore da Liberdade 3ª edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. Observando o familiar. In NUNES, Edson de O. (org). **A aventura sociológica**. Rio, Zahar Editores, 1978.

_____. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2ª edição Ed. Difel – SP; RJ, 1979.

_____. **Besta-fera: recriação do mundo**: ensaios críticos de antropologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 250p..

WACHOWICZ, R. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do Oeste Paranaense. Curitiba: Vicentina, 2ª edição 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro** – XX Encontro Anual da Anpocs - Caxambu/MG, 1996.

_____. Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Outubro, 2000a.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Revista sociedade e Agricultura, 15: outubro de 2000b. 87-145.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza. (org.) **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Editora da UFRG: Porto Alegre, 2003a. 203-246

_____. **“Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”**. Estudos Sociedade e Agricultura. nº 21: 42-62, Rio de Janeiro, outubro 2003b.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. [1904] In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**: Sociologia. Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 79-127.

_____. **Ciência e Política**: duas vocações. Ed. original de 1919. Ed. Martin Claret, SP: 2005 [1919].

_____. Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. **Economia e Sociedade**. v 1. Brasília: Editora da UNB, 2004 [1922].

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1970.

WOLF, Eric. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In: Feldman-Bicanco, B. & Ribeiro, G.L. (Organizadores). **Antropologia e Poder**: Contribuições de Eric R. Wolf. Editora Unb, Brasília; Editora Unicamp, Campinas, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Thadeu Thomaz da. (org.) **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos

Estudos culturais. Stuart Hall e Kathryn Woodward. 7ª Ed. Editora Vozes: Petrópolis-RJ, 2007.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Ed. Hucitec: São Paulo, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “**Com Parente Não se Neguceia**”: O campesinato como Ordem Moral. Anuário antropológico/87. Editora Universidade de Brasília / Tempo Brasileiro, 1990.

ZAAR, Mirian H. **A Migração no Oeste Paranaense/ Brasil**: A trajetória dos “Brasiguaios”. *Espectra Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, N° 94, 2001. Acessado dia 19/05/2009 em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>

VIDEOGRAFIA

Nós, os posseiros da Bela Vista. SEDUP, Guarabira / CEDOP Filmes, João Pessoa, 1987.

ANEXOS

ANEXO I
ROTEIRO (AMPLO) DE PESQUISA DE CAMPO NO PARANÁ

- 1. Re-colonização da região, migrações e conflitos agrários? Estratificações étnicas? O lugar dos *cablocos* e dos indígenas?**
- 2. Historias de vidas.**
- 3. Rotinas e símbolos, religiosidade, crenças, valores e costumes**
- 4. Auto-imagem, auto-identificação. Como se vêem?**
- 5. Relações de vizinhança, afinidades e (des) classificações.**
- 6. Família, relações de parentesco e compadrio.**
- 7. Trabalho: ética do trabalho? Trabalho familiar?**
- 8. Terra: qual o seu significado?**
- 9. Formas de produção e cooperações.**
- 10. Estado e políticas agrícolas, financiamentos? O poder local? Prefeitura, os governos estaduais e federais.**
- 11. Relação cidade – campo.**
- 12. Compartilhamento de espaços comuns.**
- 13. Relações sociais e de poder, identidades sociais e diferenças.**
- 14. Discursos, práticas, visões de mundos e projetos futuros.**

ANEXO II
ROTEIRO (AMPLO) DE PESQUISA DE CAMPO NA PARAÍBA

- 1. Histórias da região, da luta pela terra e de formação do assentamento.**
- 2. Histórias de vida.**
- 3. Visão de mundo dos assentados: discursos, saberes, práticas, rituais, etc.**
- 4. Concepção sobre a terra, o trabalho e a família.**
- 5. Família, relações de parentesco e compadrio.**
- 6. Qual o significado da autonomia naquele contexto?**
- 7. História de lutas e as resistências individuais e coletivas.**
- 8. Formas de produção, cooperações e possíveis conflitos sociais existentes.**
- 9. Relações de poder entre os próprios assentados.**
- 10. Estratégias para reprodução social nos lotes.**
- 11. Relação sociais internas e externas ao assentamento.**
- 12. Relações sociais e políticas locais e o contexto circundante.**
- 13. Relação cidade-campo.**
- 14. Estado e políticas públicas agrícolas, financiamentos? O poder local?
Prefeitura, os governos estaduais e federais.**
- 15. Termos locais notados em campo.**
- 16. Identidades sociais e diferenças.**
- 17. Projetos de vida e o horizonte futuro.**